

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO**

ADRIANO PEREIRA DE CASTRO PACHECO

**PARA UMA ECONOMIA CRIATIVA DE BASE TERRITORIAL: UMA PROPOSTA
MULTIDIMENSIONAL A PARTIR DE REDES HÍBRIDAS**

**CAMPO GRANDE – MS
2021**

ADRIANO PEREIRA DE CASTRO PACHECO

**PARA UMA ECONOMIA CRIATIVA DE BASE TERRITORIAL: UMA PROPOSTA
MULTIDIMENSIONAL A PARTIR DE REDES HÍBRIDAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Escola de Administração e Negócios da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador: Professor Dr. Elcio Gustavo Benini

**CAMPO GRANDE – MS
2021**

ADRIANO PEREIRA DE CASTRO PACHECO

Para uma economia criativa de base territorial: uma proposta multidimensional a partir de redes híbridas

Relatório de defesa de Tese de doutoramento apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Elcio Gustavo Benini - Orientador
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Leandro Sauer – Membro titular interno
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani - Membro titular interno
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof^a. Dra. Luciana Lima Guilherme - Membro titular externo
Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/RJ)

Prof. Dr. José Carlos de Jesus Lopes - Membro titular externo
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campo Grande/MS, 06 de agosto de 2021

AGRADECIMENTOS

Chegar ao doutorado é sem dúvidas uma das maiores conquistas da vida. O percurso, como alguns sabem, é doloroso e quase sempre solitário. Afinal, é um rito de passagem. A pesquisa é sempre um esforço (físico e mental) do próprio aluno. Felizmente essa exaustiva trajetória pôde ser amenizada por momentos e com pessoas que tornaram esse caminho mais agradável de se seguir e vencer, às quais passo a externar meus agradecimentos.

Ao meu orientador, Elcio Gustavo Benini, por sua generosidade, amizade, intelectualidade e por ser uma referência de profissional da educação pública. Devo muito a ele.

Aos colegas de turma, que também contribuíram e me ajudaram durante esses anos de convivência, em especial à Manoela Moraes, Tania Calarge e ao Fabio Melges.

Aos colegas do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Organizações, Trabalho e Educação (GEPOTE), coordenado pelo professor Elcio Gustavo Benini.

Ao amigo e professor do curso de turismo do CPAQ/UFMS, Dr. Marcos Campos, que com habilidade de abstração e vasto conhecimento sobre territórios me possibilitou reflexões e construções teórico-metodológicas fundamentais para esta tese.

Aos membros dessa admirável banca de defesa: professora Dra. Luciana Guilherme (uma referência da economia criativa), professor Dr. Leandro Sauer (um dos maiores professores de estatística do país), professor Dr. Milton Mariani (que acompanha e faz parte dessa trajetória desde o mestrado), e professor Dr. José Carlos de Jesus (diretor da Escola de Administração e Negócios/UFMS).

Às iniciativas analisadas, coordenadores(as) e gestores(as) que gentilmente aceitaram ao convite de participação nessa pesquisa.

Por fim, aos amigos e colaboradores que, direta ou indiretamente, contribuíram para que essa trajetória pudesse ser concluída com êxito.

A vocês, minha gratidão.

“Rir é um ato de resistência!”
Paulo Gustavo (*in memoriam*)

RESUMO

O objeto de estudo desta tese é a economia criativa (EC). Particularmente, o trabalho coloca em perspectiva a relação entre EC, territórios e territorialidades, tendo por objetivo propor dimensões analítico-conceituais para examinar as características da EC de base territorial. Com efeito, o argumento central desta tese é que a EC de base territorial corresponde à uma economia introjetada de componentes simbólico-culturais e resulta dos fluxos, redes e interações político-institucionais no contexto de território como espaço híbrido. Trata-se, portanto, de uma EC territorializada, multiescalar, multidimensional, material e imaterial. Para esse intento, a pesquisa utilizou múltiplos métodos para acesso ao campo empírico e para a análise dos dados. O percurso metodológico constituiu-se: a) da realização da pesquisa-diagnóstico “Redes Híbridas de Cultura: cartografia relacional da economia criativa e solidária em Campo Grande”; b) da seleção de casos múltiplos para aprofundamento da análise; c) de entrevistas em profundidade, análise documental e observação não participante. Para análise do conjunto de dados obtidos recorreu-se ao método da análise de conteúdo, com apoio de redes semânticas. Os resultados, além de reforçarem a importância da dimensão simbólica na constituição da EC enquanto vetor de desenvolvimento, propõem a necessidade de articulação com outras dimensões estratégicas do próprio território, notadamente as dimensões econômica e político-institucional.

Palavras-chave: Economia Criativa. Territórios. Territorialidades. Redes Híbridas.

ABSTRACT

The object of study of this thesis is the creative economy (CE). Particularly, the work points out the relationship between CE and territories with the aim of establishing a conceptual-analytic framework to think a land-based CE. At the same time, it inserts the CE as a development strategy beyond the instrumental sphere of the economy, translating it to a substantive and relational perspective. For this purpose, the research used multiple methods to access the empirical field and for data analysis. The methodology was constituted of the following tasks: a) conduction of the diagnostic research "Hybrid Culture Networks: relational cartography of the creative and solidarity economy in Campo Grande"; b) selection of multiple cases for further analysis; c) in-depth interviews, document analysis and non-participant observation. The obtained data set was analyzed through the content analysis method supported by semantic networks: The results, in addition to reinforcing the importance of the symbolic dimension in the constitution of the CE as a vector of development, propose the need for articulation between strategic dimensions for the advent of a land-based CE, notably the symbolic-cultural, economic and political-institutional dimensions.

Keywords: Creative economy. Territories. Hybrid Networks. Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Análise institucional de Polanyi	29
Figura 2 -	Esquema geral da Economia Plural	45
Figura 3 -	Síntese da relação existente entre reciprocidade, confiança, auto-organização, práxis, luta e resistência no desenvolvimento territorial	69
Figura 4 -	Proposição da Agenda 4C – BNDES	76
Figura 5 -	Princípios da EC segundo o Plano da Secretaria da Economia Criativa	78
Figura 6 -	Classificação da UNCTAD para as indústrias criativas	80
Figura 7 -	Classificação da Unesco para as indústrias criativas	81
Figura 8 -	Algumas definições de EC aderentes à tese	82
Figura 9 -	Sistema Territorial	88
Figura 10 -	Relação tipo de estudo x sugestão de amostra	97
Figura 11 -	Organização das etapas de análise em estudos de casos múltiplos ..	97
Figura 12 -	Esquema da análise de conteúdo na pesquisa com apoio do Atlas.ti	100
Figura 13 -	Principais marcos teórico-institucionais na EC	112
Figura 14 -	Plataformas e-Criativos	115
Figura 15 -	Contexto institucional da EC em Campo Grande/MS	116
Figura 16 -	Setores criativos contemplados no chamamento “Cultura e Cidadania” (Campo Grande)	121
Figura 17 -	Plataforma colaborativa Cartografia da Cultura de Campo Grande	122
Figura 18 -	Estudo de Casos Múltiplos	126
Figura 19 -	Chocolates Angi	128
Figura 20 -	Baru - um dos ingredientes utilizados na produção dos chocolates	129
Figura 21 -	Oficinas de formação da Faixa Paraguaia	131
Figura 22 -	Faixa Paraguaia	131
Figura 23 -	Página web do projeto Faixa Pantaneira (educação patrimonial e economia criativa)	132
Figura 24 -	<i>Ecobags</i> de embalagem reutilizada de cebola com estamparia artesanal feita em lona de caminhão	134

Figura 25 -	Processo de reaproveitamento das lonas de caminhão e transformação em brindes corporativos	134
Figura 26 -	Transformação de jeans em bolsas estampadas com lona de caminhão	135
Figura 27 -	Matéria exibida no programa “Como Será”, da Rede Globo	137
Figura 28 -	Divulgação da plataforma Tecer	138
Figura 29 -	Divulgação Feira Sabores e Cores	141
Figura 30 -	Vitrine do Mato (o que somos)	143
Figura 31 -	Expositores da Plataforma	144
Figura 32 -	Rede semântica de motivações simbólicas das iniciativas	146
Figura 33 -	Rede semântica de motivações simbólicas dos casos múltiplos	147
Figura 34 -	Rede semântica da dimensão econômica dos casos múltiplos	148
Figura 35 -	Rede semântica da dimensão territorial dos casos múltiplos	152
Figura 36 -	Rede semântica da dimensão simbólica, econômica e territorial dos casos múltiplos	156
Figura 37 -	Proposição analítica multidimensional da EC de base territorial	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Setores e respectivas atividades econômicas à luz da dimensão simbólica do Pantanal	24
Tabela 2 -	Abordagens formal e substantiva dos estudos econômicos	40
Tabela 3 -	Execução orçamentária da cultura nas capitais do Centro-Oeste	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Síntese para compreender o processo TDR numa concepção voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial ...	65
Quadro 2 -	Organização da pesquisa quanto ao tipo e método	90
Quadro 3 -	Fontes dos dados de pesquisa	92
Quadro 4 -	Relação de entrevistados	93
Quadro 5 -	Organização do questionário aplicado	95
Quadro 6 -	Impacto orçamentário Lei Aldir Blanc (estado e capitais)	119
Quadro 7 -	Caraterísticas da EC de base territorial	159

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Identificação de estudos com enfoque na EC	79
Gráfico 2 - Identificação de estudos com enfoque na economia da cultura	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACCGMS - Associação de Artesãos e de Comida Cultural, Típica, Regional e familiar de Campo Grande

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

EC – Economia Criativa

FCMS – Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

FIRJAN – Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro

LAB – Lei Aldir Blanc

MEI – Microempreendedor Individual

MINC – Ministério da Cultura

MP – Medida Provisória

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual

OSC – Organização da sociedade civil

PPGAD – Programa de Pós-Graduação em Administração

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEC – Secretaria da Economia Criativa

SECTUR – Secretaria de Cultura e Turismo de Campo Grande

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SMIIC - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais

TDR – Territorialização, Desterritorialização, Reterritorialização

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – PANTANAL TERRITÓRIO CRIATIVO: APROXIMAÇÕES INICIAIS ENTRE A ECONOMIA DOS BENS SIMBÓLICOS E A ECONOMIA REGIONAL SUL-MATO-GROSSENSE	22
1.1 Justificativa e motivações da pesquisa: da ideia à realização.....	26
CAPÍTULO 2 - KARL POLANYI: ECONOMIA SUBSTANTIVA, ANÁLISE INSTITUCIONAL E EMBEDDEDNESS	28
2.1 Estado (neo)liberal, cercamentos e o contramovimento.....	33
2.2 Por uma epistemologia substantiva da economia.....	40
2.3 Para (re)pensar uma agenda de economias alternativas	43
CAPÍTULO 3 – CELSO FURTADO: UM SUBSTRATO TEÓRICO PARA SE PENSAR CULTURA E CRIATIVIDADE COMO VETORES DE DESENVOLVIMENTO	49
3.1 Economias de Transição, Comuns do Conhecimento e as Forças Criativas	52
3.2 Economia Criativa enquanto “comum” em disputa	57
3.3 Cultura, criatividade e desenvolvimento: para se pensar a ascensão das forças criativas	60
CAPÍTULO 4. ECONOMIA E TERRITÓRIOS: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE ECONOMIA CRIATIVA, TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES	64
4.1 Território e territorialidades: breves demarcações conceituais	64
CAPÍTULO 5 - ECONOMIA CRIATIVA: CONCEITOS, MODELOS E PROPOSIÇÕES	72
5.1 Em busca de um conceito para a EC de base territorial	77
5.2 Cidades e Territórios Criativos	84
CAPÍTULO 6 - PERCURSO METODOLÓGICO	90
6.1 Etapas da Pesquisa	91
6.1.1 Organização e escolhas teóricas e metodológicas.....	91
6.1.2 Organização metodológica	92
6.1.3 - Realização do estudo “Redes Híbridas de Cultura: uma cartografia relacional da economia criativa e solidária em Campo Grande/MS”	94
6.1.4 - Estudos de Casos Múltiplos.....	96
6.1.5 - Realização de Entrevistas e Observação não-participante	98
CAPÍTULO 7 - ESTADO, POLÍTICA PÚBLICA E O INVESTIMENTO EM CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA: BREVE PANORAMA POLÍTICO-INSTITUCIONAL	102
7.1 Estado e políticas culturais.....	107
7.1.1 Lei Aldir Blanc: breve exposição.....	108
7.2 Economia Criativa: trajetória institucional e políticas públicas em Mato Grosso do Sul e na capital Campo Grande	111
7.3 Cultura e Economia Criativa em números: breve panorama dos investimentos em cultura (MS e Campo Grande)	119

7.3.1 <i>Lei Aldir Blanc em Campo Grande: trajetória e discussão</i>	120
CAPÍTULO 8 – “A IMAGINAÇÃO MOVE A CIDADE”: ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS DA ECONOMIA CRIATIVA NA CIDADE DE CAMPO GRANDE	123
8.1 Entre o simbólico e o território: apresentação do estudo de casos múltiplos	125
8.1.1 <i>Angí Chocolates do Pantanal</i>	127
8.1.2 <i>Faixa Paraguaia / Sapicuí Pantaneiro</i>	130
8.1.3 <i>Ecolinhas</i>	133
8.1.4 <i>República das Arteiras</i>	136
8.1.5 <i>AACCGMS</i>	141
8.1.6 <i>Vitrine do Mato</i>	142
CAPÍTULO 9 - POR UMA ECONOMIA CRIATIVA DE BASE TERRITORIAL: ELEMENTOS, CARACTERÍSTICAS E PROPOSIÇÕES	145
9.1 Dimensão simbólico-cultural	145
9.2 Dimensão econômica	148
9.3 Dimensão político-institucional e relação com o território	151
9.4 Entre o simbólico, o econômico e o institucional: uma proposição multidimensional da EC de base territorial.....	154
CONCLUSÕES	162
REFERÊNCIAS	165
APÊNDICE A – RESULTADOS DA 1ª ETAPA DA PESQUISA – PROJETO REDES HÍBRIDAS DE CULTURA.....	179
APÊNDICE B – RELAÇÃO DE INICIATIVAS PARTICIPANTES DA 1ª ETAPA (QUESTIONÁRIO)	196
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS DAS INICIATIVAS E GESTORES	198
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO APLICADO (1ª ETAPA).....	199
APÊNDICE E – RESPOSTAS DAS QUESTÕES ABERTAS DO QUESTIONÁRIO.....	217
APÊNDICE F – RELATÓRIO DE CÓDIGOS (ATLAS TI).....	221
APÊNDICE G – EXCERTOS DO RELATÓRIO “REDES HÍBRIDAS DE CULTURA: CARTOGRAFIA RELACIONAL DA ECONOMIA CRIATIVA E SOLIDÁRIA EM CAMPO GRANDE” (PACHECO, 2021).....	231

1 INTRODUÇÃO

Devemos, portanto, começar a indagar as relações que existem entre a cultura como sistema de valores e o processo de desenvolvimento das forças produtivas, entre a lógica dos fins, que rege a cultura, e a dos meios, razão instrumental inerente à acumulação.

Celso Furtado

Desde a última metade do século XX a economia mundial tem sofrido profundas transformações, notadamente com a intensificação de crises econômicas, políticas e democráticas, além da ascensão do movimento hegemônico das economias de mercado. Além disso, foi colocado também em perspectiva a fragilidade das instituições no cenário de correlação de forças, motivando intelectuais de diferentes áreas a (re)pensarem, dentre outros, propostas alternativas para um desenvolvimento efetivamente sustentável, inclusivo e capaz de assegurar o bem-estar coletivo face aos efeitos deletérios das políticas neoliberais (SANTOS, 2006, 2011; MACHADO, 2010; SILVA; GUEDES, 2017).

Esse processo de mudanças estruturais, em especial a partir dos anos de 1990, trouxe à baila uma intensa discussão sobre as chamadas economias de transição, à exemplo da economia criativa, solidária, colaborativa, ecológica etc., estabelecendo em seu bojo novos paradigmas relacionados aos sistemas produtivos, além de novos modelos de organização do trabalho no contexto de sociedade em rede (HARVEY, 1993, 2005; FURTADO, 1998; CASTELLS, 2000; SANTOS, 2000a; YUDICE, 2004; REIS, 2008; MIGUEZ, 2009; OLIVEIRA *et al.*, 2013).

Nesse limiar o interesse particular desta pesquisa recaí sobre o advento da economia criativa (EC) como estratégia de desenvolvimento, seus limites, contradições e potencialidades. Indústrias criativas (CAVES, 2002; HARTLEY, 2005; UNCTAD, 2009; UNESCO, 2013; MADEIRA, 2014; BENDASOLLI *et al.*, 2016), economia criativa (BRASIL, 2012; HOWKINS, 2013; LEITÃO, 2015a, 2015b, 2015c, 2016, 2019; GUILHERME, 2018), cidades, territórios e polos criativos (COMUNIAN, 2011; LANDRY, 2011; REIS, 2011; LIMA, 2017; CLOSS; OLIVEIRA, 2017; LEITÃO; GUILHERME, 2019) são alguns dos termos que circunscrevem este objeto de estudo no arcabouço literário nacional e internacional.

A pesquisa é fruto do acúmulo de trabalhos do autor e parte da sugestão feita quando da conclusão da dissertação de mestrado. Nessa esteira, o autor tem investigado a EC em

diferentes perspectivas: como ação que se articula sinergicamente à outras políticas culturais (PACHECO, 2012); como economia de base comunitária a partir dos pontos de cultura (PACHECO, 2015); como fenômeno estratégico de cooperação para o desenvolvimento local (PACHECO, 2016); como temática transversal para o desenvolvimento territorial (PACHECO *et al.*, 2016); como agenda integrada com o turismo e com os territórios (PACHECO *et al.*, 2017); como vetor estratégico na concepção de um desenvolvimento endógeno (PACHECO; BENINI, 2018a); a partir de disputas de narrativas e discursos globais (PACHECO *et al.*, 2018); como uma economia intensiva em símbolos (PACHECO; BENINI, 2018b) e como proposta multicêntrica no contexto das políticas públicas (PACHECO, 2019).

À guisa de introdução, constata-se que a EC “vem promovendo intenso debate teórico-conceitual em uma complexa plataforma de discursos e políticas, aparentemente convergentes, sobre sua compreensão e estabelecimento como estratégia de desenvolvimento econômico” (PACHECO, 2016, p. 14). Ela compreende setores cuja origem da geração de valor econômico está na criatividade, no conhecimento e no talento individual e coletivo que possuem potencial para criação de riqueza, à exemplo das artes de espetáculo, patrimônio, novas mídias e de criações funcionais, tecnologia da informação, conteúdos digitais, publicidade, design etc. (HARTLEY, 2008; REIS, 2008; BRASIL, 2011; BENDASOLLI *et al.*, 2016; PACHECO; BENINI, 2018a).

Veja que as discussões em torno deste modelo econômico têm sido frequentemente invocadas no contexto das cidades e dos territórios (COMUNIAN, 2011; LANDRY, 2011; BRASIL, 2011; CLOSS *et al.*, 2014; CLOSS; OLIVEIRA, 2017; PACHECO *et al.*, 2017; LEITÃO, 2019; GUILHERME, 2020), esta tese advoga a existência de uma economia que está diretamente relacionada à dimensão simbólica, econômica e ao contexto político-institucional, articulados no território. Em outros termos: se existem territórios criativos, certamente existe uma economia criativa de base territorial.

À luz do exposto a presente tese interroga qual o papel do território na constituição da economia criativa? Paralelamente, tem como objetivo central propor dimensões de análise da EC de base territorial; e como objetivos específicos: a) caracterizar os elementos estruturantes da EC de base territorial; b) analisar o papel político-institucional do Estado no fomento à EC; c) examinar a relação entre EC e território-rede;

A despeito do objeto de estudo, sabe-se que a EC não possui uma teoria específica para si, razão pela qual permanece em constante disputa epistemológica (PACHECO *et al.*, 2018). Ao mesmo tempo, fenômenos como liberdade e criatividade não podem ser explicados fora de um quadro complexo (MORIN, 2011). Nesse sentido, propôs-se uma articulação

ancorada predominantemente em duas correntes teóricas afeitas à vertente substantiva da análise econômica. Recorreu-se, particularmente, à teoria-método de Karl Polanyi (2000) e a abordagem desenvolvimentista e histórico-indutiva de Celso Furtado (1964, 1974, 1978, 1983, 1984, 1998).

De Polanyi, este trabalho toma de empréstimo a noção de *embeddedness* e a heurística do duplo movimento em direção à ampliação do sentido epistemológico da economia em perspectiva substantiva. Com efeito, os excertos de “A Grande Transformação” servirão de supedâneo para a compreensão das transformações atuais no campo da análise institucional.

Na sequência do enredo teórico esta pesquisa reconhece e homenageia aquele que talvez tenha sido o intelectual brasileiro de maior projeção no cenário acadêmico internacional: o paraibano Celso Furtado. As contribuições teóricas deste economista revelam-se preciosas e atuais para se pensar, igualmente, uma economia para além daquela intensiva em capital, assim como políticas públicas que primem efetivamente o horizonte do desenvolvimento, entendido este como a preservação e ampliação das liberdades, bem como, a satisfação de todas as necessidades humanas (SEN, 2010).

No mesmo sentido, este trabalho focaliza uma abordagem teórica que compreende a EC como vetor de desenvolvimento, ou melhor, como parte de um modelo de endogeneização do desenvolvimento à vista do surgimento de políticas públicas capazes de liberar as “forças criativas” da lógica dos meios, canalizando-as ao nível dos fins (FURTADO, 1984, 1998; PACHECO *et al.*, 2017, 2018a).

Furtado, com seu método histórico-indutivo confronta diretamente os pressupostos do *mainstream* neoclássico e antecipa aquilo que viria a ser objeto de incessante disputa e cercamento: a criatividade e as forças criativas de uma nação. Por outro lado, Polanyi com seu método de análise institucional traz à baila uma sofisticada construção teórica para se pensar como desenvolveram-se as chamadas economias de mercado e respectiva “desincrustarão” das relações sociais, formando as sociedades de mercado.

À vista dos objetivos e do problema de pesquisa trazidos à lume, recorreu-se também aos clássicos da geografia econômica visando constituir o mote analítico-interpretativo desta tese, particularmente nas contribuições de Haesbaert (1995, 2004a, 2004b, 2007, 2008, 2010, 2014, 2015, 2017) e Santos (2000a, 2000b, 2002, 2004, 2005); e ancilarmente, Raffestin (1993), Souza (2011, 2015), Sack (1986) e Saquet (2009, 2015, 2017, 2018) dentre outros.

A pesquisa é predominantemente qualitativa e fez uso de multimétodos para sua operacionalização, com destaque para a abordagem de estudo de casos múltiplos (EISENHARDT, 1989; SAMPIERE *et al.*, 2013; OLIVEIRA, 2015). A primeira etapa refere-

se à pesquisa-diagnóstico “Redes Híbridas de Cultura: cartografia relacional da economia criativa e solidária em Campo Grande”¹, por meio da qual foi possível mapear iniciativas que atuam em setores da EC na capital do estado de Mato Grosso do Sul. Especificamente, tratam-se de iniciativas que têm na dimensão simbólica o seu mote e são realizadas por trabalhadores da cultura, organizações da sociedade civil, microempreendedores individuais e microempresas com atuação na cultura, além de coletivos formais e informais.

Na segunda etapa foram escolhidos os casos que comporiam a fase de aprofundamento empírico da pesquisa. Esses casos, ou como tratado na tese, “iniciativas”, foram selecionados a partir dos resultados de investigação da primeira etapa, notadamente pelo alinhamento observado do ponto de vista teórico-conceitual com o objeto de estudo, bem como as diretrizes do Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração e Negócios (PPGAD/ESAN).

Assim, chegou-se às seguintes iniciativas: Angí Chocolates do Pantanal (gastronomia e cultura alimentar); Ecolinhas (reaproveitamento de resíduos do final da cadeia agroalimentar, por meio do *design* de produtos ecossustentáveis); República das Arteiras (coletivo de mulheres costureiras com foco em prestação de serviços de moda autoral e confecção, elo final da cadeia agroindustrial do algodão); Vitrine do Mato (coletivo de expositores de economia criativa e solidária que atuam por meio de plataforma colaborativa de vendas); Associação dos Artesãos e de Comida Cultural, Típica, Regional e Familiar de Campo Grande- AACCGMS (organização da sociedade civil com atuação em feiras livres, cultura alimentar, artesanato e gastronomia regional); Faixa Paraguaia (ação estruturante do Ponto de Cultura Sapicuá Pantaneiro, que conflui educação patrimonial, identidade e memória da cultura pantaneira por meio do artesanato).

O roteiro de leitura organiza-se em nove capítulos. O primeiro coloca em perspectiva a economia regional observada à luz da economia dos bens simbólicos, cujo o objetivo é contextualizar o leitor, ao passo que também justifica a realização desta pesquisa. Os capítulos 2 e 3 compreendem a exposição teórica de Karl Polanyi e as contribuições de Celso Furtado, cujas obras receberão especial atenção quanto ao conceito de desenvolvimento, tendo a cultura e a criatividade como vetores. Na sequência, os capítulos 4 e 5 colocam em perspectiva as principais discussões em torno do território, economia criativa, cidades e territórios criativos. No capítulo 6 detalha-se o percurso metodológico da pesquisa. O capítulo 7 discute o papel político-institucional do Estado e suas relações com a política pública,

¹ Que originou o relatório técnico-científico desta pesquisa (PACHECO, 2021). Disponível em: <http://www.portalecriativo.com.br/blog/relatorio-redes-hibridas-de-cultura/27>.

focalizando o estado de Mato Grosso do Sul e a capital Campo Grande. O capítulo 8 articula os resultados obtidos no nível macro institucional, notadamente a partir dos achados do projeto Redes Híbridas de Cultura, ao aprofundamento da questão de tese junto aos casos múltiplos selecionados para investigação. Com base na articulação teórica e nos achados do campo empírico-particular, o capítulo analisa as principais dimensões da EC e suas relações com o território para, ao cabo, propor reflexões de cariz analítica e teórico-conceituais. O capítulo 9 encerra o percurso com uma proposição multidimensional para a EC de base territorial, acrescido das considerações finais e anotações gerais da pesquisa, expondo suas limitações e proposições futuras.

CAPÍTULO 1 – PANTANAL TERRITÓRIO CRIATIVO: APROXIMAÇÕES INICIAIS ENTRE A ECONOMIA DOS BENS SIMBÓLICOS E A ECONOMIA REGIONAL SUL-MATO-GROSSENSE

O contexto geoeconômico sul-mato-grossense, em que pese a multiplicidade de atividades que contribuem para a sua formação, propõe um interessante exercício de reflexão a despeito da conexão entre a produção de matriz simbólico-cultural - com destaque para a região do Pantanal² - e alguns setores terciários, à exemplo do turismo e de serviços. A interação entre essas diferentes vertentes econômicas corrobora ainda mais a importância de se investigar de que forma experiências fundadas em conceitos da EC podem contribuir para o desenvolvimento econômico local e regional³, compreendido nestes o somatório de componentes naturais, históricos e identitários.

Ao detalhar a dinâmica econômica de Mato Grosso do Sul, Álvaro Banducci Jr. (2003, 2007) concluiu que a questão territorial é fortemente influenciada pela pecuária. Os peões, por exemplo, além da lida no campo, ocupavam-se nas horas vagas com os artefatos em couro. Semelhantemente, as mulheres ocupam-se com os afazeres domésticos e com a manufatura dos objetos de utilidade na lida do pantanal.

Como bem lembra Vargas (2006):

Considerando que a identidade encontra-se profundamente envolvida no processo de representação, admite-se que a forte veiculação do Pantanal simbólico interfere na construção identitária do indivíduo pantaneiro [...] a identidade social/territorial pode ser interpretada como algo “dado”, decorrente da naturalidade, da vivência e da

² Para fins de contexto, traz-se à colação os recortes da pesquisa da notável professora Albana Xavier Nogueira: “Em Mato Grosso do Sul [o Pantanal] cobre grande parte de cinco importantes municípios, como Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Porto Murtinho, ocupando, ainda, significativos espaços nos municípios de Coxim, Rio verde de Mato Grosso e Pedro Gomes. [...] Fisiograficamente, o Pantanal caracteriza-se pela complexidade do sistema hidrográfico, reforçado por baías, salinas, corixos e vazantes, que, no conjunto, dão-lhe a feição particularizadora (NOGUEIRA, 2002, p.26).

Do mesmo modo, há uma práxis rural recheada de características relacionando o homem pantaneiro ao seu *habitat*. Os utensílios da lida, por exemplo, são muito representativos no artesanato, no design, na gastronomia, nos festejos, na literatura etc. “[...] os mochos, de armação de madeira, revestidos de couro cru ou sola [...] as canastras e os baús, totalmente de madeira ou forradas de couro [...] os fogões à lenha. [...] No pilão, socava-se o milho, para fazer canjica, quirera e fubá” (NOGUEIRA, 2020, p.73-86).

Ainda como exemplo, tem-se os itens que compõem a “traia” de arreio, na lida dos peões: baixeiro (lona que vai por baixo e o trançado de lã), arreio, cabresto ou cabo, freio, barrigueira, pelego, peitoral de argolas, laços de couro, trançado, maneador (tira de couro para amarrar o animal), capa de chuva, alforge (sacola para roupas).

Tirador: avental de couro preso à cintura do peão, utilizado na lida do gado (RIBEIRO, 2015, p.37)

³ A perspectiva “regional” será aqui entendida à luz da geografia regional, ou seja, como estrutura e processo, constituída por laços complexos que conectam as pessoas com a natureza, através da sociedade, mediante as relações de produção que conformam e modificam a própria região. Particularmente, assume-se nessa tese uma abordagem regional que defende a indissociabilidade de critérios naturais e a base cultural local. Por derradeiro tem-se em curso a existência/concepção de um território revelado por semelhanças de fenômenos biofísicos e culturais (MARTINS, 2020, 2017).

cultura, e também como algo construído, uma autoatribuição, [...] quando os indivíduos se reconhecem como pantaneiros (VARGAS, 2006, p. 61-62).

Entretanto, não se objetiva realizar aqui uma longa exposição da grandiosidade do bioma pantaneiro. Antes, propor reflexões iniciais para se pensar uma abordagem interpretativista que reconheça a economia dos bens simbólicos em uma perspectiva transversal, relacional e efetivamente sustentável, portanto, de elementos que permearão todo o desenvolvimento desta tese. Ao fazê-lo, este capítulo abre um limiar para compreensão da EC enquanto fenômeno situado no entremeio da relação local-regional⁴ e, conseqüentemente, na dimensão territorial.

Este autor já havia identificado essa possibilidade em estudos anteriores (Pacheco, 2016; Pacheco *et al.*, 2017), o que felizmente pôde ser retomado nesta tese:

Retomando la relación entre la producción de la matriz simbólico-cultural de la región y el turismo, como sector responsable de viabilizar el comercio de esta producción y la generación económica, es necesario entender cómo se procesa esa relación en su territorialidad. En este sentido la territorialidad es entendida como la suma de la identidad cultural. Los componentes naturales, culturales, históricos y económicos que definen un territorio (PACHECO *et al.*, 2017, p. 685).

E ainda

La confluencia de factores como la producción de objetos con alto valor simbólico y utilitario, la relevancia de productos y servicios provenientes de la cultura pantaneira y el consumo/comercialización realizado en la propia región parecen ser las características de una EC de base comunitaria capaz de promover el desarrollo del turismo de base local, no sólo en las dimensiones social y cultural, sino también en la económica (PACHECO *et al.*, 2017, p.693).

Sabe-se que o pantanal sul-mato-grossense dispõe de uma dimensão simbólica multifacetada e incomensurável. A produção no espaço⁵ pantaneiro, os modos de vida, as identidades e a cultura dão o mote substantivo constituinte de suas territorialidades. “As gentes pantaneiras vivenciam e constroem as novas relações com a natureza na produção do espaço” (RIBEIRO, 2015, p. 28). Essa articulação, que será aprofundada no capítulo 2, parece

⁴ Nessa perspectiva “as formas confundem-se porque as relações se intensificam, e os limites entre os dois espaços tornam-se imprecisos” (SPÓSITO, 2006, p.122). Ou seja, tem-se nessa relação um minucioso processo de ressignificação que gera uma “nova unidade espacial” mista e híbrida (MARTINS, SOUZA, 2010, p.43).

⁵ Ao longo desta tese o conceito de espaço será entendido como o lugar de encontro, que deve ser percebido pela acumulação de formas e conteúdos que resumem as relações sociais. Forma e conteúdo constituem-se de substâncias entrelaçadas a partir das dinâmicas econômicas, culturais e sociais. As substâncias representam o tempo vivido, o valor de uso, as formas e o tempo geográfico materializado, mas que são movimentados pela sociedade atual que reconstrói as funções e os valores do espaço (MARTINS, SOUZA, 2010). Nesse sentido, o espaço é a síntese da própria sociedade. É a materialização das ações e sua “natureza”, formada “pelo resultado material acumulado [...] através do tempo” (SANTOS, 2004, p. 106).

lançar lume à abordagem polanyiana sobre a dimensão substantiva da economia, entendida como a relação do próprio homem com a natureza.

Pacheco *et al.*, (2016⁶) destacaram que:

No campo da economia criativa, o Pantanal representa uma grande oportunidade para o desenvolvimento sustentável, pois seu território é de inesgotável intensidade cultural e destaca-se por suas peculiaridades. Num mundo cada vez mais globalizado a “diversidade cultural” toma dimensões importantes para o planejamento de políticas de desenvolvimento (Pacheco *et al.*, 2016, p. 124).

E concluem:

Adicionalmente, o Pantanal e as demais riquezas naturais do estado de Mato Grosso do Sul configuram um verdadeiro manancial de ativos simbólicos e, portanto, da economia intensiva em criatividade. Logo, torna-se necessário concentrar esforços de organização e fortalecimento do papel estatal e dos demais setores de modo que, conjuntamente, possam fazer surgir um novo ciclo criativo envolvendo criação, produção, distribuição e consumo de bens e serviços culturais e criativos com a patente de nossa diversidade cultural (Pacheco *et al.*, 2016, p. 127).

Não se pode olvidar que o território pantaneiro enquanto patrimônio natural e cultural da nação também vem enfrentando os efeitos e investidas deletérias do capitalismo no sentido da sua captura e apropriação em proveito da iniciativa privada e suas infundáveis estratégias de mercantilização. Essas investidas também foram responsáveis pela modificação dos processos de produção no território pantaneiro, alterando e determinando outras geografias, alçando a pecuária e o turismo (de espetacularização) como setores sinérgicos e complementares (RIBEIRO, 2015).

Ainda à guisa de contextualização sobre a relação da EC, território e a dimensão simbólica do pantanal, insta rememorar alguns achados do autor desta tese e demais colaboradores da pesquisa:

Tabela 1- Setores e respectivas atividades econômicas à luz da dimensão simbólica do Pantanal

Categorías/Sectores de la EC	Acciones Punto de Cultura Sapicuá Pantaneiro	Acciones Punto de Cultura Molino Cultural	Canales de Distribución
En el campo del Patrimonio	Oficinas gratuitas de arte-educación e educação patrimonial	Restauração do complexo arquitetônico do Edifício Vazques & Filhos	Pousadas pantaneiras; Hotéis; Agências de Viagens;
En el campo de las	Artesanato: cerâmica	Ecodesenvolvimento:	

⁶ Logo após a conclusão do mestrado em Administração neste mesmo PPGAD, Pacheco *et al.*, (2016) produziram um capítulo do livro “Debates e Desafios sobre a Economia Criativa no Mato Grosso do Sul”, do livro “Mato Grosso do Sul - temáticas transversais para o desenvolvimento” (2016, p.107-130).

Expresiones Culturales	(animais do Pantanal); tear de faixa paraguaia; preparo e utilização do couro e lã de carneiro; confecção de baixeiros; bordados e fibras; desenho e pintura em tecido	artesanato com fibra do camalote; couro de peixe; e demais artefatos com a temática do pantanal	Fazendas do Pantanal; Casa de Artesãos; Feiras de Comercialização coletiva; sede dos Pontos de Cultura; Loja Saberes e Fazer; Distritos Pantaneiros e <i>trade</i> turísticos local, à exemplo do Casario do Porto, em Corumbá.
En el campo de las Artes de Espectáculo	-	Espectáculos musicais e artísticos (negócio social)	
En el campo Audiovisual/ del Libro, de la Lectura y de la Literatura	Núcleo de Audiovisual (oficinas, produção de vídeos e publicidade local)	Núcleo de Tecnologia e Audiovisual	
En el campo de las Creaciones Culturales y Funcionales	Produção de acessórios (bolsas e faixas de cabelo) com a temática pantaneira	Bordados; Fuxicos; Bolsas criativas; serigrafia; gastronomia pantaneira; roupas e acessórios.	

Fonte: Pacheco *et al.*, (2017, p. 694).

Vê-se, portanto, que a dimensão substantiva do pantanal sul-mato-grossense parece bastante apropriada para clarificar a EC enquanto conceito efetivamente constituído pelo simbólico, pelo intangível, de base territorial. Ao se examinar as comitivas pantaneiras - formada por um grupo de peões responsáveis pelo transporte do gado no pantanal (RIBEIRO, 2015, p. 43), a gastronomia, o artesanato, o tereré⁷ etc., constituem representações que fortalecem os sentidos simbólicos da produção econômica e das relações sociais fundamentadas no território em suas múltiplas dimensões e funções.

Os itens acima mencionados são apenas alguns dos elementos ou representações que fazem parte do “ser” e “existir” das gentes pantaneira. Muito embora o regional e o local tenham cada qual as suas territorialidades, a participação do imaginário pantaneiro está diretamente representada em inúmeras iniciativas mapeadas na capital do Estado, conforme apresentado no capítulo 8.

De todo modo, vê-se que as discussões sobre o tema, embora ainda incipientes, podem auxiliar substancialmente a elaboração de políticas públicas para territórios intensivos em símbolos e, ao mesmo tempo, como patrimônio cultural da nação e nas relações com setores com os quais possui sinergias, à exemplo do turismo e o meio ambiente (COMUNIAN, 2011; BORÉN; YOUNG, 2013; CLOSS; OLIVEIRA, 2017; PACHECO *et al.*, 2017; LEITÃO; GUILHERME, 2019).

⁷ Um tipo de mate frio. Sua preparação envolve a utilização da erva-mate, a guampa feita de chifre de boi, a bomba e um cantil ou vasilha onde fica a água gelada. Devido ao calor da região pantaneira, o tereré é uma bebida refrescante utilizada pelo pantaneiro no intervalo da lida no campo. Esse costume, entretanto, perpetuou-se para além do contexto rural, constituindo um rito frequente também no meio urbano.

Com efeito, esta tese demonstrará ainda que a capital Campo Grande reúne no espaço local inúmeras influências do contexto regional, o que tem contribuído, também, para a formação de um roteiro turístico-gastronômico⁸ multifacetado e articulado às iniciativas intensivas em símbolos, conferindo sentido à noção de EC de base territorial.

1.1 Justificativa e motivações da pesquisa: da ideia à realização

Além do acúmulo de trabalho no tema já exposto e também da atuação do autor desta tese como produtor e curador de inúmeros editais sobre EC, a definição da proposta apresentada ao longo deste trabalho surgiu quando de sua participação em uma banca de avaliação de mérito de projetos que concorriam em um chamamento público realizado por um município no interior de Mato Grosso do Sul. Ao analisar os projetos do edital, chamou atenção a multiplicidade de setores das iniciativas inscritas que atendiam plenamente as disposições do inciso III, artigo 2º, da Lei Aldir Blanc⁹, o qual trago à colação:

III - editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de **atividades de economia criativa e de economia solidária**, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais (LEI Nº 14.017, DE 29 DE JUNHO DE 2020, grifo meu).

Especificamente, concorreram ao edital e foram contemplados inúmeros projetos¹⁰ das áreas da economia criativa, economia solidária e da agricultura familiar, à exemplo da Feira Municipal da Agricultura Familiar, do Centro de Tradições Nordestinas, da Associação de Mulheres Agrícolas do Assentamento Monjolinho, da Cooperativa dos Produtores Rurais do Pulador, do Grupo de Produção Sustentável do Assentamento São Manoel dentre outros.

A partir disso o pesquisador inicia sua abstração quanto à possibilidade de delimitação do campo empírico com base em iniciativas que, embora atuem em setores diferentes, possuem sinergias interessantes - conceitual e metodologicamente - para uma pesquisa com os objetivos propostos, além de alinhar-se diretamente com as diretrizes do PPGAD em uma promissora experiência empírica. A participação como avaliador dessas iniciativas lançou

⁸ Mapeamento da iniciativa @cgdestination, apoiada pela Lei Aldir Blanc, no projeto “Rota Caminho dos Ipês”.

⁹ Lei Federal nº 14.017/2020.

¹⁰ Conforme relação publicada no Diário Oficial nº 683, de 03.11.2020, do município de Anastácio/MS, disponível em: <http://www.anastacio.ms.gov.br/uploads/files/2020/11/ano-iii-edicao-n-683-terca-feira-03-de-novembro-de-2020-pdf.pdf>. Acesso em 20.03.2021.

lume à proposta em curso que buscou contemplar justamente as multiplicidades sociais e territoriais que circunscrevem as iniciativas na economia dos bens simbólicos, notadamente na EC.

Embora seja melhor detalhado no capítulo 6, cumpre antecipar que a proposta que originou o relatório técnico-científico já mencionado na introdução desta tese é fruto de uma pesquisa inédita de mapeamento, memória e formação das redes híbridas de cultura a partir da intersecção entre economias cujos arranjos são intensivos em símbolos, representações, significados e ideias, inseridos na economia criativa e a economia solidária, constituindo-se arranjos híbridos: setor público, iniciativa privada e, sobretudo, grupos formais, informais e trabalhadores dos diferentes setores da cultura e EC.

Realizando um paralelo com a área de concentração¹¹ deste PPGAD este trabalho lança luz à aspectos pouco explorados na academia, notadamente quanto à dimensão simbólica, estética e substantiva do agronegócio sul-mato-grossense, particularmente em seus aspectos socioambientais. A gastronomia local/regional, o artesanato, o patrimônio material e imaterial, os festejos etc., são setores cujas iniciativas estão completamente embebidas de contextos simbólicos, de tradições e identidades atreladas ao pantanal, ao homem/mulher do campo, aos territórios rurais e urbanos, suas territorialidades e à própria história do estado de Mato Grosso do Sul.

Com efeito, ao tensionar conceitual e epistemologicamente as diretrizes deste PPGAD, esta tese amplia o horizonte interpretativo das questões regionais que dão sentido à diversidade sociocultural do país, além de confrontar diretamente as imposições do *mainstream* gerencialista e seus respectivos mantras de cariz neoliberal, à exemplo da competitividade, da equivocada visão de desenvolvimento e responsabilidade social, da *fetichização* dos chamados *stakeholders* e, ainda, da utilização dos superados modelos da economia industrial que beneficiam apenas a grande indústria no afã por concentração de riqueza e poder.

¹¹ Linha de pesquisa “Agronegócio e seus aspectos socioambientais”: A linha tem como objetivo estudar o desenvolvimento sustentável dos espaços rural e urbano, em contextos agroalimentares. Entre outras temáticas, dedica-se ao estudo sobre: políticas públicas, desenvolvimento local, gestão socioambiental, agricultura familiar, agroecologia, economia ambiental, criativa, solidária e circular, tecnologia social, turismo no espaço rural, questões agrárias e ocupação do espaço rural, qualidade de vida e relações de trabalho. Disponível em: < <https://ppgad.ufms.br/area-de-concentracao-e-linhas-de-pesquisa/>>. Acesso em 02.04.2021.

CAPITULO 2 - KARL POLANYI: ECONOMIA SUBSTANTIVA, ANÁLISE INSTITUCIONAL E *EMBEDDEDNESS*

Na sua luta pelo poder político, o fascismo está inteiramente livre para desprezar ou utilizar temas locais, à vontade. Seu objetivo transcende o arcabouço político e econômico: é social. Ele coloca uma religião política a serviço de um processo degenerativo.

Karl Polanyi

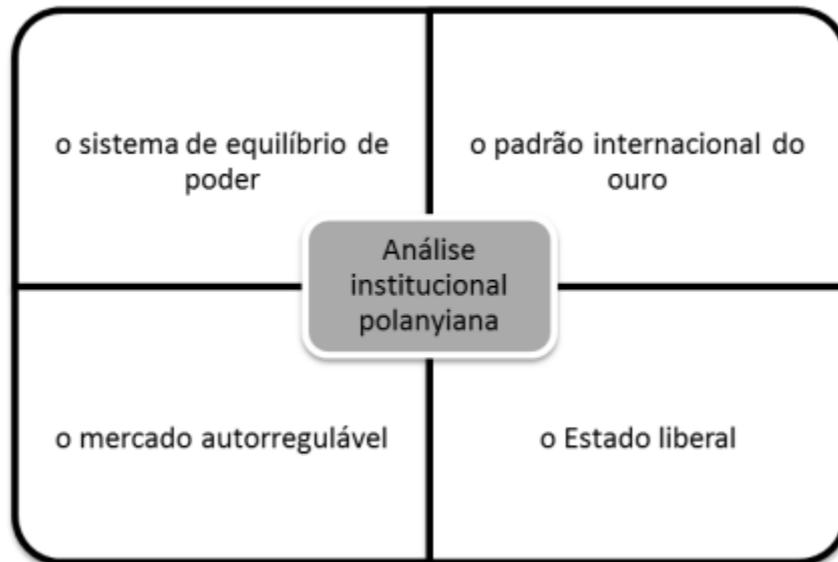
O objetivo geral desta tese circunscreve de várias maneiras a abordagem substantiva da economia, sendo está diretamente vinculada às relações sociais e à natureza. Busca-se, para além de reintegrações teóricas, analisar elementos que tornem a luta por um futuro comum efetivamente operacionalizável, em ações práticas. Nesse sentido, este trabalho toma de empréstimo as ideias gerais que marcam a proposição heurística de “duplo movimento”, de Polanyi (2000).

Karl Polanyi¹², húngaro de família judia, alçou sua trajetória acadêmica no campo da antropologia e sociologia econômica; história e economia política. De uma geração de intelectuais produzidos pela mesma família, Karl destacara-se no campo acadêmico, sobretudo, pela singularidade de sua mais importante obra, a qual focaliza as instituições que regulam a economia global: “A Grande Transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época”.

Polanyi esmiuçou as bases do surgimento das economias de mercado a partir do método da análise institucional (ESCHER, 2016). Para o autor, a sociedade do século XIX estaria fundada em quatro instituições: i) o sistema de equilíbrio de poder; ii) o padrão internacional do ouro; iii) o mercado autorregulável e iv) o estado liberal; sendo este último o principal responsável pela criação do “mercado autorregulável”.

¹² Karl Polanyi (1886-1964) cresceu em Budapeste, em uma família com reconhecidas realizações intelectuais. Seu irmão, Michael, ainda hoje é bastante lembrado na filosofia da ciência. “A Grande Transformação” foi escrita enquanto Karl era professor visitante na Universidade de Bennington, no estado norte-americano de Vermont, no começo da década de 1940.

Figura 1 – Análise institucional de Polanyi



Fonte: elaborado pelo autor a partir de Polanyi (2000).

As bases de seu constructo começam a ser estabelecidas a partir dos seguintes destaques: a Revolução Francesa; o papel da Igreja na desnacionalização europeia; o misterioso e inexplicável surgimento do mitológico Banco Internacional; além do vasto percurso do surgimento das Grandes Potências e suas relações com as guerras e instituições militares. Com efeito, para esmiuçar o surgimento das economias de mercado, o autor recorre à historicidade para sedimentar suas convicções sobre como a articulação das principais instituições contribuíram para o estabelecimento global do modo de produção capitalista, em especial com o avanço do Estado liberal e dos mercados autorregulados.

Para Polanyi (2000, p. 93), a economia de mercado é uma estrutura institucional. Nela, o sistema econômico se apropria do sistema social, sujeitando-o às regras do mercado: produção e comercialização são de ordem exclusiva desse mecanismo “autorregulável”. O que está posto, portanto, é que as economias de mercado só podem funcionar em sociedades de mercado, compreendendo trabalho, terra e dinheiro: “o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado”.

O autor rompe a visão linear do desenvolvimento histórico ao analisar as transformações políticas na Europa do século XIX, particularmente a Inglaterra, buscando responder o que trouxe à tona o projeto de mercantilização do homem em todas as esferas da vida social e também o processo de cercamento de terras no espaço rural.

Ao discutir a ascensão e queda das economias de mercado, Polanyi esclarece, ao passo que também desestrutura, as pretensões da instituição Estado liberal: “o liberalismo econômico interpretou mal a história da Revolução Industrial porque insistiu em julgar os acontecimentos sociais a partir de um ponto de vista econômico” (2000, p. 52). Como exemplo, o autor explica como os *enclosures* e as conversões da terra arável em pastagem durante o período de governo da dinastia Tudor - incentivadores do capitalismo agrícola na Inglaterra com vistas à delimitação dos direitos de propriedade - tratou de destruir o tecido social local, despovoando aldeias, depredando cidades e “transformando homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões” (2000, p. 53). Daí a importância das transformações ocorridas nos territórios rurais na configuração econômica de espaços urbanos ao longo da história.

Polanyi lembra que os historiadores do século XIX foram unânimes quanto às políticas liberais adotadas pela dinastia Tudor e Stuarts, classificando-as como demagógicas, se não inteiramente reacionárias, além de denunciar o fácil prevalecimento de interesses privados sobre quem deveria assegurar o equilíbrio e igualdade social, como a justiça. Assim, os exemplos do autor buscam lançar luz sobre a reflexão de como esses acontecimentos históricos foram sendo moldados sob uma estrutura institucional de economia de mercado e de um arrojado sistema de poder (POLANYI, 2000).

Na seção dedicada à “Sociedades e Sistemas Econômicos”, o autor persegue seus objetivos de estruturar as leis que regem as economias de mercado, alertando quanto à necessidade de “firme controle dos extraordinários pressupostos subjacentes a um tal sistema” (p. 62). Polanyi esclarece que uma “economia de mercado significa um sistema autorregulável de mercados. Em termos ligeiramente mais técnicos é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado” (2000, p. 62).

Nesse contexto, o autor sustenta que o papel da instituição mercado sempre foi apenas incidental na vida em sociedade, sendo reconhecido apenas na segunda metade do século XIX. Polanyi desfere ataques sistemáticos aos apócrifos pressupostos de Adam Smith e Herbert Spencer que culminaram no conceito de homem econômico e, posteriormente, os de Rousseau sobre a psicologia política do selvagem. Especificamente, qualifica tais pressupostos como superficiais, vez que intentaram, sem sucesso, equacionar a propensão do

homem em barganhar, permutar e trocar uma coisa por outra como princípios da divisão do trabalho (2000, p. 63).

Ao discorrer sobre a “Evolução do Padrão de Mercado”, o autor adverte sobre a necessidade de compreensão aprofundada da natureza e origem dos mercados: “a permuta, a barganha e a troca constituem um princípio de comportamento econômico que depende do padrão de mercado para sua efetivação” (2000, p. 76), sem este padrão (de mercado) não há que se falar em estabelecimento de preços. Isto posto, o aprofundamento teórico do autor no âmbito de sua análise defende que os mercados não se configuram instituições que atuam principalmente dentro de uma economia, mas fora dela, em clara oposição aos pressupostos axiomáticos da economia clássica.

Os sistemas econômicos e os sistemas de mercado foram até aqui esboçados, brevemente, em separado. Ao articulá-los, Polanyi reforça sua análise institucional ampliando o conceito de economias de mercado: “uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem da produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo autorregulável” (2000, p. 89). Esse padrão é movido por uma expectativa na qual os seres humanos serão sempre orientados por um comportamento que visa o máximo de ganhos monetários. Essa expectativa influencia diretamente os padrões de consumo e, conseqüentemente, a produção e distribuição de bens (2000, p. 90).

Assim, frise-se que a análise institucional em Polanyi deixa claro que o objeto da economia em seu sentido formal está diretamente relacionado à alocação eficiente de recursos. Mas, no sentido substantivo – adotado neste trabalho – a economia é vista como um processo institucionalizado resultante da interação entre os seres humanos e a natureza, visando prover sustento e suprir as necessidades materiais historicamente definidas à toda sociedade. De tal modo, forçoso ressaltar que esta abordagem, de cariz substantiva, acomoda adequadamente a interdisciplinaridade, complexidade e pluralidade do estudo em curso, vez que compreende “instituições” em dimensões de cultura, crenças, valores e símbolos, hábitos e regras, organizações, comportamentos sociais, ações coletivas entre outras (ESCHER, 2016, p. 31).

Por autorregulação, Polanyi lembra que na economia “padrão” toda a produção é para venda no mercado. Logo, todos os rendimentos advêm dessas vendas. Há, também, mercados para todos os componentes da indústria, estendendo-se ao trabalho, terra e dinheiro. Tem-se, assim, que o preço para utilização do dinheiro é o juro; para o da terra, aluguel; para o da força de trabalho, salário; e preços de mercadoria para os que vendem bens e serviços.

Entretanto, para a manutenção dos ideários de um sistema autorregulado de mercados, há também a necessidade de um robusto sistema de equilíbrio de poder. Tal sistema, associado ao papel do Estado neoliberal, deve criar condições para que esses mercados permaneçam incólumes: nada pode inibi-los. Dessa forma, só têm validade para as economias de mercado as **“políticas e as medidas que ajudem a assegurar a autorregulação do mercado, criando condições para fazer do mercado o único poder organizador da esfera econômica”** (2000, p. 91, grifo meu).

A essa utopia Polanyi chamara de “falácia economicista”, vez que os defensores do mercado autorregulável afirmam, em tese, a necessidade de **separação institucional da sociedade em esfera econômica e política**. Contudo, Polanyi demonstrará que tal padrão institucional não poderia funcionar a menos que uma instituição estivesse subordinada à outra. Conclui-se, aqui, que uma economia de mercado só pode existir em uma sociedade de mercado e que esta economia “compreende todos os componentes da indústria, incluindo trabalho, terra e dinheiro” (2000, p. 93).

Nessa esteira, o autor lembra ainda que é necessário que as classes (ou frações de classe da sociedade) ganhem força para além de suas coletividades, o que implica certa coalizão ou conciliação, impossível para boa parte dos marxistas ortodoxos. Vê-se, portanto, a criação de estruturas que cooptam terra e trabalho, e conseqüentemente as relações sociais, à serviço dos mercados autorregulados. Em outros termos, uma espécie de cercamento de fatores de produção comuns: “o progresso é feito à custa da desarticulação social” (2000, p. 97).

Visto que a produção é a **interação do homem e da natureza**, o cercamento aos fatores terra e trabalho pela economia de mercado organizou um mecanismo responsável por autorregular permuta e troca, sujeitando o homem e a natureza à oferta e à procura:

Foi este precisamente o ajuste que ocorreu sob o sistema de mercado. O homem, sob o nome de mão-de-obra, e a natureza, sob o nome de terra, foram colocados à venda. A utilização da força de trabalho podia ser comprada e vendida universalmente, a um preço chamado salário, e o uso da terra podia ser negociado a um preço chamado aluguel (POLANYI, 2000, p. 162).

Tem-se aqui uma das ideias centrais de Polanyi e que lança luz ao constructo teórico em curso para sustentar os objetivos da presente tese quanto ao entendimento epistemológico substantivo da economia: “o trabalho e a terra nada mais são **do que os próprios serem humanos nos quais consistem todas as sociedades e o ambiente natural no qual elas existem**. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado” (2000, p. 93, grifo meu).

Ou seja, se levarmos à efeito o sobredito pressuposto temos uma contribuição seminal que autoriza a envidar esforços contra-hegemônicos nas relações econômicas, sociais e culturais propostas neste trabalho. Em especial, porque permite associação ao entendimento de que é possível potencializar economias de transição intensivas em conhecimento - enraizadas no ambiente natural e na dimensão cultural na qual os seres humanos moldam suas práticas de trabalho - em particular no território (terra), razão pela qual sobrepassa quaisquer delimitações impostas em uma sociedade de mercado.

Contudo, a advertência que está posta, segundo o autor, a qualquer teórico do desenvolvimento econômico é que a ideia de progresso, comumente, é lançada à custa da desarticulação social: se exagerado, a sociedade pode sucumbir (2000, p. 97). Nesse contexto, tem-se que a história social do século XIX foi resultado de um **duplo movimento**: ampliação da organização do mercado mundial *versus* restrição em relação às mercadorias fictícias; mercados se fundindo sobre todo o globo *versus* rede de medidas e políticas integradas à instituições visando a proteção do trabalho, terra e dinheiro; organização dos mercados em escala mundial sob a égide do padrão-ouro *versus* movimento estruturado de resistência dos efeitos perniciosos da economia de mercado.

2.1 Estado neoliberal, cercamentos e o contramovimento

Outra inegável contribuição de Karl Polanyi foi a aproximação feita entre a sociologia econômica com a economia política. Nesse contexto, submeteu à rigoroso interrogatório os pressupostos da economia clássica de Smith, notadamente em seu trabalho sobre a riqueza das nações: **“seu trabalho não deixa entrever que são os interesses econômicos dos capitalistas que organizam a lei da sociedade”** (2000, p. 138, grifo meu). Os aportes no campo da economia política são, com efeito, imprescindíveis no estabelecimento de uma política pública que se pretenda desenvolvimentista.

Segundo Polanyi, a natureza (em seu sentido físico), bem como os fatores geográficos e biológicos foram conscientemente excluídos do problema da riqueza nos postulados de Smith: “as falácias dos fisiocratas serviram-lhe de aviso; a predileção deles pela agricultura levou-os a confundir a natureza física com a natureza humana, induzindo-lhes a argumentar que apenas o solo era realmente criativo” (2000, p. 139). Nessa esteira, ao assumir a economia substantiva como aquela que está enraizada nas relações sociais, vê-se uma base teórica que pode auxiliar na compreensão de uma EC de base territorial, focalizada nos saberes, conhecimento e habilidades dos indivíduos.

Deste ponto em diante, ocorre relevante aproximação entre o homem, natureza e organização produtiva. Polanyi aprofunda a ideia de duplo movimento, vivenciado pela sociedade durante um século:

[...] o mercado se expandia continuamente, mas esse movimento era enfrentado por um contramovimento que cercava essa expansão em direções definidas. Embora tal contramovimento fosse vital para a proteção da sociedade, ele era, em última análise, incompatível com a autorregulação do mercado e, portanto, com o próprio sistema de mercado (POLANYI, 2000, p. 161).

Ou seja, caso o mercado se reproduzisse ao alvedrio de suas próprias leis, poderiam causar sérios males à sociedade. De tal modo, o contramovimento a que o autor se refere vai muito além de um mecanismo de defesa da própria sociedade. Ora, se a produção é a interação do homem e da natureza (POLANYI, 2000), organizar este processo sob o manto da autorregulação significa sujeitá-la à oferta e à procura, relegando homem e a natureza à condição de mercadorias, como efetivamente viera a acontecer. Nesse contexto, o contramovimento da sociedade atuou no sentido de refrear, com mecanismos interventores e protetivos junto ao Estado, a ação do mercado em relação aos fatores de produção (terra e trabalho). Assim, o duplo movimento:

[...] pode ser personificado como a ação de dois princípios organizadores da sociedade, cada um deles determinando seus objetivos institucionais específicos, com o apoio de forças sociais definidas e utilizando diferentes métodos próprios (POLANYI, 2000, p. 161).

O duplo movimento polanyiano era composto, de um lado, pelo “liberalismo econômico” - cujo objetivo era o de criar condições para o estabelecimento do mercado autorregulável, lançando mão do *laissez-faire* e livre comércio como métodos para assegurar o apoio das classes comerciais -; e de outro, pelo “princípio da proteção social”, cujo objetivo maior era o de proteger aqueles mais diretamente afetados pela deletéria ação do mercado - as classes trabalhadoras e fundiárias - que por sua vez valiam-se de associações restritivas e mecanismos legais como métodos (POLANYI, 2000).

A severa exposição crítica feita por Polanyi (2000, p. 166) à instituição Estado liberal resulta de um movimento fanático pela salvação secular do homem: o credo liberal “só assumiu seu fervor evangélico em resposta às necessidades de uma economia de mercado plenamente desenvolvida”. A conexão que deve ser feita aqui reside na correspondência entre os dogmas utópicos propostos pela economia liberal – o trabalho deve encontrar seu preço no mercado, a criação de dinheiro deve sujeitar-se à mecanismos automáticos, os bens devem ser

livres para fluir entre os países – e as instituições identificadas por Polanyi (um mercado de trabalho, o padrão-ouro e o livre comércio).

Contudo, ao passo que o liberalismo econômico expandia-se nos anos de 1830, projetava-se, também, a criação de um mercado de trabalho livre e a extensão da miséria infligida às vítimas de tal progresso. O *laissez-faire*, semelhantemente, tornou-se um credo fervoroso para além dos meios acadêmicos: salários reais caíram; negócios atingidos frontalmente pela queda brusca no câmbio exterior e o comércio livre tornaram-se extravagantes (POLANYI, 2000). Pausa para a reflexão da atualidade desta obra, notadamente no Brasil pós-2016. Novamente, apenas um alcance de ordem global seria capaz de comportar a economia autorregulável de mercados.

O credo liberal viera a enraizar-se ainda mais no papel do Estado. Nas décadas de 1930 e 1940, os adeptos do neoliberalismo viram-se protegidos por um extenso arcabouço legislativo que repelia quaisquer regulamentações restritivas ao livre-comércio (expansão do sistema de mercado), conferindo ao Estado a responsabilidade por executar tarefas afeitas à este mecanismo de proteção. Contudo, o credo liberal tentou mascarar suas contradições visto que em, seu auge, flagelou centenas de milhões de pessoas pela inflação; espoliou classes e nações inteiras; enfraqueceu mecanismos de integridade monetária; intensificou o processo de privatização (e com ele as demissões em massa); solapou liberdades constitucionais entre outros infindáveis males (POLANYI, 2000). O contramovimento em discussão surge, então, como reação espontânea de oposição ao liberalismo econômico. Constatou-se que houve uma resposta internacional à expansão da economia de mercado, vez que representava inegável ameaça aos componentes humanos e natural do tecido social.

Os ideais do liberalismo” denunciado em *A Grande Transformação*, sofisticar-se-á na roupagem do neoliberalismo, responsável por colocar em curso uma agenda diretamente contrária ao desenvolvimento do princípio político do comum(s)¹³. Polanyi lembra que o

¹³ O “comum” enquanto princípio político ganhou notabilidade no “*Ensaio sobre a Revolução no século XXI*” dos franceses Pierre Dardot e Christian Laval, publicado originalmente no ano de 2014. Para os autores, a própria etimologia do comum é da ordem da política, ou melhor, uma instituição da política capaz de introduzir uma nova lógica profunda e sistemática para repensar a forma institucional de um autogoverno. Particularmente nos anos 1980 o neoliberalismo, com o auxílio de todo um arsenal de políticas públicas, corporificou ainda mais suas práticas objetivando, dentre tantas outras coisas, estender a lógica da concorrência a toda sociedade. Intensifica-se, deste então, discussões sobre arranjos alternativos de organização social sob a premissa de que nem Estado nem empresas dão respostas que permitem fazer frente aos crescentes processos de alargamento das desigualdades socioeconômicas, pobreza, desastres ambientais dentre outras crises de escala global (Dardot; Laval, 2017, p. 12). Dardot e Laval (2017, p. 16) lembram que o “comum” foi trazido à lume pelas “lutas sociais e culturais contra a ordem capitalista e o Estado empresarial”. O comum, enquanto princípio político, certamente passou despercebido nos redesenhos da nova ordem político-econômica mundial. Frequentemente reivindicado pelos movimentos altermundialistas e da sociedade civil, o comum, numa leitura à luz da filosofia política parece preceder às comunidades, ou seja, parece representar efetivamente a essência destas, não obstante tenham sido

laissez-faire passou a representar três dogmas clássicos: “o trabalho deveria encontrar seu preço no mercado, a criação do dinheiro deveria sujeitar-se a um mecanismo automático, os bens deveriam ser livres para fluir de país a país, sem empecilhos ou privilégios” (2000, p. 166).

A atualidade do pensamento polanyiano ajuda a clarificar não apenas as transformações ocorridas no mundo do trabalho, mas os reais intentos das políticas de cariz neoliberal que vêm assombrando países da América Latina na última década:

Nenhum sofrimento particular, nenhuma violação de soberania era considerada um sacrifício demasiado grande para a recuperação da integridade monetária. As privações dos desempregados, sem emprego devido à deflação, a demissão de funcionários públicos, afastados sem uma pensão, até mesmo abandono dos direitos nacionais e a perda das liberdades constitucionais eram considerados um preço justo a pagar pelo cumprimento da exigência de orçamentos estáveis e moedas sólidas (POLANYI, 2000, p. 174).

Bastante sintomático, portanto, o número de acordos internacionais que têm sido firmados visando atender às exigências do livre mercado ao passo que enfraquecem os direitos trabalhistas à pretexto de uma suposta competitividade (BRASIL, 2017¹⁴). Vê-se, então, a partir dos anos de 1930 e 1940 uma expansão do arcabouço legislativo que, não apenas ampliava a burocracia de Estado para atendimento dos anseios dos adeptos ao liberalismo, como também solapava quaisquer restrições ao livre mercado em escala global. Com efeito, “o caminho para o mercado livre estava aberto através do incremento de um intervencionismo contínuo, controlado e organizado de forma centralizada” (2000, p. 172). Nisso consiste o Estado neoliberal.

Entretanto a derrota sofrida pelos ideais do liberalismo clássico ainda nos anos de 1940 na Inglaterra e nos Estados Unidos, notadamente quanto à ortodoxia orçamentária e monetária, não impediu que alguns de seus princípios se ressignificassem na construção teórica de outros autores neoliberais (Friedman, Mises, Hayek etc). Nesse ideário há uma insistência na retórica que o insucesso de suas políticas [liberais] deve-se a interferência do Estado na liberdade de emprego (regulamentando as relações de trabalho, por exemplo), além

inúmeras as tentativas de modernizá-lo (ou reabilitá-lo, nas palavras de Dardot e Laval, 2017). Nas palavras de Dardot e Laval (2017, p. 113) por seu caráter geral e abstrato, a categoria “comuns” tem a “vantagem de englobar todos os elementos da realidade, todas as práticas, todas as instituições, todos os títulos e estatutos ameaçados pela lógica proprietária e mercantil”, a qual podemos igualmente resumir pela categoria geral de “cercamento”. Essa (re)movimentação em direção ao comum na nova economia política parece advir de uma tomada de consciência coletiva contra a privatização de todos os aspectos da vida cotidiana e da transformação de toda atividade e valor em mercadorias (POLANYI, 2000; KLEIN, 2001), seja pelas sociedades de mercado, seja pelo Estado totalitário. Pode-se falar, portanto, numa agenda internacional de recuperação dos comuns que objetiva o controle democráticos das trocas econômicas e da exploração de recursos naturais (KLEIN, 2001)

¹⁴ LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm>. Acesso em 15.05.2021.

das “alianças profanas” que, segundo esses autores, uniu sindicatos profissionais, partidos trabalhistas, interesses agrários entre outros com o fim de frustrar a agenda de liberdade econômica:

A grande variedade de formas nas quais surgiu o contramovimento, espontâneo e coletivista, não foi devida a qualquer preferência pelo socialismo ou pelo nacionalismo por parte dos interesses envolvidos, mas deveu-se exclusivamente ao alcance mais amplo dos interesses sociais vitais afetados pela expansão do mecanismo de mercado (POLANYI, 2000, p. 177).

Em termos objetivos, o duplo movimento a que Polanyi se referiu tratava justamente de um contra-ataque do Estado e de diferentes setores da sociedade contra a ação deletéria das economias de mercado: “leis fabris, o seguro social, o comércio municipal, os serviços de saúde, de utilidade pública, subvenções e subsídios [...] devem ter atuado como tantos outros empecilhos para o funcionamento do sistema competitivo” (2000, p. 176).

Não por acaso tenham sido infundáveis as investidas dos neoliberais para valer-se do Estado, e de seu poder institucional, sua força de lei, de repressão e violência para organizar as pré-condições de um mercado autorregulado, refundando o modo como se dão as relações sociais. Essa complexidade institucional alcança significativa importância na obra de Karl Polanyi e certamente poderá enriquecer a mistura de instrumentalidades utilizadas para os intentos da presente tese.

Como já trazido à lume neste trabalho, a separação do trabalho das demais funções do cotidiano da vida e sua sujeição às leis do mercado **significou a aniquilação das formas orgânicas de existência**. Para levar à efeito seus mais obscuros objetivos, a sociedade de mercado precisaria fatalmente liquidar organizações produtivas fundadas na terra, nas relações de vizinhança, de parentesco, de comunidades, para que uma nova racionalidade pudesse se instalar, notadamente com a liberdade de os indivíduos venderem suas forças de trabalho no mercado.

Curiosamente a reflexão em torno dos mercados, da natureza e do *embeddedness*¹⁵ lança luz sobre as discussões em torno ou açambarcamento ou cercamento dos “comuns”.

¹⁵ Muito embora o conceito de *embeddedness* seja constantemente associado à Polanyi (2000) e Granovetter (1985), Machado (2010) lembra que Thurnwald, um dos autores que mais influenciou Polanyi no campo da antropologia econômica, já havia utilizado este conceito nos seus estudos. Logo, é possível que tenha sido nele que Polanyi se inspirou para a adoção do conceito de “incrustação” (Beckert, 2007). Por sua vez, Block (2000) sugere que Polanyi se inspirou num termo utilizado na mineração ao estudar a história econômica inglesa. Na preparação para a elaboração de “A grande transformação”, ele teria lido extensamente sobre a história das tecnologias da indústria mineira inglesa que tinham como tarefa extrair o carvão “incrustado” (*embedded*) nas paredes rochosas das minas.

Polanyi (2000) é categórico ao afirmar que a “terra é um elemento inexplicavelmente entrelaçado com as instituições do homem” (p. 214). Contudo, sabe-se que a terra - e tudo que nela se produz - é um fator de produção escasso. Ela “dá estabilidade à vida do homem; é o local de sua habitação, é a condição da sua segurança física, é a paisagem e as estações do ano. Imaginar a vida sem a terra é o mesmo que imaginá-la nascendo sem mãos e sem pés” (p. 214). Para o autor, o sentido simbólico de *embeddedness* está justamente na função econômica entrelaçada nas relações sociais do homem com a terra, e não separada dela. Ao fazê-lo, as economias de mercado transformaram as sociedades em sociedades de mercados: “a divisão do trabalho industrial-agrícola foi aplicada ao planeta” (2000, p. 217).

No mesmo sentido, a liberdade do dinheiro pela via das políticas monetárias internacionais também se configurou supedâneo fundamental para o desenvolvimento dos mercados autorregulados, razão pela qual se sofisticaram as formas com que o dinheiro pôde ser transacionado em qualquer negócio, em qualquer distância e em qualquer tempo. Ocorre, contudo, que a autorregulação dos mercados era, em verdade, imperfeita, razão pela qual o Estado passou a intervir visando responder às “pressões quando o ciclo comercial deixou de corresponder e restaurar o emprego, quanto as importações deixaram de produzir exportações, quando as regulamentações da reserva bancária ameaçaram os negócios com o pânico, quando devedores estrangeiros recusaram-se a pagar” (p. 243).

Nos autos e baixos do capitalismo liberal, um movimento político-ideológico ascendeu como um escape: o fascismo¹⁶. Ele era visto como uma alternativa ao impasse institucional que acometia boa parte dos países que mergulharam na falácia do mercado autorregulável: “A solução fascista do impasse atingido pelo capitalismo liberal pode ser descrita como uma reforma da economia de mercado, alcançada ao preço da extinção de todas as instituições democráticas, tanto no campo industrial como no político” (2000, p. 276).

Inobstante a antropologia econômica polanyiana tenha solapado boa parte dos constructos racionalistas submersos na economia liberal e no mercado autorregulável, a transição para um modelo intensivo em capital financeiro, como o é agora, coloca desafios

“*Embeddedness*” – a partir de tradução livre pode ser definido sob alguns termos, entre eles: imersão, enraizamento, incrustação, imbricação – é um conceito popularizado a partir dos pensamentos Karl Polanyi. Posteriormente, foi redesenhado por Mark Granovetter, com grande repercussão nas ciências sociais – economia, sociologia, antropologia e geografia econômica (ZANELA, 2019, p.52).

¹⁶ Cujas representações e símbolos são visivelmente exemplificados com a ascensão do governo de Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018, no Brasil. As práticas e discursos de seu governo refletem justamente as retóricas propaladas anteriormente nas sociedades de mercado na Europa, atingindo os campos da educação, cultura, política e economia. Como símbolos, o fascismo apoia-se indiscriminadamente em insígnias como “família”, “pátria” e “Deus”.

teórico-metodológicos importantes que carecem, igualmente, de formulações analíticas mais atuais.

Em Harvey (2008), por exemplo, o neoliberalismo em sua fase financeirizada ajudou a formar o nexo “Estado-finanças”, por meio do qual o aparelho do Estado é utilizado pelo capital financeiro formando um processo orgânico de acumulação e, especificamente, a despossessão, entendida esta como um processo capaz de acelerar a concentração e centralização do capital. Nessa versão do capitalismo financeirizado a agenda neoliberal atua tanto na periferia¹⁷ quanto no centro eliminando os menores e mais fracos, à exemplo do que ocorre nos momentos de crise, onde pequenos produtores, trabalhadores, pequenos e médios empresários são violentamente espoliados por fundos multimercados e pelo setor oligopolizado dos bancos.

E ainda, “o objetivo das políticas neoliberais desde 1980, mais ou menos, tem sido despejar esses custos nos comuns globais de reprodução social e do meio ambiente, criando, por assim dizer, comuns negativos nos quais populações inteiras são hoje obrigadas a viver (HARVEY, 2014, p. 165). O autor refere-se especificamente ao “plano draconiano de austeridade global” que vem sendo sistematicamente adotado por governos neoliberais em prejuízo do meio ambiente e das relações sociais e que se valem de crises socioeconômicas para fortalecer – quando deveriam mitigar – as atividades predatórias de intensificação da propriedade privada (ou pura e simplesmente “privatizações”) como “precondição necessária a retomada do crescimento”¹⁸.

Dardot e Laval (2017, p. 137) lembram etapas já conhecidas do receituário neoliberal¹⁹: “A lógica predatória atua também por intermédio da ação governamental, quando sistemas de aposentadoria por repartição simples são substituídos por seguros privados ou quando universidades públicas perdem força em benefício de estabelecimentos

¹⁷ Ver Celso Furtado (1998)

¹⁸ Além de ardilosa e falaciosa, a utilização do discurso neoliberal de privatizações e de entrega de bens públicos e, por conseguinte, de bens comuns à iniciativa privada constitui prática conhecida dos economistas da Escola de Chicago, os “Chicago Boys”, à exemplo do receituário seguido pelo “superministro da economia” do governo de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes. “O Chile foi pioneiro na adoção do neoliberalismo: os princípios de interesse individual, propriedade privada e supremacia do mercado financeiro foram implementados aqui antes mesmo do Consenso de Washington, de 1989 [quando foi formulado um 'receituário' de medidas neoliberais à América Latina, como privatizações, austeridade fiscal e reformas tributárias]” (HOLZMANN, 2019, s.p.).

¹⁹ À exemplo das sucessivas investidas do governo de Jair Messias Bolsonaro desde sua posse, no início de 2018: no campo da seguridade social com a contrarreforma da previdência (Emenda Constitucional nº 103/2019), elaborada pela equipe econômica do governo, declaradamente neoliberal, na figura do Ministro da Economia Paulo Guedes; e, ainda, da proposta de reforma ideológica do Estado, vendida à sociedade como “Reforma Administrativa” (Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020). Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>>. Acesso em 31.05.2021.

privados”. Daí a importância da ação articulada no seio da tomada do poder institucional do Estado para a instituição de políticas efetivamente públicas.

Contudo, a narrativa polanyiana supera questões de ordem econômica e descortina a sociedade por meio de seus fenômenos sociais e culturais. Para o autor, o processo econômico pode influenciar mecanismos que moldam as instituições nas quais a existência de uma determinada classe social se dá. Em vários momentos o autor lança mão da antropologia econômica para lembrar que os objetivos pelos quais os homens trabalham são determinados culturalmente e que o desenraizamento das pessoas de seus lares ocorre frequentemente quando da intervenção abrupta decorrente de mudanças econômicas.

2.2 Por uma epistemologia substantiva da economia

Expoente da chamada vertente substantiva da economia, Polanyi denuncia que separar o trabalho das demais atividades da vida é o mesmo que sujeita-lo às leis do mercado, aniquilando formas orgânicas de existência, substituindo-a por uma individualista, atomista (2000, p. 198). Muito embora, novamente, não pretenda esmiuçar as bases da centralidade da categoria trabalho, ao lançar luz sobre sua importância institucional o autor afirma que é de interesse da economia liberal impedir que comunidades tradicionais (coloniais) se fortaleçam e se reformulem.

Cabe, para fins de contextualização, prenunciarmos algumas diferenças atenuantes entre as abordagens formal e a substantiva da economia (LEMAÎTRE; HELMSING, 2012):

Tabela 2 – Abordagens formal e substantiva dos estudos econômicos

	Neoclássicos, Nova Economia Institucional e Contratos	Modelo Polanyiano
Definição de economia	Formal	Substantiva
Formas de coordenação, lógica de trocas	<ul style="list-style-type: none"> - O Mercado é primeiro princípio - O princípio de não-mercado é residual - A economia não-monetária está oculta 	<ul style="list-style-type: none"> - Economia plural => o mercado, a redistribuição e a reciprocidade são analisados, <i>a priori</i>, sem hierarquias
Organização	<ul style="list-style-type: none"> - Caixa preta - Extensão de Mercado - Solução eficiente 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção humana - Visão integral, pluralidade de atores e lógicas

Relação da Organização com o Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Principalmente a influência do ambiente na organização - Ambiente, principalmente em termos de mercado, tecnológicos ou informativos 	<ul style="list-style-type: none"> - Interação, influência recíproca entre a organização e o ambiente - Foco em ambiente não-mercantil (dimensão política)
--	---	--

Fonte: adaptado de Lemaître, Helmsing (2012, p. 8).

Insta destacar, ainda, a relevância dos princípios da reciprocidade, redistribuição e domesticidade na obra de Polanyi, segundo Silva *et al.*, (2011):

- Reciprocidade: um sistema de dádivas entre os membros da comunidade. A reciprocidade não é motivada pelo ganho ou lucro – como ocorre nas sociedades de mercado – e assenta-se na organização simétrica da comunidade.
- Redistribuição: apoia-se no padrão de centralidade, ou seja, “a entrega dos produtos a uma autoridade institucionalmente investida, responsável pela redistribuição em bases justas” (VINHA, 2001, p. 7). Ou seja, uma pessoa que faz a intermediação entre a produção e a distribuição justa entre os participantes.
- Domesticidade: reciprocidade e redistribuição somente são possíveis com o princípio da domesticidade

O terceiro princípio, destinado a desempenhar um grande papel na história, e ao qual chamaremos o princípio da domesticidade, consiste na produção para uso próprio. [...] A prática de prover as necessidades domésticas próprias [...] nada tinha em comum com a motivação do ganho, nem com a instituição de mercados. O seu padrão é o grupo fechado (POLANYI, 2000, p. 73).

Segundo Barber (1995, p. 399) “a troca mercantil é interdependente de um conjunto de variáveis sociais estruturais e culturais que constituem os modernos sistemas sociais: equidade, eficiência, universalismo, regras específicas de propriedade etc.” Com efeito, estes três princípios atuam como formas de integração em um modelo econômico que está incrustado em elementos socioestruturais e culturais da sociedade, ao contrário dos mercados autorregulados que foram “desincrustados” dessas relações criando as sociedades de mercado.

A abordagem substantiva polanyiana, por sua vez, reforça que a “terra é um elemento inexplicavelmente entrelaçado com as instituições do homem” (POLANYI, 2000, p. 214). Portanto, terra e trabalho não devem ser separados, vez que a terra é parte da natureza, que por sua vez forma um todo articulado com a vida. Novamente a importância do território no desenvolvimento econômico de uma nação.

E ainda, para além da função econômica (reconhecida ao longo da história econômica) a terra representa a habitação do homem, a condição de sua habitação, segurança, paisagem etc. Logo, o reconhecimento dessa importante relação, conecta o substantivismo do autor às discussões que envolvem economias alternativas e dos territórios enquanto espaços genuínos de liberdade e desenvolvimento (cultural, social e econômico).

Logo, visto que a agenda das economias de mercado caracterizadas pela autorregulação submeteu terra, trabalho e dinheiro às condições de encarceramento (e não mais como fatores livres) tem-se, ao mesmo tempo, um contramovimento das classes trabalhadoras e do campesinato, caracterizado pela proteção social, de cunho político-intervencionista, ou ainda, protetor-mediador.

A literatura internacional e nacional recente em economia política e desenvolvimento tem reforçado que o estágio neoliberal do modo de produção capitalismo está marcado por uma confluência de crises: financeira, alimentar, energética, ambiental etc (HARVEY, 2008; 2014; FRIEDMANN, 2016). Isso coloca em perspectiva a importância de questões que envolvem o estabelecimento de novos modos de produção (inclusivos, equânimes, sustentáveis etc.) num quadro institucional e político mutuamente complexos, exigindo, assim, o surgimento de políticas públicas capazes de lidar com essas modificações e reconfigurações sociais.

Em Polanyi é possível verificar que a terra, o trabalho e o dinheiro, quando transformados em mercadorias e, portanto, regido pelas leis do mercado, produziram efeitos contrários aos defendidos na abordagem substantiva da economia: “em vez de a economia estar enraizada nas relações sociais, as relações sociais é que estão enraizadas no sistema econômico”. E ainda, “deixar o destino da terra e das pessoas para os mercados seria o mesmo que aniquilá-las” (POLANYI, 2000, p. 77; 131).

Bem verdade, porém, que alguns detratores condenam o fato de Polanyi negar a centralidade da esfera econômica no ser social, o que na visão deles, pode qualificar sua teoria como poética demais. Contudo, a narrativa contra-hegemônica de Polanyi muito tem a ver com aquela desvelada no interior da escola de *Frankfurt* à despeito da indústria cultural²⁰: “a verdadeira crítica à sociedade de mercado não é pelo fato de ela se basear na economia – num certo sentido, toda e qualquer sociedade tem que se basear nela – mas que a sua economia se baseava no autointeresse” (POLANYI, 2000, p. 289).

²⁰ Para Freitag (2004, p.72) a indústria cultural é a “forma *sui generis* pela qual a produção artística e cultural é organizada no contexto das relações capitalistas de produção”.

Ao final de sua obra principal, a discussão sobre a liberdade numa sociedade complexa confronta a racionalidade econômica do homem a partir de achados antropológicos, visto que a propensão à barganha não seria uma característica predominante nas sociedades primitivas, mas, tão-somente, infrequente. Haveria, portanto, que se analisar quais mecanismos deveriam servir ao propósito de superação da civilização industrial para uma nova base. Essa mudança, defende Polanyi, implicaria inconscientemente no medo da perda de liberdades que poderia decorrer ao se retirar do mercado a terra, o controle do dinheiro e demais elementos de produção.

2.3 Para (re)pensar uma agenda de economias alternativas

Como inicialmente apresentado neste trabalho o percurso teórico em construção requer o esclarecimento, em seu conjunto, das disputas e contradições afeitas à constituição das economias de mercado e da regulação pública e construção social de novos mercados. Embora não seja seminal ao trabalho, o conceito de *embeddedness* merece resgate posto que as novas economias, ou melhor, novos mercados possuem um enraizamento distinto dos convencionais. Este conceito ajuda-nos a entender não apenas os processos de institucionalização de economias substantivas como também seus arranjos de governança de políticas públicas.

Nesse sentido Granovetter (1985) e outros também coadunam que os mercados e as ações econômicas encontram-se, de uma maneira ou de outra, enraizadas. Contudo, a visão de Granovetter difere-se da de Polanyi, porquanto tenha deixado de contemplar aspectos da economia política, à exemplo da inegável importância do poder público (Estado) no estabelecimento de políticas e estratégias.

Este conceito tem sido amplamente utilizado nas pesquisas da sociologia econômica. Em Polanyi, o *embeddedness* é utilizado para referir-se à uma economia que está submersa nas relações sociais, e não desvinculada delas. Em outros termos, o sentido ontológico da economia pressupõe o seu enraizamento (ou incrustação), imerso no tecido das relações culturais, sociais, territoriais etc. De tal modo, a economia não pode estar desvinculada e autônoma da sociedade, como defende o mercado autorregulado e que busca sujeitar a sociedade às suas próprias leis (MACHADO, 2010).

O que diferencia, portanto, os novos mercados e os mercados convencionais é o fato de que os últimos atuam de maneira a reificar à motivação de lucro e do autointeresse, estritamente mercantil. De outro norte, os novos mercados, ou melhor, as novas economias

alternativas ou de transição estão enraizadas em formas distintas de integração, institucionalizados em estruturas de suporte como a reciprocidade (identificada na família, na comunidade, na cooperativa etc.) e a redistribuição, realizada pelo Estado, mas não somente, em suas políticas públicas de proteção e bem-estar (ESCHER, 2016). Esses princípios resgatados em Polanyi devem (ao menos deveriam) estar presentes em qualquer política pública que pretenda incentivar o desenvolvimento enquanto ampliação de liberdades e satisfação plena das necessidades humanas.

Em que pese não seja objetivo deste trabalho debater questões aprofundadas quanto à teoria institucionalista forçoso resgatar Hodgson (2007), bem como a atualidade de seu conceito:

Instituições são sistemas duráveis de regras sociais estabelecidas e enraizadas em hábitos mentais que estruturam as interações sociais. Linguagem, dinheiro, [propriedade privada, família, igreja, estado, leis, mercados de insumos, produtos e trabalho, burocracias], sistemas de pesos e medidas, modos à mesa, firmas, [cooperativas e associações, sindicatos e partidos políticos] são todos instituições. Em parte, a durabilidade das instituições advém do fato de que elas podem proveitosamente criar expectativas estáveis sobre o comportamento dos outros. Geralmente as instituições possibilitam o ordenamento de pensamentos, expectativas e ações, impondo forma e consistência sobre as atividades humanas. Elas dependem de pensamentos e atividades dos indivíduos, mas não são redutíveis a eles (HODGSON, 2007, p. 2).

Nessa esteira, ao refletirmos sobre as instituições constata-se que as mesmas emergem como resultado e expressão de interações sociais moldadas historicamente, através de processos cumulativos de conhecimento. Assim, a partir de relações sociais, práticas, costumes, hábitos etc., as instituições são perpetuadas ou extintas, reconstituídas e as regras reforçadas (HODGSON, 2007).

Roustang *et al.*, (1996, p. 73) lembram o “extraordinário aumento do nível de vida após os primórdios da revolução industrial”, às custas dos ganhos de produtividade do trabalho, da concentração dos meios de produção e performance dos sistemas econômicos. Contudo, a crítica maior repousa no esforço discursivo de que as economias de mercado são as únicas capazes de produzir riqueza, solapando quaisquer outras formas de economia que venham a ser suscitadas, como argumentara Polanyi décadas antes.

Os autores afirmam que o sistema é bem mais complexo. Uma economia de mercado, mercantilizada, só tem projeção e validade com a existência de princípios reguladores. E mais, as distorções produzidas pela desenfreada concentração de riqueza dessas economias só foram parcialmente equacionadas a partir do estabelecimento de instituições para salvaguardar aspectos de justiça e de normas sociais. Aliás, o papel do Estado Social

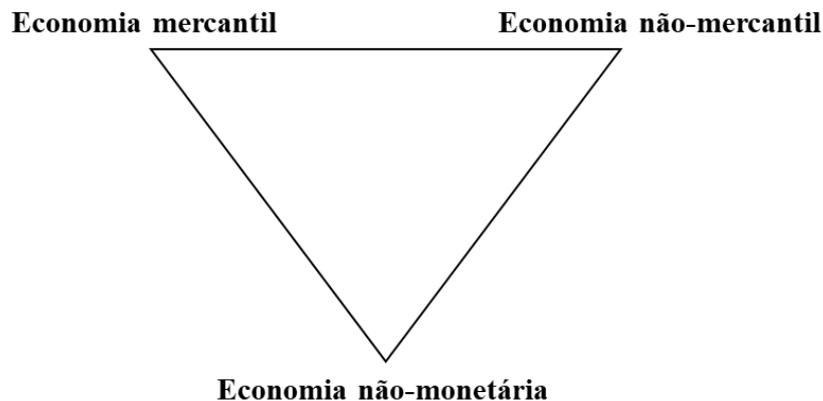
(ROUSTANG *et al.*, 1996) foi essencial para assegurar o cumprimento do princípio econômico da redistribuição.

Foi justamente essa complementariedade entre economia mercantil e não-mercantil que viera a produzir o surgimento de uma economia monetária, que se vale de mecanismos próprios para fazer circular bens, serviços e a própria redistribuição. E ainda, de uma economia não-monetária, como parte da organização econômica:

[...] indissociável das comunidades hereditárias, famílias ou etnias. As trocas apenas são muito parcialmente monetárias, os pagamentos em natureza têm aí um lugar também importante. Esta economia de subsistência, onde não existem uma separação nítida entre família e empresa, reagrupa por sua vez as explorações familiares agrícolas, os ateliers artesanais, as muito pequenas empresas de comércio, de transportes e de serviços assim como a economia doméstica (ROUSTANG *et al.*, 1996, p. 77).

Com efeito, têm-se que as economias monetária, mercantil e não-mercantil formam, então, uma economia de três pólos, também chamada de economia plural:

Figura 2 – Esquema geral da Economia Plural



Fonte: Adaptado de Roustang *et al.* (1996).

Em síntese, tem-se que a economia plural é constituída, segundo França Filho (2004, p. 13):

- **Economia mercantil:** fundada no princípio do mercado autorregulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário [...];
- **Economia não-mercantil:** fundada na redistribuição. Isto é, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a

figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos, a fim de distribuí-los;

- **Economia não-monetária:** fundada na reciprocidade. Isto é, um tipo de sistema de relação de trocas orientado segundo a lógica da dádiva, tal como formulada/descrita por Mauss. A dádiva compreende três momentos: aquele do dar, do receber e o do retribuir. Nesse tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo mesmo da circulação desses bens é a perenização dos laços sociais. A lógica da dádiva obedece a um tipo de determinação social específica; pois ao mesmo tempo livre e obrigada, a doação (ou esse registro de lógica) é essencialmente paradoxal.

Com efeito, o esquema geral proposto pelos autores não busca estabelecer uma correlação de forças ou uma simetria entre as economias: a economia mercantil é sedutoramente dominante, sobretudo, pela simplicidade do modo de regulação que a caracteriza (ROUSTANG *et al.*, 1996). Por outro lado, em que pese a economia mercantil seja uma reconhecida fonte de eficácia, pode produzir gravíssimas desigualdades ao concentrar riqueza e precarizar o trabalho. No mesmo sentido, ao passo em que Estado encabeça a economia não-mercantil visando assegurar sua posição de redistribuidor de riqueza, pode também constituir uma fonte disfuncional da burocracia.

Os autores lembram ainda que o caso da economia da cultura é exemplo adequado para o entendimento da economia plural. Isso porque a economia cultural situa-se nas três dimensões da economia plural. No setor editorial, por exemplo, tem-se que a produção de livros pode ocorrer em escala mercantil, ao passo em que também pode ser financiada com mecanismos públicos (leis de incentivo, por exemplo) e, ainda, a possibilidade de distribuição gratuita de obras, democratizando o acesso.

Tem-se, então, uma necessidade de constituição de um novo equilíbrio, ao menos parcial, entre as formas econômicas. Nisto se assenta a proposição da economia plural, que será particulariza no contexto da EC e seu desenvolvimento a partir da categoria território. No mesmo sentido, a economia plural reconhece que os três pólos que a constituem não o fazem de forma separada: podem coexistir, imbricadamente, por meio de diferentes combinações. E ainda, quanto às vantagens decorrentes do reconhecimento e fortalecimento da economia plural, os autores destacam “a integração social de todos em uma atividade produtiva; [...]; o desenvolvimento de potencialidades de criação ao nível individual e ao nível de territórios; um sistema de produção mais econômico em recursos naturais não-renováveis” (ROUSTANG *et al.*, 1996, p. 83).

Inevitável trazer à lume a fala de Milton Santos (2000), que parece alinhar-se adequadamente ao enredo até aqui traçado:

Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum (SANTOS, 2000, p. 109-110).

É sabido que Polanyi colocou em perspectiva um profícuo debate sobre o Estado neoliberal, os mercados autorregulados e o papel ativo da sociedade como protagonista de um contramovimento. Nesse aspecto, cabe colocar em perspectiva o papel da sociedade (civil) em um cenário de “autorregulação”. Seria ela protagonista de um novo projeto de transformação social, que também é essencialmente político?

Nessa esteira, as práticas, as ideias (criatividade) e os saberes ganham centralidade no campo simbólico e substantivo da economia. De igual modo, considerando que não há, em termos concretos, uma crise final do modo de produção capitalista e que a luta de classes não necessariamente implodirá tal sistema, têm-se que diversos projetos políticos formam-se no contexto do capitalismo: reacionário, conservador, progressista, radical etc.

No contexto da economia substantiva, a sociedade civil não pode estar reduzida a “tudo aquilo que não é Estado”. Tampouco, como um domínio autônomo da economia mercantil, uma visão economicista liberal (ROUSTANG *et al.*, 1996). Se limitada à essa visão, a sociedade civil deixa de ser compreendida na multiplicidade de formas e atividades econômicas que pode encabeçar, assim como em suas formas política e de comprometimento colaborativo e solidário. Em outras palavras, nessa perspectiva, a configuração da sociedade civil deve revelar-se como verdadeiros espaços públicos autônomos de livre debate e participação democrática.

Logo, as relações circunscritas entre sociedade civil e o Estado têm (ou menos deveria), em seu centro, as dimensões econômica e deliberativa, articuladas. Ou seja, existem outras economias para além daquelas pertencentes ao *mainstream* e que podem, articuladas e incentivadas pela economia não-mercantil, projetar-se. Logo, a “revalorização das formas de economia complementares da economia de mercado legitima a noção de atividade plural” (ROUSTANG *et al.*, 1996, p. 157).

Ou seja, face às recentes transformações econômicas no mundo, vê-se a constante necessidade de reflexão e reconstrução de instrumentos, modelos e políticas que aproximem a diversidade de economias de transição em um contexto de isonomia e cooperação mútua.

Fatalmente o papel do Estado notabiliza-se visto que a correlação de forças tem sido constantemente alterada: o projeto político de austeridade e com orientação neoliberal tem se valido incessantemente do Estado para o fortalecimento das economias de mercado, ao passo em que empreende esforços velados para o enfraquecimento das economias não-mercantil e não-monetária.

Com efeito, sabe-se que a economia não-mercantil (aquela na qual o Estado ganha notabilidade) tem sofrido inegável esfacelamento, sobretudo, na sua missão de redistribuição. Carece, portanto, de um movimento de relegitimação. Isso porque a crença no papel do Estado em equacionar as relações sociais foi colocada em cheque pelo avanço das sociedades de mercado e da agenda neoliberal (HARVEY, 2008).

Obviamente não se almeja esgotar aqui as discussões em torno do papel do Estado. Antes, reconhecê-lo como instituição de importância angular no desenvolvimento de modelos econômicos alternativos, face à existência dos projetos de poder que vivem continuamente disputando-o. Não é novo o reconhecimento de que as frequentes crises da economia mercantil e monetária tenham refletido na economia não-mercantil. Tem-se, então, que o papel do Estado deve ser constantemente reforçado e fortalecido no seio dos projetos políticos em disputa, de maneira que as desigualdades econômicas e sociais não se agravem ainda mais.

Para isso:

As condições acima enumeradas deverão permitir a implantação de um novo modelo econômico, social e político que, a partir de uma nova distribuição dos bens e serviços, conduza à realização de uma vida coletiva solidária e, passando da escala do lugar à escala do planeta, assegure uma reforma do mundo, por intermédio de uma outra maneira de realizar a globalização (SANTOS, 2000, p. 170).

Daí que pensar o advento de uma EC intensiva em símbolos, gestada à luz da dimensão do território, requer a compreensão dos movimentos e contramovimentos recorrentes no interior da sociedade e no ambiente institucional e, que a partir dessas “metamorfoses”, seja igualmente gestada uma produção local que resulte do encontro “do engenho humano com um pedaço determinado da natureza [...], permitindo que essa relação seja fundada nas virtualidades do entorno geográfico e social, de modo a assegurar a restauração do home em sua essência” (SANTOS, 2000, p. 165).

CAPITULO 3 – CELSO FURTADO: UM SUBSTRATO TEÓRICO PARA SE PENSAR CULTURA E CRIATIVIDADE COMO VETORES DE DESENVOLVIMENTO

Ter ou não ter direito à criatividade, eis a questão.

Celso Furtado

Por todo o mundo as discussões em torno das políticas econômicas de desenvolvimento a serem adotadas por um determinado governo ocupam boa parte das atenções dos setores diretamente afetados. Ocorre que desenvolvimento e crescimento estão em constante disputa conceitual e epistêmica: o sucesso de um impõe o fracasso ao outro. Das poucas boas propostas sobre desenvolvimento que alcançaram projeção internacional para além das tradições econômicas dominantes é possível destacar a de Amartya Sen (2010), vencedor do Nobel de Economia no ano de 1998 com sua análise sobre desenvolvimento como liberdade; e a de Celso Furtado, notável economista brasileiro e integrante da primeira geração de intelectuais da CEPAL²¹.

O fato de Celso Furtado nunca ter sido laureado com a maior premiação do universo acadêmico é sem dúvidas uma injustiça irreparável (COSTA, MACHADO, 2020). Concepções teóricas muito menos sofisticadas que as de Furtado receberam-na, como as de Douglas North (1993), Oliver Williamson (2009) e Elinor Ostrom (2009). Entretanto, não objetiva-se aqui discutir a predileção do comitê do Banco Nacional da Suécia por concepções estadunidenses, tampouco, suas objeções aos latino-americanos. Antes, esta tese, além de sublevar o ferramental analítico do autor às discussões sobre políticas públicas e desenvolvimento, também homenageia-o vez que, se vivo estivesse, comemoraria no ano de 2020 o seu centenário.

Objetiva-se neste capítulo circunscrever leituras que demarcam a possibilidade de enxergar a interação entre os aspectos submersos nas relações sociais (cultura, conhecimento, criatividade etc.) e seus reflexos de modo a nos permitir acessar o conceito de desenvolvimento econômico para além da esfera instrumental, colocando em perspectiva a lógica dos fins e dos meios, além de impulsionar uma racionalidade substantiva associada à vida humana e aos seus elementos constitutivos, tão caros e frequentemente esquecidos na

²¹ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), fundada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

elaboração de políticas públicas e cuja articulação é fundamental para a análise dos resultados de campo desta pesquisa.

Particularmente, almeja-se refletir sobre uma vertente teórica pouco explorada do autor, qual seja, o reconhecimento da dimensão substantiva da economia como vetor de desenvolvimento - interesse similar ao identificado em Polanyi (2000). E, para iniciarmos essa breve incursão no esperançoso arcabouço teórico de Celso Furtado, recorrer-se-á aos excertos de *Capitalismo Global* (1998), *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978), *Dialética do Desenvolvimento* (1964) e o *Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978), *Cultura e Desenvolvimento em época de crise* (1984), sem prejuízo de outros recortes que ajudarão a corporificar a narrativa laudatória em curso.

Este trabalho já antecipou ideias de grande importância na análise institucional de Karl Polanyi (2000) o qual focalizara o desenvolvimento das economias de mercado à luz de um Estado neoliberal em perspectiva trans-histórica. Entretanto, para adensarmos a mesma discussão sob um *locus* mais particularizado e adequado ao contexto de países subdesenvolvidos (ou periféricos, como preferem os cepalinos), como é o caso brasileiro, acredito que as mesmas categorias de análise possam ser igualmente abordadas a partir do histórico-estruturalismo furtadiano. À despeito da obra “Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise”, a professora Claudia Leitão escreve (2020):

“Ter ou não ter direito à criatividade, eis a questão”. A advertência é de Furtado no seu livro *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*, observando as contradições do capitalismo e a dependência cultural por ele gerada. Sua observação continua cada vez mais atual. Afinal, a liberdade de criar não se universalizou. Pelo contrário, ela sucumbiu aos interesses políticos e econômicos de alguns países e grupos que, em sua hegemonia, fazem circular produtos de qualidade muitas vezes duvidosa, e cujos processos de produção, em vários casos, insubmissos aos direitos humanos, ratificam a exclusão social e a dependência entre populações. Em um mundo globalizado, em que dependências científicas e tecnológicas determinam padrões de consumo e o comportamento passivo das populações, de que forma poderíamos construir um desenvolvimento endógeno e sustentável, capaz de garantir o direito à criatividade, defendido por Furtado? (LEITÃO, 2020, p. 45).

Aliás, do mesmo modo como em Polanyi, a doutrina liberal “mediante a qual os ingleses com tanta convicção justificaram o seu projeto de divisão internacional do trabalho” apoiados nas leis de vantagens comparativas de David Ricardo, constituiu enfrentamento central em Furtado, para o qual a nova fase do capitalismo – globalizado e financeirizado – reclama a participação de um Estado (nacional ou multinacional) que estabeleça “critérios de interesse geral disciplinadores do conjunto das atividades econômicas” (1974, p. 22;32). Ao apresentar e discutir as bases da economia capitalista e suas relações com o Estado neoliberal

- e consequente influência nas políticas públicas - Furtado teoriza, como poucos, os condicionantes do desenvolvimento econômico enquanto fenômeno com nítida dimensão histórica.

Ao denunciar as falácias do réprobo ideário neoliberal, à exemplo das “metas de crescimento econômico” que são frequentemente suscitadas à custas da criação de mais desigualdades e privilégios, Furtado elucubra aspectos do desenvolvimento econômico propondo enfrentamentos que escapam às sofisticadas formulações econométricas e funções de produção, acessando as malformações sociais engendradas no subdesenvolvimento de países sob os efeitos de dominação da nova ordem capitalista que os relegam à patente condição de economia dependente (FURTADO, 1998).

Daí que Furtado tenha envidado esforços permanentes em apresentar o Brasil para si - dotado de extraordinária capacidade assimilativa e criativa - além de incomensurável riqueza cultural e natural, as quais deveriam salvar-se incólumes de quaisquer tentativas de cerceá-las ou capturá-las em ato de privatização visando auferir riqueza à custas dos bens que deveriam ser públicos. Antes, o que Furtado denominou “endogeneização do desenvolvimento” buscava refletir justamente a preocupação em elevar elementos substantivos, imersos na dimensão cultural e social do país, à condição de variáveis estratégicas na implementação de políticas públicas.

Ao lançar a coletânea de ensaios “Cultura e Desenvolvimento em época de crise” (1984), por exemplo, o autor antecipou propostas em direção à um desenvolvimento endógeno que só viriam à tona no mundo 20 anos depois, particularmente, a descoberta da criatividade ao nível dos fins:

Daí que uma política cultural que se limita a fomentar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e a impor barreiras à inovação [...], o objetivo central de uma política cultural deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade. Não se trata de monitorar a atividade criativa e sim de abrir espaço para que ela floresça (FURTADO, 1984, p. 32).

Crítico dos padrões imitativos de consumo impostos pelos países capitalistas de centro aos de periferia²², Furtado formula um amplo projeto de desenvolvimento: “mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção, comporta um elemento de intencionalidade”. Ao mesmo tempo, propõe indagar “as relações que existem entre a cultura como sistema de valores e o processo de desenvolvimento das forças produtivas, entre a lógica dos fins, que

²²“Se deixarmos de lado as conjecturas e nos limitarmos a observar o quadro estrutural presente do sistema capitalista, vemos que o processo de acumulação tende a ampliar o fosso entre um centro, em crescente homogeneização, e uma constelação de economias periféricas, cujas disparidades continuam a agravar-se” (FURTADO, 1974, p. 68).

rege a cultura, e a dos meios, razão instrumental inerente à acumulação” que perpassa necessariamente pela dimensão política, enquanto política pública, com vistas a canalização de esforços para modificação do perfil da distribuição de renda “de forma que o conjunto da população possa satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, saúde, moradia, educação, etc (FURTADO, 1984, p. 21,31,105).

Com efeito, tem-se que os recortes analíticos de Celso Furtado acerca de sua teoria sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, cuja proposta histórico-estrutural contempla dimensões consideradas substantivas (cultura, criatividade, inovação etc.), constituem elementos fundamentais para se pensar a estruturação de políticas públicas a partir da própria sociedade, mediante a coletivização dos meios de produção e da canalização das forças produtivas e criativas da nação para constituição de uma riqueza comum *pari passu* a proteção de seu patrimônio, configurações estas que dariam o mote do pensamento sobre endogeneização do desenvolvimento.

A ideia de desenvolvimento apenas tem sido de utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas culturais ‘arcaicas’, para ‘explicar’ e fazer ‘compreender a necessidade’ de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo (FURTADO, 1974, p. 75).

Com efeito, a ideia de desenvolvimento – enquanto ampliação das liberdades humanas – é apenas ancilarmente econômica. Novamente, o desenvolvimento é tensão, implica intencionalidade, inventividade, criatividade. Para isso, os indivíduos precisam ter a liberdade para criar e estabelecer relações sinérgicas endereçadas ao bem-estar coletivo.

3.1 Economias de Transição, Comuns do Conhecimento e as Forças Criativas

Paralelo à reintrodução dos comuns²³ na agenda de debates teórico e político, assistiu-se nas últimas décadas ao processo de regeneração ou ressignificação do direitos de propriedades notadamente pelo fenômeno da inovação. Trata-se de uma agenda ampliada e estratégica de cercamento dos “comuns do conhecimento”. Especificamente, esta seção busca refletir sobre esses novos cercamentos e suas influências nas chamadas economias de

²³ A problemática dos comuns colocou em perspectiva a possibilidade de arranjos institucionais para além do Estado e mercados, com atividades de produção e gestão ligadas às próprias comunidades beneficiadas pelo recurso (comum). Ou seja, esses arranjos de governança dos comuns só terão sentido de existência caso as relações sociais – as instituições – estejam circunscritas de princípios de reciprocidade, democracia e participação (DARDOT; LAVAL, 2017). Para esses autores, o “comum” precisa ser instituído e protegido dos efeitos deletérios das economias de mercado e sua capacidade predatória e de privatização.

transição²⁴ e apresentar aquilo que Furtado (1984, 1998) prenunciou como “forças criativas”, acompanhado de algumas notações de sua teoria desenvolvimentista.

Como largamente demonstrado por Pacheco e Benini (2018) é inegável o protagonismo do notável economista brasileiro Celso Furtado nas discussões em torno da cultura e da criatividade como vetores de desenvolvimento econômico de uma nação. A grandiosidade de seu vasto legado teórico reside no ato de ter elevado ao quadro analítico da realidade socioeconômica sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento das nações elementos até então desconsiderados no *mainstream* econômico, dos fisiocratas franceses às matrizes de Leontieff.

Em sua célebre obra “Criatividade e Dependência na civilização industrial” (1978), Celso Furtado colocou em relevo a criatividade como ativo estratégico no desenvolvimento econômico de qualquer nação. Os recortes de seu pensamento constituem, ainda hoje, fontes teóricas importantes para se pensar a proteção e a instituição daquilo que chamaremos aqui de “comuns” do conhecimento: “quaisquer que sejam as antinomias que se apresentem entre as visões da história que emergem em uma sociedade, o processo de mudança social que chamamos desenvolvimento adquirir certa nitidez quando o relacionamos com a ideia de criatividade” (FURTADO, 1978, p. 81).

À despeito, Furtado (1978, p. 57) recapitula que a criatividade é elemento fundamental e caro ao fenômeno da inovação, razão pelo qual permanece em crescente disputa por oligopólios e as grandes corporações: “a elas corresponde o máximo de iniciativas no campo da acumulação e da orientação da criatividade”. Parece sintomático, portanto, o desmedido interesse de diferentes grupos dirigentes em estabelecer mecanismos que possam cooptar, cercar e expropriar a atividade criativa geradora de valor simbólico e econômico: “implícito na criatividade existe, portanto, um elemento de poder” (1978, p. 17).

Por essas e outras a temática ganhou projeção no *mainstream* econômico. Viu-se um deslocamento da perspectiva schumpeteriana (1984), cujas discussões sobre a ampliação dos direitos de propriedade poderiam advir da inovação tecnológica, particularmente do que chamou de “destruição criativa”, por meio da qual os países vivenciariam uma renovação de suas capacidades competitivas ampliando-se os registros de patentes e que conseqüentemente assegurariam anos de monopólio da exploração aos respectivos detentores. Em Schumpeter a atividade criativa é sempre tributária de um individualismo que, aliás, influenciou boa parte do solapado ideário do empreendedorismo.

²⁴ À exemplo da Economia Criativa, Colaborativa, Compartilhada, Solidária etc.

Parece sintomático, portanto, a escalada tecnológica vivenciada pelos Estados Unidos e outros países desenvolvidos nos anos de 1970 e 1980, culminando em uma extensa agenda de criação e uso de direitos de propriedade intelectual, os quais precisariam estar sob um regime jurídico de proteção de patentes, direito este considerado “inalienável” - que serviu e tem servido - de “pedra angular à organização social capitalista” como bem alertou Furtado na célebre “Dialética do Desenvolvimento” (1964, p. 68).

Contudo, para Furtado o progresso tecnológico deve ser tributado à soma das forças criativas, ou melhor, de uma matriz de atividade criativa. A ideia de coletivo-social em Furtado suplanta o individualismo-empresendedor. O desenvolvimento, entendido como aquele capaz de satisfazer a totalidade das necessidades e liberdades humanas (SEN, 2010), reclama a instituição de políticas públicas orientada ao nível dos fins (propósitos, valores, cultura, solidariedade etc.) e não dos meios (puramente o utilitarismo econômico).

Nesta continuidade, tem-se o avanço de oligopólios fortemente apoiados pelo Estado neoliberal visando o “fortalecimento dos direitos de propriedade sobre a informação, o conhecimento, a cultura e, por extensão, os elementos constitutivos dos seres vivos – em outras palavras, ao fortalecimento da propriedade intelectual” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 122-123). Sob essa ótica, as economias de transição de cariz substantiva, bem como suas configurações e propostas, estão constantemente sujeitas a essa agenda de captura e apropriação: um flagrante cercamento dos novos comuns do conhecimento.

Vejam, se a criatividade é um fenômeno (ou talento) individual discutido desde a filosofia clássica (PACHECO *et al.*, 2017) evidentemente os olhares para suas formas de produção e reprodução não demorariam a alçar destaque na literatura sobre desenvolvimento econômico, malgrado a insistente inclinação da economia padrão em enquadrar toda a complexidade das relações sociais em variáveis micro e macroeconômicas: “a primitiva ideologia liberal formou o seu discurso com elementos da filosofia naturalística”. Talvez por isso a cultura advinda da Revolução Burguesa tenha se incumbido de estabelecer estruturas que canalizassem “as energias criadoras” à “serviço do desenvolvimento das formas produtivas” FURTADO, 1978, p. 57;83).

Com o tempo, fatalmente reconheceu-se que existia na criatividade humana características que poderiam escapar à lógica do capital. Esse “novo excedente”, nas palavras de Furtado, viria a constituir-se um desafio à inventividade” (1978, p. 81). Daí que os elementos centrais que fundamentam essas economias de transição tornam-se objetos de constante tensão e disputa. Dentre as estratégias de cercamento desses comuns do conhecimento, cabe destacar como o ambiente jurídico tem sido fortemente instrumentalizado

ao longo dos anos. Vejamos: “a patente permite criar mercados de conhecimento ao criar juridicamente um conhecimento de tipo especial, codificável e mercantilizável” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 123).

Esse tipo de cercamento está diretamente relacionado à lógica competitiva dos países e de seus investimentos em inovação, além da constituição de marcos jurídicos específicos para isso. Não por acaso os organismos multilaterais tenham envidado esforços prescritivos visando influenciar a elaboração de políticas públicas dessa natureza, particularmente desde 1990, como o fazem a Organização Mundial do Comércio (OMC); o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) dentre outras.

Isso explica porque o *Creative Economy Report* (UNCTAD, 2010), um dos relatórios mais citados no mundo em matéria de EC, focaliza pesadamente os direitos autorais e de propriedade como instrumentos de competitividade entre as nações, inclusive, como setores criativos nucleares a serem incentivados. Ao imporem classificações, setores, atividades e conceitos, essas organizações objetivam assumir o protagonismo de políticas públicas a serem implementadas e uniformizadas em todo o mundo. Entretanto, como analisado por Pacheco *et al.* (2018) os estudos apresentados nesses relatórios compilam dados altamente agregados, sem uma cesta adequada de indicadores que reflitam efetivamente a realidade econômica de cada país, em especial, dos países subdesenvolvidos. Portanto, acabam influenciando políticas públicas que fortalecem muito mais os mercados e suas agendas de expropriação tecnológica do que as organizações da sociedade civil e respectivas agendas de compartilhamento de recursos e igualdade socioeconômica.

Necessário lembrar ainda que o termo “propriedade intelectual” apareceu no campo das discussões globais em 1967 com o surgimento da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), que décadas depois propôs um modelo de desenvolvimento das indústrias criativas, igualmente intensiva em propriedade intelectual (PACHECO *et al.*, 2018). Dessa forma, à exemplo dos demais modelos propostos pelas organizações integrantes do sistema ONU, tem-se um cercamento não apenas dos setores culturais e de expressões artísticas diversas, como também das criações funcionais (*design*, TI, P&D, conteúdos digitais etc.) que são intensivas em *copyright*. Ou seja, claramente um processo que transpõe a mera apropriação do que é tangível, como agora também, o intangível em sua dimensão simbólica (PACHECO *et al.*, 2018)

Há, portanto, nos meandros desses discursos supranacionais e apartidários uma verdadeira formação de alianças estratégicas entre Estados e empresas multinacionais visando assegurar, ou mais precisamente, cercar toda a expressão de conhecimento sob a forma de patentes à luz dos direitos de propriedade. Não se pode esquecer, contudo, que tudo aquilo que é produzido no campo do conhecimento e da inovação é fruto de uma atividade criativa, uma habilidade existente em cada ser humano. Com efeito, ao transformar-se ideias em coisas que podem ser valorizadas os mercados e, em alguns casos os Estados totalitários, esforçam-se em assegurar que essas ideias sejam levadas à lógica mercantil e da propriedade, por meio da qual ser-lhes-á altamente lucrativo.

Concretamente, desde os saberes dos povos tradicionais às inovações no campo da agricultura estão sujeitos à captura/cercamento. A questão que está posta é saber a qual lógica esses novos elementos da dinâmica econômica serão submetidos, se dos meios “ali onde prevaleceu a propriedade privada dos meios de produção, as classes dirigentes trataram de reter, total ou parcialmente, esse excedente, incorporando-o ao processo de formação de capital com o fim de aumentar o seu próprio poder” ou dos fins onde “houvesse prevalecido as formas primitivas de organização comunitária com a propriedade coletiva dos bens de produção e as possibilidades de acumulação de capital teriam sido muito mais limitadas” (FURTADO, 1964, p. 28).

Uma das últimas obras do autor, *O capitalismo Global* (1998), colocou em perspectiva dois elementos estratégicos para se pensar o desenvolvimento *pari passu* a proteção dos comuns naturais e do conhecimento, os quais deveriam ser progressivamente implementados:

- a) preservar o patrimônio natural, cuja dilapidação atualmente em curso conduzirá inexoravelmente ao declínio e ao colapso de nossa civilização; e
- b) liberar a criatividade da lógica dos meios (acumulação econômica e poder militar) a fim de que ela possa servir ao pleno desenvolvimento de seres humanos concebidos como um fim, portadores de valores inalienáveis (FURTADO, 1998, p. 66).

Para elucidar ainda mais o tema na contemporaneidade, sabe-se que “dados” e “bens” são categorias que, independentemente de suas heterogeneidades, estão sob a mira dos “novos cercamentos”. Para André Gorz (2007) existe uma modificação no modo de produção capitalista com o advento da extensão da gratuidade possibilitada pelas economias intensivas em conhecimento,

A informática e a internet minam pela base o reino da mercadoria. Tudo que é traduzível em linguagem digital e reproduzível, comunicável sem custo, tende irremediavelmente a tornar-se um bem comum, ou mesmo um bem comum universal,

quando é acessível a todos e utilizável por todos (GORZ, 2007, p. 37 *apud* DARDOT; LAVAL, 2017, p. 147).

Há, portanto, uma ampliação da categoria “comuns”, abarcados nessa intensa disputa por dominação, ultrapassando os chamados “comuns naturais”, ou seja, dos rios, dos oceanos etc., e passando a compreender também as atividades cognitivas como a criatividade e as atividades digitais e informacionais. Ou seja, novos “comuns intangíveis” cuja posse é estratégica para seu detentor, quer seja a sociedade, o Estado ou os mercados. Como ilustra Xifaras (2013),

A propriedade designa agora reserva exclusiva, e não mais domínio físico, e seu arquétipo são os direitos dos criadores. Entretanto, por mais que seja nominal, o triunfo da expressão “propriedade intelectual” é de grande importância prática. Hoje é opinião geral que ele favorece enormemente a extensão desses direitos a novos objetos, o fortalecimento das prerrogativas de seus titulares, a convergência dos regimes jurídicos dos diversos tipos de criação e o fortalecimento ideológico de sua legitimidade (“propriedade soa melhor que “monopólio temporário”) (XIFARAS, 2010, p. 2).

Tem-se um amplo espectro de vertentes teóricas que se propalam ao redor do mundo acerca da importância estratégica das economias intensivas em bens simbólicos e criativos (Pacheco *et al.*, 2018). Em boa medida essas frentes teóricas tentam naturalizar e até mesmo legitimar os novos cercamentos, como se fosse algo benéfico à economia e à sociedade. Outras, ainda limitadas, esforçam-se em refletir criticamente sobre esse movimento ou até mesmo propor uma conciliação entre as instituições e o reconhecimento estratégico de novos comuns para além do espectro naturalista, intensivo em *knowledge*²⁵.

3.2 Economia Criativa enquanto “comum” em disputa

Como bem lembra Harvey (2014, p. 142) “os comuns culturais são mercantilizados (e quase sempre atenuados) por uma indústria de turismo histórico que tende à disneyficação”. Esse comum simbólico – cultural e intangível – que perpassa não apenas a economia da cultura e a criativa como boa parte das indústrias de entretenimento e de experiência têm sido constantemente “comoditizado”: “não é apenas a terra que compartilhamos, mas também as línguas que criamos, as práticas sociais que estabelecemos, os modos de sociabilidade que definem nossas relações e assim por diante” (HARDT; NEGRI, 2016, p. 137-139).

Quando comparados aos “comuns tradicionais” ou naturais como prefere Ostrom (2007), os comuns do conhecimento são considerados bens não-rivais, notadamente porque

²⁵ Vide Charlotte Hess e Elinor Ostrom (orgs.). *Understanding Knowledge as a Commons* (2007, p.8)

sua utilização não necessariamente diminui a utilização do outro. E ainda, possui uma característica curiosamente ambivalente: quando um comum do conhecimento é consumido o saber do outro não é diminuído, ao passo em que também favorece a produção de novos conhecimentos (DARDOT; LAVAL, 2017). Esses autores, ao trazerem à colação o texto de Peter Levine, lembram que:

Se a natureza fez uma única coisa menos passível que as outras à propriedade exclusiva, essa coisa é o efeito do poder de pensar que denominamos “ideia”. Um indivíduo pode conservar a propriedade exclusiva da ideia enquanto a guardar para si mesmo; mas a partir do momento em que ela é divulgada, torna-se irresistivelmente propriedade de todos [...]. Aquele que recebe uma ideia de mim recebe um saber que não diminui o meu, do mesmo modo que aquele que acende sua vela na minha recebe luz sem me deixar na escuridão (LEVINE, 2007 *apud* DARDOT; LAVAL, 2017, p. 171).

Dardot e Laval (2017) vão além e alertam para o fato de que esse movimento em torno dos comuns do conhecimento trata-se, na verdade, de uma “contra-estratégia global” que pretende refundar a própria organização da sociedade sob bases não capitalistas:

As práticas de pôr em comum por meio de difusão de trabalhos científicos ou artísticos, criação de softwares livres e construção de enciclopédias colaborativas são exemplos desses “novos comuns do conhecimento” que põem em prática valores de engajamento social e reciprocidade (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 168).

Os autores advertem que os comuns do conhecimento, embora apresentem categorizações econômicas sedutoras em razão de suas propriedades intrínsecas que pretendem subverter a lógica do capital, dependem de quadros legais e regulamentares para organizá-los, ou seja, de instituições. Mais especificamente, não é a natureza do comum do conhecimento que medeia sua produtividade, mas as regras jurídicas e as normas sociais: “e justamente essas instituições são enfraquecidas ou transformadas pela ampliação da lógica da propriedade intelectual” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 172). Isso ajuda a explicar o porquê de os organismos que integram o sistema ONU envidarem esforços para influenciar políticas públicas sobre bens simbólicos, criativos e colaborativos, como à UNCTAD (2010) e UNESCO (2013).

Como exposto “o que os direitos de propriedade exclusiva mostraram foi, sobretudo, seu efeito nefasto sobre a criatividade e a difusão de obras e ideias”. E, em oposição à exclusividade, ou ainda aos direitos de propriedade reivindicado pelas grandes corporações do mercado, “os comuns digitais provaram sua força criativa e inovadora. A contraofensiva é poderosa, pois permite mobilizar comunidades muito amplas de colaboradores no processo de inovação e produção” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 172).

E ainda, “embora o conhecimento seja um bem público puro, ao mesmo tempo não-exclusivo e não-rival, existem meios técnicos de transformá-lo em um bem que seja propriedade exclusiva de um detentor que só aceite cedê-lo mediante pagamento”. Ou seja, “por ser capturável pelas novas tecnologias, o conhecimento é compatível a um recurso comum” a exemplo das plataformas que comercializam conhecimento sob a forma de conteúdos digitais etc. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 173). Por essas características que os tornam capturáveis, os comuns do conhecimento requerem, assim como os comuns naturais, regras claras que sejam capazes de garantir sua proteção e acesso de todos, longe dos cercamentos impostos ora pelo Estado e, sobretudo, pelos mercados.

De toda sorte, parece consensual a necessidade de regulamentos claros quanto à produção e acesso desses novos comuns, notadamente quanto à preservação de sua liberdade de circulação e uso. Como exemplo, tem-se os notáveis movimentos em torno dos *softwares* livres – cujo princípio ético assenta-se sobre o livre acesso ao código-fonte dos programas – que ganhou projeção nos anos 2000 em razão das inúmeras comunidades de desenvolvedores que atuavam colaborativamente em várias partes do mundo. Tem-se, aqui, um curioso caso exemplificativo quanto ao quadro regulamentar de uso e produção pelas comunidades de *software* livre. Isso porque a ética colaborativa desses grupos colocou em confronto *copyleft* e *copyright*²⁶. Ou seja, dois instrumentos de regulação de uso, produção e acesso.

Destaca-se, ainda, o advento das licenças denominadas “*creative commons*”, que inaugurou uma regulação autônoma das formas de produção e uso de conteúdos criativos, por meio da qual os autores dos conteúdos definem a forma com que suas obras serão acessadas a partir do princípio do compartilhamento de ideias (LIMA; SANTINI, 2008). Ou seja, incentiva a produção de um comum criativo em múltiplos domínios (obras culturais, científicas, licenças especiais etc.) a partir de um conjunto de regras jurídicas.

No caso do *copyleft*, tem-se que este instrumento - ao contrário do *copyright* – objetiva manter o conteúdo produzido sob a condição de inapropriabilidade exclusiva de alguém, portanto, livre para o acesso de todos. Ou seja, uma arquitetura técnica, amparada juridicamente, capaz de resistir às investidas comerciais de submissão desses comuns à lógica mercantilizável, ou como prefere Furtado, à lógica dos meios.

Os sobreditos exemplos constituem, na verdade, uma breve elucidação dos elementos que circunscrevem os comuns do conhecimento a partir de práticas colaborativas em

²⁶ *Copyright* é um instrumento de proteção intelectual sob direitos autorais, enquanto o *copyleft* é um instrumento que autoriza o uso sem a restrição de direitos autorais, criando um ambiente de liberdade de circulação da produção intelectual. (LIMA; SANTINI, 2008).

diferentes escalas, amparados por regras “constitucionais” e procedimentos operacionais, que se levados à efeito, poderão sedimentar boa parte dessa agenda em prol das políticas públicas em torno dos comuns.

Como já prenunciado, fenômenos como a criatividade e a inovação são produtos da atividade humana, e não necessariamente do capital, muito embora estejam em constante disputa pelo Estado e mercado. Assim, o “conhecimento não é nem naturalmente raro nem naturalmente abundante. A produção, a circulação e o uso do conhecimento dependem das instituições que organizam e moldam as práticas” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 195)

Tem-se que o discurso gerencialista de grandes empresas – à pretexto de uma “nova governança” empresarial que visa incentivar a criação de comuns internos (ou comuns gerenciais) mobilizando e estimulando ideias e conhecimentos dos colaboradores não em proveito destes, mas do proprietário – tratou de apropriar esses fenômenos ao longo dos anos, incentivando práticas colaborativas e de inteligência coletiva e, conseqüentemente, o cercamento da produção criativa advinda de seus colaboradores. O *crowdsourcing*, por exemplo, é uma estratégia de colaboração que visa captar dos próprios clientes-consumidores uma contribuição “espontânea” na criação de novos produtos ou na melhoria de serviços: uma cooperação gratuita dos clientes (DARDOT; LAVAL, 2017).

Há, portanto, uma migração da “criação de valor” tradicionalmente às custas de fórmulas econométricas sofisticadas da Economia Industrial para a captação à custas da força coletiva espontânea e intencional ou, como prenunciava Furtado (1984), das forças/energia criativas. Pensando em termos foucaultianos, não é apenas a essência do trabalho que se modificou, mas a própria subjetividade humana a partir de uma produção biopolítica, notadamente imaterial (conhecimentos, linguagens, afetos etc.).

3.3 Cultura, criatividade e desenvolvimento: para se pensar a ascensão das forças criativas

Essa rápida incursão nos engendramentos que cercam os comuns do conhecimento, abre espaço para outras reflexões que transpassam a temática do desenvolvimento a partir de uma economia intensiva em criatividade: “o desenvolvimento futuro poderá alimentar-se da criatividade de nosso povo e efetivamente contribuir para a satisfação dos anseios mais legítimos deste” (FURTADO, 1984, p. 30).

Ao realizar esforços proféticos da assunção de um modelo de desenvolvimento a partir da dimensão simbólica, ou substantiva como prefere Polanyi (2000), Celso Furtado apresenta

uma categoria analítica nova aos estudos em EC, ainda que esta somente tenha se notabilizado no mundo a partir dos anos de 1990: a de “forças ou energias criativas”. Sua análise identificou que o “problema institucional maior que se coloca à sociedade brasileira no momento presente é exatamente esse de abrir espaço para emergência e vitalização das forças que alimentam a capacidade criativa da sociedade em todos os planos, forças que entre nós têm profundas raízes regionais (FURTADO, 1984, p. 51).

Com efeito, o autor insistiu na defesa de um projeto, ou melhor, de uma política pública endereçada ao desenvolvimento endógeno da nação, o qual perpassaria necessariamente pela criação de “estruturas sociais que abram espaço à criatividade num amplo horizonte cultural e gerem forças produtivas e corretivas dos processos de excessiva concentração de poder” (FURTADO, 1984, p. 124). Ou seja, há no ideário furtadiano o reconhecimento prenunciado do potencial criativo dos indivíduos que constituem uma nação e que, se devidamente canalizado, seria capaz de jogar o papel central nas transformações econômicas globais, guinado pela soma dessas forças criativas.

Ou seja, o elemento caracterizador desta economia é a sua dimensão simbólica, intangível, que se alimenta do talento criativo (conhecimento, saberes, fazeres etc.) para a produção de bens e serviços, conferindo-lhe valor, em um mercado com dinâmica de funcionamento que desconcentra modelos tradicionais e, ainda, passa a respeitar princípios de inclusão social e sustentabilidade, como bem pontou o Plano da Secretaria de Economia Criativa (BRASIL, 2011), antes de ser desarticulada.

Ainda que o conceito de indústrias criativas e, posteriormente, o de economia criativa sejam frequentemente reivindicados com base em experiências anglo-saxãs cumpre reiterar que – décadas antes - um novo desenvolvimento econômico pautado na criatividade já era prenunciado por Celso Furtado. “Devemos, portanto, começar a indagar as relações que existem entre a cultura como sistema de valores e o processo de desenvolvimento das forças produtivas, entre a lógica dos fins, que rege a cultura, e a dos meios, razão instrumental inerente à acumulação” (FURTADO, 1984, p. 31).

A literatura furtadiana trouxe à lume reflexões sobre como os processos de inovação e conhecimento no mundo atual influenciam mutuamente ciência e produção econômica. Para Furtado a criatividade humana – até então utilizada apenas para fins de acumulação e à serviço do poder militar – deveria ser reorientada para busca de um bem-estar coletivo: “o espaço da cultura está delimitado pela ação criadora homem, a qual expressa a sua liberdade. É nas formas que assume a criatividade que podemos encontrar a chave para captar as tendências mais profundas de nossa civilização” (FURTADO, 1978, p. 164).

Cultura e criatividade devem ser vistas como vetores de um processo de desenvolvimento endógeno,

O processo de mudança social que chamamos de desenvolvimento só se apreende cabalmente quando o relacionamos com a ideia de criatividade. Desenvolvimento é a utilização de um excedente, o qual abre um horizonte de opções, vale dizer, um excedente adicional cria um desafio à inventividade (FURTADO, 2012, p. 43).

É possível identificar ainda no vasto arcabouço teórico furtadiano influências do também economista Amartya Sen, notadamente pela defesa de políticas públicas que rejeitem a lógica instrumental de desenvolvimento e que passem a considerá-lo como promotor do “aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas” (SEN, 2010, p. 25). Para Sen, o real sentido daquilo que entendemos como desenvolvimento deve ser encarado, *a fortiori*, como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2010, p. 55).

Reconhecendo o fator político como “a esfera mais nobre das atividades criativas humanas” (FURTADO, 1998, p. 23), o papel requalificado do Estado ganha notoriedade à despeito de sua eficácia, seja no incentivo ou na formulação de políticas públicas adequadas à realidade brasileira, vez que restam reconhecidas as potencialidades e capacidade de inventividade da nação, acrescida de sua diversidade cultural. Dessa forma, “somente com vontade política será capaz de direcionar esse aparato criativo para a reconstrução de estruturas sociais novas na direção de formas superiores de vida” (BRANDÃO, 2013, p. 253).

Com efeito, tem-se que as políticas públicas endereçadas à EC devem assegurar a liberdade de criar e produzir com base nos aspectos simbólicos de cada sociedade, em um modelo que se contraponha à lógica das indústrias culturais, de modo que a ideia de desenvolvimento justo, inclusivo e sustentável possa ser efetivamente levada à efeito.

Ou seja, à luz do arcabouço teórico furtadiano a exposição em curso associa-se predominantemente aos excertos conceituais que compreendem a EC como aquela enraizada/imersa na diversidade cultural do país, notadamente quanto aos aspectos simbólicos, intangíveis e de rearranjo das forças criativas em direção à uma efetiva política pública para o desenvolvimento. Aliás, não é por acaso que o advento desse novo modelo econômico tenha sido festejado em países desenvolvidos – e mais recentemente naqueles em desenvolvimento – como apenas mais uma etapa sofisticada do capitalismo globalizado (LEITÃO, 2015a, 2015b). No caso da EC, o discurso intensivo em propriedade intelectual e direitos autorais ganha forte importância nestes países. Por conseguinte, vê-se flagrante a instrumentalização de organismos multilaterais para tentar uniformizar políticas de

cercamento desses novos comuns, afastando totalmente a ideia de instituição coletiva ou comunitária dessas políticas.

Como bem alertava Furtado (1983, p. 148) a canalização das forças criativas de uma nação em direção à uma lógica dos fins requer a compreensão de que modelos que se pretendem generalizantes não podem ser aplicados em países e temáticas com características distintas,

Durante muito tempo prevaleceu por toda a parte a tendência a imaginar que o desenvolvimento é a formação de capacidade produtiva. Ora, a experiência tem demonstrado amplamente que **o verdadeiro desenvolvimento é principalmente um processo de ativação e canalização de forças sociais, de avanço de capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da inventividade**. Portanto, trata-se um processo social e cultural, e só ancilarmente econômico (FURTADO, 1983, pg. 148, grifo meu).

Dessa forma, alguns desafios na elaboração e implementação de políticas públicas que reúnam cultura, criatividade e desenvolvimento ainda permanecem, os quais continuarão a exigir profundas reflexões dos *policy makers*: “uma tarefa-chave neste campo é reavaliar as incompatibilidades clássicas entre patrimônio e comércio, procurando um caminho que transcenda a mera defesa do valor simbólico dos bens culturais e limite a sua comercialização” (CANCLINI, 2003, p. 34).

CAPÍTULO 4. ECONOMIA E TERRITÓRIOS: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE ECONOMIA CRIATIVA, TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES

4.1 Território e territorialidades: breves demarcações conceituais

O objetivo desta breve seção é apresentar ao leitor os principais conceitos que tratam da temática territórios, territorialidades e desenvolvimento territorial para, então, articulá-los ao de economia criativa – de fundamental importância para o exame do campo empírico da pesquisa. A presente articulação exercerá papel contributivo ao longo dos avanços teóricos e empíricos a que a presente tese propõe, notadamente quanto às transformações sofridas no contexto dos territórios face ao avanço de políticas e projetos de poder neoliberais e, ainda, na perspectiva de reflexão sobre a existência de uma economia criativa de base territorial, questões já suscitadas na introdução do trabalho.

O território pode representar muitas coisas: prática e significado, constituindo-se a partir de redes e relacionamentos tecidos por meio de seus atores; como resultante da produção de suas territorialidades num processo histórico moldado nas relações de poder; como representação funcional, simbólica, identitária e múltipla; uma rede social; como espaço de desenvolvimento de sistemas produtivos e inovativos (CASSIOLATO; LASTRES, 2005; RAFFESTIN, 1993; CASTELLS, 1999; SANTOS, 2000; HAESBAERTE 2004, 2007) dentre inúmeras outras.

O território enquanto lugar reúne em seu interior configurações historicamente pautadas nas relações sociais e nas relações sociedade-natureza. Essas relações compreendem significados plurais que, para além da produção econômica, têm seu mote na identidade e no patrimônio cultural, além das respectivas categorizações territoriais: a territorialização e as territorialidades,

O território reúne, no lugar, comunidade, instituições, economia e natureza, num tecido de interações pessoais e sociais, com inteligência e **enraizamento** [...]corresponde à terra e, sobretudo, à história dos homens que habitam os lugares, à prática social e ao conhecimento acumulado. Cada lugar precisa, assim, ser pensado como específico numa **rede de lugares** conexos territorialmente (SAQUET, 2018, p. 488-489, grifo meu).

Para prosseguirmos, faz-se necessário estabelecer algumas breves demarcações conceituais que circunscrevem o processo de desenvolvimento territorial, notadamente a partir do trinômio territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR):

Quadro 1 – síntese para compreender o processo TDR numa concepção voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial

	TERRITORIALIZAÇÃO	DESTERRITORIALIZAÇÃO	RETERRORIZAÇÃO
Sujeitos, relações e classes	<ul style="list-style-type: none"> - Classes e grupos sociais, objetivos, metas, ritmos e necessidades. - Comandos locais e regionais, disputas e conflitos. - Relações de confiança e reciprocidade. - Organizações e mobilizações. - Iniciativas econômicas. - Costumes e identidades. - Saber-fazer e artesanidade. - Produtores ecológicos de alimentos. - Outras iniciativas ecológicas como na geração de energia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Edificações (sobretudo com significado patrimonial), acordos, pactos, coligações, associações políticas, recreativas e culturais. - Cultivos agroquímicos. - Inovações tecnológicas utilizadas, financiamentos, subordinações etc. - Distintas inserções no mercado. - Ritmos acelerados de vida e grandes investimentos urbanos e rurais, comerciais, industriais e financeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Precisam ser identificadas, debatidas e definidas em cada território ou rede de territórios: econômicas, políticas, culturais e ambientais, de acordo com as especificidades das famílias, dos grupos e das classes, valorizando-se os ritmos lentos e solidários, os saberes populares, as identidades, as proximidades, as redes curtas e as <i>ancoragens</i>. - Criação e/ou qualificação da <i>consciência de classe e de lugar</i>.
Mediadores (i)materiais	<ul style="list-style-type: none"> - Estado: federal, estadual e municipal. - Empresas privadas e públicas. - Técnicas e tecnologias. - Conhecimento, saber popular e ciência. - Assistência técnica. - Associações. - ONGs. - Sindicatos. - Força de trabalho. - Movimentos sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Edificações, projetos em vigor e previstos, níveis de contaminação da água, do solo e do subsolo (quando for o caso), formas de deposição dos desejos líquidos e sólidos, distribuição das terras e outros bens comuns, espaços públicos, qualidade da atuação e conquistas já conseguidas. - Grandes empresas privadas e públicas. - Mecanismos de gestão e políticas públicas etc. 	<ul style="list-style-type: none"> - Precisam ser identificadas, debatidas e definidas em cada território ou rede de territórios: econômicas, políticas, culturais e ambientais, valorizando-se a democracia, a participação social, a autonomia decisória, a reciprocidade, a autogestão, e a auto-organização. - O Estado precisa cumprir seus papéis constitucionais e sociais.
Práticas espaciais e temporais (i)materiais	<ul style="list-style-type: none"> - Distintas apropriações temporárias e mais efetivas. - Propriedades, domínios, parcelamentos, delimitações, demarcações e especulações imobiliárias. - Diferentes ritmos de vida etc. - Organizações populares, associativas, cooperativas e solidárias de luta e resistência ao capital e ao Estado burguês. 	<ul style="list-style-type: none"> - Concentração da terra e demais meios de produção. - Transformações concentradoras, degradantes e poluidoras. - Expropriação dos trabalhadores e proprietários. - Ritmos acelerados de produção e vida. - Especulação imobiliária e financeira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Precisam ser identificadas, debatidas e definidas em cada território ou rede de territórios: econômicas, políticas, culturais e ambientais, tendo em vista o desenvolvimento desejado, valorizando-se os ritmos lentos e solidários, juntamente com a preservação e conservação da natureza (humana e não humana). - <i>Práxis</i> de transformação e justiça social.
Identidades culturais	<ul style="list-style-type: none"> - Frágeis e fortes vínculos com o lugar e com o território: <i>ancoragem</i>. - Pertencimento, afetividade e 	<ul style="list-style-type: none"> - Mudanças/rupturas e dissoluções. - Vínculos frágeis com o lugar de produção e vida cotidiana. 	<ul style="list-style-type: none"> - Resistência e luta. - Fortes vínculos territoriais: <i>ancoragem</i>. - Reprodução da <i>cultura camponesa</i> com incorporação

	reconhecimento. - Mobilização, resistência e luta política. - Patrimônio histórico (edificações, saber-fazer, identidades, línguas, ritos, costumes etc.). - <i>Cultura camponesa</i> com incorporação das mudanças: coexistência de cooperação, solidariedade e mercado,	- Avanços do consumo padronizado. - Avanços já conseguidos política e culturalmente, por exemplo, com produtos típicos, educação ambiental, bairros sustentáveis etc.	de outros comportamentos e valores: coexistência de cooperação, solidariedade e mercado em redes curtas. - <i>Renovação da identidade</i> vinculada à <i>consciência de classe e de lugar</i> .
Redes locais, não locais e nós (em distintas escalas)	- Continuidades espaciais (rurais-rurais; urbano-rurais; urbanas-urbanas). - Redes heterocentradas nacionais e internacionais. - Redes autocentradas tendencialmente locais e /ou regionais. - Comercialização solidária: mercado local e/ou regional. - Sinergias e reciprocidade: cooperação, solidariedade, associações para produzir, comercializar, festejar, enfim, para viver etc.	- Transposição de limites com descontinuidades/rupturas. - Difusão e fluidez em longas e padronizadas redes de comercialização. - Redes heterocentradas tendencialmente nacionais e internacionais. - Iniciativas locais e/ou regionais na articulação público-privada etc. - Redes especulativas: mercantis, imobiliárias, industriais e financeiras.	- Novas continuidades espaciais a partir das diferenças e identidades. - Redes autocentradas tendencialmente locais e/ou regionais. - Sinergias, <i>ancoragem</i> territorial e reciprocidade: cooperação, solidariedade, associações e sindicatos com identidades políticas e/ou econômicas e/ou culturais e/ou ambientais etc.

Fonte: Adaptado de Saquet (2018, p. 493-494).

Isso porque, se o território é fruto de uma complexa relação de atributos histórico-sociais, parece sintomático – minimamente – compreender que este mesmo território pode ser objeto de uma desterritorialização, ou seja, de uma ruptura que é lógica e dialética que resulta em descontinuidades e apropriações no espaço-tempo, não apenas pelo avanço da globalização e do modo de produção intensivo em capital, mas como resultante do próprio movimento e contramovimento gestado em seu próprio interior à luz de um contexto institucional, ensejando ações à vista de uma reterritorialização (MARTINS; JUNIOR, 2012).

Embora não seja um fenômeno de interesse particular deste trabalho, tem-se que a desterritorialização efetiva-se ao largo de um amplo processo de “expropriação de elementos de uma “geografia imaginária” constituída historicamente” (MARTINS; JUNIOR, 2012, p. 147) e que provoca o rompimento de solidariedades horizontais,

com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material-político e/ou econômico [...] [há] escala de difusão da desterritorialização, tanto espaciais quanto temporais”. E a desterritorialização é sempre um processo que ocorre em concomitância com a reterritorialização (HAESBAERT, 1995, p. 181).

Tem-se, de partida, que a trajetória à vista de uma agenda efetiva de desenvolvimento territorial passa necessariamente pela observação de múltiplas categorias de reflexão e de uma

complexa articulação política e institucional com destaque para o papel social, constitucional e redistributivo do Estado, bem como, das diferentes manifestações estruturantes desenvolvidas no seio da sociedade civil organizada, à exemplo das práticas solidárias e agroecológicas.

Entretanto, vários outros autores da área também realizaram suas contribuições acerca dos territórios e territorialidades. Nesse exercício de reflexão, as contribuições de Rogério Haesbaert parecem alinhar-se mais adequadamente ao fio condutor desta tese: “territorializar-se significa também, hoje, **construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento**” (HAESBAERT, 2007, p. 280, grifo meu).

Para esse mesmo autor, o território é “sempre multidimensional e multiescalar, material e imaterial, de dominação e apropriação ao mesmo tempo” (HAESBAERT, 2004, p. 97). Tem-se, portanto uma síntese polissêmica sobre a noção de território, sendo a abordagem socioeconômica de particular interesse, compreendendo o simbólico-cultural – e, portanto, mais subjetiva – e as relações econômicas que se constituem no “embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial do trabalho”, por exemplo” (HAESBAERT, 2004, p. 40)

Em Haesbaert (2004), a perspectiva integrativa e a abordagem relacional de território merecem atenção, porquanto notabilize algumas características não apenas das relações de poder, mas também do papel gestor-redistributivo do Estado, o que impacta diretamente na definição de políticas públicas. Por derradeiro, existe a “necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido” entre relações sociais e as múltiplas dimensões que circunscrevem o território (Haesbaert, 2004, p. 79-80).

Este mesmo autor, classifica o território em algumas vertentes básicas, quais sejam: território natural; território político; território econômico e território cultural ou simbólico-cultural. E ainda, o território pode ser unifuncional, ou seja, enquanto espaço-tempo-vivido resultante de diversos processos que se constituem nas tramas materiais e imateriais do cotidiano social (HAESBAERT, 2007). Por sua vez, a dimensão simbólico-identitária (cultural) a respeito do território parece dialogar com maior fluidez no âmbito da EC, à luz de uma racionalidade substantiva.

Cabe destacar o que postula Haesbaert (2004): o sentido de território deve compreender o somatório da identidade cultural, componentes naturais, culturais, históricos e econômicos. Por sua vez, a territorialidade está ligada a interdependências específicas da vida econômica, não podendo ser definida meramente uma localização das atividades,

(...) a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, **diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar** (HAESBAERT, 2007, p, 22, grifo meu).

A territorialidade de uma atividade ocorre quando sua viabilidade econômica está enraizada em ativos (incluindo práticas e relações) que não estão disponíveis em outros lugares e que não podem ser facilmente ou rapidamente criados ou imitados em lugares que não os têm.

O autor faz ainda uma importante observação sobre territórios e territorialidades:

[...] o grande dilema deste novo século será o da desigualdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-re-territorialização, especialmente aquela entre a minoria que tem pleno acesso e usufrui dos territórios-rede capitalistas globais que asseguram sua multiterritorialidade, e a massa ou os “aglomerados” crescentes de pessoas que vivem na mais precária territorialização ou, em outras palavras, mais incisivas, na mais violenta exclusão e/ou reclusão sócio-espacial (HAESBAERT, 2004, p. 372).

Embora não seja interesse particular deste trabalho realizar debates específicos e aprofundados sobre o conceito de território e territorialidades, parece igualmente adequado robustecer o entendimento do tema a partir de Saquet (2009):

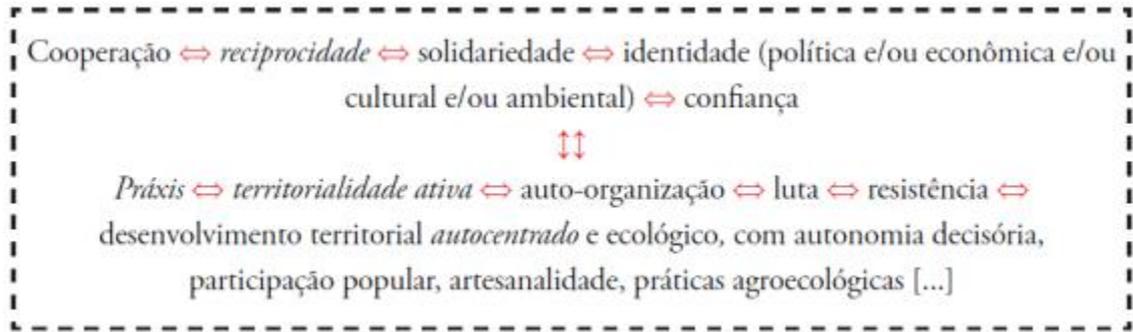
[...] compreendemos a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana (SAQUET, 2009, p. 8).

E complementa o autor:

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos. Há continuidade e descontinuidade no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2009, p. 88).

Aliás, este mesmo autor coloca em perspectiva uma visão sistêmica para se pensar a dimensão do desenvolvimento territorial. Nela, tem-se uma abordagem reticular que parece estar sinergicamente associada à percepção substantiva da economia de Karl Polanyi, senão vejamos:

Figura 3 - Síntese da relação existente entre reciprocidade, confiança, auto-organização, práxis, luta e resistência no desenvolvimento territorial



Fonte: Saquet (2018, p. 491).

Também de particular interesse na presente tese está a perspectiva relacional de território que Haesbaert (2004, p. 80) apresenta: “é visto completamente inserido dentro de relações social-históricas”. Com efeito, tem-se que “o território manifesta hoje um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2004, s. p.).

O território é resultante da interação do espaço social com o espaço físico, ou ainda, produto da historicidade das relações humanas: “o território se forma a partir de uma relação espaço/tempo; ao se apropriar de um espaço em determinado tempo e com todas as perspectivas de possibilidades acarretadas, o ator territorializa o espaço” (BALBIM, 2001, p. 166).

Para Veiga (2002) as relações dos sujeitos modificam os “*habitats*” e essas transformações podem ser consideradas como elemento de identificação na relação campo/cidade. Assim que começa o processo de trabalho, começa a simbolização do espaço, ou a “culturalização” da natureza” (WOORTMANN; WOORTAMNN, 1997, p. 136).

Ademais, o território é multidimensional, uma vez que possui múltiplas relações entre natureza, economia, política, cultura, etc. Dada essa configuração, o território é determinante do espaço e, portanto, interfere diretamente nas demais estruturas da sociedade. As formações sociais resultantes do território moldam as práticas econômicas. O território é um espaço de resistência que, a partir dos sujeitos que o constituem, moldam arranjos institucionais e administrativos com lógica igualmente territorializada (HARVEY, 2014).

Em tom contributivo, insta rememorar Milton Santos (2003, p. 47): “o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi”. Invariavelmente os constructos debatidos no trabalho em curso reconhecem a importância de processos estruturantes de um modelo de

desenvolvimento econômico mais orgânicos e socialmente justos a partir de um território autossustentável ou que se insira minimamente neste horizonte.

A noção de identificação e simbolização em Santos (2003) está diretamente vinculada à um sentido mais amplo, para além da esfera produtiva e demais questões funcionais. Está vinculada à própria necessidade simbólica: o território tem uma forma e conteúdo que são construídos por meio do uso humano no tempo e no espaço. Por sua extensa contribuição, esse mesmo autor será retomado quando das discussões em torno dos territórios criativos, no próximo capítulo.

A sociedade contemporânea dispõe de uma oferta simbólica heterogênea (CANCLINI, 2011) que entrecruza identidades, territorialidades e modos de vida. Essas territorialidades são imersas em símbolos e reproduzidas em outros espaços, interconectando-os em uma escala mais ampla de fluxos (HAESBAERT, 2006). Ora, considerando que a EC é aquela introjetada do simbólico (PACHECO *et al.*, 2017), parece sintomático, portanto, que ela esteja igualmente imersa na dimensão territorial.

Com efeito, tem-se que o território pode ser visto como um *continuum* no qual se estabelecem aspectos funcionais (controle físico, modos de produção, lucro etc.) e simbólicos (lar, abrigo, afetividade, representações etc.). Ambos sintonizam-se no território-devir (MARTINS, 2011). Pertencer – ao território – significa demarcá-lo enquanto espaço de ação individual. É, portanto, elemento fundante de regras sociais, comportamentos políticos e econômicos.

De toda sorte, se o território é produto da historicidade das relações humanas verifica-se o “caráter pleno e exclusivo do processo social impulsionado pelas ações e decisões emanadas do movimento das sociedades” (MORAES, 2014, p. 27). Com efeito, tanto os aspectos institucionais como os relacionais parecem robustecer o mote teórico necessário a compreensão ampliada da EC de base territorial.

Pelo exposto nas sobreditas considerações teóricas clássicas do tema, podemos concluir que o território é um devir, por ser um produto da ação humana: ele é pensado e materializado por meio de mediadores materiais e imateriais. “Nem sempre quando o homem está territorializando o espaço tem a noção disso, a territorialização é na verdade as ações efetivas pelas quais se consegue criar uma rede de sociabilidades para suprir as necessidades básicas da sobrevivência humana” (MARTINS, 2011, p. 129).

Por conseguinte, seria equivocado realizar quaisquer reflexões sobre as iniciativas que estão inscritas na EC, notadamente em uma proposição institucional-relacional, sem a participação da abordagem territorial e suas múltiplas territorialidades, entendendo que as

questões da escala regional - e sua densidade simbólicas - influenciam diretamente as questões da escala local, que possui relações sociais e produtivas ainda mais densas. O capítulo seguinte tratará de aprofundar outras questões conceituais: economia criativa, cidades e territórios criativos.

CAPÍTULO 5 - ECONOMIA CRIATIVA: CONCEITOS, MODELOS E PROPOSIÇÕES

A criatividade humana, hoje orientada de forma obsessiva para a inovação técnica a serviços da acumulação econômica e do poder militar, seria reorientada para a busca do bem-estar coletivo, concebido este como a realização das potencialidades dos indivíduos e das comunidades vivendo solidariamente (Furtado, ano e página).

O advento do termo “indústrias criativas” em meados de 1990 na Austrália deu início a agenda de políticas públicas para a EC em todo o mundo, mais intensamente durante os anos 2000, tendo como imperativos a originalidade, a criatividade, as rupturas com processos tradicionais de produção e a inovação (KIRSCHBAUM *et al.*, 2009).

De imediato, sabe-se que os “produtos culturais são bens e serviços valorizados por seu significado” e que são “consumidos em um ato de interpretação” ou ainda “simbolicamente”, o que difere dos produtos ditos “tradicionais”, que são consumidos materialmente, por sua utilidade (LAWRENCE, PHILLIPS, 2009, p. 3-5).

Em perspectiva funcional-pragmática, sabe-se que as indústrias criativas trouxeram consigo a formação de organizações intensivas não mais apenas em capital ou conhecimento, mas intensiva em símbolos. Essas organizações e seus macroprocessos culturais lançaram lume à criação-produção simbólica e aos ideais de inovação (tecnológica e social).

Em contradição, também é possível constatar o retorno daquilo que os frankfurtianos definiram como o “conflito perene entre a atividade dos artistas na indústria cultural e aqueles que a controlam”²⁷ (ADORNO, 1991, p. 87). Ou seja, uma agenda de mercantilização dado o “fato de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, pag. 100).

A respeito, os postulados da Escola de Frankfurt sobre a cultura de massa *versus* cultura popular colocam em perspectiva elementos para a compreensão do território como categoria central à própria EC. Como bem nos lembra Milton Santos (2000):

Os de baixo não dispõem de meios (materiais e outros) para participar plenamente da cultura moderna de massas. Mas sua cultura, baseada no território, no trabalho e

27 Para Bourdieu (1989), o sistema da indústria cultural “[...] cuja submissão a uma demanda externa se caracteriza, no próprio interior do campo de produção, pela posição subordinada dos produtores culturais em relação aos detentores dos instrumentos de produção e difusão – obedece, fundamentalmente, aos imperativos da concorrência pela conquista do mercado, ao passo que a estrutura de seu produto decorre das condições econômicas e sociais de sua produção (BOURDIEU, 1987, p. 136).

no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas (SANTOS, 2000, p. 144).

Ou seja, cultura e criatividade foram redescobertas, porém apropriadas pelos mercados por meio de uma lógica dos meios e não dos fins (FURTADO, 1978, 1984). Longe de promover uma reflexão crítica complexa²⁸ sobre o tema, cumpre lembrar ao leitor que a EC é centro de disputa não apenas pelo grande capital, mas pelas organizações multilaterais e movimentos altermundialistas dentre outros.

Nesse cenário, as organizações que atuam na EC, nos modelos propostos por UNCTAD, BID, FIRJAN etc., de certo modo obedecem à imperativos de competitividade com outras organizações no campo simbólico, delimitando as fronteiras dessas indústrias e impondo-lhes barreiras, transformando o ato criativo gerador de produtos como que em *commodities*²⁹ na medida em que seu potencial de comercialização aumenta (BOURDIEU, 1996; LAWRENCE, PHILLIPS, 2009), ou seja, a dinâmica do capitalismo e as economias de transição estão, frequentemente, interagindo e rivalizando entre si.

De outro norte, sabe-se que as pesquisas de gestão em organizações intensivas em símbolos exigem abordagens – teórica e metodológica – que deem conta de acessar a complexidade de sua configuração e distinção, vez que a produção neste campo está diretamente vinculada à um ato interpretativo dos consumidores: “os produtos de moda [por exemplo] são comprados pelo consumidor, pelo menos em parte, pelo valor ideal ou simbólico que está associado ao bem ou serviço em sua comunidade” (LAWRENCE, PHILLIPS, 2009, p. 16).

A EC pode ser apreendida dentro da economia dos bens simbólicos. Para Bourdieu (1987) a cultura só existe efetivamente sob a forma de símbolos, de um conjunto de significantes/significados, com função política bem definida. Neste campo, há um “capital simbólico” em disputa. “Estes [produtos] constituem realidades com dupla face – mercadorias e significações – cujo valor propriamente cultural e cujo valor mercantil subsistem relativamente independentes” (BOURDIEU, 1987, p. 102).

²⁸ Edgar Morin (2011), em sua teoria da complexidade, lembra que a criatividade foi reconhecida como fenômeno antropológico de base. Para ele, “é preciso reconhecer fenômenos, como liberdade ou criatividade, inexplicáveis fora do quadro complexo que é o único a permitir sua presença (MORIN, 2011, p. 36). Seu pensamento complexo aspira ao conhecimento multidimensional, em dimensões dialógicas, que contribuem para o entendimento da criatividade enquanto fenômeno multifacetado.

Aliás, este mesmo autor fez considerações importantes à despeita da economia dos símbolos, particularmente da indústria cultural: “A Indústria Cultural deve, pois, superar constantemente uma contradição fundamental entre suas estruturas burocratizadas-padronizadas e a originalidade (individualidade e novidade) do produto que ela deve fornecer. Seu próprio funcionamento se operará a partir desses dois pares antitéticos: burocracia-invenção, padrão-individualidade” (MORIN, 1997, p. 25)

²⁹ Mercadorias em estado bruto ou de simples industrialização, negociadas em escala mundial.

É bem verdade que nos setores intensivos em símbolos o processo produtivo (ou criativo) está apenas em parte sob o controle da gestão, embora frequentemente utilize-se nestes processos uma mudança que vai da substância ao estilo do produto. E, para tecer os meandros de todo o levantamento teórico desta tese, insta frisar que “as organizações intensivas em símbolos estão **incrustadas** em sistemas de textos que fornecem o pano de fundo para sua produção de significado” (LAWRENCE, PHILLIPS, 2009, p. 18, grifo meu).

Por outro lado, o advento das indústrias e da EC muito embora tenha causado um *frenesi* na academia e nas instâncias decisórias de políticas públicas, obscureceu questões emblemáticas relacionadas ao mundo do trabalho e à precarização dessas relações nas chamadas “classes criativas”³⁰ ou “empreendedores criativos”. De todo modo, não pretende-se aqui envidar esforços nessa direção, malgrado a importância do tema. Apenas para abrir um limiar nesse horizonte, Negri e Cooco (2006) lembram que,

O que é cultural no capitalismo globalizado das redes é o trabalho em geral. Ou seja, um trabalho que se torna intelectual, criativo, comunicativo – em uma palavra, imaterial. A cultura “gera valor” (como diz o “*management*”) porque o que é incorporado aos produtos são formas de vida: estilos, preferências, status, subjetividades, informações, normas de consumo e até a produção de opinião pública. [...] **o trabalho da cultura e na cultura se torna cada vez mais o paradigma da produção em seu conjunto** (NEGRI; COCCO, 2006 *apud* MIGUEZ, 2009, p. 60-61, grifo meu).

Interessante refletir ainda sobre como as economias intensivas em símbolos (da cultura, criativa, solidária, das ideias etc.) estão estruturadas em cadeias ou arranjos produtivos imateriais e relacionais, constituindo-se também uma “economia de signos”, na qual a relevância simbólica se sobrepõe às características materiais do produto, em uma complexa convergência entre arte, negócios e tecnologia (BENDASSOLLI *et al.*, 2009).

Bem verdade que a dimensão simbólica também está presente na agenda mercantilizadora da indústria cultural (ADORNO, 1991). Contudo, na proposição de EC realizada nesta tese à luz de posicionamentos teóricos contra-hegemônicos, os símbolos são compreendidos como incrustados no território e, portanto, no tecido da própria sociedade.

Muito embora a cultura de massas – da indústria cultural – também produza (ou alimente-se) de símbolos, estes estão a serviço do mercado, cada vez mais padronizado e imitativo. Já os símbolos produtos da cultura popular “são portadores da verdade da existência e reveladores no próprio movimento da sociedade” (SANTOS, 2000, p. 145).

Nessa escalada produtiva, considerando as proposições dos organismos multilaterais e a literatura gerencialista-funcionalista, vê-se que a tecnologia (da informação e comunicação)

³⁰ Para uma leitura aprofundada sobre o conceito de classes criativas, ver Florida (2011).

foi reivindicada nos grupos das indústrias culturais e criativas porquanto tenha um papel fundamental na reprodução de ideais globalizantes e, sobretudo, na modificação do comportamento de consumo dos produtos criativos. A música, por exemplo, graças às plataformas e aplicativos *on-line* pôde ser alçada à níveis transnacionais, para além de fronteiras geográficas, tendo em vista a obsolescência dos discos de vinil, cd's e dvd's.

Expressões como inovação, competitividade, diferenciação vertical, empreendedorismo, direitos autorais, propriedade etc., são bem quistas nas ciências da administração e na literatura científica sobre a EC. Contudo, análises pautadas unicamente nestes imperativos de mercado frequentemente deixam de considerar a totalidade e a complexidade das relações que circunscrevem a sociedade e sua organização, que só podem ser acessadas em perspectivas trans-histórica e relacional.

A temática tem ocupado centralidade na agenda pública e privada contemporâneas, face aos múltiplos enlaces que a circunscrevem (MIGUEZ, 2009). Aliás, retomando a participação dos organismos multilaterais nessa seara, Yúdice (2004) lembra o papel dos Bancos Internacionais que, curiosamente, passaram a considerar a cultura enquanto vetor de desenvolvimento, à exemplo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Daí a (re)inclusão de conceitos como as licenças *creative commons*, *copyleft*, *open source* etc., em marcos regulatórios internacionais sobre propriedade intelectual, uma espécie de “rendimento monopólico” *a la* Harvey (2003), e que atingiu frontalmente as indústrias de *software*, audiovisual, fonográfica etc.

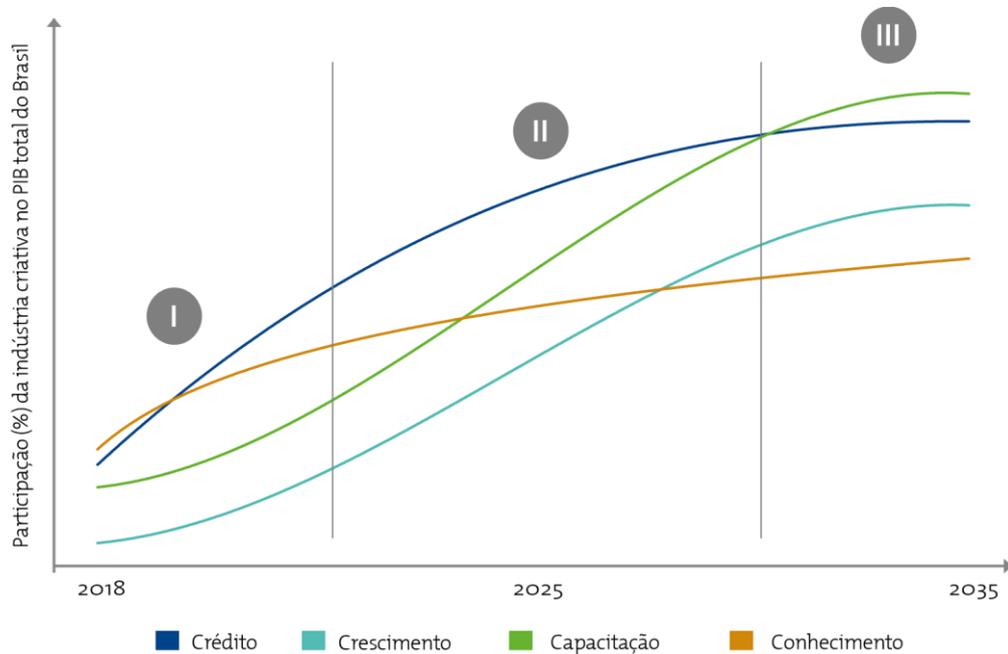
Em sintonia com essa agenda global, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) publicou o estudo “Visão 2035: Brasil, país desenvolvido” (2018), com o objetivo de estabelecer o posicionamento da instituição para alguns setores específicos, dentre eles a EC.

A tendência futura é de que o crescimento da indústria criativa permaneça acima do crescimento mundial, e o Brasil demonstra potencial ainda maior de crescer, o que reflete a dimensão do mercado doméstico, a criatividade para geração de novos produtos, conteúdos e serviços e a notória riqueza cultural brasileira, um dos mais importantes insumos de nossos produtos e serviços (NYKO; ZENDRON, 2018, p. 259-288).

O estudo enfrenta a questão da EC – e não poderia ser diferente – sob a lente do capital financeiro, destacando as perspectivas de crescimento do setor. Parece, então, sintomático a afirmação de que a EC está em permanente disputa e/ou cercamento, como mencionado no capítulo anterior.

Figura 4 - Proposição da Agenda 4C - BNDES

Gráfico 4 | “Agenda 4C”: contribuições para transformar a economia criativa brasileira



Fonte: Nyko e Zendron (2018).

Em suma, o estudo propõe a “Agenda 4C” para a “transformação” da EC brasileira. Esses autores, vinculados ao departamento de economia da cultura do BNDES, advogam que:

No longo prazo (III), merecem destaque as ações de ampliação e diversificação do crédito e as ações de capacitação. Após destravar o crédito no curto prazo (I), é necessário continuar ampliando o cardápio de opções de funding para as indústrias criativas e culturais (II). Espera-se maior contribuição do mercado de capitais, que oferece modalidades bastante apropriadas de financiamento e participação de risco. [...]Reforça-se, portanto, a sustentabilidade do negócio por meio de padrões mais elevados de profissionalização e de compromissos com transparência e rentabilidade, reduzindo a dependência setorial de *fundings* de natureza pública (NYKO; ZENDRON, 2018, p. 284).

Não surpreende, contudo, que o sobredito estudo somado aos relatórios de organismos multilaterais acabem desconsiderando, quase que por completo, a diversidade e a imensidão da produção e profissionais de EC que estão submersos na informalidade e, portanto, escapam à lógica tradicional de mensuração econômica.

Retomando o ponto de vista institucional das políticas públicas não há dúvidas de que o trabalho encabeçado pela extinta Secretaria da Economia Criativa (SEC/Minc) tenha sido o mais representativo, ainda hoje, com forte influência nas agendas local, regional e nacional. O

Plano da SEC, invariavelmente, tornou-se um dos documentos mais consultados e referenciados na literatura acadêmica brasileira recente. Instituições como SEBRAE, BNB, FINEP, FIRJAN dentre outras também buscaram estimular, em outra perspectiva, iniciativas e políticas públicas setoriais para a EC.

Para os objetivos e escolhas desta tese, constata-se que diversas combinações teóricas podem ser colocadas em perspectiva na abordagem das economias intensivas em símbolos. Algumas postulações típicas da economia regional e da geografia e sociologia econômica combinadas com a abordagem institucional parecem dar o mote teórico fundante dos desenvolvimentos que se seguem neste trabalho. Notadamente porque essa combinação permite, em boa medida, acessar a EC enquanto setor socialmente construído. Como bem postularam Souza e Lima (2009):

- indústrias criativas constituem-se, tanto na esfera de produção como na de consumo, por redes, que emergem de dinâmicas não-mercantis e desenvolvem-se em regiões de fronteira entre mercados estabelecidos e redes sociais;
- do anterior, deriva-se que as motivações econômicas nas indústrias criativas estão embebidas em contextos sociais;
- as redes das indústrias criativas são não-arbitrárias, emergem de situações empíricas; conseqüentemente, a unidade de análise são as relações e as redes de relações, que se entrecruzam, tendo em vista que seus membros fazem parte de várias redes;
- as relações entre os atores das indústrias criativas são reciprocamente assimétricas, diferenciando-se em conteúdo e intensidade, o que implica a investigação de seus tipos, continuidades e descontinuidades, assim como conteúdos (SOUZA; LIMA, 2009, p. 183).

Ou seja, as iniciativas que se inscrevem nos setores criativos emergem – frequentemente – à margem do mercado formal, constituindo um *mix* de formalidade-informalidade, e ao mesmo tempo como resultante da combinação, ou ainda da relação entre políticas públicas, instituições de fomento, pesquisa e movimentos da própria sociedade civil (PACHECO, 2021).

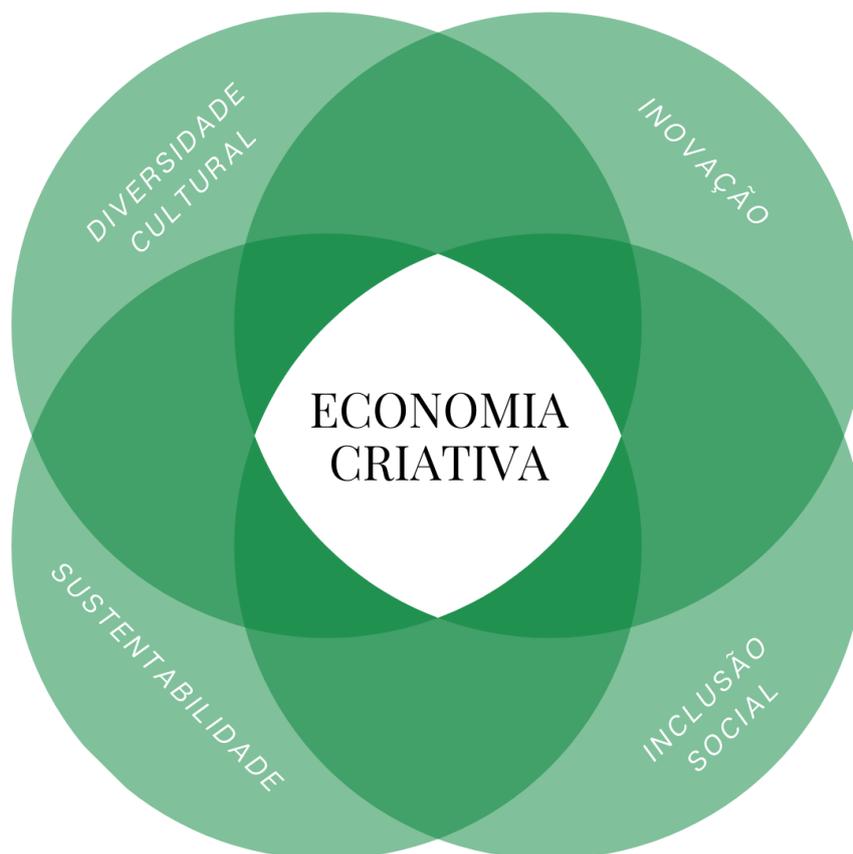
5.1 Em busca de um conceito para a EC de base territorial

O ponto de partida conceitual sobre EC adotado neste trabalho, em que pese a profusão de interpretações sobre o tema, relaciona-se àquele postulado no Plano da Secretaria da Economia Criativa, inicialmente vinculada ao extinto Ministério da Cultura: **“a economia criativa é, portanto, a economia do intangível, do simbólico. Ela se alimenta dos talentos criativos, que se organizam individual ou coletivamente para produzir bens e serviços**

criativos” (BRASIL, 2012, p. 24, grifo meu), cuja dinâmica de existência é dada a partir de uma cadeia de geração de riqueza compreendendo: criação, produção, difusão e consumo.

Ou seja, o elemento caracterizador desta economia é a sua dimensão simbólica, intangível, que se alimenta do talento criativo (conhecimento, saberes, fazeres etc.) para a produção de bens e serviços, conferindo-lhe valor, em um mercado com dinâmica de funcionamento que desconcentra modelos econômicos tradicionais e assenta-se sobre os princípios da diversidade cultural, inclusão social, sustentabilidade e inovação (BRASIL, 2012).

Figura 5 - Princípios da EC segundo o Plano da Secretaria da Economia Criativa



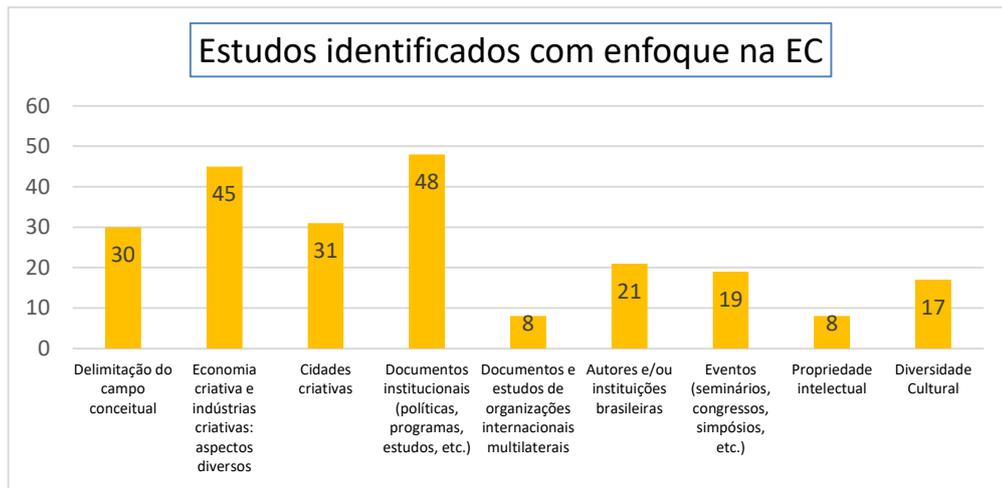
Fonte: adaptado pelo autor com base no Plano da SEC (2011).

De todo modo, parece igualmente apropriado aos objetivos desta tese compreender a EC como um conceito ajustado entre o delicado equilíbrio de imperativos econômicos e o patrimônio cultural de uma nação (MADEIRA, 2014). A EC tem sido apontada nas últimas décadas como uma das estratégias de desenvolvimento econômico mais significativas,

sobretudo, pela capilaridade dos setores que a constituem, percorrendo expressões culturais tradicionais a serviços criativos e novas tecnologias (CAVES, 2002; HARTLEY, 2005; REIS, 2008; FLORIDA, 2012; DEHEINZELIN, 2012; HOWKINS, 2013).

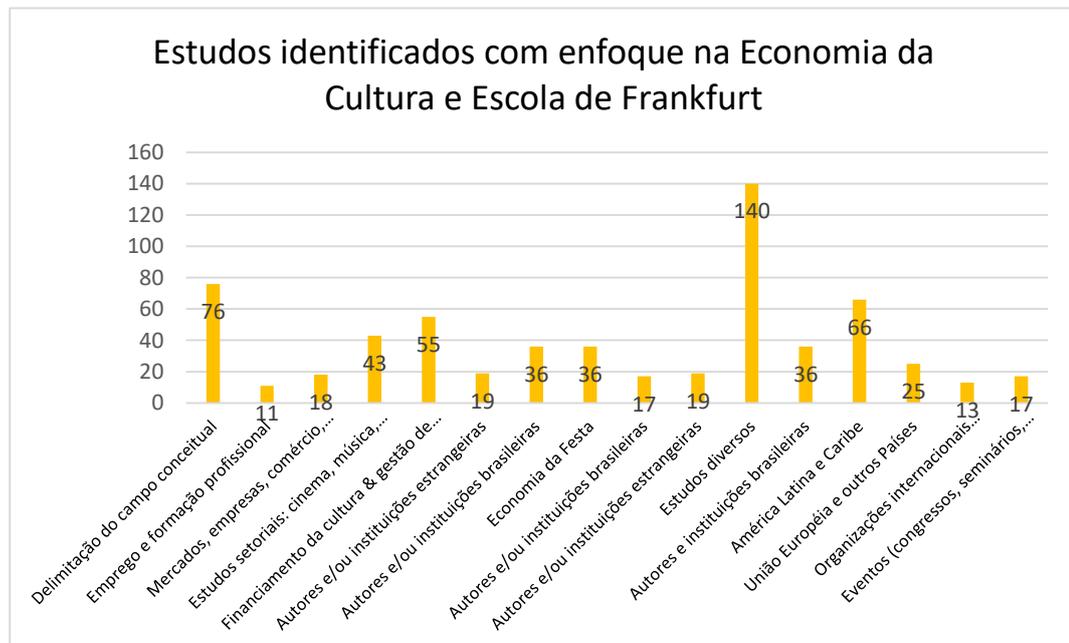
Em um breve levantamento³¹ de estudos realizados no campo da economia dos bens simbólicos é possível identificar a seguinte composição:

Gráfico 1 - Identificação de estudos com enfoque na EC



Fonte: elaborado pelo autor com base em Miguez (2007) e atualizado a partir de e-Criativo (2021).

Gráfico 2 - Identificação de estudos com enfoque na economia da cultura



³¹ Elaborado com base em Repertório de fontes sobre Economia Criativa. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/repertorio_economia_criativa.pdf>. Acesso em 29.04.2021 e atualizado pelo E-Criativo plataforma de documentação e memória da economia criativa. Disponível em: <www.portalecriativo.com.br>. Acesso em: 30.04.2021.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Miguez (2007) e atualizado a partir de e-Criativo (2021).

No entanto, a maior parte dos estudos retromencionados são de origem norte-atlântica e eurocêntrica, e que frequentemente ocupam o *mainstream* da literatura gerencialista sobre EC notadamente pela defesa de expressões como inovação disruptiva, competitividade, diferenciação vertical, empreendedorismo, direitos autorais, propriedade intelectual etc., o que reforça a necessidade de adoção de uma perspectiva teórica que seja efetivamente representativa da realidade latino-americana e, particularmente, brasileira (YUDICE, 2004; MIGUEZ, 2009, LEITÃO, 2015a; 2015b; PACHECO *et al.*, 2018a).

Permanece então, com raras exceções, a necessidade de compreensão das abordagens que melhor sirvam a estruturação da EC, sobretudo, diante das crises democráticas que acometeram a América Latina e o Brasil com avanço da agenda neoliberal (HARVEY, 2008; BORÉN; YOUNG, 2013). À guisa de elucidação, apresenta-se os modelos de indústrias criativas da UNCTAD (2010) e UNESCO (2013), os quais pretendem caracterizar/agrupar as atividades que se inscrevem nessas indústrias.

Figura 6 - Classificação da UNCTAD para as indústrias criativas



Fonte: Guilherme (2020, p. 19), elaborado com base em Unctad (2010).

Não há dúvidas de que o relatório da Unctad (2010) tenha sido um dos mais propalados do mundo em matéria de EC. As diferentes edições deste relatório abordam experiências de diferentes países, focalizando as políticas públicas implementadas. A Unctad

propôs uma organização dessas indústrias a partir de grupos: patrimônio, artes, mídias e criações funcionais.

Figura 7 - Classificação da Unesco para as indústrias criativas

DOMÍNIOS DA CULTURA						DOMÍNIOS RELACIONADOS	
A. Patrimônio e Natural	B. Performance e Celebração	C. Artes Visuais e Artesanato	D. Livros e imprensa	E. Audiovisual e Mídia Interativa	F. Design e Serviços Criativos	G. Turismo	H. Esportes e Recreação
Museus (Inclusive Virtuais) Espaços Arqueológicos e Históricos Paisagens Culturais Patrimônio Natural	Artes Performáticas Música Festivals, Feiras, Festas	Belas Artes Fotografia Artesanato	Livros Jornais e Revistas Outras Publicações Livrarias (Inclusive Virtuais) Feiras de Livros	Filmes e Vídeos TV e Rádio (Inclusive transmissão ao vivo pela internet) Arquivos de Mídia Digital pela Internet (podcasting) Video Games (Online Inclusive)	Design de Moda Design Gráfico Design de Interiores Paisagismo Serviços de Arquitetura Serviços de Publicidade	Viagens Charter e Serviços Turísticos Hospitalidade e Acomodação	Esportes Atividade Física e Bem-Estar Entretenimento e Parques Temáticos Jogos de Azar
PATRIMÔNIO CULTURAL INTANGÍVEL (TRADIÇÕES E EXPRESSÕES ORAIS, RITUAIS, LINGUAGENS, PRÁTICAS SOCIAIS)						PATRIMÔNIO CULTURAL INTANGÍVEL	
EDUCAÇÃO E TREINAMENTO						EDUCAÇÃO E TREINAMENTO	
ARQUIVAMENTO E PRESERVAÇÃO						ARQUIVAMENTO E PRESERVAÇÃO	
EQUIPAMENTO E MATERIAL DE SUPORTE						EQUIPAMENTO E MATERIAL DE SUPORTE	

Fonte: Adaptado de Unesco (2013, p. 25).

Por sua vez, a Unesco (Figura 6) propõe uma organização das indústrias criativas a partir de domínios principais e relacionados. Como identificado por Pacheco *et al.*, (2018), embora Unesco e Unctad compartilhem a maioria dos serviços criativos e culturais em seus relatórios, a Unesco inclui alguns códigos (como serviços de informação e outros royalties e taxas de licença) que não são inclusos na lista Unctad ou que não são calculados junto com os outros serviços criativos.

De todo modo, cumpre reiterar que a EC deve ter como elementos estruturantes a dimensão simbólica e territorial de cada nação, sendo, portanto, fruto de um tecido complexo que não pode ser simplificado em domínios ou grupos de indústrias, razão pela qual os modelos eurocêntricos e norte-atlânticos não podem ser totalmente levados à efeito em países com dimensões continentais e de capitalismo periférico, como o Brasil.

Feito o sobredito posicionamento, passo a apresentar alguns breves conceitos que circundam o tema na literatura atual e a partir do acúmulo de trabalhos do pesquisador e demais autores à vista do alinhamento com os objetivos desta tese:

Figura 8 – Algumas definições de EC aderentes à tese

DEFINIÇÃO	AUTORES
<p>A economia criativa surge a partir das identidades locais, do povo, introjetada de simbologia, considerando a imensidão da diversidade cultural brasileira. A economia criativa, no contexto Brasil, deve ser posta à serviço da lógica dos fins, cooperando para o surgimento de uma agenda de transformação social, que tem em seu constructo multidimensional o seu mote.</p>	<p>Pacheco, Benini (2018a, 2018c)</p>
<p>No plano discursivo, a Economia Criativa não deve limitar-se a reprodução de experiências anglo-saxãs, intensivas em indústrias de copyright; antes, deve contornar-se de uma estrutura fundamentada na diversidade, simbologia e na produção de riqueza inclusiva, equitativa e socialmente distribuída.</p>	<p>Pacheco, Benini, Mariani (2018b)</p>
<p>A economia criativa encontra apoio nas discussões centradas nos territórios, vez que as comunidades que os constituem são reais provedoras de ativos simbólicos, intangíveis e criativos, com forte relação com o setor de serviços, notadamente o turismo local.</p>	<p>Pacheco, Benini, Mariani (2017)</p>
<p>Os setores criativos são todos aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica. “[...] seus insumos principais são a criatividade e o conhecimento [...] vão além dos setores denominados como tipicamente culturais, ligados à produção artístico-cultural (música, dança, teatro, ópera, circo, pintura, fotografia, cinema), compreendendo outras expressões ou atividades relacionadas às novas mídias, à indústria de conteúdos, ao design, à arquitetura entre outros”.</p>	<p>Secretaria da Economia Criativa / Minc (2011)</p>
<p>Diferentemente da economia tradicional “taylorista”, a economia criativa se caracteriza pela abundância e não pela escassez, pela sustentabilidade social e não pela exploração de recursos naturais e humanos, pela inclusão produtiva e não pela marginalização de indivíduos e comunidades.</p>	<p>Leitão (2015)</p>
<p>Economia criativa é um conceito novo, ajustado ao delicado equilíbrio entre imperativos econômicos e o patrimônio de uma nação; capta as mudanças radicais advindas da revolução digital e dirige seu foco para outro modo de capitalização da criatividade e do conhecimento.</p>	<p>Madeira (2014)</p>

Fonte: Pacheco (2021).

Em caráter instrumental, Ana Carla Fonseca (2008, p. 24-27) apresenta uma síntese do quadro conceitual da EC no mundo e mostra que é possível compreendê-la em:

- 1) Indústria Criativas – caracterizadas por setores econômicos específicos de cada país, considerando a geração de riqueza;
- 2) Economia Criativa – que abrange não apenas as Indústria Criativas, mas, também, os impactos da interação de seus bens e serviços com outros processos da economia;
- 3) Cidades e espaços criativos – vistos distintamente sob o prisma do combate às desigualdades; na promoção de clusters criativos; da transformação de cidades em polos criativos mundiais

Se existe uma dinâmica econômica intensiva em criatividade, certamente existem os trabalhadores criativos. Este conceito, frequentemente reivindicado na obra “A Ascensão da Classe Criativa” de Richard Florida³² (2011), sustenta que a criatividade não é apenas inteligência. Antes, envolve a capacidade de síntese, responsável – inclusive - em nos distinguir economicamente das demais espécies. “*Éthos* é espírito ou natureza fundamental de uma cultura. É o nosso compromisso com a criatividade em suas múltiplas facetas” (FLORIDA, 2011, p. 21).

Vale lembrar que a disseminação acrítica do conceito de algumas economias de transição – criativa, do conhecimento, ecológica, colaborativa etc – ganhou significativa participação nos estudos acadêmicos, sobretudo pelo entusiasmo discursivo que oferecem. Não é por acaso que essas economias foram festejadas em países desenvolvimento – e mais recentemente naqueles em desenvolvimento – como apenas mais uma etapa sofisticada do capitalismo globalizado (LEITÃO, 2015a, 2015b). No caso da EC, o discurso intensivo em propriedade intelectual e direitos autorais ganha forte importância nestes países (UNCTAD, 2010, 2013).

Mas, em países emergentes, essa centralidade possui coerência? No contexto Brasil, pode-se afirmar que a EC é intensiva em inovação e propriedade intelectual, por exemplo? É justamente esse esforço crítico-reflexivo que apoia as discussões fundantes da presente tese: de que a EC que nos é adequada repousa, justamente, na centralidade da dimensão simbólica e cultural dos territórios. Portanto, os territórios criativos são aqueles intensivos em elementos

³² Obviamente o trabalho de Florida recebeu inúmeras desqualificações, notadamente pelo equivocado sentido de “classe” que tenta cunhar em sua obra. Como é possível afirmar que os “conhecimentos dos artistas beneficiam automaticamente os trabalhadores criativos?” (GREFFE, 2013, p.331).

simbólicos geradores de valor econômico, mas que também inspiram e geram riqueza socialmente compartilhada, portanto, uma EC de base territorial.

Do ponto de vista da política pública, importante registrar a agenda proposta no sobredito Plano da Secretaria da Economia Criativa, que propôs uma metodologia de incentivo da EC a partir de vetores micro e macroeconômicos, inaugurando ainda o conceito de Territórios Criativos:

[...] a concepção e a implementação de metodologias, ações, projetos e programas que **permitam o surgimento e a institucionalização de territórios criativos** (bairros, polos produtivos, cidades e bacias criativas). Serão prospectados espaços que tenham potencial para serem considerados territórios criativos e, dessa forma, possam potencializar a geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2012, p. 42, grifo meu).

Veza que o conceito de EC fora estabelecido, este trabalho seguirá aportando esforços de reflexão em direção à conceituação de territórios criativos e também de uma **economia criativa de base territorial**, a partir de práticas/experiências vislumbradas no espaço local, notadamente aquele delimitado no campo empírico. Ou seja, considerando que este conceito é, ainda, nebuloso na literatura nacional e internacional, as características que lhe revestem somente poderão ser efetivamente estabelecidas, assim como seu conceito, quando da conclusão desta tese. Nesse sentido, serão feitos apenas alguns apontamentos de reflexão crítica que servirão de apoio às categorias de análise utilizadas na pesquisa.

5.2 Cidades e Territórios Criativos

Os estudos em torno das chamadas cidades criativas têm alcançado dimensões importantes nas diferentes ciências (COMUNIAN, 2011; LANDRY, 2011; LIMA, 2011; GRODACH, 2017, MAREQUE *et al.*, 2021). De outro norte, os chamados “territórios criativos” apresentam estudos mais tímidos na literatura do tema. De todo modo, a economia intensiva em símbolos está diretamente ligada aos elementos locais e territoriais, que requer – no contexto das políticas públicas – o reconhecimento, planejamento, gestão e governança específicos que reconheçam as múltiplas territorialidades do espaço local-regional (SAQUET, 2011; CLOSS; OLIVEIRA, 2017; GUILHERME, 2020).

À luz das principais reflexões teóricas do tema, a economia criativa se propõe à “[...] gerar localmente e distribuir globalmente bens e serviços com valor *simbólico* e *econômico*” (REIS, 2008, p. 24, grifo original), sem perder de vista as dimensões tão consagradas no

Plano da SEC, quais sejam a diversidade cultural, a inovação, a inclusão social e a sustentabilidade (MINC, 2011).

Adensando o teor teórico desta seção, tem-se que o conceito de cidades criativas encontra-se referenciado inicialmente nos estudos de Bianchini e Landry e Bianchini (1995) e foi sendo sofisticado até as cidades criativas relacionais, de Roberta Comunian (2011) e novamente em Landry (2011) dentre outros.

Entretanto, como bem apontam Borén e Young (2013), parece haver uma aproximação entre esses estudos sobre cidades criativas e os imperativos econômicos da agenda neoliberal e que frequentemente ignoram os efeitos redistributivos da política pública, o que desperta a reorientação desta tese para a utilização de uma abordagem mais adequada à realidade do campo empírico e também um contraponto aos postulados do *mainstream* acadêmico.

Para isso, lançar-se-á mão de um enfoque mais crítico a partir de autores da geografia, à exemplo de Haesbaert (2004) e Santos (2002, 2005), além de outras contribuições pertinentes. Com efeito, os imperativos de inovação, empreendedorismo, exploração intelectual, conectividade etc., estão de imediato solapados.

No mesmo plano, parece interessante o conceito de polos criativos, trazido por Lima (2011, p. 70), os quais constituem-se “espaços de convivência urbana que possuem uma dinamização funcional, reunindo em sua geografia distintos grupos e pessoas com uma identidade cultural singular, com a realização de variadas atividades associadas a dimensões simbólicas”.

Ainda assim, optou-se nesta tese por perseguir o conceito de territórios criativos para abordar as questões mais substantivas não apenas do campo empírico, mas do objeto de estudo em curso. Para o brilhante geógrafo brasileiro, Milton Santos (2005, p. 28), o espaço deve ser compreendido em perspectiva dialética, ou seja, o homem transforma a natureza à luz de um processo que deve ser entendido historicamente: “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Desse ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção”.

Esse mesmo autor lembra, ainda, que as cidades e os territórios foram sendo modificados com o avanço da globalização e seu moderno aparato tecnológico e sofisticados imperativos de mercado introduzindo novos padrões de consumo. Com efeito, imperativos como “competividade”, “empreendedorismo”, “maximização de lucros” etc., em última análise acabaram por “destróçar as antigas solidariedades, frequentemente horizontais, e por impor uma solidariedade vertical, cujo epicentro é a empresa hegemônica, localmente

obediente a interesses globais mais poderosos e, desse modo, indiferente ao entorno” (2005, p. 85).

Tais modificações influenciam diretamente as relações sociais, particularmente as relações de trabalho do e no território,

As verticalidades podem ser definidas, num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos [...]. Tais espaços de fluxos vivem uma solidariedade do tipo organizacional, isto é, as relações que mantém a agregação e a cooperação entre agentes resultam de um processo de organização [...]" (SANTOS, 2000, p. 105-106).

Para Santos (1998, 2005), as questões em torno da dinâmica econômica de uma sociedade somente podem ser compreendidas na relação mútua entre produção, formação social e espaço. Este mesmo espaço deve ser compreendido por meio das múltiplas interações dos elementos, constituindo-se uma realidade relacional.

A realização prática de um dos momentos da produção supõe um local próprio, diferente para cada processo ou fração do processo, o local torna-se assim, a cada momento histórico, dotado de uma significação particular. A localização num dado sítio e num dado momento das frações da totalidade social depende tanto das necessidades concretas de realização da formação social quanto das características próprias do sítio. O uso produtivo de um segmento de espaço num momento é, em grande parte, função das condições existentes no momento inicial. (SANTOS, 2005, p. 30-31).

Dessa perspectiva que correlaciona espaço, enquanto totalidade e lugar, com a formação social e econômica, Santos (2002) faz a seguinte definição sobre território:

[...] não é apenas um conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas sobrepostas, o território pode ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2002, p. 15).

Posteriormente, Santos (2005) irá sofisticar o conceito de territórios abordando-o à vista de suas horizontalidades (lugares vizinhos reunidos por uma proximidade territorial) e verticalidades, entendidas estas como um conjunto de pontos que, embora distantes um do outro, estão ligados por inúmeras formas de processos sociais, constituindo-se um espaço de fluxos e também enquanto transformações econômicas decorrentes do desenvolvimento tecnológico e da internacionalização dos mercados:

[...] o território são formas, mas o território usado são os objetos e as ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado temos a fluidez virtual, oferecida por objetos para facilitar essa fluidez e

que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem de ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, não normatizadas. (2005, p. 138).

Nessa perspectiva, a economia e os territórios criativos tendem a reverberar constructos globalizantes que pressionam os espaços locais na reprodução de imperativos hegemônicos conflitantes com a diversidade cultural e com a identidade de um povo. Machado (2009, p. 90), lembra que o “[...] processo de globalização coloca na agenda de debates uma série de questões que giram em torno da construção de identidades – nacionais ou culturais e, ainda, individuais – que se associa à questão da diversidade cultural”.

Daí a necessidade de fortalecer abordagens que compreendam o território em perspectiva contra-hegemônica e que considere a importância das transformações históricas, das relações de produção e as contradições que marcam essas transformações sociais na relação espaço-tempo. Com efeito, há que se rejeitar também quaisquer matrizes que se pretendem totalizantes na construção de um território criativo a partir de cases de sucesso global, notadamente eurocêntricas, à exemplo daquelas frequentemente invocadas por Reis (2011).

Assim, para se começar a pensar um território efetivamente criativo, o imaginário, o conhecimento, os modos de vida locais, as identidades etc., devem necessariamente estar inscritos nas formas de produção, circulação, distribuição e consumo dos bens e serviços de valor simbólico. Santos (2000) propõe uma reflexão bastante sintomática capaz de articular boa parte dos constructos elididos nesta tese,

Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que gera a **visibilidade do interesse comum.**” (SANTOS, 2000, p. 109-110, grifo meu).

Dessa forma, o pensamento crítico sobre a constituição de territórios criativos, passa necessariamente por características inscritas em relações colaborativas e solidárias: “gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada” (SANTOS, 2000, p. 144).

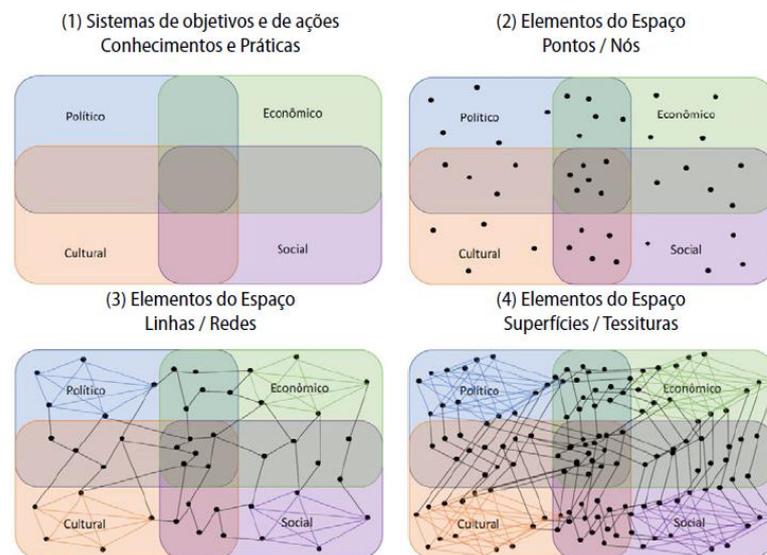
Forçoso rememorar que o Plano da Secretaria da Economia Criativa (2011) reconheceu a necessidade de políticas públicas específicas para a institucionalização dos territórios criativos, entendidos estes como bacias, cidades e polos que possuem

características distintivas e intensiva em símbolos. À medida em que esses espaços são analisados, chega-se aos locais de convivência, em suas múltiplas relações do cotidiano. Como bem lembra Campos e Pitombo (2010, p. 36): “as cidades, entendidas aqui como lócus onde se desenvolve uma complexa trama de relações sociais desiguais, constituem-se em terreno fértil para o desabrochar dos processos criativos humanos e de experiências de coesão social singulares”. Adensando a compreensão, Abramovay (2000) lembra que:

[...] um território representa **uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades** que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. A economia tem prestado bastante atenção aos aspectos temporais (ciclos econômicos) e setoriais (complexos agroindustriais, por exemplo) do desenvolvimento, mas é recente o interesse por sua dimensão territorial ou espacial (ABRAMOVAY, 2000, p. 6, grifo meu).

Daí que os caminhos para se pensar um conceito, ou ainda, as dimensões teórico-conceituais para uma EC de base territorial começam a clarificar-se com base na articulação até aqui proposta. Como bem sintetizado por Luciana Guilherme (2018, p. 64), o sistema territorial é um complexo de conhecimentos e práticas, pontos e nós, linhas e redes, superfícies e tessituras:

Figura 9 - Sistema Territorial



Fonte: Guilherme (2018, p. 64) elaborado com base em Raffestin (1993).

Ou seja, há que se considerar que os elementos fundantes de uma EC de base territorial passam necessariamente pelo reconhecimento do simbólico, em uma abordagem substantiva da economia, compreendendo tradição, memória, significados, histórias e trajetórias, modos de produção e de relações de trabalho, além dos processos criativos e de inovação do lugar.

O território, então, é fruto de um sistema de conexões, de um complexo de redes que se configura e se reconfigura, integrando instituições e pessoas, integrando Estado, organizações, empresas e indivíduos, que se articulam em malhas políticas, econômicas, culturais e sociais que se sobrepõem e se integram no espaço (GUILHERME, 2020, p. 10).

De igual modo, as cidades e seu respectivo cotidiano de trocas simbólicas, econômicas, sociais etc., constituem-se espaços perene de reflexão e experimentação, porquanto reúna em seu interior as contradições e influências de políticas públicas globalizantes, ao passo que também catalisa elementos do contexto regional: uma relação sinérgica entre rural e urbano, entre o regional e o local.

CAPÍTULO 6 - PERCURSO METODOLÓGICO

Partindo do pressuposto de que as estruturas orientadas para a EC se fundam em uma economia não-mercantil prévia, bem como o fato de compartilharem mais adequadamente características com o setor de serviços do que com o setor industrial, pode-se concluir que são constituídas por complexas redes sociais, o que fatalmente exclui abordagens tradicionais de organizações industriais (KIRSCHBAUM *et al.*, 2009).

Nesse contexto, esta pesquisa tem abordagem qualitativa e tipo descritivo-exploratório, com a utilização de multimétodos, destacando-se a utilização de estudo de casos múltiplos. A essência de pesquisas de natureza qualitativa é captar os sentidos e os fatores significantes/estruturantes compartilhados pelos sujeitos investigados (TRIVINOS, 1987). Para a coleta de dados, inicialmente fundamentou-se em análise de dados secundários (publicações e relatórios oficiais, leis e demais normativos) e, posteriormente, de dados primários coletados junto à iniciativas e atores-chave delimitados no objeto particular de investigação, por meio de aplicação de questionários, observação não-participante e entrevistas em profundidade.

Adicionalmente, sabe-se que as motivações econômicas em iniciativas de EC são embebidas de contextos sociais e simbólicos. Portanto, as unidades de análise devem assentar-se em categorias representativas dessas relações entre os atores da EC, o que implica a investigação de seus tipos e continuidades, razão pela qual a abordagem multimétodos tem se configurado uma proposta angular quando se trata de pesquisas e intervenções que contemplem as especificidades da produção de bens simbólico-culturais em organizações produtivas com esse recorte, considerando que essas iniciativas, redes e aglomerados produtivos compõem-se de instituições socialmente construídas (WASSERMAN; FAUST, 2007).

O quadro 2 organiza os métodos e tipos de pesquisa utilizados:

Quadro 2 - Organização da pesquisa quanto ao tipo e método

Tipo	Método
Pesquisa exploratória	• Pesquisa bibliográfica
Pesquisa descritiva	• Pesquisa documental
Pesquisa de campo	• Estudo de casos múltiplos

Fonte: elaborado pelo autor baseado em Silveira e Córdova (2009) e nos métodos utilizados na pesquisa da tese.

E ainda, considerando a exposição teórica que fundamenta esta tese, optou-se pela abordagem interpretativista, porquanto a EC se adapte bem mais ao método indutivo. Para o professor Jair do Amaral Filho (2013), em sua análise de desenvolvimento da EC no Brasil à luz de Celso Furtado, é oportuno assinalar que:

[...] a análise da economia criativa se adapta bem melhor ao método indutivo que ao método dedutivo, posto que não há uma teoria geral, especialmente porque os resultados das observações empíricas tendem a orientar intervenções de políticas públicas, e estas não devem ser padronizadas, mas sim particularizadas (FILHO, 2013, p. 220).

Ainda que, como demonstrado a seguir, utilize-se a análise de conteúdo, o olhar interpretativista do pesquisador à luz de sua produção no tema permitirá acessar com maior abstração os elementos explicativos do *corpus* analisado, notadamente em direção ao que se pretende atingir como resultados da tese.

6.1 Etapas da Pesquisa

6.1.1 Organização e escolhas teóricas e metodológicas

A miscelânea de escolhas teóricas e metodológicas em curso dá o mote fundante sob o qual esta tese se alicerça. Muito referenciado na chamada Nova Sociologia Econômica, a teoria-método de Karl Polanyi tem papel fundamental na compreensão da disputa de modelos econômicos que têm se desenvolvido no mundo ao longo dos séculos. Em especial, o método da análise institucional em Polanyi ajuda-nos a clarificar a correlação de forças entre sociedade, mercados/organismo multilaterais e, principalmente, o papel do Estado (MACHADO, 2012).

Do mesmo modo, a teoria-método de Celso Furtado sedimenta os caminhos para a compreensão da cultura e da criatividade como vetores efetivos do desenvolvimento nacional. Assim como em Polanyi, o “método histórico, para Furtado, é central para a sua análise do desenvolvimento, na medida em que lhe permite combinar a grande visão do processo histórico com as especificidades de cada momento e de cada país” (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 35).

Celso Furtado é um economista do desenvolvimento! (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 19). Ou seja, a análise econômica brasileira e o desenvolvimento eram seu objeto. A predileção de Furtado pelo método histórico-indutivo permitiu-lhe realizar inferências significativas a partir da observação da realidade e buscando nesse movimento sua construção teórica (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 20).

Daí que supedâneo teórico-metodológico desta tese encontra amparo nos sobreditos autores, acrescidos de autores da geografia.

6.1.2 Organização metodológica

Insta mencionar que esta tese tomou de empréstimo a construção metodológica operacionalizada pela professora Luciana Guilherme (2018), responsável pela elaboração de uma das primeiras teses sobre economia criativa, redes e políticas públicas no Brasil, em uma arrojada proposta transdisciplinar. Especificamente, o trabalho de Guilherme (2018) faz uso de múltiplos métodos para analisar questões semelhantes, na cidade do Rio de Janeiro, igualmente em perspectiva institucional. Por sua vez, o quadro 3 organiza as fontes de análise da tese em curso:

Quadro 3 - Fontes dos dados da pesquisa

Fontes de análise	Referências
Realização de entrevistas em profundidade com representantes de iniciativas inseridas nos setores da economia criativa	Dados da pesquisa
Realização de entrevistas em profundidade com ex-gestores de instâncias ligadas à condução da política pública	Dados da pesquisa
Aplicação de questionário para as iniciativas de EC da cidade de Campo Grande	Apêndice D
Análise de debates/entrevistas com articuladores da Lei Aldir Blanc (Deputadas Jandira Feghali, Benedita da Silva e demais articuladores), acrescido do projeto de Lei e relatório-voto	Site Emergência Cultural Ciclo de debates da Lei Aldir Blanc no canal do Youtube
<ul style="list-style-type: none"> • Lei Aldir Blanc • Indicadores / pagamentos / planos de ação • Decreto e regulamentação federal 	http://portalsnc.cultura.gov.br/auxilio/cultura/
	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14017.htm
	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.464-de-17-de-agosto-de-2020-272747985
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto e edital cultura morena e cidadania (SECTUR) 	http://www.campogrande.ms.gov.br/s

<ul style="list-style-type: none"> • Relação de selecionados • Regulamentações 	ectur/
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto e regulamentação estadual • Editais e relação de selecionados (Lei Aldir Blanc) 	https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/lei-aldir-blanc/
<ul style="list-style-type: none"> • Empreendimentos • Documentos da iniciativa (release do projeto, material de divulgação, fotos, mídias sociais). 	Dados da pesquisa
Relatório técnico-científico do projeto Redes Híbridas de Cultura: cartografia relacional da economia criativa e solidária em Campo Grande (PACHECO, 2021)	http://www.portalecriativo.com.br/
Imagens, releases e informativos das iniciativas pesquisadas	Sites e redes sociais das iniciativas selecionadas para o estudo de casos múltiplos
Observação não-participante (online)	Programação on-line das iniciativas (redes sociais, palestras transmitidas e ações de divulgação)
Base de dados da Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC)	http://smiic.campogrande.ms.gov.br/
Base de dados da Plataforma “Mapas Culturais”, da Fundação Estadual de Cultura	https://www.mapacultural.ms.gov.br/

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

O conjunto de informantes ou atores-chave da pesquisa constitui-se de representantes com ampla experiência e atuação no contexto das políticas culturais, bem como, de idealizadores e coordenadores das iniciativas atuantes na EC de Campo Grande.

Quadro 4 - Relação de entrevistados

Informantes-chave*	Contexto/perfil dos informantes da pesquisa
Entrevistada 1	<ul style="list-style-type: none"> • Produtora Cultural, diretora de teatro e atriz; • ex-Secretária-adjunta de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação (SECTEI/MS); • ex-Diretora da Fundação de Cultura de MS; • Membro do Fórum Estadual de Cultura; • Membro do Fórum de Cultura de Campo Grande; • ex-presidente do Conselho de Políticas Culturais de MS; • Diretora do Pontão de Cultura “Guaicurus”; • Foi diretora dos Festivais “América do Sul” e “Festival de Inverno de Bonito
Entrevistada 2	<ul style="list-style-type: none"> • Membro do Conselho Estadual de Políticas Culturais • Cineasta e produtora cultural
Entrevistada 3	<ul style="list-style-type: none"> • Produtora Cultural, pesquisadora e palestrante em arte e cultura; • Ex-Superintendente de Economia Criativa da SECTEI/MS; • Consultora SEBRAE especialista em economia criativa • Idealizadora de iniciativas como “Faixa Pantaneira”, “Sapicua Pantaneiro” dentre outras.
Entrevistada 4	<ul style="list-style-type: none"> • Artesã e professora;

	<ul style="list-style-type: none"> • Diretora do negócio social “Ecolinhas”
Entrevistada 5	<ul style="list-style-type: none"> • Fundadora do coletivo “República das Arteiras” e idealizadora da plataforma “Tecer”; • Pesquisadora, costureira e empreendedora da economia criativa
Entrevistado 6	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenador da plataforma de vendas colaborativa “Vitrine do Mato”; • Empreendedor da economia criativa e economia solidária;
Entrevistada 7	<ul style="list-style-type: none"> • Idealizadora do negócio social “Angí Chocolates do Pantanal”; • Porta-voz da <i>slowfood</i> Pantanal
Entrevistada 8	<ul style="list-style-type: none"> • Diretora da Associação de Artesãos e de Comida Cultural, Típica, Regional e familiar de Campo Grande

Fonte: Relação elaborada pelo autor (2021).

*Entrevistas gravadas com as respectivas autorizações e realizadas na sua quase totalidade pela plataforma *google meet*. Roteiro de entrevistas (APÊNDICE C).

6.1.3 Realização do estudo “Redes Híbridas de Cultura: uma cartografia relacional da economia criativa e solidária em Campo Grande/MS”

Como já mencionado nesta tese, a construção do campo empírico de investigação da tese deu-se, inicialmente, com a realização da sobredita pesquisa-diagnóstico, cujo objetivo central foi o de identificar, em perspectiva relacional, iniciativas atuantes nos setores da EC e da economia solidária. O autor foi responsável pela elaboração do projeto, definição da metodologia e da realização da pesquisa junto às iniciativas, além da análise e sistematização dos dados levantados.

A proposta é inspirada no projeto “Mercado Brasil Criativo – pesquisa de redes e sistemas produtivos de economia criativa no Brasil, realizada de 2015 a 2017, fruto de um convênio entre o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) Nacional e o Instituto Alvorada Brasil”, constituindo-se um dos primeiros estudos em perspectiva ampliada no contexto das políticas públicas para a economia criativa.

Para o estudo “Redes Híbridas de Cultura” optou-se pela aplicação de questionário (APÊNDICE D), organizado em blocos, com vistas à obtenção de informações sobre as iniciativas que operam nos setores da economia criativa e solidária na cidade de Campo Grande, bem como sua caracterização social e econômica; setores de atuação; atividades produtivas; participação em redes; processos criativos; participação em políticas públicas; articulação territorial-institucional e demais aspectos de gestão de cada iniciativa participante.

Foram convidados à participar, a partir de consulta às base de dados SMIIC e Mapas Culturais, trabalhadores da cultura, artistas de todos os setores, empreendedores criativos, empresas de produção cultural e entretenimento, coletivos, associações, fundações e quaisquer

outras pessoas físicas ou organizações com atuação no contexto cultural de Campo Grande. Utilizou-se estatística descritiva básica para a análise dos dados das respostas do questionário, as quais encontram-se consolidadas no relatório de pesquisa (APÊNDICE A).

Quadro 5 – Organização do questionário aplicado

Bloco	Descrição	Objetivo e articulação teórica
Bloco 1	Identificação da iniciativa (dados de contato, locais de atuação)	Identificar a multiplicidade de iniciativas que se inserem em ao menos um dos setores da economia criativa e solidária em Campo Grande, bem como sua composição e
Bloco 2	Caracterização da iniciativa (formalização, natureza jurídica, profissionais envolvidos, público-alvo, composição etária, racial e de renda, principal setor de atuação e setores relacionados, detalhamento das atividades realizadas pela iniciativa)	
Bloco 3	Caracterização socioeconômica, redes criativas e solidárias (participação em redes, participação de populações/comunidades tradicionais, tempo de existência, ações endereçadas à produção e espaços de comercialização, características econômicas, faturamento)	Acessar a dimensão produtiva das iniciativas, notadamente quanto à vocação para a economia intensiva em símbolos, territorialidades e constituição de redes híbridas
Bloco 4	Processos Criativos e Articulação territorial (inspiração/motivação dos processos de criação, percepção do valor cultural-econômico para a cidade, relações com o cotidiano e aspectos simbólicos do território, articulação entre os profissionais do mesmo setor, articulação com instituições públicas e privadas, fontes de financiamento, construção de objetivos comuns e práticas colaborativas)	Compreender o ciclo criativo e produtivo dessas iniciativas, bem como identificar se existe articulações em torno de um “comum” entre elas, bem como as conexões com os ideais de colaboração, solidariedade e associativismo
Bloco 5	Gestão da iniciativa (instâncias decisórias, registros, comunicação das decisões, temas deliberados e outras informações pertinentes)	Acessar os níveis de gestão e também de governança das iniciativas, instâncias decisórias, comunicação etc.

Fonte: elaborado pelo autor.

A tabela acima sintetiza o processo de construção do instrumento inicial de coleta de dados, o questionário, cujas perguntas foram inspiradas no trabalho de Guilherme (2018) e também no mapeamento de empreendimentos econômicos solidários, da extinta Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES³³).

Responderam ao questionário as iniciativas mencionadas no Apêndice B. Essa aproximação inicial com o campo empírico serviu de supedâneo para que, a partir das respostas desta primeira etapa, fossem selecionadas algumas iniciativas vocacionadas em economia criativa e que tivessem alinhamento com o recorte teórico proposto e também com

³³ O mapeamento dos empreendimentos de economia solidária da SENAES. Disponível em: < <http://atlas.sies.org.br/doc/formulario-ees-aplicado-sies.pdf>>. Acesso em 09.01.2021.

as diretrizes de pesquisa deste Programa de Pós-Graduação. Cumpre informar, contudo, que o projeto Redes Híbridas tem objetivos que ultrapassam aqueles delimitados na introdução desta tese, razão pela qual apenas serão levadas à efeito apenas as informações que guardem relação com os intentos desta pesquisa.

Insta mencionar, ainda, a realização de agendas propostas junto à Secretaria de Cultura e Turismo de Campo Grande (SECTUR) e Fundação Estadual de Cultura (FCMS) para acesso às informações de contato das iniciativas, que acabaram sendo levantadas junto às bases de dados SMIIC³⁴ e o Mapa Cultural³⁵ de Mato Grosso do Sul, que também concentram boa parte das iniciativas da capital do Estado.

Entretanto, para os objetivos particularidades nesta tese, optou-se pela utilização de apenas um recorte da pesquisa, especificamente por meio da seleção de casos múltiplos.

6.1.4 Estudos de Casos Múltiplos

Como bem pontuou Eisenhardt (1989), a utilização de estudo de casos configura-se uma abordagem especialmente apropriada para novas áreas temáticas, vez que se concentra em entender a dinâmica presente dentro de configurações únicas. A autora lembra ainda que o método de estudo de casos pode combinar diferentes métodos de coletas de dados, à exemplo de questionários, entrevistas e relatos observacionais.

Nesse contexto, o pesquisador deve atentar-se para a definição clara do problema de pesquisa, elencando potenciais variáveis de análise (dimensões, categorias etc.) à vista de futuras proposições teóricas. Eisenhardt lembra ainda que o objetivo do estudo de casos não visa, necessariamente, a produção de estatísticas sobre um conjunto de informações, mas principalmente a compreensão do caso (ou conjunto deles) com a maior profundidade possível: a ideia central é a constante comparação entre teoria e dados.

Conforme Sampiere *et al.*, (2013, p. 404) para os estudos qualitativos que utilizam casos múltiplos, recomenda-se a seguinte amostra:

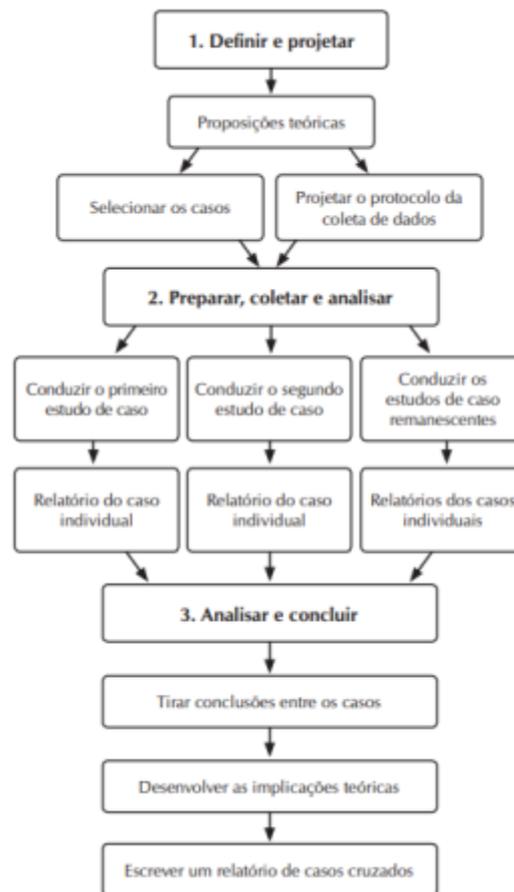
³⁴ SMIIC - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais. Disponível em: <<http://smiic.campogrande.ms.gov.br/index.zul>>. Acesso em 10.01.2021.

³⁵ Trata-se de uma plataforma livre, gratuita, colaborativa e interativa de mapeamento cultural desenvolvida para ser um instrumento transparente e colaborativo de gestão pública, permitindo aos gestores, agentes culturais e a todos os cidadãos conhecer, compartilhar e participar da produção e ações que integram a política cultural do Estado. O Mapa Cultural é uma ferramenta de comunicação que busca visibilizar os eventos do calendário cultural, os projetos desenvolvidos e os espaços promovidos pelos agentes e instituições culturais de Mato Grosso do Sul e, passa a ser também, a plataforma de acesso e execução dos editais realizados pela Fundação de Cultura de MS. Disponível em: <<https://www.mapacultural.ms.gov.br/>>. Acesso em 12.01.2021.

Figura 10 - Relação tipo de estudo x sugestão de amostra

Tipo de estudo	Tamanho mínimo de amostra sugerido
Etnográfico, teoria fundamentada, entrevistas, observações	30 a 50 casos
Histórico de vida familiar	Toda a família, cada membro é um caso
Biografia	0 sujeito de estudo (se vivo) e 0 maior número de pessoas vinculadas a ele, incluindo críticos
Estudo de casos em profundidade	6 a 10 casos
Estudo de caso	Um a vários casos
Grupos focais	Sete a 10 casos por grupo, quatro grupos para cada tipo de população

Fonte: Sampiere *et al.*, (2013).

Figura 11 - Organização das etapas de análise em estudos de casos múltiplos

Fonte: Adaptado de Yin (2015).

Entretanto, os autores reforçam que não existem parâmetros específicos para a definição desse tipo de amostra, por isso, trata-se de uma recomendação com base em

levantamentos da literatura do tema. Nesse sentido, tendo em vista a exiguidade do tempo disponível para pesquisa e as circunstâncias globais em que ela deu-se, foram selecionados 6 (seis) casos para análise em profundidade. Quanto ao projeto para o estudo dos casos, o mesmo pode ser classificado como integrado, com unidades múltiplas de análise dentro de um determinado contexto, no caso, a capital Campo Grande. As etapas de análise de casos múltiplos, segundo Yin (2015).

6.1.5 Realização de Entrevistas e Observação não-participante

Muito embora a primeira etapa tenha se incumbido de apresentar o cenário da economia criativa em Campo Grande, verificou-se a necessidade de aprofundar questões inicialmente levantadas recorrendo-se à técnica de entrevistas em profundidade e observação não-participante, que ocorreu por meio de apresentações e atividades *on-line* (*sites* e redes sociais) de cada iniciativa selecionada.

Selecionou-se, então, 6 (seis) iniciativas que seriam investigadas em profundidade, tendo em vista as limitações de tempo e de aproximação impostas pelo momento político-sanitário adverso no qual a tese desenvolveu-se, razão pela qual não seria possível entrevistar, em profundidade, todas as outras 60 iniciativas constantes na pesquisa “Redes Híbridas de Cultura”.

Ou seja, o campo empírico foi sendo construído ao longo da pesquisa. Para complementar o corpo de análise, optou-se ainda pela aproximação com instituições mencionadas pelas iniciativas durante a pesquisa, tendo em vista a importância destas no contexto da formação de redes de economia criativa. Essa aproximação deu-se por meio de entrevista com os gestores, conforme detalhamento no quadro 4, e também por meio de um conjunto de documentos institucionais reunidos e selecionados para robustecer a estrutura de análise da tese.

6.1.6 Da análise dos dados

Com efeito, à luz dos objetivos e da problemática já elencados, vislumbrou-se na utilização de múltiplos métodos, a possibilidade de exercer reflexões mais aprofundadas sobre as dimensões e principais aspectos que circunscrevem a questão da tese. Insta mencionar que a utilização de apenas um método de análise e de realização da pesquisa demandaria bem menos esforço de pesquisa. Contudo, análises que se limitam à um único método mostram-se

frequentemente empobrecidas, portanto, incapazes de transbordar os aspectos reflexivos para outros níveis de compreensão e abstração da realidade.

Por isso, optou-se por lançar mão de uma agenda conjunta, tendo o núcleo metodológico composto de procedimentos qualitativos, exploratórios e descritivos, com vistas à possibilitar a visualização dos atributos, estruturas e dinâmicas de funcionamento da EC, constituindo uma plataforma de análise relacional-institucional. Com efeito, a totalidade de informações levantadas ao longo da pesquisa permitiram a confrontação de dados, além da ampliação da reflexão sobre as complementariedades que circunscrevem a temática proposta.

Para análise dos dados coletados, utilizou-se predominantemente a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2002). Semelhantemente, para apoiar cada uma das etapas da análise de conteúdo, particularmente as implicações teóricas, utilizou-se o *software* Atlas.TI³⁶.

A respeito, sabe-se que a análise de conteúdo constitui-se de três fases específicas: a. pré-análise, constituída da leitura flutuante e da escolha dos documentos; b. exploração/análise do material; c. tratamento dos dados/resultados (Figura 11). Bardin (2002) aponta que a pré-análise é a fase de organização e sistematização do material. Seguido da leitura flutuante, também chamada de leitura superficial (é o primeiro contato com o material).

Nesta etapa, Bardin (2002) indica que à luz da questão de pesquisa, da(s) hipótese(s), bem como dos objetivos da pesquisa, é necessário observar os seguintes procedimentos: 1) exaustividade; 2) representatividade e 3) os dados devem ser selecionados a partir de temas iguais, por técnicas iguais e os mesmos indivíduos. A utilização destes procedimentos aumenta a credibilidade e a validade dos resultados observados.

Já na segunda etapa da análise, o pesquisador deve codificar os dados e agrupar em unidades. As etapas da codificação: 1) escolha das unidades de registro; (2) seleção de regras de contagem e; 3) escolha de categorias. Em trabalhos que utilizam múltiplos codificadores, é importante garantir um tratamento sistemático visando assegurar a consistência das codificações.

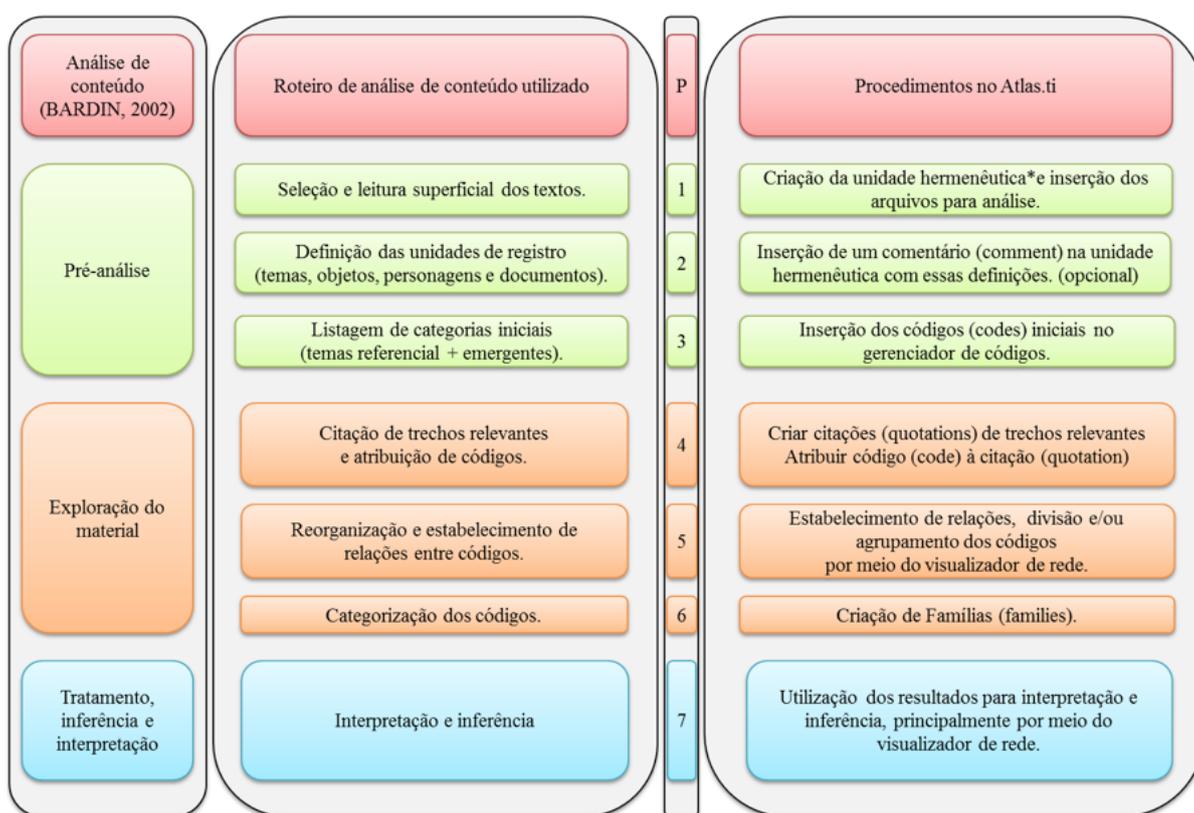
Já a terceira fase, tem-se o tratamento dos dados, inferência e interpretação. Nessa etapa, o pesquisador vai dialogar e/ou tencionar os resultados da pesquisa com o lastro teórico utilizado. Nesse ponto, os conhecimentos do pesquisador no tema devem somar-se aos

³⁶ Com o Atlas Ti é possível na analisar e gerenciar distintos tipos de documentos ou instrumentos de coleta de dados, tais como: respostas às questões abertas de questionários, relatórios de observação, cartas, enfim todos os textos expressos na modalidade escrita, além de áudio (transcrição de entrevistas não-estruturada, músicas, reuniões, palestras e outros) imagens (fotos, desenhos, pinturas, e outros) e vídeos (gravações de reportagens televisivas, de aulas, de filmes, e outros) (QUEIROZ *et al.*, 2011, p. 11777).

achados técnicos com vistas à melhor elucidação dos resultados que se pretende alcançar à vista do problema de pesquisa.

Quanto à categorização, Bardin (2002) assevera que trata-se de “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida por reagrupamento”. No exercício interpretativo dos resultados, verificou-se que a utilização de redes semânticas poderia ajudar a clarificar as relações entre as iniciativas analisadas com vista à identificação de elementos comuns quanto ao objeto de estudo. As redes semânticas atuam como recurso de apoio à análise de conteúdo. Com efeito, a análise de conteúdo amparada pelo Atlas TI restou assim organizada:

Figura 12 - Esquema da análise de conteúdo na pesquisa com apoio do Atlas.ti



Fonte: adaptado de Carvalho *et al.*, (2016) com base em Bardin (2002).

Uma rede semântica corresponde à um conjunto de elementos conectados que compõem uma rede utilizando palavras, frases, entidades ou conceitos, que se encontram relacionados pelos seus significados (STERNBERG, 2011). No mesmo sentido, a rede

semântica pode ser definida como “um sistema para representar o conhecimento imbuído de intenção de funcionalidade e estabelecido pelo contexto. Uma rede semântica é composta por palavras, conceitos ou entidades com significado semântico e seus relacionamentos” (GRILO *et al.*, 2017, p. 95).

Nesse sentido, a totalidade dos documentos, relatórios, imagens, registros observacionais e a descrição das entrevistas constituíram o *corpus* de análise (entidades/conceitos), correlacionados de acordo com o contexto e categorias, as quais também apresentam-se como resultados da pesquisa.

CAPITULO 7 - ESTADO, POLÍTICA PÚBLICA E O INVESTIMENTO EM CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA: BREVE PANORAMA POLÍTICO-INSTITUCIONAL

O Estado brasileiro é uma sucessão de golpes desde 1889 pelo menos. [...] nós somos a terra do golpe: isso é uma tradição. E uma tradição de violência.

Leandro Karnal

O violento golpe de Estado sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff em 31.08.2016 pôs termo a uma longa trajetória de desenvolvimento econômico e social no Brasil, iniciada no ano de 2003 com a eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (FORTES; FRENCH, 2012; KUPSKI; DA SILVA, 2016; BASTOS, 2017). Ao mesmo tempo, colocou em perspectiva a fragilidade das instituições no cenário de correlação de forças, motivando intelectuais a repensar, dentre outros, estratégias para a sustentabilidade de políticas sociais, face às instabilidades do ambiente econômico e político, nacional e internacional (SANTOS *et al.*, 2016).

Valendo-se da já conhecida estratégia de *lawfare*³⁷, a agenda neoliberal tratou de levar à efeito medidas assombrosamente maléficas ao país: aprovação do Teto dos Gastos (também conhecida como PEC da Morte³⁸); aprovação da contrarreforma trabalhista³⁹ - que além de consolidar a retirada de direitos trabalhistas também inaugurou uma nova etapa de precarização do trabalho. Destaque-se, ainda, a quase despercebida Medida Provisória 795/2017, convertida na Lei nº 13.586/2017 (também conhecida como MP da Shell) que

³⁷ Estratégia que se vale de instrumentos jurídico-legais para legitimação de atividades ilegais endereçadas ao enfraquecimento político e social de um grupo que está no poder visando derrubá-lo. No Brasil, o *lawfare* desenvolveu-se, principalmente, por meio de um conjunto de investigações no âmbito chamada operação Lava-Jato, cujos esforços foram endereçados à criminalização do Partido dos Trabalhadores (PT). Os desdobramentos da operação Lava-Jato culminaram, dentre outras coisas, na inviabilização da campanha à presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, principal adversário político dos partidos liberais e de extrema direita, em 2018. Entretanto, em abril de 2021, o Supremo Tribunal Federal anula as acusações forjadas no âmbito da Lava-Jato e reabilita os direitos políticos do ex-presidente Lula, colocando-o novamente no cenário político-institucional do país. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=464261&ori=1>>. Acesso em 12.05.2021.

³⁸ Vide Emenda Constitucional nº 95

³⁹ Vide Lei 13.467, de 2017

concedeu cerca de 1 trilhão de reais em exoneração de tributos à multinacionais do petróleo. Tais medidas contribuíram diretamente com a manutenção do poder e da liberdade do ex-presidente Michel Temer, que viera a assumir o posto após concordar com a imposição do golpe à então Presidente Dilma Rousseff (BRAZ, 2017).

O ápice dessa violenta ação conjunta contra a sociedade brasileira ocorreu com a aprovação da já fragilizada previdência social⁴⁰ e consequente permissão para concessão destes serviços à especulação do mercado financeiro por meio dos bancos, fundos de previdência privada etc. Essa breve incursão, fria e dolorosa na história brasileira, ainda encontra-se em curso, dado o projeto político de poder que está posto na figura de Jair Messias Bolsonaro e de seu comensal do neoliberalismo, o Ministro da Economia Paulo Guedes.

Mesmo diante do reconhecido fracasso internacional de políticas neoliberais, caracterizadas por ideais antiestatistas, o Brasil deparou-se em 2018, novamente, com a intensificação desta agenda. Sob o mote discursivo presidencial de “liberal na economia e conservador nos costumes” o Estado brasileiro - aparelhado por novos grupos de poder - passa a ser utilizado para endereçar esforços desmedidos para desconstrução de políticas de combate à desigualdade social, até então permeadas nas mais diferentes áreas sociais, *pari passu* à construção de um ambiente institucional político-regulatório que visa manter o *status quo* de interesses de grupos dominantes (ALMEIDA, 2019).

No caso brasileiro, assiste-se aos frequentes esforços de legitimação de diagnósticos e proposições neoliberais que promovem o desmonte do Estado sob o pretexto de ajustamento de contas (ajuste fiscal) e ainda, o de manutenção das já escassas políticas sociais. Esse desmonte do aparelho estatal se faz, ao mesmo tempo, sob uma neblina ideológica cujo intuito é obscurecer os reais interesses que motivam esse desmonte, quais sejam, a manutenção e ampliação de privilégios endereçados às frações da sociedade e corporações do capital produtivo, industrial e, particularmente, o financeiro, que mantém suas bases de operacionalização em escala global (FIORI, 2003; PAULANI, 2006; MASSIMO, 2013).

Associado a esse movimento de transformação da economia política mundial, vê-se a intensificação do movimento hegemônico das economias de mercado, que incentivam ainda mais a concentração de riqueza, inibindo formas alternativas de desenvolvimento, especialmente, a partir da tomada do Estado enquanto ator estratégico na arena de disputas políticas, alterando a redistribuição de recursos e poder. Nesse cenário de disputas constantes,

⁴⁰ Vide Emenda Constitucional nº 103/2019

o debate sobre políticas públicas, papel do Estado e economia política ganha projeção, sobretudo face aos avanços de políticas que interferem na correlação de forças e nos tempos conjunturais em que ocorrem (FIORI, 2003; LEME, 2010; ANDRADE, 2019).

Fiori lembra que “o Brasil já ingressou no rol dos estados e das economias nacionais que fazem parte do ‘caleidoscópio central’, onde todos competem com todos e todas as alianças são possíveis, em função dos objetivos estratégicos de cada país e de sua proposta de mudança do sistema internacional” (FIORI, 2003, p. 96). No Brasil pós-golpe de 2016, tem-se a urgente necessidade de discussão sobre a (re)qualificação do papel do Estado na implementação e coordenação de políticas públicas face às contradições e limites que os diferentes “modelos de desenvolvimento” têm se proposto nas últimas décadas.

O efeito tensor de retomada da agenda neoliberal reacendeu as disputas no campo ideológico-cultural pelo poder institucional do Estado, incentivando *pari passu* um contramovimento, ainda que tímido, de mobilização popular e social que reivindicam instâncias de participação democráticas e de representação. Obviamente, há que se lembrar que o Estado é uma instituição em constante disputa pelos mais diferentes projetos de poder. Portanto, sua tomada pelos grupos de poder significa, necessariamente, uma conquista estratégica para todo um projeto de sociedade que se seguirá, notadamente para a manutenção de interesses e privilégios daqueles que o disputam (FIORI, 2003).

Contudo, em que pese não seja objetivo desta tese aprofundar as sobreditas questões, discuti-las é condição fundamental para o entendimento da correlação de forças que influenciam a condução política do país, bem como, as práticas que devem ser adotadas no combate à desigualdade social e na forma com que problemas públicos serão enfrentados nos diferentes setores: educação, saúde, cultura, economia etc.

Tem-se, então, que as funções do Estado passam a ser frequentemente reprogramadas, pactuadas e teorizadas especialmente face às transformações decorrentes do modo de produção capitalista. À despeito, como bem lembra Fiori (2003, p. 17), o período pós-crise de 1929 restou caracterizado pelo Estado capitalista, que transpassava as oposições políticas e ideológicas, e unia “keynesianos e social-democratas em uma sólida e estável aliança das principais forças sociais e políticas”. Mesmo esse Estado “conciliador” não foi capaz de arrefecer a crise inflacionária, de desemprego e recessão dos anos 1980, revelando os limites de suas potencialidades.

Mais recentemente, a crise econômica deflagrada no ano de 2015 durante o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, desencadeou, também uma crise política que viria a destituí-la ilegitimamente de seu posto no ano subsequente. É sabido, contudo, que o

elemento central deflagrador da crise econômico-política teve como protagonista o próprio Banco Central brasileiro, notadamente instrumentalizado por grandes corporações do mercado financeiro, sob o argumento de que seria necessário rigoroso ajuste fiscal apoiado em uma política monetária com juros estratosféricos e a diminuição da circulação da moeda, por meio das chamadas operações compromissadas (FATTORELLI, 2017).

A partir dessas estratégias, a narrativa neoliberal retoma impulso institucional-ideológico face à descrença coletiva na capacidade de o Estado lidar com questões de apelo popular, à exemplo de direitos sociais. Como resultado, tem-se que as investidas da agenda neoliberal esforçam-se em disseminar o discurso de intervenção econômica mínima do Estado (visto que na prática o Estado continua atuando fortemente na manutenção de interesses econômicos privados de um grupo extremamente limitado de poder, com vistas à ampliação de suas riquezas), bem como, no desfazimento de instâncias de relacionamento social, desarticulando a participação de organizações ativas nos espaços decisórios de governo.

Há que se registrar, contudo, o fato de as agendas social-democrática e do socialismo clássico não terem conseguido, por outro lado, estabelecerem-se face às instabilidades políticas e econômicas da arena de disputa dos projetos de sociedade, o que torna a discussão sobre modelos duradouros de implementação de políticas públicas ainda mais profícua: em uma perspectiva à direita-liberal, a crítica recai sobre o suposto excesso de democracia; à esquerda-social, sobre a escassez de participação (FIORI, 2003). Com efeito, o autor lembra que o debate teórico e histórico sobre o papel do Estado permanece inconcluso, notadamente em países de economia capitalista periférica.

Os recentes resultados das políticas advindas da agenda neoliberal têm sugerido uma inevitável participação do Estado – quer na promoção do capitalismo tardio e suas agendas de oligopolização e internacionalização, quer na manutenção de regimes democráticos estáveis caracterizados pela heterogeneidade e exclusão social, como é o caso do Brasil. Tem-se como exemplificação da inevitável intervenção estatal as constantes regulamentações que alteram regras de competição, assim como a atuação sobre os preços, caindo por terra a fábula dos mercados autorregulados, malgrado o discurso fictício liberal de não-intervenção (POLANYI, 2000; FIORI, 2003; 2010).

Não é por acaso que a narrativa sustentada pela grande mídia atua de forma a legitimar as expectativas de políticas neoliberais por meio de discursos fantasiosos cuja perspectiva é sempre de melhoria futura da economia, aumentos de investimentos estrangeiros e a tão famigerada geração de empregos. Em contraponto a esta fábula, sabe-se que o resultado dessas políticas, centralizadoras e autoritárias, contribuem para aumento da pobreza,

desigualdade de renda, além de dificultar o acesso à serviços públicos, social e constitucionalmente assegurados.

Existe, portanto, um cenário no qual a ação política é de particular interesse, notadamente porque que nela se inscrevem as correlações de forças: relações internacionais, relações políticas globais etc., que interferem no plano da hegemonia e do Estado; atores sociais, políticos e, como visto no Brasil pós-golpe, a reassunção militar, além de outros atores do plano econômico, político e jurídico.

Por derradeiro, não se trata aqui de aprofundar ou debater conceitos e as sobreditas categorias de análise, mas revisitá-las e resgatá-las enquanto atributos fundamentais na constituição e implementação de políticas públicas em direção à uma agenda efetiva de desenvolvimento. No mesmo sentido, não objetiva-se esgotar quaisquer debates acerca do que é ou qual o real papel do Estado, haja vista ser uma instituição resultante da combinação de diferentes modos de produção, reunindo com isso, complexidades e contradições que não cabem, pela sua extensão, no presente trabalho.

Isto posto, Fiori (2003, p. 84) lembra que “a prática política tem por objetivo específico o poder político institucionalizado do Estado” e acrescenta:

É o Estado quem defini o problema central de cada momento, balizando as expectativas de atores que só adquirem sua organicidade e racionalidade quando pensados no movimento interior desse Leviatã – gigantesco e frágil a um só tempo. Dentro dele germinam interesses e grupos heterogêneos; tanto quanto as arenas onde se desdobram os seus conflitos políticos (FIORI, 2003, p. 99).

Fatalmente, esta breve articulação com princípios da economia política pode amparar-se, ainda, na ideia de **conjuntura** traçada por Fiori (2003, p. 93). Isso porque, toda política pública acontece em um determinado tempo conjuntural: “é nele que as contradições estruturais assumem sua máxima condensação e atualidade, transformando-se em conflito e encontrando as suas soluções transitórias na luta e inventividade humana”.

Para o autor, o conceito de conjuntura somente pode ser aplicado em situações contemporâneas e que tem na política a própria essência do tempo conjuntural, por meio da luta política entre forças e projetos contrapostos. No conceito de conjuntura, as relações de poder,

[...] não obedecem a uma mão invisível que as conduza cegamente em direção a um conflito catastrófico e, menos ainda, a um equilíbrio de tipo walrasiano. Os atores e os enfrentamentos envolvidos nas relações de poder são múltiplos, heterogêneos e assíncronos (FIORI, 2003, p. 95).

E ainda, o exercício de se definir as fronteiras dessa arena política é demasiadamente complexo, no sentido que os sistemas legais apresentam-se instáveis e cuja legitimidade é quase sempre questionável. Contudo, sabe-se que atores políticos aparecem em cada conjuntura,

[...] sob a forma de grupos e claudes que se refazem ao sabor de objetivos que, no mais das vezes, encontram no próprio Estado sua base material [...] esses grupos se ramificam no interior do Estado, fragmentando-o e paralisando-o numa luta sem quartel em torno de suas decisões e políticas (FIORI, 2003, p. 97).

Com efeito, vê-se que é no Estado que esses atores têm suas expectativas balizadas e adquirem “organicidade e racionalidade no movimento interior desse Leviatã – gigantesco e frágil a um só tempo” (FIORI, 2003, p. 99). Ao mesmo tempo, na clássica tensão com a sociedade civil, o autor reconhece a importância de se olhar para essas instâncias de modo a reconhecer,

[...] suas especificidades e privilegie as formas de convivência e luta no âmbito do Estado – reconhecendo também sua articulação em torno ao traçado da política econômica –, ciclos econômicos e ciclos políticos se interpenetram, segundo uma tendência onde a temática ideológica e as crises políticas reencontram seu lugar e suas recorrências (FIORI, 2003, p. 100).

E ainda, diante de crises intencionalmente fabricadas, por exemplo, pelo Banco Central brasileiro (DURAN; BORGES, 2018), e o avanço das chamadas “pautas de costumes” que visam limitar a perspectiva do desenvolvimento como liberdade (SEN, 2010), emerge a necessidade de se pensar uma instituição híbrida, ou ainda, de arranjos híbridos de políticas públicas, contemplando a passagem do “Estado Providência” para o “Estado Solidário” ou, pelo menos, um “Estado-Rede” (ROUSTANG *et al.*, 1996; GUILHERME, 2018).

7.1 Estado e políticas culturais

Longe de realizar qualquer exposição para além da vasta literatura do arcabouço teórica das políticas públicas, esta seção rememora alguns de seus principais conceitos ao passo que também discute dados da pesquisa, notadamente quanto a relação Estado-Sociedade civil para enfrentamento de problemas públicos, particularizados na economia intensiva em símbolos.

Tem-se que “em geral, as políticas públicas são elaboradas dentro do aparato institucional-legal do Estado, embora as iniciativas e decisões tenham diversas origens”

(SEECHI, 2013, p. 3)”. Contudo, perspectivas que defendem uma espécie de coprodução em políticas públicas têm ganhado relevância não apenas na literatura acadêmica, como também técnica.

Para a UNESCO (2018), a governança multinível é um modelo de governança de política pública que pode ser aplicada além do contexto nacional, uma vez que, sob o efeito da globalização, a diversidade das expressões culturais extrapola as fronteiras, em fluxos territoriais complexos. Organizações regionais e sub-regionais com competências no campo da cultura etc, também desempenham um papel fundamental na aprovação de declarações, leis e programas que, direta ou indiretamente, contribuem para a implementação da política pública: “as organizações da sociedade civil (OSC) estão envolvidas na inovação de políticas e na criação e implementação de programas de interesse público, responsabilidade que cabia anteriormente somente às autoridades públicas” (UNESCO, 2018, p. 44-45).

Serafim e Dias (2011, p. 12741) pontuam que as “políticas públicas não devem ser entendidas apenas como o que o Estado faz (sua dimensão mais facilmente percebida), mas também como aquilo que ele deixa de fazer. Suas ações – ou inações – refletiriam os comportamentos dos atores que nele atuam”. Com efeito, o papel das instituições tem ganhado relevância no protagonismo da definição de políticas públicas.

De todo modo, não objetiva-se nesta seção realizar quaisquer aprofundamentos acerca das etapas do ciclo de políticas públicas. Antes, fornecer breves notações ao leitor sobre como o advento da Lei Federal nº 14.017/2020, conhecida como Lei Aldir Blanc (LAB) e seu processo de construção e execução deram o mote de organização do campo empírico desta pesquisa. E ainda, demonstrar como o poder institucional do Estado influencia mutuamente as dimensões simbólica e econômica dentro de um determinado contexto territorial.

7.1.1 Lei Aldir Blanc: breve exposição

Ainda que não objetive-se nesta tese a discussão de uma política pública particular, tem-se de imediato que a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (LAB) revelou-se, em termos polanyianos, um contramovimento da sociedade civil face às investidas do mercado durante a maior crise político-sanitária global das últimas décadas. E ainda, a Lei Aldir Blanc pode ser encarada como o “nó” desta complexa rede que reúne múltiplas iniciativas

catalisadas pela LAB, notadamente as iniciativas que atuam no campo da EC, economia solidária, agricultura familiar dentre outras.

A LAB é fruto de um amplo processo de mobilização e participação popular que viabilizou um investimento total de R\$ 3 bilhões destinados ao setor cultural, durante a vigência da decretação de Estado de Emergência⁴², em três linhas principais de ações (OBSERVATÓRIO EMERGÊNCIA CULTURAL ⁴³, 2020, s.p.):

- 1) Renda Básica Emergencial para trabalhadores e trabalhadoras da Cultura;
- 2) Espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social;
- 3) Realização de editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados ao fomento do setor;

A sobredita Lei é fruto de um processo com múltiplas instâncias de participação no nível institucional e que teve início com o projeto de Lei nº 1075/2020 (BRASIL, 2020⁴⁴), de autoria da Deputada Federal Benedita da Silva (PT/RJ) e outros.

A construção do projeto da lei de emergência cultural Aldir Blanc resulta de um processo de **ampla escuta da comunidade cultural brasileira e de um trabalho coletivo que expressa diferentes vozes**, representado por agentes de diversos setores do mundo político, cultural e social.

[...]A construção deste projeto ancorou-se na Constituição Federal de 1988, que elevou a cultura ao status de direito fundamental; **nas políticas públicas de Estado, elaboradas em conjunto com a sociedade civil**, como o Sistema Nacional de Cultura (SNC), Programa Cultura Viva, Programa Nacional de Cultura (Pronac); e nas políticas do setor de audiovisual. Esse conjunto possibilitou vislumbrar a dimensão mais abrangente da cultura brasileira, em seus aspectos simbólico, econômico e social. O projeto seguiu ainda a perspectiva programática e conceitual da Cidadania Cultural, segundo a qual **é dever do Estado estimular e promover as condições para que os artistas e agentes culturais criem e fruam a invenção cultural e o conjunto da sociedade usufrua plenamente dos bens culturais**. (DA SILVA, 2020, p. 2, grifo meu).

Por sua vez, a relatoria do sobredito projeto de Lei coube à Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que também realizou forte articulação no Congresso Nacional para aprovação desta Lei. A seguir, alguns recortes do relatório-voto elaborado pela Deputada Jandira:

⁴² LEI Nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm>. Acesso em 15.05.2021.

⁴³ O Observatório Emergência Cultural é uma ação da Articulação Nacional da Emergência Cultural, em parceria com Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura – CONECTA. É uma ferramenta democrática e popular para as trabalhadoras e trabalhadores de cultura, lugar de manifestar a quantas anda o diálogo com setor público, na sua cidade e estado, no processo de execução da Lei Aldir Blanc. Disponível em: <<http://observatorioemergenciacultural.org/>>. Acesso em 04.04.2021.

⁴⁴ Projeto de Lei 1075/2020. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2242136>>. Acesso em 10.04.2021

Entendemos que este é um momento histórico do Parlamento brasileiro. Cultura é o que nos simboliza. Por isso considero que hoje o Parlamento vive um dia histórico na sua missão de legislar e decidir sobre políticas públicas e sobre a vida do seu povo. Como já dizia o nosso saudoso Aldir Blanc, o Brasil não conhece o Brasil, mas esta Casa de representação nacional certamente o conhece.

[...]

A cultura é parte constitutiva importante do projeto nacional de desenvolvimento. **Muitos não enxergam o impacto econômico das suas cadeias produtivas e das outras atividades econômicas que se desenvolvem a partir destas.** Falo do pipoqueiro da porta do cinema, dos cafés e bares, até as grandes redes de hotéis, de serviços e comércio e seus fornecedores, que formam a cadeia turística do País.

[...]

O Estado não produz arte e cultura, mas precisa formular políticas públicas, fomentar, incentivar, definir prioridades e criar condições e, neste momento de pandemia, socorrer!

[...]

A sociedade movimentou-se intensamente em todas as regiões brasileiras, coletivos, artistas, trabalhadores de todas as áreas, ponteiros, educadores, lideranças dos povos tradicionais, conselheiros de cultura de todas as esferas, gestores municipais e estaduais de todo o País, Prefeitos e Governadores, para a aprovação deste texto (BRASIL, 2020b, s.p, grifo meu).

Ou seja, tem-se já no projeto de Lei o reconhecimento da cultura enquanto vetor de um projeto nacional de desenvolvimento social e econômico. E, ainda, o reconhecimento da existência de cadeias produtivas e atividades econômicas que se beneficiam mutuamente da economia dos bens simbólicos, como o turismo e demais setores de serviços, bem como o papel do Estado em fomentar e fortalecer, por meio de políticas públicas, os setores e indivíduos que o constituem. Por fim, reconhece-se à pluralidade e o teor representativo e democrático da proposta quanto às instâncias participativas da elaboração do projeto de Lei.

Para o professor e pesquisador Célio Turino (2020, p. 186), “essa lei foi pensada para chegar a todas as pessoas e lugares”, particularmente, uma lei para as:

bordadeiras e ceramistas, e as cantoras de todos os cantos, e os pintores de todas as cores, das nossas raízes às nossas invenções, das artes de rua, dos malabaristas e equilibristas, o povo do circo, das cirandas, das rodas, da folia de reis à cultura gospel, do rap ao repente, e o cururu, dos povos indígenas aos jovens artistas do teatro, da dança, dos festivais, dos quilombos, dos ribeirinhos e caiçaras (TURINO, 2020, p. 186).

Turino (2020) lembra ainda que, dada a amplitude e universidade da Lei, ficou definido que cada Estado e município deveria regulamentar a aplicação dos recursos recebidos de acordo com as especificidades locais, visando a efetiva execução e redistribuição dos recursos recebidos. Isso remete às diferentes abordagens que defendem modelos alternativos de governança de políticas públicas, conforme já mencionado neste capítulo.

Alguns pontos da LAB merecem ser destacados, quais sejam, o fomento aos espaços de fruição: pontos e pontões de cultura; centros culturais, casas de cultura e centros de

tradição regionais; museus comunitários, centros de memória e patrimônio; comunidades indígenas e quilombolas, além de espaços e centros de cultura alimentar de base comunitária, agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares. Destaque-se ainda o disposto no inciso III do artigo 2º, o qual prevê a realização de:

III - editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento **de atividades de economia criativa e de economia solidária**, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais (BRASIL, 2020, grifo meu).

Conforme detalhado nos capítulos seguintes, resta demonstrada a importância⁴⁵ do Estado no fomento à iniciativas inscritas no contexto da EC, tendo a LAB como exemplo recente dessa atuação.

Sem dúvidas alguma a Lei Aldir Blanc, que é uma lei de caráter emergencial, vem preencher um espaço importante, porque nós realmente ficamos com todas as nossas atividades paradas. [...] ela veio nos auxiliar nesse momento de dificuldade financeira. O fomento público é muito importante. Porque é o Estado fazendo o seu papel, que é de dar ao cidadão o direito à cultura. Porque o nosso trabalho é instrumento e quem ganha é a sociedade (ENTREVISTADA 1, 2021).

7.2 Economia Criativa: trajetória institucional e políticas públicas em Mato Grosso do Sul e na capital Campo Grande

Feitas as exposições teórico-conceituais que fundamentam esta tese, inicia-se a demarcação de acontecimentos importantes na compreensão da totalidade-particularidade do objeto de estudo. Para auxiliar o leitor nestes fatos, procedeu-se à elaboração de um marco temporal visando a elucidação e o contexto em que eles ocorreram à vista de uma efetiva análise institucional-relacional:

⁴⁵ Cabe reiterar que o advento da LAB decorre de uma pressão exercida de baixo para cima, da sociedade. O governo executivo, desde o início das discussões do projeto de Lei, demonstrou-se amplamente contrário à iniciativa. Entretanto, houve consenso para que a LAB fosse aprovada com o apoio de quase todos os partidos do Congresso Nacional, à exceção do Partido Novo.

Figura 13 - principais marcos teórico-institucionais na EC



Fonte: elaborado pelo autor (2021).

O trabalho de Teixeira, Teixeira e Benini (2019) faz uma ampla discussão sobre a EC em abordagem institucional, particularizando o estado de Mato Grosso do Sul. Ao analisar o processo de institucionalização da EC no Estado os autores detalham documentos e mecanismos utilizados no percurso constitutivo das políticas elaboradas para o tema. O trabalho dos autores identificou que a EC aparece inicialmente nos documentos oficiais no Diário Oficial do estado de Mato Grosso do Sul (19.08.2013), portaria nº 44, como um dos temas da III Conferência Estadual de Cultura, como um eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável (MATO GROSSO DO SUL, 2013).

Entretanto, a EC apenas alcançou um espaço definitivo da agenda política local com o advento da Superintendência de Economia Criativa na estrutura básica da Secretaria de Estado de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação (SECTEI), notadamente por meio do Decreto n. 14.169, de 27 de abril de 2015 (TEIXEIRA et al, 2019).

As atribuições da Superintendência da Economia Criativa eram:

- I – Fomentar a economia criativa do Estado de Mato Grosso do Sul - acompanhar, **fortalecer e potencializar as iniciativas de Economia Criativa no âmbito estadual com o objetivo de aumentar sua capacidade de gerar trabalho e renda;**
- II – Formular, implementar e acompanhar as políticas públicas de incentivo aos negócios ligados ao setor de economia criativa, **compatibilizando o desenvolvimento sócio econômico, com a garantia de sustentabilidade e inclusão social e valorização da diversidade cultural do Estado.**
- III – Elaborar um Plano Estadual de Economia Criativa - Promover o enquadramento de Projetos de leis já existentes as diversas esferas governamentais e apresentar sugestões de novos projetos;
- IV – Estabelecer parcerias e convênios de cooperação técnica com instituições em âmbito Regional, nacional e internacional;
- V – Mapear a Economia Criativa no Estado de Mato Grosso do Sul;
- VI – Promover a interação entre os órgãos que compõem a SECTEI/MS, divisões, seções e serviços, como também com as demais Unidades do Governo, de forma a permitir o melhor desenvolvimento das atividades e a interação institucional;
- VII – Constituir comitês para a interação entre as divisões da estrutura organizacional da SECTEI/MS e criar grupos de trabalho, comissões especiais em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou de execução de atividades específicas de interesse da Secretaria;
- VIII – Realizar formação continuada na área de Economia Criativa através de fóruns, congressos, oficinas, palestras, entre outros;
- IX – Colaborar para a tramitação de contratos e convênios necessários à realização das suas atividades, mediante participação nas negociações, fornecimentos de informações e obtenção de autorizações;
- X – Atuar em parceria com a sociedade civil e as entidades de mercado dotadas de responsabilidade social (MATO GROSSO DO SUL, 2021, grifo meu).

De certa forma, percebe-se a influência das diretrizes do Plano da Secretaria da Economia Criativa (SEC/Minc) na formulação de diretrizes locais, notadamente à vista de uma agenda de desenvolvimento sustentável que contemple sustentabilidade, inclusão social e valorização da diversidade cultural do estado de Mato Grosso do Sul.

Teixeira *et al.*, (2019) destacam ainda as principais ações endereçadas à EC e realizadas pela Superintendência, notadamente entre os anos de 2015 e 2017:

Festival América do Sul – Criando Mecanismos para sua Implementação”, nos anos de 2015 e 2016, e também com a abertura da Chamada Pública 001/2017 para a seleção de expositores para o pavilhão do “2º MS Mostra MS – Espaço Economia Criativa – SECC/MS – 14º Festival América do Sul Pantanal 2017”, que buscou fomentar, acompanhar, fortalecer e potencializar as iniciativas de economia criativa selecionadas em 2017 (TEIXEIRA *et al.*, 2019, p. 1240).

Do ponto de vista da governança e instâncias decisões, previu-se a constituição de comitês, grupos de trabalho e comissões para o exercício continuado das reflexões técnicas e acadêmicas sobre o tema. Por meio da Chamada Pública SECTEI n. 03/2016, por exemplo, surgiu o primeiro repositório de EC do estado de Mato Grosso do Sul⁴⁶. O website “e-Criativo: Plataforma de Documentação e Memória da Economia Criativa⁴⁷” é uma iniciativa idealizada e coordenada pelo autor desta tese, Adriano Castro, que visa contribuir para o registro e memória do tema, além de apoiar pesquisadores, estudantes, trabalhadores da cultura e gestores públicos na definição de políticas específicas de EC.

Além disso, a plataforma atua como um repositório de conhecimentos mapeados e catalogados pelo idealizador, além de conter um *blog* com notícias e acontecimentos mais recentes sobre a EC no Brasil e no mundo.

Teixeira *et al.*, (2019) também identificaram que a Lei n. 4.806, de 21 de dezembro de 2015, que é instituiu o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2016/2019, ressalta a EC como um “eixo estratégico de desenvolvimento para sociedades contemporâneas”, e destacam ainda que os estudos sobre o tema são incipientes tanto na academia quanto nos “setores programáticos da atividade criativa no Estado do Mato Grosso do Sul” (TEIXEIRA *et al.*, 2019, p. 1241).

Ainda que as intenções programáticas tenham sido parcialmente consideradas, por meio de ações e políticas pontuais, o contexto político-partidário dos últimos anos em Mato Grosso do Sul – notadamente caracterizado por um governo estadual fisiologista e de cariz neoliberal⁴⁸ – levou ao arrefecimento da agenda de políticas públicas para a EC. O Decreto n. 14.692, de 21 de março de 2017, por exemplo, a então Superintendência de Economia Criativa perde seu *status* e passa a ser uma Coordenadoria, vinculada à Superintendência de Cultura (TEIXEIRA *et al.*, 2019, p. 1244).

⁴⁶ Vide Resolução Normativa SECTEI/n.04/2016 de 20 de outubro de 2016, publicada no DOE nº 9272, de 21 de outubro de 2016.

⁴⁷ Disponível para acesso em: < <http://www.portalecriativo.com.br/>>. Acesso em 10.05.2021.

⁴⁸ Governador, vice e secretários: < <http://www.ms.gov.br/governador-vice-e-secretarios/>>. Acesso em 11.05.2021.

[...] no decorrer do tempo teve várias mudanças dentro da Secretaria. Primeiro ela começou como SECTEI (que é a Secretaria de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação), aí em 2017 ela passou à SECC (Secretaria de Cultura e Cidadania). Então aí foi se diminuindo o espaço, sabe... da Economia Criativa. Tanto que em 2017 e 2018 só tínhamos duas pessoas no setor e o coordenador (ENTREVISTADA 4 *apud* SILVA, 2019, p. 60).

Figura 14 - plataforma e-Criativo



Fonte: www.portalecriativo.com.br (acesso em 21.05.2021).

De forma ainda mais contextualizada, constata-se a recorrência de um ciclo de instabilidade do quadro institucional das políticas públicas, bem como do papel do Estado para assegurar a continuidade dessas políticas. Com efeito, abordagens alternativas para a implementação de políticas públicas passam a ganhar mais espaço, à exemplo da abordagem policêntrica (ou multicêntrica), apontada por Secchi (2013), conforme visto na seção anterior. Como lembra o autor,

Cada arena política⁴⁹ tem uma configuração de atores bastante peculiar, com prevalência de alguns e ausência de outros. [...] A presença de atores em uma arena acontece em função de quão diretos são os resultados da política pública sobre suas atividades, a presença territorial do ator na área de aplicação da política pública, bem como a acessibilidade aos processos decisórios e/ou de implementação das políticas públicas (SECCHI, 2016, p. 101).

⁴⁹ A arena política “refere-se aos processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas de política, as quais podem ser distinguidas de acordo com seu caráter distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo” (FREY, 2000, p. 223)

Particularizando o contexto institucional da EC para a capital Campo Grande, Teixeira e Benini (2019) analisaram a situação-problema do processo de implementação de políticas públicas de EC na cidade, além de identificar os principais atores e respectivos papéis:

Figura 15 - Contexto institucional da EC em Campo Grande/MS



Fonte: Teixeira e Benini (2019).

Interessante ressaltar a presença de atores de diferentes setores que influenciam a elaboração e condução das políticas endereçadas à EC na cidade, particularmente os organismos do sistema S (Sebrae, Sesc etc.), Secretarias Municipais (Cultura e Turismo; Desenvolvimento econômico), além da Fundação Estadual de Cultura. Este mesmo quadro institucional será levado à efeito no capítulo 8, que traz os resultados de campo da pesquisa.

A Entrevistada 3 (2021) menciona que:

Eu acredito que uma política pública, ela bem implementada, ela nivela. Primeiro, se a gente não nivelar o conhecimento dos gestores de cultura...porque gestor de cultura cabe qualquer pessoa que está sobrando. Qual o papel do estado na política

pública, ao meu ver: formação, criar ambientes de rede, criar conexões, criar ambiente pra comércio, criar legislação, ajudar na produção, ao fomento. Esse é o papel do Estado. Tem que formar e repassar recursos. Formar recursos. Nenhum dinheiro deveria passar para o município caso o gestor não tenha formação para isso.¹³ Cada político que chega, quer recriar a roda. Cada ideia inovadora, o que entra quer matar. O outro que entrou disse "eu não quero isso, tem a marca do outro [gestor da pasta]".

E complementa:

Uma política não se faz de um dia para o outro. Minha experiência à frente da pasta [Superintendência de Economia Criativa] foi de quase 2 anos. A gente só vai desenvolver a EC em cadeia se ela vier atrelada à política pública. Mas não a política pública assistencialista, onde só se cresce dependendo do Estado. É necessária uma visão macro onde todos os gestores entendam o conceito de EC. Naquele momento, apenas a região norte do estado estava avançada, porque eu havia provocado o Sebrae a atuar lá. Foi assim que o Estado passou a atuar também na região. Fizemos o 1º Seminário de EC no estado, com a participação de 65 gestores municipais, pensando cultura e EC em suas várias vertentes.

Ainda nesse objetivo de investigação do contexto político-institucional, bem como de suas rupturas e descontinuidades, a ex-Secretária de Cultura e Cidadania de MS, entrevistada 1 (2021), relatou que:

Eu fui Secretária-adjunta de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação no governo [...], em 2015 e 2016. Nessa Secretaria haviam 3 fundações. Eu também fui Diretora-Geral da Fundação de Cultura. Fui durante 6 meses presidente do Conselho de Políticas Culturais do Estado e nesses 2 anos fui membro do Conselho em geral. [...] Quando eu fui convidada eu achei que seria uma oportunidade para expandir o conhecimento e fui convidada porque tinha experiência em projetos que foram amplos na cidade. [...] Enquanto estive presidente do Conselho, foi uma experiência muito valorosa, tivemos conselheiros comprometidos com a cultura. [...] Na prática o que eu fui vendo no decorrer desses anos foi a questão política interferindo muito na questão cultural. Ou seja, a política [partidária] acaba tendo uma visão de que a cultura está para servir a política. E aí começam as distorções do papel da Fundação de Cultura. [...] A questão da política é muito voraz. E a cultura tem uma lógica própria. Ela não pode esperar. E na prática o que foi acontecendo, eu fui percebendo que meu conhecimento, minha experiência, não estava ali sendo considerado. [...] O governo é mudo, é surdo com a cultura. Ele só se manifesta sob pressão. E quem faz essa pressão é a sociedade civil organizada (ENTREVISTADA 1, 2021).

Obviamente as questões que relacionam políticas sociais (e consequentemente culturais) e a política partidária merecem atenções muito mais aprofundadas do que as deste capítulo. De todo modo, resta demonstrado que há uma constante correlação de forças, tensionadas no território, entre Estado – neste caso um Estado autoritário e neoliberal – e a sociedade civil. Como bem pontuou a entrevistada 2 (2021) “as alterações no âmbito de governo, acabam influenciando muito. O que eu vejo é que essas mudanças [de gestão] influenciam muito a política cultural. Sempre tem um interesse político, que inviabiliza o

Tabela 3 - Execução orçamentária da cultura nas capitais do Centro-Oeste

Capitais – Dotação Orçamentária 2010–2020, Percentuais de Liquidação 2010–2019 e Despesas Liquidadas 2020 (em bilhões de R\$, atualização pelo IPCA)																
Capital	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020 - 1º Semestre	
	Dotação Orçamentária	% Liquidado	Dotação Orçamentária	Despesas Liquidadas												
Campo Grande	68.829.756,14	17,62	29.618.626,56	51,17	SI	SI	16.838.613,50	55,11	13.462.786,51	65,96	18.362.399,25	84,67	18.608.535,64	90,22	34.751.250,00	5.361.051,31
Cuiabá	9.260.836,18	93,96	10.831.731,39	92,75	42.730.030,88	35,72	46.948.415,15	60,53	21.721.618,03	68,18	17.756.307,35	86,02	21.844.199,71	92,49	22.699.102,14	6.810.007,47
Goiânia	19.872.448,96	53,20	SI	SI	12.382.018,69	42,39	9.242.879,67	90,63	10.818.049,11	50,66	10.429.667,43	33,49	9.619.631,64	58,51	8.904.000,00	198.419,64

Legenda:

De 0 a 19,99	De 20 a 39,99	De 40 a 59,99	De 60 a 79,99	De 80 a 99,99	Maior ou igual a 100	SI - Sem Informação
--------------	---------------	---------------	---------------	---------------	----------------------	---------------------

Fonte: adaptado pelo autor (2021).

Tabela adaptada a partir de dados do Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural (acesso em 12.05.2021).

Informação sobre o valor das Despesas Liquidadas, em 2020, refere-se ao 1º semestre. SI - Sem informação para o período.

surgimento de uma política de Estado". Por outro lado, “é necessário ter um fórum/colegiado que seja melhor estruturado para reivindicar coisas que não sejam apenas editais”.

De todo modo, percebe-se que a arena decisória de políticas públicas culturais encontra-se em constante disputa entre os setores que a constituem. Com efeito, tem-se de imediato um limiar para se pensar não apenas o processo de elaboração e implementação dessas políticas, mas também, a noção de territórios híbridos e relacionais da EC. E, porque não, uma economia criativa de base territorial.

7.3 Cultura e Economia Criativa em números: breve panorama dos investimentos em cultura (MS e Campo Grande)

Nos últimos anos (2013-2020) constata-se que, conforme Tabela 3, dentre as capitais da região Centro-Oeste, Campo Grande teve desempenho inferior à capital vizinha, Cuiabá. O município começou a apresentar bons resultados de execução orçamentária apenas a partir de 2017, segundo dados consolidados no painel de dados do Itaú Cultural.

Entretanto, em tratando-se dos recursos provenientes da LAB, a cidade de Campo Grande destaca-se entre as capitais da região Centro-Oeste por ter executado todos os recursos recebido ainda dentro do exercício financeiro de 2020, tendo distribuído os recursos remanescentes entre os selecionados no edital “Morena Cultura e Cidadania”, no ano de 2021 com o advento da MP 1019/20 que prorrogou o prazo para utilização dos recursos da Lei.

Quadro 6 - Impacto orçamentário Lei Aldir Blanc (estado e capitais)

Impacto da Lei Aldir Blanc nos Orçamentos da Cultura – Capitais, Estados e Distrito Federal* (em bilhões de R\$, atualização pelo IPCA)					
Unidades de Análise		Previsto 2020		Repasse Lei Aldir Blanc	
Estados e Distrito Federal	Capitais	Estados e Distrito Federal	Capitais	Estados e Distrito Federal	Capitais
Distrito Federal	Brasília	190.358.549,00	-	19.285.499,97	-
Goiás	Goiânia	112.481.213,00	8.904.000,00	48.598.793,68	9.739.729,63
Mato Grosso	Cuiabá	133.972.849,72	22.699.102,14	26.820.345,94	3.910.083,35
Mato	Campo	76.064.313,05	34.751.250,00	19.861.908,44	5.579.895,76

Grosso do Sul	Grande				
----------------------	---------------	--	--	--	--

Fonte: Pacheco (2021).

Tabela construída a partir de dados do Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural e da Confederação Nacional de Municípios (CNM⁵⁰).

* Também disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cnm-divulga-estimativa-de-repasse-para-acoes-emergenciais-na-cultura>. Acesso em 25.03.2021.

Muito embora a capital Campo Grande tenha conseguido executar a totalidade dos recursos orçamentários disponibilizados pela Lei Aldir Blanc ainda no ano de 2020, o mesmo não pôde ser observado no âmbito do Governo do Estado de MS, tendo em vista as inúmeras dificuldades enfrentadas pela Fundação de Cultura para levar à efeito os objetivos da Lei de Emergência Cultural, cujo percentual de execução financeira foi aproximadamente de 20%, ou seja, apenas R\$ 3.968.260,00⁵¹ executados em 2020.

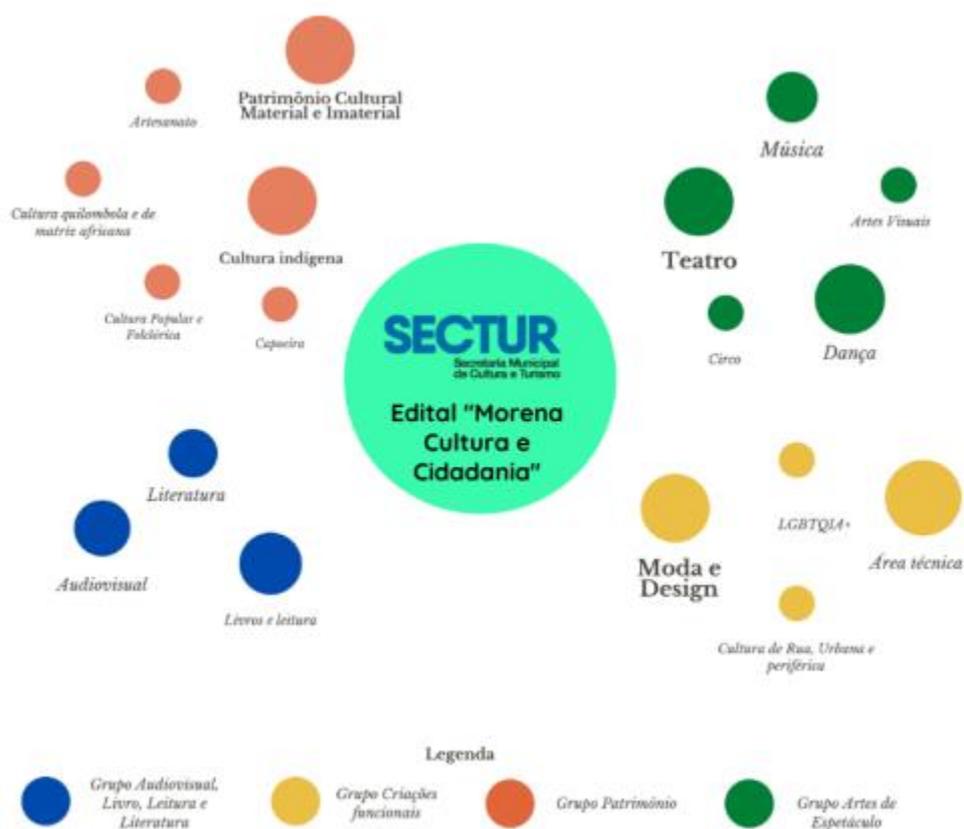
7.3.1 Lei Aldir Blanc em Campo Grande: trajetória e discussão

Para levar à efeito os objetivos da LAB, Campo Grande, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo (SECTUR) realizou dois chamamentos públicos: um para seleção de projetos e outro para seleção de espaços que receberiam subsídio financeiro para manutenção de suas atividades. Especificamente, a Sectar lançou o edital nº 22/2020 de 21 de outubro de 2020, visando selecionar projetos com finalidade artística e cultural, destinado à pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos, que se enquadrassem em determinados setores culturais. Neste estudo, considerando as categorias de análise da EC, estes setores foram organizados em 4 grandes grupos:

⁵⁰ Também disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cnm-divulga-estimativa-de-repasse-para-acoes-emergenciais-na-cultura>. Acesso em 25.03.2021.

⁵¹ Conforme disponível em: <https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/dos-834-contemplados-nos-21-editais-da-lei-aldir-blanc/>. Acesso em 25.03.2021. Até a finalização deste estudo, o governo estadual de MS ainda não havia feito a execução financeira dos recursos remanescentes da Lei Aldir Blanc.

Figura 16 – Setores criativos contemplados no chamamento “Cultura e Cidadania” (Campo Grande)



Fonte: elaborado pelo autor (2021).

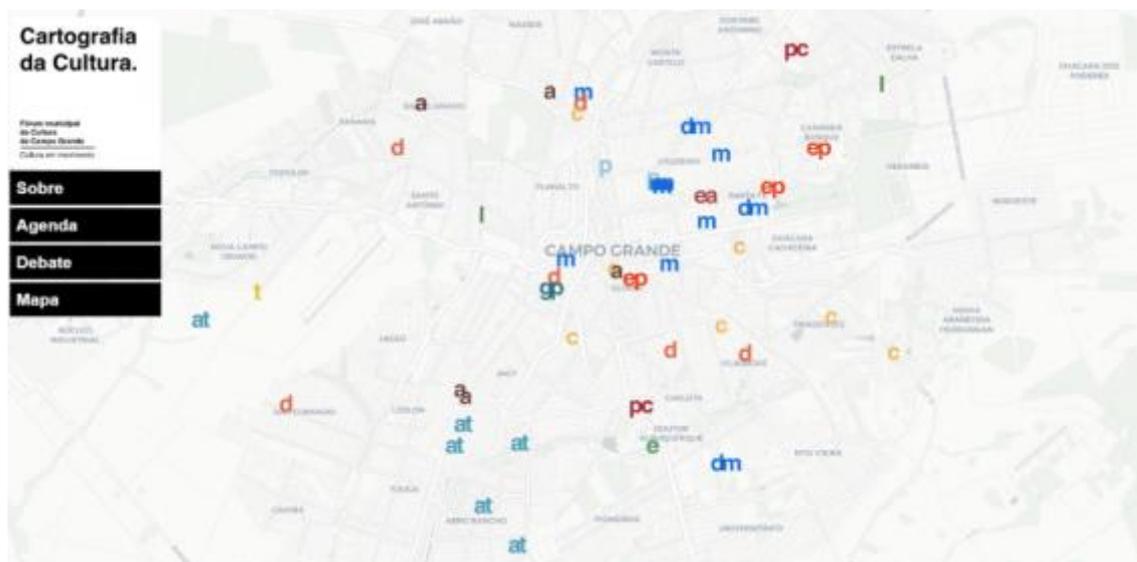
Só neste edital foram mais de 130 iniciativas contempladas⁵², com atuação nos mais diferentes setores que constituem a EC de Campo Grande, conforme detalhado em Pacheco (2021). Muito embora esse exercício elucidativo refira-se à uma política pública específica delimitada no tempo-espaço, não há dúvidas que seu advento tenha sido contundentemente representativo no contexto caótico de crise sanitária global (2020-2021) e, sobretudo, do advento do governo neoliberal que assolou o país notadamente a partir de 2019. “Quando as leis de incentivo são pagas, quando esses recursos vêm, a cadeia que se movimenta é muito grande. A cidade ganha em muitos aspectos” (ENTREVISTADA 1, 2021).

De todo modo as informações ora expostas, que também são consideradas resultados parciais da tese, servirão de contexto para o leitor quando das reflexões sobre a análise de

⁵² O detalhamento das iniciativas encontra-se igualmente realizado no relatório de pesquisa Redes Híbridas de Cultura

dados primários da pesquisa. Aliás, boa parte das iniciativas expostas no capítulo 8 foram coincidentemente mapeadas na recém-lançada plataforma de mapeamento colaborativo do Fórum Municipal de Cultura de Campo Grande e demais parceiros, como nomads.usp, algo+ritmo.ufms e coletvo.labor.

Figura 17 - Plataforma colaborativa Cartografia da Cultura de Campo Grande



Fonte: <https://cartografiadaculturacg.com.br/>. Acesso em 19.05.2021.

A plataforma Cartografia da Cultura tem por objetivo auxiliar no processo de construção de políticas públicas e projetos coletivos ligados à cultura no município e tem três funcionalidades principais: o mapeamento, a divulgação de eventos e o debate. A Cartografia da Cultura⁵³ abre espaço a artistas, coletivos, colegiados, técnicos, associações culturais, produtores culturais, gestores públicos, gestores de espaços culturais, educadores e qualquer pessoa que queira participar da discussão sobre a cultura municipal.

⁵³ <https://cartografiadaculturacg.com.br/plataforma>

CAPÍTULO 8 – “A IMAGINAÇÃO MOVE A CIDADE”⁵⁴: ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS DA ECONOMIA CRIATIVA NA CIDADE DE CAMPO GRANDE

Poesia não compra sapato, mas como andar sem poesia?
Emmanuel Marinho

Como já exposto ao longo deste trabalho, o percurso de acesso ao campo empírico da pesquisa deu-se inicialmente com o advento do projeto Redes Híbridas de Cultura: cartografia relacional da economia criativa e solidária em Campo Grande/MS. Nessa primeira etapa, o objetivo foi o de estabelecer um retrato, um diagnóstico de iniciativas com atuação na economia dos bens simbólicos. Muito embora o resultado desta etapa esteja disponibilizado⁵⁵ em relatório técnico-científico, serão destacados a seguir apenas alguns dos principais achados, à vista dos objetivos desta tese.

Antes, cumpre esclarecer o leitor sobre o sentido/conceito de “redes híbridas”. Segundo Canclini (2011, p. 19), o conceito de culturas híbridas, ou ainda de hibridação, relaciona-se com “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”. Semelhantemente, Labrea e Chalub (2014, p. 153) sustentam que as redes de cultura “são híbridas porque discursivamente apresentam os valores contra-hegemônicos, mas estruturam-se de modo hierárquico, como as redes hegemônicas”. Com efeito, este conceito reconhece que as “redes”, formais e informais, identificadas neste trabalho devem ser compreendidas em perspectiva relacional, porquanto sejam constituídas a partir das relações entre sociedade-sociedade, sociedade-mercado, sociedade-Estado, e sociedade-Estado-mercado.

Retomando, dentre as iniciativas que responderam ao questionário disponibilizado, cujos resultados encontram-se resumidos no Apêndice A, verifica-se o predomínio de setores do grupo de artes de espetáculo (música, teatro, dança etc.), seguido de iniciativas do grupo de patrimônio e mídias. De todo modo, cumpre mencionar que o sobredito levantamento teve caráter participativo voluntário, o que inviabiliza qualquer análise de cariz estrutural em nível de cidade, razão pela qual interpretá-lo-ei à vista de uma leitura relacional.

No mesmo sentido, dentre as iniciativas que informaram realizar algum tipo de atividade produtiva, constata-se que a maior parte delas possuem ações de produção e comercialização, bem como, de prestação de serviços. Os aspectos relacionados à troca e

⁵⁴ O título que nomeia este capítulo refere-se ao movimento “A imaginação move a cidade – 1% para a cultura”, criado pela sociedade civil no ano de 2011 em Campo Grande e que travou uma longa trajetória visando o estabelecimento de uma política cultural efetiva para os setores culturais e criativos da cidade, além de reivindicar a destinação de, pelo menos, 1% do orçamento municipal para o setor cultural.

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.portalecriativo.com.br/>>

consumo e uso coletivo ainda aparecem de forma tímida nos resultados (10,6% dos participantes). Do ponto de vista da comercialização, a quase totalidade do que é produzido é vendido diretamente ao consumidor (espaços próprios, feiras e vendas online/redes sociais), cerca de 60%.

Outra constatação interessante diz respeito ao faturamento mensal das iniciativas (venda de produtos e prestação de serviços). A maior parte informou faturamento de até R\$ 5 mil (42,4%), sinalizando para o fato de que as iniciativas inscritas nos setores criativos são predominantemente de pequeno porte e não produzem em escala. Semelhantemente, constatou-se que o faturamento das iniciativas corresponde predominantemente a renda principal dos trabalhadores (entre 1 e 3 salários mínimos) nela atuantes (51,5%) e, em outros casos, como renda complementar de outras atividades econômicas (34,8%).

Ao analisar o ciclo criativo, questionou-se a participação dessas iniciativas em alguma rede, à vista da identificação de existência de uma articulação territorial em rede. Identificou-se a presença de iniciativas articuladas em/com pontos de cultura e redes de produção e comercialização com destaque para a articulação com associações de classe, colegiados de moda e design, coletivo Bocaiuva de EC e a liga de mulheres empreendedoras de Campo Grande.

Quanto aos profissionais – trabalhadores da cultura e da EC – envolvidos na iniciativa, identificou-se a existência de vínculos formais (carteira assinada, MEI etc.) e informais (colaboradores, voluntários etc.). Do ponto de vista dos marcadores sociais, as iniciativas da EC caracterizam-se pela não-predominância racial ou de gênero, com equipes geralmente, plurais e constituídas por diferentes frações étnico-raciais e de gênero.

Uma questão interessante para se pensar a EC enquanto rede, ou ainda, dentro de um território-rede está justamente na relação em que cada setor criativo estabelece com outros setores, de maneira que se possa identificar a recorrência dessa relação na estrutura da EC. As iniciativas destacaram relacionar-se predominantemente com os setores da música, artesanato, artes visuais, eventos e audiovisual.

Do ponto de vista da articulação institucional destacam-se os relacionamentos entre as iniciativas e o órgão setorial público, como a Secretaria de Cultura e Turismo de Campo Grande (SECTUR) e a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). Entretanto, a existência de parcerias com outras organizações de fomento, instituições de pesquisa e outras secretarias municipais também receberam destaque nas informações levantadas.

Por fim, identificou-se que boa parte dos recursos de manutenção das iniciativas ainda são obtidos mediante seleção de projetos via editais públicos, leis de incentivo, além de

recursos próprios e doações de colaboradores. De certa forma, percebe-se que o papel do Estado ainda é preponderante no fomento à iniciativas inscritas no contexto da EC, por meio de políticas públicas específicas para o setor. Aliás, como bem pontou Silva *et al.*, (2009, p. 176) a “realização do potencial existente do mercado de bens culturais indica a necessidade de uma parceria efetiva entre o Estado, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada”.

8.1 Entre o simbólico e o território: apresentação do estudo de casos múltiplos

De imediato cumpre informar que a escolha dos casos em análise não obedeceu a parâmetros (modelos pré-concebidos) específicos quanto ao setor nos quais as iniciativas deveriam estar inseridas. A dimensão setorial embora seja de absoluta importância para a EC e sua mensuração, não constituiu um critério de recorte, mas um achado. Ainda assim, constatou-se que boa parte das iniciativas se inscrevem nas áreas de gastronomia/cultura alimentar e artesanato, alcançando ainda o *design* de produtos e demais criações funcionais. A figura 17 apresenta o conjunto de iniciativa selecionadas para o aprofundamento das questões teóricas e conceituais desta tese:

Como já mencionado no capítulo 6 (percurso metodológico), o *corpus* de análise é constituído de um amplo conjunto de documentos das iniciativas (reportagens, manifestos e releases), imagens (divulgação e redes sociais), além de entrevistas em profundidade e percepções observacionais do autor. Assim, à luz das unidades de registro e do amplo processo de categorização temática realizado, proceder-se-á ao detalhamento dos principais achados teóricos da pesquisa.

As categorias de análise foram concebidas a partir da articulação dos conceitos e teorias mencionadas ao longo do trabalho com os achados da pesquisa de campo, com destaque para a dimensão simbólica sob a qual as iniciativas tem o seu mote de existência. Para isso, questionou-se de início quais foram as motivações (ideias, sentidos, trajetória, representações) de cada uma das iniciativas, seus ciclos de produção (ciclo criativo), relações no/com o território dentre outros. A seguir, uma síntese expositiva de cada um dos casos investigados, também detalhados no Apêndice G e ao longo dos resultados apresentados neste capítulo.

Figura 18 - Estudo de Casos Múltiplos

Angí Chocolates do Pantanal

Cultura Alimentar
Gastronomia regional
Negócio social/microempresa



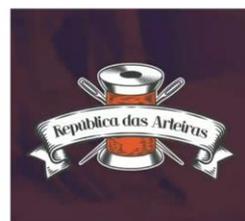
Sapicuí Pantaneiro - Faixa Paraguaia

Educação patrimonial
Memória e Identidade
Cultura Pantaneira
Artesanato regional
Ponto de Cultura



Ecolinhas

Design de produto
Reaproveitamento
Economia criativa e circular
Negócio social/microempresa



República das Arteiras

Coletivo de costureiras
Moda autoral / Confecção
Economia Criativa e Solidária
Microempreendedoras Individuais
Plataforma Tecer



AACCGMS

Gastronomia e Artesanato
Regional
Cultura Alimentar
Feiras Livres
Organização da Sociedade
Civil

VITRINE DO MATO

Plataforma colaborativa de
vendas on-line
Economia solidária e economia
criativa
Artesanato, decoração, vestuário



Fonte: elaborado pelo autor (2021).

8.1.1 Angí Chocolates do Pantanal

“Nossa maneira de trabalhar o alimento em todo o seu ciclo, respeitando a cadeia e nossos princípios, crenças e propósito como marca”. “Produtos que vão além do físico, alimentam a alma”. Respeitar a natureza e devolver a ela o que nos dá de mais valioso, o alimento e a vida⁵⁶”. São esses os imperativos que dão o mote de existência da Angí Chocolates do Pantanal.

Tudo começou com uma competição lançada por um curso de empreendedorismo que eu fiz em setembro de 2017: precisava criar uma empresa fictícia e um produto fora da minha área de expertise. Tive um pensamento instantâneo: ‘Comida vende!’ – e assim decidi fazer um projeto para produzir algo que quase todo mundo ama: barras de chocolate.

Mas não queria parar por aí: decidi, também, que queria valorizar as riquezas de regiões menos conhecidas do Brasil. Tendo crescido em cidades pequenas do interior do Mato Grosso do Sul como Coxim e São Gabriel d’Oeste, achei uma boa ideia homenagear o Pantanal usando ingredientes como frutos, insumos e castanhas dessa região para dar sabor aos chocolates. Para mim, a desvalorização dessa área do país sempre foi uma lacuna que nenhum negócio conseguiu explorar. E, pelo visto, não fui a única a pensar isso: meu pioneirismo e originalidade fizeram meu projeto vencer a competição. Em apenas quatro dias, o que era só uma ideia que eu havia divulgado no Facebook de maneira casual recebeu 300 pedidos. Vi que era hora de tirar o projeto do papel e, então, fundei a Angí.

Como não tinha domínio nenhum na área, fiz cursos para me profissionalizar. Busquei pequenos produtores da minha região, para que trabalhassem ao meu lado com extrativismo limpo, justo e sustentável de produtos pantaneiros. Juntos nos tornamos a única empresa do estado a trabalhar com produção de chocolate do início ao fim e começamos a movimentar a economia local (DADOS DA PESQUISA, 2021).

“Angí” é um apelido, uma homenagem à árvore Angíco⁵⁷, segundo a idealizadora do negócio, entrevistada 7 (2021). O produto é o chocolate orgânico e vegano, feito do cacau com inclusão de frutos nativos plantados e colhidos por pequenas comunidades do Pantanal. Toda produção é feita artesanalmente em contraponto à produção industrializada.

⁵⁶ Manifesto Angí. Disponível em: <<https://angichocolates.com/manifesto/>>. Acesso em 15.05.2021.

⁵⁷ Árvore com propriedades medicinais proveniente de diferentes regiões, incluindo o Pantanal (EMBRAPA, 2015).

Figura 19 - Chocolates Angí



Fonte: dados da pesquisa (2021).

“Nossos produtos tem a preocupação com a valorização dos ingredientes da região pantaneira e do cerrado, igualmente extraídos de forma sustentável” (ENTREVISTADA 7, 2021). O cacau utilizado na produção é proveniente do beneficiamento local, mas sobretudo de outras regiões do país, que possuem maior produção dadas as características geográficas e climáticas. Os frutos silvestres, plantas, cascas etc., são de pequenos produtores e cooperativas espalhadas por Mato Grosso do Sul.

Além de se inserir no contexto da cultura alimentar, a Angí se inscreve, de acordo com seu manifesto, na relação economia circular/alimentação circular, e também no conceito de Plantas Alimentícias não-convencionais (PANC), notadamente por incluir em sua produção ingredientes abundantes da biodiversidade do cerrado e do Pantanal, à exemplo do cacau selvagem, da castanha de baru, guavira, bocaiúva, pequi, pimenta biquinho, jatobá etc.

O processo produtivo/criativo envolve a aquisição de cacau orgânico e biodinâmico comprado diretamente por pequenos agricultores familiares do MS e de outras regiões do país, que também fazem o beneficiamento quando é recém-colhido. Os sabores mais comercializados desde o início do negócio são: chocolate de guavira e o de castanha de baru. Os chocolates à quilo também são bastante procurados. A comercialização é feita predominantemente pelas redes sociais, loja *online* da Angí e lojas especializadas de chocolate, além de empórios orgânicos e veganos.

Figura 20 - Baru - um dos ingredientes utilizados na produção dos chocolates



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Ainda quanto à produção, a idealizadora destaca que o chocolate 70%, por exemplo, leva açúcar orgânico e as frutas silvestres. “Eu compro as frutas de 12 comunidades do estado. Muitas vezes, eu compro toda a produção. Baru tem em excesso no estado. Guavira é mais limitada. Eu faço o beneficiamento aqui. Os chocolates não são saborizados. Eles têm a fruta”, comenta.

Quanto aos parceiros-fornecedores da iniciativa, a idealizadora destaca que são sempre associações e/ou comunidades, à exemplo da Rede de Mulheres do Cerrado e Pantanal (CerraPan⁵⁸). “Eu compro da Antônio Maria Coelho⁵⁹, da APA Baía Negra⁶⁰. A maioria das comunidades estão na região de Corumbá e Ladário. Também tenho em Anastácio e no Assentamento Monjolinho, elas fornecem vários frutos: baru, bocaiuva, pequi, jatobá. É uma riqueza essa comunidade” (ENTREVISTADA 7, 2021).

⁵⁸ A Rede de Mulheres Produtoras do Cerrado e Pantanal, também conhecida pela abreviação CerraPan, é composta por oito grupos de mulheres, organizados socialmente em Comunidades Tradicionais e Populações Locais do Cerrado e do Pantanal.

⁵⁹ Centro de Processamento de Derivados da Bocaiuva da Comunidade de Antônio Maria Coelho (Corumbá/MS) – Derivados da Bocaiuva

⁶⁰ Associação de Mulheres Produtoras da Área de Proteção Ambiental (APA) Baía Negra.

8.1.2 Faixa Paraguaia / Sapicuá Pantaneiro

A iniciativa "Faixa Paraguaia: tecendo a nossa história"⁶¹ é uma das ações concebidas no âmbito do projeto "Sapicuá Pantaneiro"⁶², realizado desde o ano de 2003 e inspirado no pantanal sul-mato-grossense (MEDEIROS, 2006; ENTREVISTADA 3, 2021). Trata-se de uma das iniciativas estruturantes do projeto, que também contempla a produção de artefatos em lã de carneiro, em couro e a confecção de chinelos, colchas, baixeiros e cobertores de lã.

Em 2011, o Projeto tornou-se um Ponto de Cultura integrando o Programa Mais Cultura/Cultura Viva, do extinto Ministério da Cultura, por meio de convênio firmado entre o Governo Federal e o Governo Estadual, com a interveniência da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. O projeto atuou por vários anos na cidade pantaneira de Aquidauana e atualmente possui sede no pantanal da nhecolândia⁶³.

Em 2020 uma das ações do ponto de cultura, qual seja, a Faixa Paraguaia foi selecionada no edital "Morena Cultura e Cidadania", pela Secretaria de Cultura e Turismo de Campo Grande, por meio da Lei Aldir Blanc. Após a formalização da proposta, deu-se início a execução das atividades em parceria com a Associação de Moradores do bairro Jardim Noroeste.

⁶¹ Na segunda metade do século XIX, a Guerra do Paraguai, a exploração da erva-mate por meio da Companhia Matte Larangeira e a pecuária foram os fatos históricos que contribuíram para a presença e a permanência de paraguaios no sul do, então, Mato Grosso. Após o ciclo da erva mate e da charqueada, a mão de obra paraguaia foi absorvida para o trabalho nas fazendas. E, como herança cultural deste período, hoje, a faixa paraguaia além do caráter utilitário, passou a ser artesanato de referência cultural e, também, sinônimo de um peão bem paramentado. O uso da faixa enrolada na cintura tem o objetivo de dar sustentação à coluna do peão nas longas cavalgadas, uma vez que o seu trabalho implica em extensas jornadas no campo pantanal adentro (DADOS DA PESQUISA, 2021).

⁶² Conforme Pacheco (2016, p. 115), "Sapicuá é uma palavra indígena guarani (*hapicuá*) que significa "saco grosseiro de viajante". No pantanal, sapicuá é uma bolsa utilizada pelos peões para levar para o campo a erva-mate, a guampa e a bomba do tereré. O termo, então, por todo significado e simbologia, foi escolhido para nominar o projeto em exposição, uma vez que este leva para as localidades do Pantanal algo muito peculiar e fundamental: a valorização da cultura local".

Ainda segundo o autor, "

⁶³ Junto à Pousada Barra Mansa

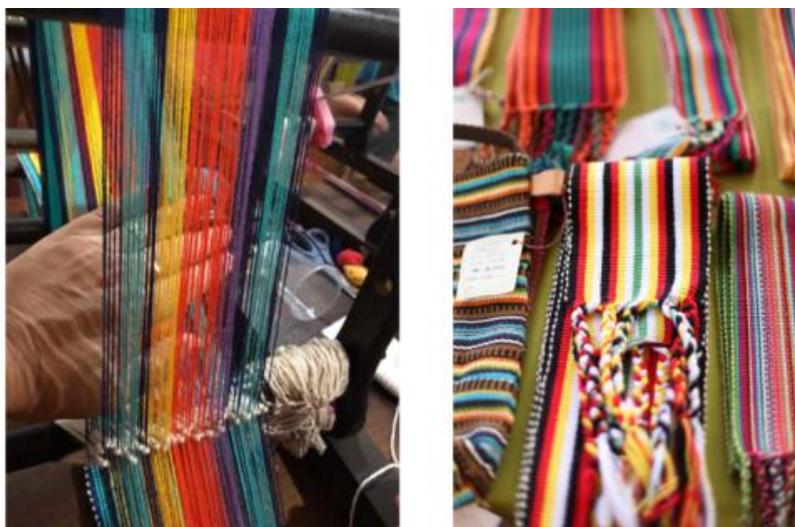
Figura 21 - Oficinas de formação da Faixa Paraguaia



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Entre março e abril a oficina Faixa Paraguaia – tecendo nossa história formará, presencialmente, 10 faixeiras em Campo Grande. Resolvemos criar a videoaula porque acreditamos que tal saber tradicional deva ser difundido ao máximo devido sua potência como símbolo cultural e, também, oportunidade de complementação de renda com a produção e comercialização das faixas paraguaias para as artesãs (DADOS DA PESQUISA, 2021).

Figura 22 - Faixa Paraguaia



Fonte: Arquivo do projeto (2021).

Trata-se de uma experiência propositiva que visa a conexão entre o regional e o local. Trazer o conjunto de elementos simbólicos do campo para o contexto da cidade e, ao mesmo tempo, formar para gerar renda (ENTREVISTADA 3, 2021).

Como já analisado por Pacheco (2016, p. 121) o:

processo de confecção artesanal que permeia o cultivo da arte de fabricação da faixa pantaneira (ou paraguaia) frisando a valorização da história local desperta o sentimento de pertencimento da comunidade, pois ao tecer a faixa a comunidade resgata a técnica tradicional da tecelagem - influência fronteiriça do Paraguai introduzida no Pantanal desde a sua colonização, sobretudo, após a Guerra do Paraguai ocorrida em 1875. As faixas pantaneiras são utilizadas como cinto de sustentação da coluna dos peões durante o trabalho. Podem também ser confeccionadas em dimensões menores, servindo de marcadores de página e adereço para prender os cabelos, por exemplo.

A trajetória desta iniciativa ao longo de quase duas décadas confluiu experiências múltiplas endereçada à educação patrimonial (cultural enquanto patrimônio cultural material, imaterial e natural), a dimensão simbólica da EC e as representações fundadas no cotidiano, nas pessoas e no território

Figura 23 - Página web do projeto Faixa Pantaneira (educação patrimonial e economia criativa)



Fonte: www.faixaparaguaia.com.br (acesso em 02.05.2021).

O percurso descritivo da iniciativa também recebeu destaque em Thome (2008, p. 81),

[...] a técnica de tecer, o ato de mesclar cores e linhas, a ocupação do tempo livre com o artesanato, mesmo que realizado em frente à televisão, se mantém vivo neste grupo social e propicia o contato dos mais jovens com a prática cultural. Por isso, o marcador de livro vendido nas pousadas pode ser visto como um produto tão característico da cultura pantaneira quanto é a faixa masculina (THOME, 2008, p. 81).

Além do processo produtivo fundamentado em elementos simbólicos, notadamente vinculado ao território, e das relações de troca entre os moradores das regiões pantaneira, identificou-se que os canais de comercialização da produção das artesãs formadas pela iniciativa, contempla pousadas pantaneiras, hotéis, agências de viagens, fazendas, casa de artesãos, feiras etc.

E, como bem pontuou (SILVA *et al.*, 2009, p. 176) “a atividade criativa materializada por meio do artesanato reproduz a história de vida de um lugar, construindo uma memória material e imaterial, com valores culturais intangíveis para os que vivem do seu trabalho”.

8.1.3 Ecolinhas

Este negócio social, como se define a idealizadora e também *designer* e artesã (ENTREVISTADA 4, 2021), foi criado em 2019. A iniciativa tem acompanhamento do programa de aceleração de negócios de impacto socioambiental do Living Lab⁶⁴, vinculado ao SEBRAE/MS.

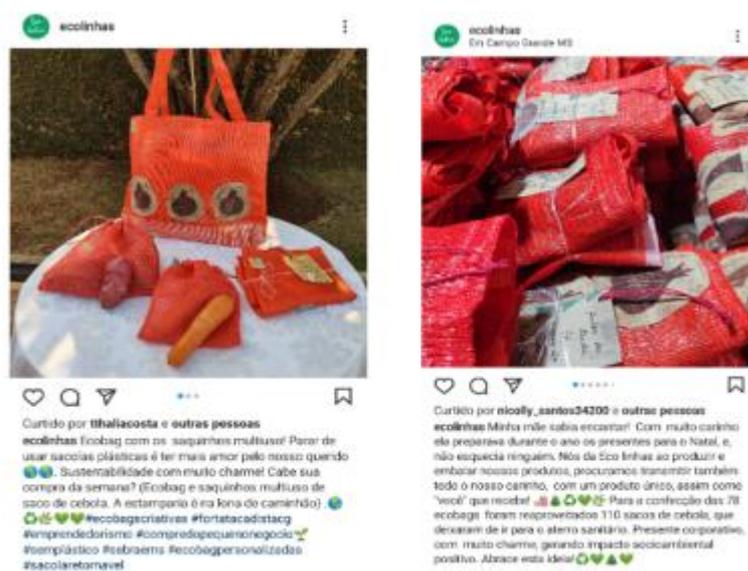
A Ecolinhas, juridicamente constituída como microempresa, trabalha com materiais reutilizados que seriam descartados, provenientes de diferentes setores da indústria, sobretudo, da cadeia agroalimentar, como sacos de cebola, batata, laranja, *bigbags* de açúcar, lona de caminhão, além de calças jeans, camisetas, cinto de segurança, dentre outros.

Para a entrevistada 4 (2021), a ideia central do negócio é “transformar um produto que iria para o lixo em um produto sustentável e desejável”. O material é transformado em novos produtos em parceria com mulheres artesãs de bairros periféricos da cidade. Além disso, são confeccionados brindes e presentes corporativos sustentáveis, responsáveis por boa parte do faturamento da iniciativa.

Os insumos da produção (sacos de cebola, batata e laranja) são obtidos com supermercados atacadistas locais. O negócio também começou a obter esses insumos com os catadores de materiais recicláveis, visando incluir outro segmento nesta cadeia produtiva à vista da geração de renda. Já o *jeans* e *bigbags* de açúcar são obtidos com lavanderias da cidade, de acordo com a política de descarte sustentável das empresas. Para as lonas de caminhão, também há parceiros que atuam com a costura do material e que guardam os retalhos para a Ecolinhas.

⁶⁴ O Living Lab MS é um projeto colaborativo iniciado pelo Sebrae MS, em parceria com 42 instituições públicas e privadas que têm como objetivo desenvolver ideias inovadoras e startups no Mato Grosso do Sul. Disponível em: < <https://www.livinglabms.com.br/living-lab-ms>>. Acesso em 02.05.2021.

Figura 24 - *ecobags* de embalagem reutilizada de cebola com estampa artesanal feita em lona de caminhão.



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Figura 25 - processo de reaproveitamento das lonas de caminhão e transformação em brindes corporativos



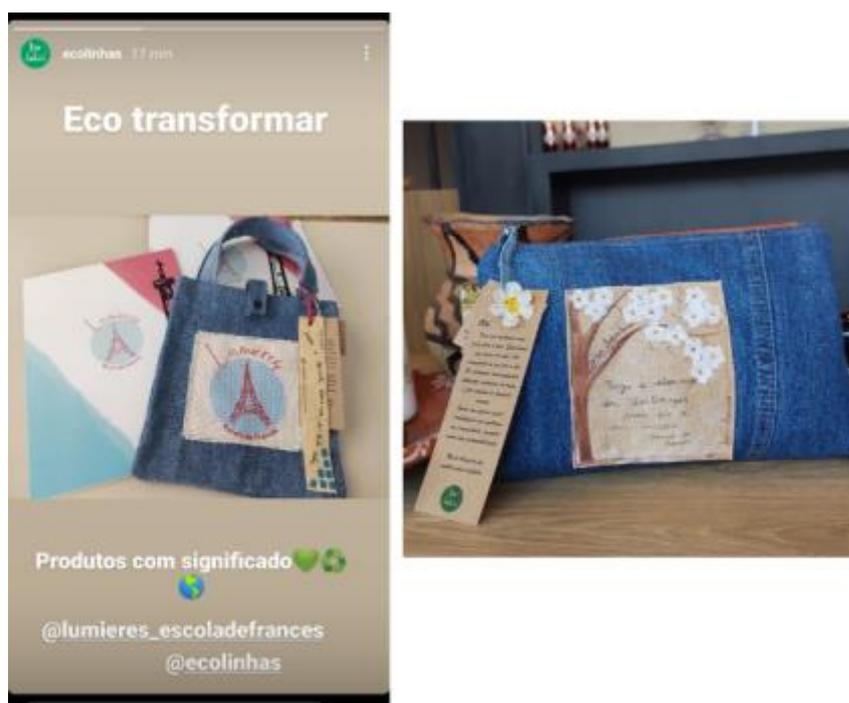
Fonte: dados da pesquisa (2021).

A entrevistada comenta que é necessário que o produto seja desejável e tenha diferenciais: “o cliente não vai comprar um produto só porque ele quer ajudar. Ele pode comprar uma vez. Depois não compra mais”. E acrescenta: “eu tive duas consultorias com o SENAI, onde pude melhorar o processo produtivo”. “A *ecobag* de cebola eu tenho 3 tipos, dependendo do corte”.

Sobre as motivações que inspiraram a iniciativa, a idealizadora diz:

Eu sempre me incomodei com o descarte. Era algo que sempre me incomodou. Daí a Fundação de Cultura me pediu um curso para ministrar em Bonito durante o festival [de Inverno de Bonito]. Só que eu tinha que ensinar as mulheres a produzir durante a semana, já para vender no final de semana, durante o Festival. Ai eu já estava com a história das bolsas, pensando nisso. Fui para bonito e confeccionamos as bolsas à mão, tudo à mão. Só que daí venderam $\frac{3}{4}$ da produção no Festival. E eu pensei, puxa, isso aí tem futuro. Tem que organizar (ENTREVISTADA 4, 2021).

Figura 26 - Transformação de *jeans* em bolsas estampadas com lona de caminhão



Fonte: dados da pesquisa (2021).

A ideia foi amadurecida durante a mentoria de negócios sociais do SEBRAE, onde foi possível organizar o projeto enquanto negócio “capaz de gerar renda e renda sustentável”, comenta. A iniciativa também atua em parceria com núcleos produtivos, à exemplo do Instituto Guataverá, na região periférica do Jardim Noroeste.

O processo criativo acontece inicialmente no *ateliê*, mas o processo produtivo ocorre junto aos parceiros,

Antes da pandemia, iniciei um projeto piloto no presídio semi-aberto, com as mulheres. Até consegui duas máquinas industriais como doação. Só que daí veio a pandemia, daí tivemos que parar. Mas ainda estamos em diálogo com a AGEPEN. No ateliê eu apenas crio. Mas são as mulheres que confeccionam nos espaços parceiros (ENTREVISTADA 4, 2021).

Quanto aos produtos, são desenvolvidas linhas específicas: “para os sacos de cebola temos a *ecobag* e os lixinhos de carro. Depois, a Linha Ypê (estamparia na lona tanto na *nécessaire*, como nas *bags*)”. Por sua vez, a comercialização ocorre principalmente em feiras e eventos. “Uma coisa levava à outra. Você faz muitas conexões pra comercializar”.

Ressalte-se, ainda, a questão educativa à vista da sustentabilidade. “Ministrei várias oficinas formativas na área. Quando eu ministro oficina eu vejo qual é a necessidade do município, da comunidade. Eu vejo qual o descarte do município e atuo reaproveitando esse material e estimulando núcleos produtivos do local” (ENTREVISTADA 4, 2021).

À despeito da composição do mercado no qual a iniciativa se insere, a entrevista comenta:

[...] tem muito negócio mexendo com produtos sustentáveis. Na Ecolinhas eu busco diferenciais. Eu tenho meu preço milimetricamente calculado. Então as vezes o cliente acha que pelo fato de utilizar materiais reaproveitados, que não tem valor. Que o preço é alto. Entretanto, por ser um negócio social, eu pago melhor as colaboradoras, mais do que o preço de mercado. Nós temos custos como qualquer outra empresa (ENTREVISTADA 4, 2021).

A formação de preços (ou ainda, de valor) junto aos consumidores ainda representa uma questão a ser superada, notadamente frente à produção em larga escala da grande indústria. Nesse contexto, a atuação em colaboração parece ser uma alternativa viável encontrada pela iniciativa, que também articula-se com universidades e demais fornecedores da cidade.

8.1.4 República das Arteiras

O coletivo “República das Arteiras” foi idealizado por três costureiras da periferia de Campo Grande com o apoio da organização Instituto de Desenvolvimento Evangélico – IDE⁶⁵, a partir de um projeto que agregava costureiras de variadas especialidades, dando-lhes visibilidade. Por meio dessa parceria da organização – que tinha um projeto inicial de

⁶⁵ Com sede no bairro Portal Caiobá.

construção de uma cooperativa de costureiras – foi possível fundar o coletivo, tendo em vista que o IDE cedeu boa parte do maquinário para o trabalho.

O coletivo funcionou de 2018-2020 em um espaço na Incubadora Municipal Mário Covas⁶⁶, atendendo prioritariamente criadores de moda autoral dentro do conceito de produção *slow fashion*⁶⁷, antagônico ao sistema de produção *fast fashion*.

Figura 27 - matéria exibida no programa “Como Será”, da Rede Globo



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Neste período foi possível desenvolver uma rede colaborativa entre diversos profissionais, desde prestadores de serviços da confecção, estamparia e bordados a produtores de moda, estilistas, *designers*, fotógrafos, modelos entre outros ligados ao universo da cultura e moda da cidade. Esta rede colaborativa contribuiu com o lançamento de diversas marcas de moda autoral campo-grandense, proporcionando aos seus criadores e empreendedores o atendimento necessário e especializado para a confecção de coleções exclusivas e personalizadas.

⁶⁶ As incubadoras são instituições que auxiliam microempresas nascentes com potencialidades na oferta de produtos e serviços inovadores no mercado. A incubadora, que situa-se no bairro Mario Covas, é especializada em confecção têxtil e setores correlacionados.

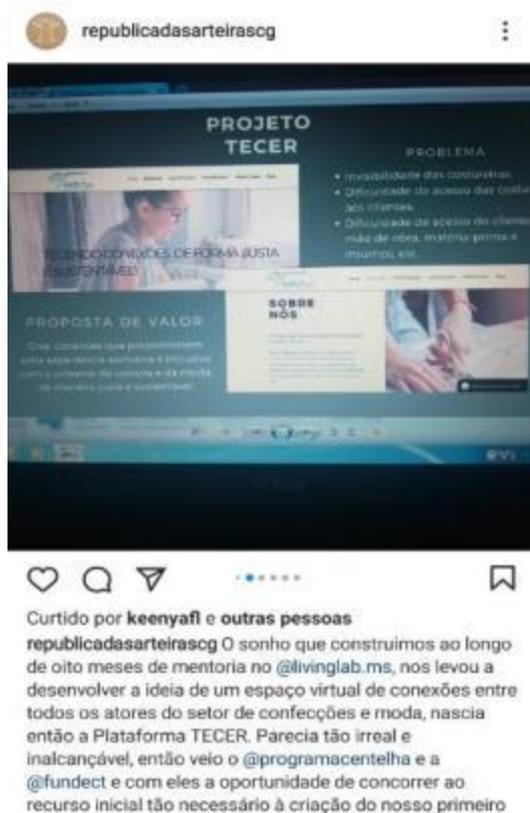
⁶⁷ Em contraposição ao *fast fashion* – sistema de produção de moda atual que prioriza a fabricação em massa, a globalização, o apelo visual, o novo, a dependência, a ocultação dos impactos ambientais do ciclo de vida do produto, o custo baseado em mão de obra e materiais baratos sem levar em conta aspectos sociais da produção -, o *slow fashion* surgiu como uma alternativa socioambiental mais sustentável no mundo da moda. A prática do *slow fashion* preza pela diversidade; prioriza o local em relação ao global; promove consciência socioambiental; contribui para a confiança entre produtores e consumidores; pratica preços reais que incorporam custos sociais e ecológicos; e mantém sua produção entre pequena e média escalas. Disponível em: < <https://www.ecycle.com.br/slow-fashion/>>. Acesso em 03.05.2021.

Para uma das integrantes e fundadora do coletivo, costureira com mais de 30 anos de experiência (ENTREVISTADA 5, 2021), a ideia do coletivo surgiu durante a faculdade “detectei em minha pesquisa [de graduação] que o forte de Campo Grande é a costura por facção, de escala. Sob medidas e trabalhos pequenos não tinha gente aparecendo. Tem gente que faz, mas não estão visíveis”. E completa “bom, se não tem ninguém atendendo esse cliente e esse mercado está abandonado, vamos nele. Porque fazer concorrência com facção nós não daremos conta. Daí iniciamos”.

No ano de 2019 o coletivo participou de um período de oito meses de mentoria para negócios sociais, também promovido pelo LivingLab (SEBRAE/MS), onde idealizou-se paralelamente um projeto de plataforma virtual de prestação de serviços para os setores de confecções e moda, a Plataforma TECER.

A ideia da plataforma é conectar produtores de confecção e moda à consumidores e demais profissionais deste setor, contribuindo com a visibilidade de costureiras e prestadores de serviço da cidade ao passo que também promova geração de renda. Para a entrevistada “vendemos serviço. O nosso cliente é criador de moda autoral, que vendem em espaços colaborativos. O meu serviço é o produto deles” (ENTREVISTADA 5, 2021).

Figura 28 - divulgação da plataforma Tecer



Fonte: dados da pesquisa (2021).

De imediato verifica-se a importância das instituições de fomento e pesquisa no incentivo à ideias e iniciativas que podem gerar impacto econômico, social e efetivamente sustentável: uma economia alternativa ao modo de produção intensivo em capital, escala e expropriação do trabalho. A entrevistada comenta ainda que, muito embora os pedidos locais/presenciais ainda ocorram, a visibilidade do negócio depende da ampliação dos mecanismos de divulgação, sobretudo com o advento da situação de pandemia.

[...] ao final do ano de 2019 o projeto da Plataforma Tecer concorreu a uma vaga no Programa Centelha, onde os contemplados receberiam um fomento de R\$60.000,00 para o desenvolvimento de um “MVP” (Produto Mínimo Viável) de um projeto inovador. A plataforma TECER ficou em 31º lugar sendo a terceira suplente caso houvesse desistências de algum outro projeto contemplado. Com o início da crise sanitária provocada pela covid19, houve desistência de alguns projetos e fomos incluídas no Programa Centelha – MS. Em agosto de 2020 fomos inseridas formalmente no Programa, com a empresa Plataforma TECER formalizada como ME, tendo o início do período de doze meses de desenvolvimento do MVP em fevereiro de 2021 (ENTREVISTADA 5, 2021).

Do ponto de vista da articulação institucional no território, a entrevistada comenta o papel da República na sensibilização do poder público responsável por estimular ações no setor,

A SEDESC⁶⁸ tem uma estrutura administrativa para a economia criativa, que trata das feiras, dos eventos. Nos eventos do Reviva [Campo Grande], tem o espaço dos negócios incubados atendidos pela SEDESC. Ou seja, eu tinha esse acesso, porém, não tinha produto. Porque eu vendo serviço. O meu cliente é criador de moda autoral, ele não tem espaço de venda na capital (ENTREVISTADA 5, 2021).

De certo modo, o reposicionamento do coletivo para uma plataforma *online* de prestação de serviços reflete muito do momento de crise político-sanitária do país. “Se você for prestar atenção, é que agora na pandemia piorou. Antes, ainda tinha a Praça da Bolívia, tinha alguns eventos deles mesmo. Na Brava. No Drama Bar. No Resista, ClanBeer. Eram espaços colaborativos que meus clientes tinham pra vender”

A República foi responsável, ainda, por estabelecer uma agenda de reflexão sobre o próprio conceito e sentido da economia criativa em Campo Grande, notadamente no setor da moda autoral, tendo em vista que nem as secretarias municipais e nem o SEBRAE tinham essa compreensão,

Ou seja, eu aproveitei meu acesso com a prefeitura para chamar a atenção deles para o criador de moda autoral, que estavam invisibilizados. Foi um embate, porque o conceito de moda autoral não é conhecido. Em tudo eles perguntavam onde era a

⁶⁸ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Campo Grande.

loja física deles. Daí eu disse, eu vou para as feiras [da SEDESC] se o meu cliente puder expor os produtos dele!”

[...] Foi por meio deste debate iniciado por nós que eles [a SEDESC] abriram cadastro para os criadores de moda autoral na economia criativa. Até então eles não eram reconhecidos. Apenas um ou outro tinha esse acesso.

[...] Para eles [SENAI, SEBRAE, indústria etc.] a República era uma confecção. Eu era uma empresária de confecção que tinha costureiras trabalhando pra mim. Essa era a visão deles. Então eu não me encaixava nessas concepções. Nenhum deles me coube, inclusive com dificuldade em alguns espaços da própria EC. Não há um entendimento claro do que é a EC aqui em Campo Grande e no estado. Do tamanho desse leque. Não está só a confecção: é brechó, é acessório, é alimentação. Muita coisa *gourmet*, vegana. Produtos feitos artesanalmente.

[...] É engraçado, pois tanto órgãos públicos do setor, como o SEBRAE, quando eles veem moda eles remetem diretamente ao dono de loja, de roupa” (ENTREVISTADA 5, 2021).

Em termos articulação no território, organizou-se o colegiado de moda e *design* com vistas à organização do setor e também o acesso à outras fontes de financiamento no momento de pandemia, como os editais da Lei Aldir Blanc. “Enquanto República eu não acessei diretamente os recursos da Lei. Mas meus clientes conseguiram aprovar alguns projetos e me trazem o serviço deles. Então eu participo de outra forma.” A entrevistada ainda acrescenta “Participei em parcerias com o Vitrine do Mato. Tem uma escola de dança que eu estou produzindo figurinos. Tem grupos de teatro. Tem produtores de audiovisual que me demandam figurinos etc.”

Alguns desafios identificados no âmbito da iniciativa foram a presença de intermediadores,

Ao invés de tentar ganhar dinheiro nessa intermediação, propusemos fazer pontes entre produtores e fornecedores. Nisso, ganhamos um *network*. Ou seja, meus parceiros de serigrafia passam a enviar serviços para mim. Então, ganhamos de outra forma. Dessa experiência surgiu a plataforma TECER”.

[...] Infelizmente é uma categoria desunida. Essa relação da costureira com a costura em Campo Grande por ser uma relação terceirizada, ela depende de um atravessador, de um intermediário. Ele vai lá na empresa X e traz o serviço para a periferia. Ou seja, a costureira não negocia com o cliente final. Ela negocia com esse intermediário. A figura dele cria essa inimizade entre as costureiras (ENTREVISTADA 5, 2021).

Outra questão apontada diz respeito ao desconhecimento das pessoas sobre este mercado. “Para os investidores de Mato Grosso do Sul você tem que gerar impacto [social, sustentável] e você tem que dar lucro também. Daí fica mais difícil. Porque, como você vai iniciar um negócio e de imediato dar lucro, ainda mais no caso da costura”. Além disso, a própria organização da categoria enquanto classe: “a maior dificuldade agora está sendo convencer à costureira de que ela precisa dessa visibilidade. A maioria delas não tem noção de como fazer para ganhar dinheiro agora. Estamos nos aproximando de forma amistosa para levar essas informações à elas”.

8.1.5 AACCGMS

A Associação dos Artesãos e De Comida Cultural, Típica, Regional e Familiar Campo Grande-MS é uma organização da sociedade civil que realiza um conjunto de ações como exposições de artesanatos diversos e utilidades, hortifrutigranjeiros, gastronomia, panificações, bijuterias, roupas, arte e cultura, eventos sócios-culturais-ambientais além de uma agenda de entretenimento no bairro.

Segundo a coordenadora das ações, entrevistada 8 (2021), “na realização das feiras, foram convidados moradores para trazer os seus produtos para comercialização e também ajudar famílias que estavam com aperto financeiro. Abrimos uma feira comunitária na quadra de esportes do bairro Cidade Jardim⁶⁹. A ideia foi crescendo até que fundamos a Associação”.

Figura 29 - Divulgação Feira Sabores e Cores



Fonte: dados da pesquisa (2021).

⁶⁹ Com cerca de 36 anos de existência, o bairro Cidade Jardim fica localizado na região do Prosa, em Campo Grande. Em alguns pontos, desfruta de uma das vistas mais bonitas da cidade e também conta com boas áreas de lazer, como a praça Elói de Lima, local da feira. São cerca de 720 imóveis no loteamento, uma população que gira em torno entre 3 mil e 4 mil pessoas (DADOS DA PESQUISA, 2021).

Quanto as parcerias institucionais, a entrevistada 8 (2021) menciona que realizam “muitos eventos apoiados pela SECTUR, pela Fundação de Cultura do estado. Fazemos uma feira mensal na praça do Papa”. Trata-se especificamente da “Feira Cultural Sabores & Cores”, idealizada com objetivo de valorizar e divulgar o patrimônio cultural do estado de Mato Grosso do Sul. No âmbito da iniciativa “criamos o pastel de pequi e o tropeiro pantaneiro. São nossos destaques”.

Por volta das 19h, uma das barracas de folhas e legumes tinha praticamente só alface. “Tinha que chegar mais cedo para ver como estava. Vendemos quase tudo, agora é xêpa”. Ele e outros vendedores de hortifrúti foram convencidos por residentes do Cidade Jardim a aderirem a uma feira criada pelos moradores do bairro, na Praça Elói de Lima. [...] Só que por trás da iniciativa estava uma intenção mais nobre que simplesmente fomentar o comércio comunitário na região: ocupar espaços de lazer do Cidade Jardim e promover, assim, a integração entre os moradores (DADOS DA PESQUISA, 2021).

Ainda para a entrevistada 8 (2021), o papel do poder público é fundamental para a consecução das atividades, tendo em vista que a agenda de atividades da iniciativa é ampla, o que requer pelo menos o apoio com infraestrutura. “A necessidade de ocupar democraticamente o espaço e contribuir para o fator segurança alavanca a iniciativa de realização do Projeto Feira Cultural Sabores & Cores com associados, moradores, voluntários, expositores diversos para atender eventos na Cidade de Campo Grande”, finaliza.

8.1.6 Vitrine do Mato

A iniciativa surgiu ainda no ano de 2020 com o advento da crise sanitária global e reúne inúmeros expositores/artesãos em uma plataforma colaborativa de vendas online. Segundo o idealizador, entrevistado 6 (2021), somente empreendedores locais da economia criativa participam da plataforma. “Hoje temos 20 marcas na plataforma, de diferentes setores. E os ganhos são todos dos expositores”. O entrevistado menciona que iniciou seu trabalho na EC a partir de uma marca autoral, a *Touché* camiseteria. “Comecei por necessidade. Sou formado em rádio e TV e não achei trabalho na área. Daí comecei a fazer umas estampas e o pessoal começou a gostar. Participava de feiras de eventos etc.”.

Figura 30 - Vitrine do Mato (o que somos)



Fonte: dados da pesquisa (2021).

A ideia da plataforma, que apresenta-se como um *mix* de economia criativa e solidária, surgiu quando do contato do idealizador com os coletivos de economia solidária do estado São Paulo. “Quando voltei pra São Paulo eu tive contato com o pessoal da economia solidária. Tinha o fórum, tinham as feiras. Então eu participava”. Ainda segundo o coordenador da plataforma:

Quando voltei, pensamos em uma feira nos moldes daquela que eu participava”. “Antes, o festival de Inverno de Bonito era quase todo realizado com expositores de São Paulo”. Em determinado momento, a gente organizou um grupo chamado “Bocaiúva”, reunindo expositores do artesanato, da moda, da gastronomia etc.” E nós propomos em compor o espaço da economia criativa no Festival”. [...] Com esse mesmo grupo [Bocaiuva] ganhamos um edital do governo do estado e fizemos uma feira de economia criativa ocupando a Plataforma, fizemos vídeo-*mapping*, foi bem bonito”. Entretanto, “com esse lance da pandemia, fomos os primeiros afetados em não poder participar de eventos etc. Com o advento da Lei, tivemos a ideia de construir a plataforma para tentar nos organizar e vender online (ENTREVISTADO 6, 2021).

Figura 31 - Expositores da Plataforma



Fonte: dados da pesquisa (2021).

No mesmo sentido, há na iniciativa o reconhecimento do papel estratégico do poder público em fomentar iniciativa das áreas da economia criativa e solidária. Para boa parte dos expositores, a produção corresponde tanto à renda principal, mas também uma renda complementar. “É difícil viver só dessa renda. Esse negócio da Lei [Aldir Blanc] deu uma aliviada pra gente, a questão do auxílio emergencial” (ENTREVISTADO 6, 2021).

No projeto Vitrine do Mato, só participam empreendedores locais da chamada economia criativa. Em resumo, é o setor econômico formado pelas indústrias criativas. Na prática, quando a união e colaboração dos pequenos se juntam para a venda de produtos considerados "artísticos", fazendo assim uma resistência às grandes marcas (DADOS DA PESQUISA, 2021).

Com efeito, vê-se que o conjunto de expositores da iniciativa além de estarem inscritos em diferentes setores da EC também estão posicionados na economia solidária, ao menos no caráter associativista da iniciativa, muito embora não haja extensão para as relações do trabalho em si.

CAPÍTULO 9 - POR UMA ECONOMIA CRIATIVA DE BASE TERRITORIAL: ELEMENTOS, CARACTERÍSTICAS E PROPOSIÇÕES

À luz dos constructos teóricos apresentados nesta tese, bem como, a extensão de documentos carreados no processo de análise dos dados da pesquisa e dos achados preliminares, optou-se pela utilização de redes semânticas para apoiar as reflexões teóricas e demais objetivos pretendidos neste trabalho. No contexto da análise de conteúdo, as redes semânticas ajudam a representar como o conhecimento humano (conceitos, sentidos, significados, expressões) estrutura-se nos discursos falados/escritos em um determinado contexto de análise.

Neste trabalho, as redes são constituídas de recortes (escritos, falas de entrevistados, comentários de observação do pesquisador, além de representações em imagens e demais documentos) e estruturam-se em torno de categorias teóricas apoiadas na literatura utilizada nesta tese.

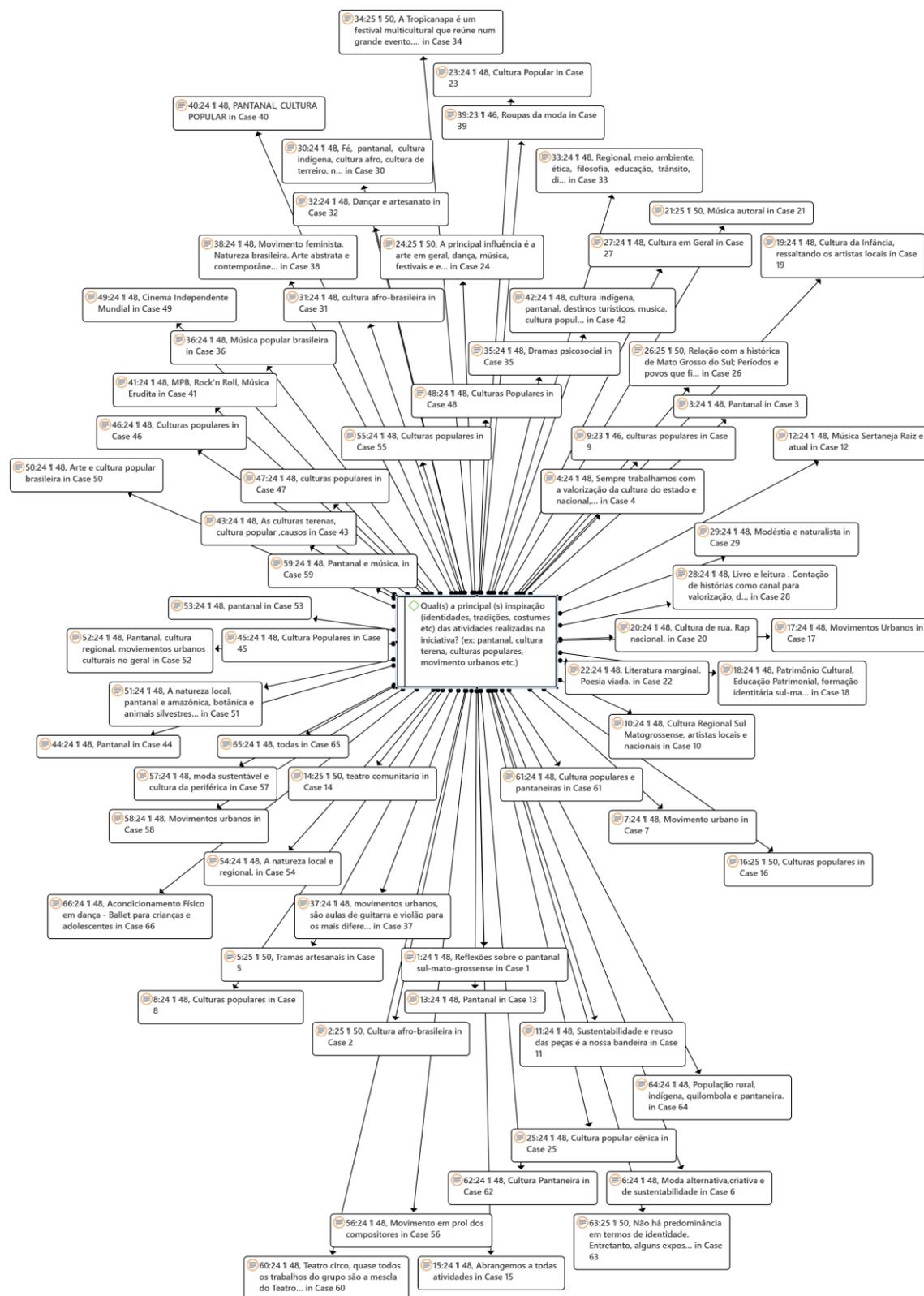
9.1 Dimensão simbólico-cultural

Uma informação-chave para o principal objetivo desta tese repousa, justamente, na compreensão de elementos substantivos do território que moldam e inspiram a atuação de cada iniciativa de EC da cidade. Para isso, buscou-se apreender dos sujeitos que constituem e/ou se relacionam com a iniciativa quais aspectos do cotidiano, da memória, da tradição e da história dão sentido à produção simbólica e econômica desses projetos.

Durante a etapa 1 da pesquisa (aplicação de questionário) solicitou-se que os respondentes informassem, em resposta aberta, quais as motivações (ideias, inspirações, tradições etc.) que fundamentam a existência da iniciativa e sua relação com o cotidiano. Essa pergunta objetivou, justamente, acessar a dimensão simbólica dos trabalhos desenvolvidos na cidade, bem como suas representações e conexões.

Realizando a análise de conteúdo a partir das informações obtidas na aplicação do questionário (1ª etapa da pesquisa), tem-se que o panorama de elementos simbólicos que fundamentam a existência de cada iniciativa está alicerçado nos aspectos da economia e cultura regionais, conforme Figura 31.

Figura 32 - Rede semântica de motivações simbólicas das iniciativas

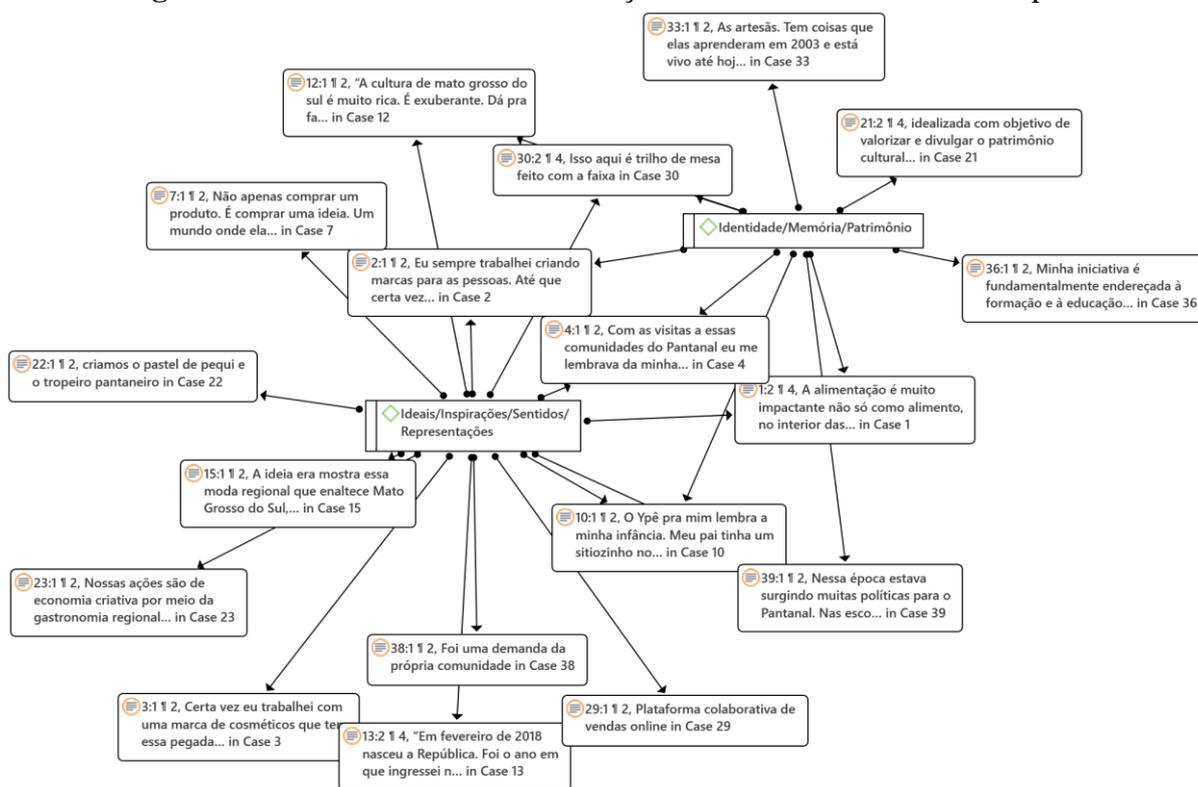


Fonte: elaborado pelo autor no Atlas TI (2021).

Esse panorama relacional das iniciativas inscritas nos setores da EC em Campo Grande aponta, invariavelmente, para um cenário plural e diverso, capaz de catalisar no mesmo espaço características regionais que reverberam no local, tendo em vista às frequentes referências à cultura pantaneira e suas transversalidades. Esses resultados serão aprofundados na sequência com a análise dos casos múltiplos.

Ao endereçar a análise apenas aos casos múltiplos, propôs-se um agrupamento em categorias que dão sentido à dimensão simbólica, notadamente a partir da articulação entre as ideias, inspirações, sentidos e representações com a noção de memória, patrimônio e identidade.

Figura 33 - Rede semântica de motivações simbólicas dos casos múltiplos



Fonte: elaborado pelo autor no Atlas TI (2021).

Invariavelmente, os achados em torno da dimensão simbólica mostram como as iniciativas revestem-se de elementos identitários complexos, multiescalares, materiais e imateriais que são apreendidos no movimento sócio-histórico e que se revela fundamentado em características regionais singulares (HAESBAERT, 2004).

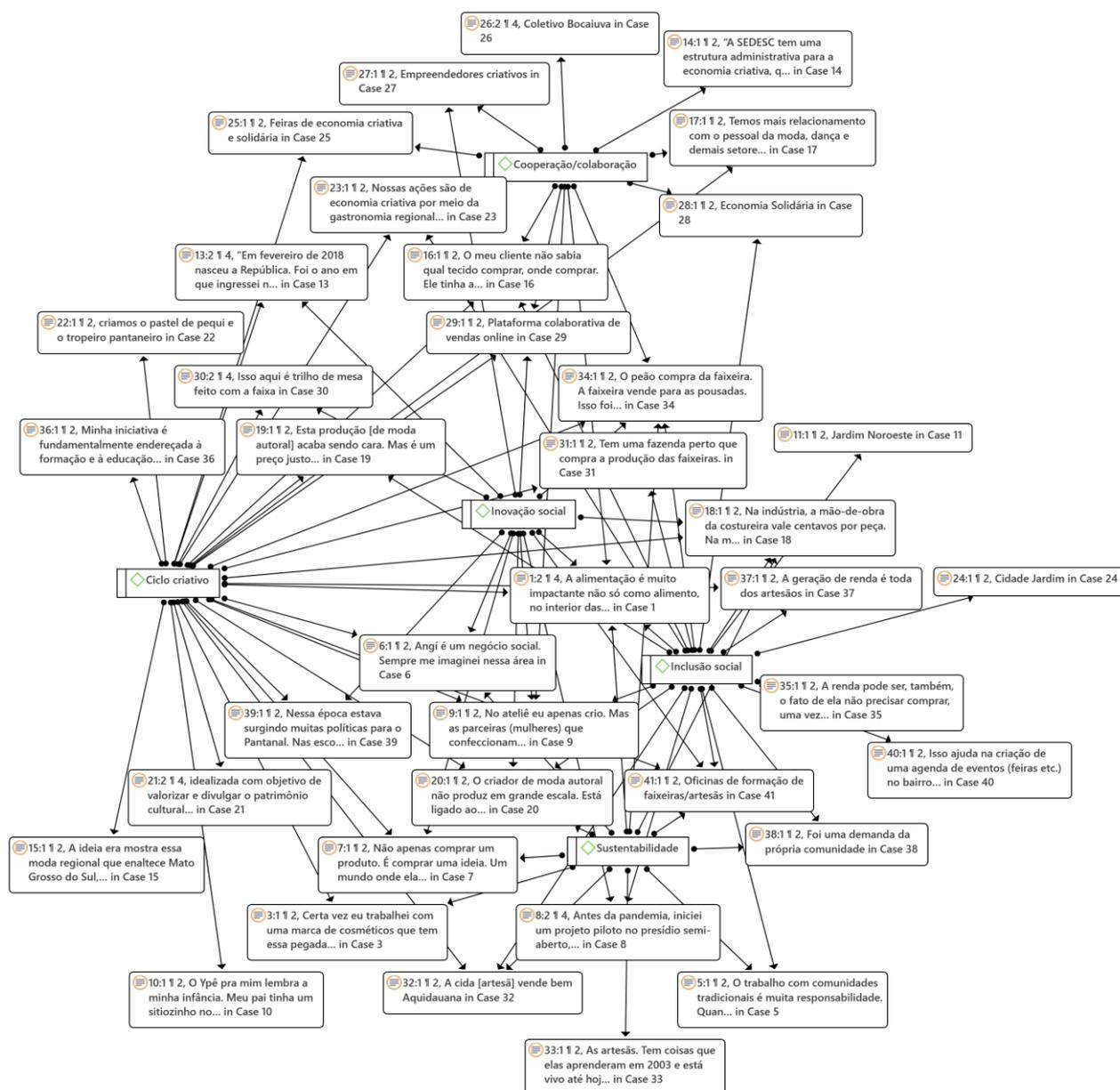
Ora, se o território é o chão, a identidade, o sentido de ser e pertencer, bem como, um espaço de trocas materiais e imateriais (SANTOS, 2003), parece sintomático que as

motivações simbólicas apresentadas, relacionadas com os aspectos patrimoniais (material, imaterial e natural) dão o mote estruturante desta dimensão.

“Daí a expressividade dos seus símbolos, manifestados na fala, na música e na riqueza das formas de intercurso e solidariedade entre as pessoas” (SANTOS, 2000, p. 145). Consequentemente, não é exagero dizer que, em termos axiomáticos: **a dimensão simbólica é determinante da própria EC.**

9.2 Dimensão econômica

Figura 34- Rede semântica da dimensão econômica dos casos múltiplos



Fonte: elaborado pelo autor no Atlas TI (2021).

Do mesmo modo, a Figura 33 representa de que forma as categorias cooperação/colaboração, inclusão e inovação social, sustentabilidade e o ciclo criativo (criação, produção, distribuição e consumo) dão o mote da dimensão econômica do conjunto de iniciativas. Não objetiva-se nesta tese realizar o mapeamento do arranjo produtivo das iniciativas, mas compreender a relação entre os aspectos que fundamentam a dinâmica econômica dessas iniciativas.

Nós estamos falando de uma atividade que gera economia. Quando você faz uma peça de teatro você está contratando a costureira, o serralheiro, o eletricitista. Não são só os artistas. Mas é tudo aquilo que gera. Quando você traz, as vezes, um supervisor de fora pra fazer a supervisão do seu trabalho, quando você promove esses intercâmbios, você gasta passagens, alimentação, hospedagem (ENTREVISTADA 1, 2021).

Retomando alguns princípios teóricos alçados nessa tese e comparando-os com o modo de produção (e de vida) das iniciativas e de seus gestores/participantes, os ideais de reciprocidade e redistribuição demonstraram-se presentes. Isso porque os casos analisados demonstraram que a missão em torno de cada iniciativa é promover, em diferentes momentos, geração de riqueza equitativamente distribuída, à exemplo de melhores remunerações aos profissionais dos setores criativos quando comparados aos setores tradicionais da indústria e comércio.

De imediato verificou-se que o ciclo produtivo (criativo) das iniciativas tem o seu mote na dimensão simbólica do território: pastel de pequi, trilha de mesa feito com a faixa paraguaia, ypê, angí(co) dentre inúmeras representações do contexto regional-local. De igual modo, as iniciativas inscritas nos setores da EC invocam, frequentemente, ações em rede, que são representadas por atividades em cooperação. A totalidade das iniciativas demonstram realizar ao menos uma atividade colaborativa ao longo do ciclo produtivo, à exemplo da atuação em feiras, coletivos, parceiros/fornecedores etc.

Por outro lado, a categoria inovação é muito cara à EC. Frise-se, contudo, que a criatividade relaciona-se diretamente com a inovação (embora não se confunda com ela), vez que ambas implicam riscos, custos iniciais e efeitos de dispersão no conjunto da economia: a primeira referencia uma capacidade individual e subjetiva; enquanto a segunda remete à objetividade de um processo social com desenvolvimento de métodos (PACHECO, 2021, p. 20). Para o inglês John Howkins (2001) criatividade pode gerar e estimular a inovação, ou ainda, a criatividade envolve a expressão pessoal que foge à lógica e à linearidade, enquanto a inovação pode ser calculada. Entretanto, sabe-se que inovação [tecnológica] é um conceito

emblemático e que inspira cuidados para ser levado à efeito no cenário brasileiro, que aliás, ocupa a 62ª posição no Índice Global de Inovação⁷⁰.

Daí a necessidade se de pensar a inovação não apenas tecnológica, mas também social. Com efeito, os modelos de negócio investigados compartilham características que tornam o conceito de EC como aquele relacionado à inovação social, capaz de produzir riqueza socialmente distribuída, à exemplo das plataformas *online* de comercialização de produtos/serviços, de artefatos moldados pela singularidade, da transformação de produtos com novas utilidades etc.

Semelhantemente, já demonstrou-se nesta tese que as categorias de inclusão social e sustentabilidade são igualmente caros à EC. A EC é uma economia da abundância, e não da escassez (LEITÃO, 2015a, 2015b). E, portanto, deve produzir necessariamente uma riqueza que seja socialmente produzida e redistribuída, à exemplo de formação de núcleos produtivos em bairros de periferia e da inclusão de públicos em situação de vulnerabilidade social (mulheres presidiárias, jovens negros etc.). Ademais, as formações e relações sociais resultantes do território moldam as práticas econômicas, razão pela qual os sujeitos e práticas que constituem o ciclo de produção na EC são a face de um modelo econômico que se pretende mais orgânico e socialmente justo.

Discorreu-se, ainda nesta tese, que a compreensão de sustentabilidade perpassa a questão ambiental, chegando ao social, ao econômico e ao cultural. Do mesmo modo, tem-se como imperativo na EC que as iniciativas nela inscritas devem realizar sua produção à vista da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. Para isso, identificou-se ações como o reaproveitamento de resíduos da cadeia agroalimentar, transformando-os em novos produtos, com significado e utilidade. Além disso, a transversalidade e a importância dos processos educativos desenvolvido pelas iniciativas, a utilização de matéria-prima local, mão-de-obra não-explorada da própria comunidade etc.

De todo modo, necessário lembrar que as iniciativas de EC analisadas não se pretendem a qualquer ruptura com o modo de produção hegemônico – notadamente intensivo em capital – mas atuar, ao menos parcialmente, num contexto de economia plural, coexistindo com as realidades das economias mercantis, não-mercantis e não-monetárias (ROUSTANG *et al.*, 1996; FRANÇA FILHO, 2004).

⁷⁰ Disponível em: < https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_gii_2020.pdf>. Acesso em 01.06.2021

9.3 Dimensão político-institucional e relação com o território

Essa dimensão talvez seja, para o interesse particular desta tese, a de maior representatividade. Isso porque a compreensão da EC de base territorial perpassa a compreensão do próprio território (como fronteira, ocupação, povoamento, signos da vida cotidiana, produto histórico-relacional-material, multidimensional etc.) e suas territorialidades (como relações de poder, alteridades, relações biossociais, econômicas, políticas etc.).

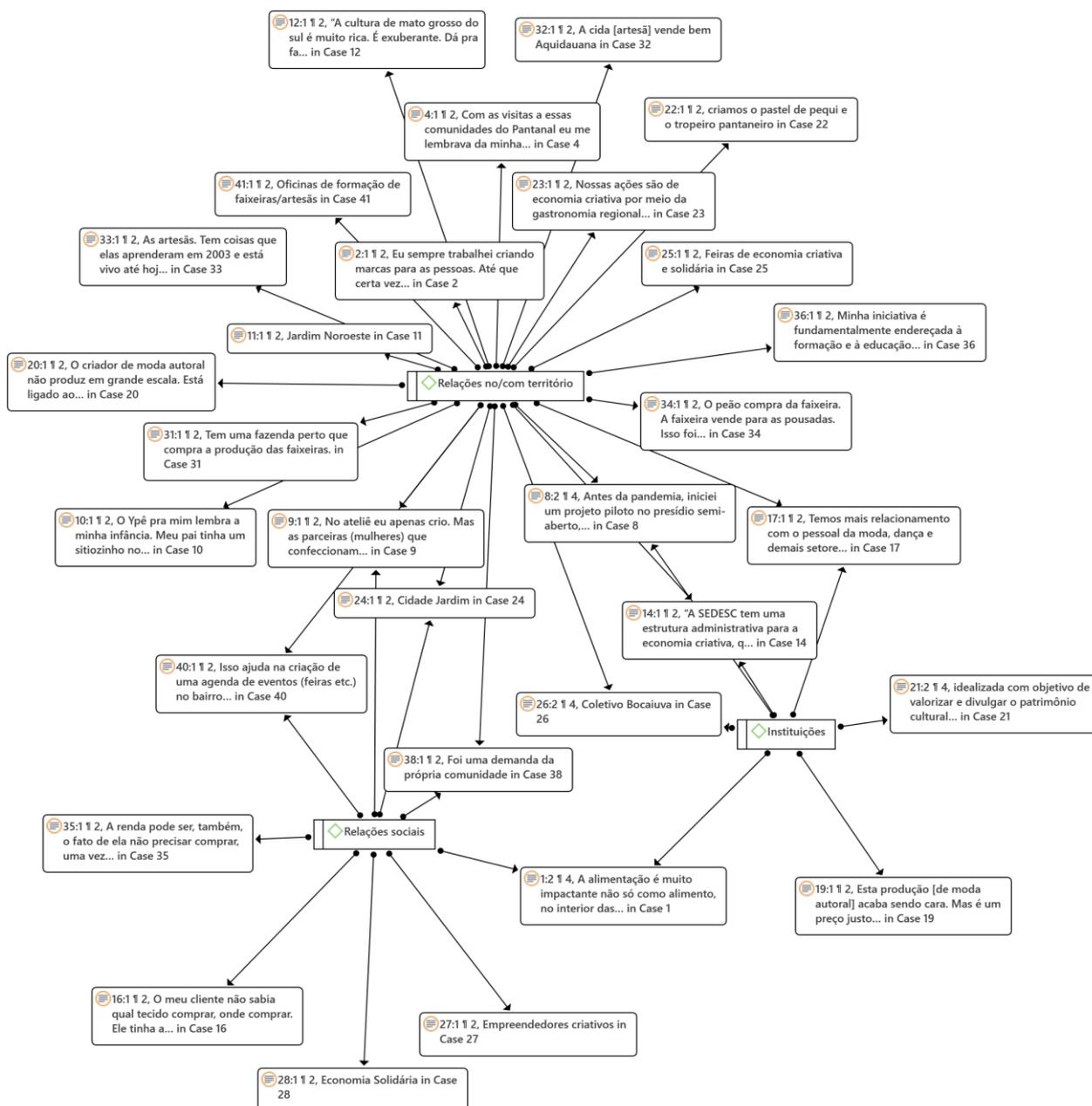
Muito embora já tenhamos discutido esse lastro teórico, insta retomar Haesbaert (2004, p. 79-80) que chama atenção para a “necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido”, ou seja, híbrido entre sociedade e natureza, podendo ainda ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder e instituições. A entrevistada 1 (2021), com ampla experiência no contexto institucional das políticas públicas culturais, apresenta alguns dos pontos tensionados na relação do Estado com a cultura e EC:

Vi claramente o descompromisso do governo. A falta de interesse do governador Reinaldo Azambuja [PSDB]. Porque não há como não responsabilizá-lo. Ele é o dirigente maior do Estado. O teatro Aracy Balabanian está há seis anos fechado. Sem nenhum indicativo de quando será reformado.
[...] O que a gente vê na prática é que o governo [Bolsonaro] só faz quando a classe se manifesta. E quando a classe cobra. Então o papel da classe, dos colegiados setoriais, dos fóruns, do movimento cultural em geral, é ele quem mantém acesa essa ligação do governo com a cultura (ENTREVISTADA 1, 2021).

Nessa perspectiva, a confluência dos sujeitos, relações, mediadores materiais e imateriais, práticas sócio-temporais, identidades culturais, redes locais/não-locais dão o mote interpretativo do território em análise. A figura 34 apresenta os achados das iniciativas quanto à dimensão territórios, compreendendo as categorias de relações no/com o território, relações biossociais e relacionamentos institucionais (parceiros, colaboradores, gestores, público-alvo etc).

Cumprir informar ao leitor que, em várias perspectivas teóricas, as questões simbólicas, econômicas e institucionais são tratadas dentro da categoria território. Contudo, para os objetivos e proposições desta tese, optou-se metodologicamente por tratar cada uma dessas dimensões (e respectivas categorias) em separado.

Figura 35 - Rede semântica da dimensão territorial dos casos múltiplos



Fonte: elaborado pelo autor no Atlas TI (2021).

Certamente a compreensão de território é demasiada complexa para ser largamente explanada nesta tese, porquanto implique um adequado detalhamento das redes que o constituem (com seus nós, arestas, centralidades etc.). De todo modo, para o objetivo-fim delimitado na epígrafe deste trabalho, a exposição aqui realizada parece suprir, sem excessos, as pretensões teórico-metodológicas. “Hoje a arte e a cultura são, justamente, apresentadas como uma das alavancas mais potentes dessa celebrada transformação dos territórios”. Os

produtos “trazem a marca do território onde foram elaborados, pois incorporam os saberes artísticos e a experiência destes, daí a noção de produtos idiossincráticos⁷¹” (GREFFE, 2013, p. 312).

Como já introduzido nesta seção, a questão imprescindível nas discussões centradas no território se dá no contexto da política pública, que está diretamente relacionada à própria dimensão institucional, à conjunta político-econômica. A Lei Aldir Blanc, por exemplo, atuou como um potente nó catalisador de iniciativas durante o período da crise político-sanitária global. Isso porque, enquanto o poderoso setor financeiro-rentista auferia, sem nenhum esforço, bilhões do governo brasileiro no mesmo período⁷², foi necessária intensa articulação dos movimentos sociais e do Congresso Nacional para que tímidos R\$ 3 bilhões fossem destinados à totalidade dos trabalhadores da cultura, da EC, da agricultura familiar, economia solidária e setores correlacionados. O Estado é objeto de constante disputa, resultante de movimentos e contramovimentos, como prefere Polanyi.

Ora, entendendo o território como o somatório da identidade cultural, componentes naturais, culturais, históricos e econômicos (HAESBAERT, 2004), vê-se que as relações existentes no e com o território são inegavelmente importantes na compreensão teórica em curso. “O peão compra da faixeira. A faixeira vende para as pousadas...”; “A Cida [artesã] vende bem em Aquidauana” (ENTREVISTADA 3, 2021), “Minha trajetória junto às comunidades tradicionais me fez identificar potenciais fornecedores de insumos do meu produto” (ENTREVISTADA 7, 2021), “participamos de feiras de economia criativa e solidária” (ENTREVISTADA 8, 2021), são apenas alguns dos excertos que ajudam a estabelecer esta trama territorial.

Do mesmo modo, a atuação em bairros específicos da cidade, predominantemente periféricos e com baixa oferta de empregos, bem como as relações de parcerias ao longo do ciclo produtivo também ajudam a pensar o território como estratégico no desenvolvimento da EC: “isso ajuda na criação de uma agenda de eventos do bairro” (ENTREVISTADA 3, 2021); “foi uma demanda da própria comunidade” (ENTREVISTADA 8, 2021); “tenho mais relacionamento com o pessoal dos colegiados setoriais” (ENTREVISTADA 5, 2021); “nossas ações são na área da economia criativa a partir da gastronomia regional” (ENTREVISTADA 8, 2021) etc.

⁷¹ Refere-se à característica de comportamento peculiar de um indivíduo ou de determinado grupo.

⁷² Disponível em: <<https://www.bancariosrio.org.br/index.php/noticias/item/4423-bolsonaro-deu-r-1-2-trilhao-aos-bancos-mas-quer-cortar-ate-100-dos-salarios-dos-trabalhadores>>. Acesso em 02.06.2021.

Falar de relações no e com o território implica, necessariamente, falar de relações sociais, como prefere Raffestin (1993), e de um somatório de componentes identitários, culturais, histórico e econômicos (SAQUET, 2009). Com efeito, constata-se que as iniciativas analisadas possuem relações perenes com as comunidades e atores que circunscrevem o ciclo criativo: “o meu cliente não sabia qual tecido comprar”; “a alimentação é muito impactante não só como alimento”; “nós pagamos melhor nossas colaboradoras do que na indústria por facção, que chega a pagar centavos por peça”, “essa memória também vai vir desses relatos”, “envolve toda a singularidade do fazer cultural em Campo Grande” etc.

Ou seja, a EC de base territorial é, por extensão, uma EC vinculada à multiterritorialidades. Isso porque a vocação econômica dessas iniciativas está, em termos polyanos, enraizada em práticas e relações singulares do território e que não estão disponíveis em outro lugar, ou ao menos não podem ser facilmente criadas ou imitadas (HAESBART, 2004).

9.4 Entre o simbólico, o econômico e o institucional: uma proposição multidimensional da EC de base territorial

Colocadas em perspectiva as dimensões que dão o mote da proposta de tese, qual seja a investigação de elementos que constituem a EC de base territorial, procederemos às reflexões que sustentam a importância da articulação entre contextos simbólico, econômico, territorial e institucional.

Como já mencionado, a longa exposição do arranjo teórico desta tese aporta elementos que, em primeiro lugar, visam ampliar o marco epistemológico da economia em abordagem substantiva, particularmente da EC. Isto posto, o empréstimo de categorias para a realização de uma análise que também se pretende institucional encontra no método de Polanyi alicerce preciso. Em especial, o método de análise institucional ampara a proposta teórica em curso a partir de categorias explicativas, sobretudo, do contexto político, frequentemente tensionado entre sociedade civil e o Estado.

Daí que, pensar qualquer cenário ausente do quadro político-institucional seria, na melhor hipótese, ingênuo por parte de qualquer pesquisador. O papel do Estado, dos mercados, dos conflitos de classes, da agenda neoliberal etc., devem, necessariamente, fazer parte de qualquer proposta alternativa ao modelo de sociedade que tem regido a humanidade nas últimas décadas. Com efeito, a reflexão sobre como as economias de transição podem ser

efetivamente consolidadas a partir de políticas públicas, reclama a visualização do todo, do contexto institucional e conjuntural (FURTADO, 1978, 1984, 1998; FIORI, 2003)

Também para acessar o contexto político-institucional, recorreu-se aos excertos de Celso Furtado, notadamente à vista da compreensão da dimensão econômica da cultura e da criatividade como vetores de desenvolvimento da nação. Ancilarmente, colocou-se em marcha a importância do território para a compreensão da EC enquanto fenômeno constituído pelo simbólico, pelos elementos constitutivos e estruturantes que provêm da natureza, da tradição, do patrimônio, das identidades, do cotidiano e das relações sociais e econômicas que são moldadas no território.

Ao propor uma rede semântica entre as categorias que compõem as dimensões simbólica, econômica e institucional – concebidas à luz do referencial teórico e dos achados empíricos – podemos constatar que a EC pode ser melhor concebida no conceito de território-rede, ou seja, onde relações e práticas socioeconômicas dão o mote de sua dimensão simbólico-identitária: “territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2007, p. 280).

Essa constatação somente foi possível mediante acesso ao substrato empírico dos casos múltiplos, com suas particularidades, vivências, experiências, narrativas etc. Ora, se a noção de redes implica fluxos e conectividade, ou ainda, “um conjunto de nós interconectados” (CASTELLS, 1999), parece sintomático conceber modelos econômicos que se pretendem alternativos à luz das interconexões (política, social, cultural) reveladas no próprio território. Por sua vez, esses fluxos decorrem de movimentos desencadeados no interior do ambiente institucional: políticas públicas, crises sociais, rupturas institucionais etc.

Aliás, as movimentações detalhadas no capítulo 7, notadamente relacionadas ao papel do Estado em estimular as políticas culturais e de EC, exemplificam bem como a adoção (ou não) de estruturas e políticas públicas podem atuar como um nó catalisador de redes dentro do território, à exemplo da Lei Aldir Blanc. Há, nessa esteira, uma ambivalência móvel-dinâmico do território que precisa ser considerada,

Numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território-rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um ‘conjunto de pontos e linhas’, numa perspectiva euclidiana; mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a ‘superfície’ territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão (‘ação à distância’, como destaca Machado, 1998) e ‘profundidade’, relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos

A Figura 35 pretende clarificar a EC enquanto fenômeno constituído de múltiplas relações no e com o território, compreendidos nele as dimensões simbólica, econômica, institucional e os movimentos no próprio território. Obviamente, ao explorar essas múltiplas relações, chega-se às complexas relações de poder, à produção de novas territorialidades. Como bem lembra Saquet (2018, p. 489) “cada lugar precisa, assim, ser pensado como específico numa rede de lugares conexos territorialmente”.

O conjunto de falas, imagens, observações, documentos codificados e categorizados a partir da articulação teoria-empíria, coloca em perspectiva a importância de se considerar a tênue relação entre sujeitos e suas práticas no espaço-tempo, os mediadores materiais e imateriais, as identidades culturais, as redes locais-regionais, bem como seus fluxos e referenciais simbólicos, elementos fundantes da dimensão econômico-territorial da EC.

Forçosa, então, a contribuição de Xavier Greffe (2013) ao colocar em evidência o papel do trabalhador das artes no território e de que forma este contribui para o desenvolvimento territorial em uma casual e oportuna relação com o estudo de casos em tela. Sustenta Greffe que:

As atividades culturais têm um efeito maior quando as necessidades dos habitantes locais são levadas em consideração. Transformar um potencial cultural em fonte de atividades variadas utilizáveis durante o ano todo, e não apenas na estação turística, conservar um conjunto patrimonial [...] jogar com a solidariedade para evitar a degradação de um conjunto local, implicam, ao mesmo tempo, a consideração e a participação dos habitantes e das comunidades locais (GREFFE, 2013, p. 334).

Ora, se o território e rede não são dicotômicos e “significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2004, p. 280) tem-se que o território-rede promove, a um só tempo, a desterritorialização e a reterritorialização, porquanto mobilize em seu interior a complexidade de relações e contradições: dos sujeitos historicamente interligados a experiência total do espaço, portanto, um processo de apropriação simbólica e funcional, e outra ligada às lógicas (agentes) dominantes, os da territorialização sem a efetiva territorialidade.

E ainda, tem-se que a EC “demanda processos decisórios críticos que estão em seu horizonte e estão relacionados diretamente com a preservação do conhecimento artístico existente na comunidade” (SILVA *et al.*, 2009, p. 177). Ora, se o território é determinante do espaço, também o é da própria produção econômica e, portanto, da EC. A partir disso, articulando-se as dimensões simbólica, a econômica e institucional ao território, chega-se ao seguinte esquema analítico da EC de base territorial (Figura 37):

Figura 37 - Proposição analítica multidimensional da EC de base territorial



Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Preliminarmente, a dimensão simbólica é determinante da produção de valor na EC, afinal, o modelo teórico defendido nesta tese é o de que a EC corresponde à economia intensiva em símbolos, no intangível. Com efeito, toda a produção econômica (bens e serviços) assenta-se nessa dimensão.

A dimensão simbólica, como já explanado, pode ser representada pelo somatório de ideias, inspirações, identidades, patrimônio (material, imaterial e natural), história, tradições, representações, sentidos, cotidiano etc. A produção na EC é igualmente fruto da inventividade e da habilidade humana em gerar/criar coisas que possuem valor econômico em rede. Há uma singularidade nessa habilidade de criar. Um talento que pode ser utilizado individual ou coletivamente.

Sobrepassemos, então, para o nível econômico. Já foi largamente esclarecido que na EC o simbólico importa. Portanto, o nível correspondente à dimensão produtiva somente

alcança sentido econômico se o for a partir de das relações sócio-históricas concebidas pelos sujeitos dessa produção. Os afetos, sentidos, representações etc., devem ser vistos como princípios fundantes da produção econômica, incrustados nas relações no/com o território.

No mesmo sentido, a dinâmica econômica no campo da EC deve, igualmente, estar assentada em ações e princípios que primem pela colaboração no território e na geração de riqueza descentralizada e justa. No mesmo sentido, as iniciativas que operam no chamado ciclo criativo devem assegurar que questões de apelo socioambiental sejam observadas ao longo de todo o processo produtivo: da criação ao consumo.

No nível de político-institucional e conseqüentemente na relação com o território, forçoso rememorar Santos (2000, p. 144) “gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada”. Ou seja, a EC fundamentada no simbólico o é, também, no território. Está, portanto, mediada por elementos materiais e imateriais, além das relações biossociais (culturais, sociais, espirituais etc.) e também das relações de poder e contradições.

O nível institucional reúne os elementos que influenciam mutuamente as demais dimensões. Nele, manifestam-se as tensões de classe e principalmente, a disputa pelo poder político-institucional do Estado (e conseqüentemente da implementação e condução das políticas públicas), razão pela qual não é possível pensar a EC enquanto estratégia de desenvolvimento sem considerar o contexto político-institucional.

Ou seja, a EC de base territorial corresponde à uma economia introjetada de componentes simbólico-culturais e resulta dos fluxos, redes e interações político-institucionais no contexto de território como espaço híbrido. Trata-se, portanto, de uma economia criativa territorializada, multiescalar, multidimensional, material e imaterial.

Tem-se, portanto, como resultados, que a EC nos moldes aqui propostos possui as seguintes características:

Quadro 7 - Caraterísticas da EC de base territorial

DIMENSÕES	CARACTERÍSTICAS
Dimensão simbólico-cultural	Produção de bens e serviços criativos intensivos em símbolos, compreendendo: ideias, inspirações, identidades, patrimônio, história, representações, sentidos, tradições, cotidiano etc. As iniciativas que atuam na produção simbólico-cultural tendem ao resgate de aspectos substantivos, observando memórias, trajetórias e vivências que dão sentido à cidade e ao território.

Dimensão econômica	A dinâmica econômica na EC de base territorial possui lógica própria: um <i>mix</i> de formalidade-informalidade, iniciativas com estruturas organizacionais não-convencionais (grupo informais, coletivos, microempreendedores etc.); relações de trabalho e de produção sem um modelo pré-definido e relativa dependência do contexto institucional. O ciclo produtivo (ou criativo) implica colaboração, articulação, inovação e inclusão social, além da, tão cara, sustentabilidade. Os negócios inscritos nos setores criativos possuem sinergias e convergem em muitas frentes, à exemplo das utilização de técnicas e processos de produção e trabalho mais justos, orgânicos e sustentáveis.
Dimensão político-institucional	Corresponde à um nível com significativa importância nos fluxos, movimentos e contramovimentos no território. Nessa dimensão, a ideia de conjuntura (sociais, econômica etc) ganha importância face às tensões entre sociedade civil, Estado e mercados. O poder político-institucional do Estado fica em constante disputa, o que interfere diretamente no papel redistributivo e na implementação e condução de políticas públicas.

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Aliás, como mencionado, todas as dimensões integram-se mutuamente, em particular, pelo caráter político do território “no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os micropoderes, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações” e também por “seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo” (HAESBAERT, 2004. p. 76).

No mesmo sentido, como incessantemente advogado por Furtado (1978, 1984, 1998) somente com vontade política será possível liberar as “forças criativas” da nação de sua submissão à lógica dos meios, trasladando-a para a lógica dos fins. Nisso consiste o horizonte de desenvolvimento econômico de uma nação.

Não se pode esquecer, portanto, que a sobredita EC que se pretende de base territorial à vista de um modelo inclusivo de desenvolvimento deve observar em seu horizonte aquilo que Santos (2000, p. 109-110) nominou como produção local com integração solidária:

Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum (p. 109-110).

Embora não se tenha por objetivo colocar em marcha o surgimento das diferentes propostas alternativas ao sistema capitalista, importa colocar em perspectiva o ponto de vista reiteradamente defendido por Santos (2000), de que tais mudanças (estruturais) somente poderão advir de países subdesenvolvidos:

A nação passiva é [...] localmente enraizada e orgânica. É também a nação que mantém relações de simbiose com o entorno imediato, relações cotidianas que criam, espontaneamente e à contracorrente, uma cultura própria, endógena, resistente, que também constitui um alicerce, uma base sólida para a produção de uma política (SANTOS, 2000, p. 157).

Novamente, a EC fundamentada na dimensão simbólica – relações com o cotidiano e com o território - somente produzirá um desenvolvimento endógeno, igualmente prenunciado em Furtado (1978, 1984, 1998), se as políticas públicas estiverem fundadas em princípios “cuja viabilidade provém do fato de que a nação passiva é formada pela maior parte da população, além de ser dotada de um dinamismo próprio, autêntico, fundado em sua própria existência. **Daí, sua veracidade e riqueza** (SANTOS, 2000, p. 158, grifo meu).

Ou seja, sabemos que modelos - mesmo no âmbito da EC – pautados em imperativos estranhos à realidade da nação tendem à imitação, à reprodução sofisticada do modo de produção intensivo em capital (FURTADO, 1984). Dessa forma, as abstrações alcançadas nessa tese alinham-se à perspectiva contra-hegemônica dos modelos determinados por organismos multilaterais e países ricos: “estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos (SANTOS, 2000, p. 14). O território torna-se um componente permanente do desenvolvimento.

Trazendo *pari passu* Polanyi, Furtado e autores da teoria da geografia tem-se que o desenvolvimento de uma EC de base territorial decorre do reflexo das relações estabelecidas no cotidiano, cujo substrato cultural influencia as dinâmicas sociais, que por sua vez se concretizam nas relações de produção no território, atrelando o homem à sua dimensão simbólica e substantiva.

Frise-se, contudo, que a sobredita proposição endereçada à reflexão analítica da EC de base territorial não se pretende generalizante, inobstante as inúmeras possibilidades de articulação e composições no contexto do próprio território, entendido este como espaço complexo por meio do qual todas as relações se desenvolvem. Questões como por exemplo a governança e as relações de poder, requerem aprofundamentos, abstrações e interações empíricas ainda mais particularizadas face às dimensões e conceitos propostos.

CONCLUSÕES

A presente tese objetivou aprofundar o objeto de estudo – a economia criativa – como vetor de desenvolvimento socioeconômico tendo o território como dimensão igualmente estratégica no tema. Em que pese o caráter transdisciplinar da economia criativa, este trabalho lançou-se de modo a integrar o espaço teórico-analítico, ainda em debate, que transita entre a adequada formulação e implementação de instrumentos e componentes institucionais capazes de estimulá-la, à exemplo do papel do Estado e das políticas públicas; e, também ao reconhecimento de tendências e características que conformam a EC brasileira, a partir de experiências de base territorial.

Rememorando o objetivo central lançado no início deste trabalho, propor dimensões analíticas para reflexão sobre o advento de uma EC de base territorial, constata-se que a articulação entre os construtos teóricos e os achados empíricos responderam adequadamente à esse intento, culminando em um esquema-modelo que permite visualizar todos as categorias e elementos substantivos que cercam não apenas a dimensão econômico-simbólica da EC como também as complexas relações tensionadas no território.

Ao mesmo tempo em que as dimensões analíticas são propostas, as mesmas recebam caracterização quanto aos seus elementos constitutivos, trazidos à lume com base nos principais conceitos e modelos sobre EC (ideias, inspirações, motivações, identidades, sentidos etc.) em articulação com os elementos da dimensão substantiva da economia, à exemplo da redistribuição, cooperação, colaboração, sustentabilidade entre outros.

Propôs, ainda, como objetivo específico analisar o papel do Estado no fomento à EC. Na verdade, o papel político-institucional do Estado deve ser levado à efeito em qualquer exame de uma política setorial. O Estado é um ator estratégico no contexto das políticas públicas e, portanto, não pode ter sua atuação minimizada ou invisibilizada, como frequentemente querem as escolas teóricas neoliberais.

No contexto específico da pesquisa, constatou-se que o poder político político-institucional do Estado está em constante disputa pelos mais diferentes grupos de poder. Essa disputa resta adequadamente demonstrada nas categorias de conjuntura e dos movimentos e contramovimentos que se desenvolvem no território, influenciando processos de desterritorialização e reterritorialização. Ao mesmo tempo, a política pública é constantemente influenciada pela própria política partidária e pelas agendas neoliberais, razão pela qual a dimensão institucional é fundamental para a compreensão da EC como vetor de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, examinou-se a relação da EC com a noção de território-rede. Isso porque o território, enquanto categoria central da pesquisa, implica necessariamente controlar fluxos e/ou redes que moldam e criam referenciais simbólicos num espaço no e pelo momento. Ao mesmo tempo, características como multidimensionalidade, multiescalaridade e multiterritorialidades reforçam a importância de se compreender a EC enquanto fenômeno que se fortaleça por meio de redes híbridas, criando, portanto, novas territorialidades.

O lastro teórico da pesquisa articulado ao campo empírico possibilitou, ainda, estabelecer um quadro institucional (iniciativas, Estado, mercados e política pública) sobre o qual as múltiplas relações da economia criativa se desenvolvem. Adicionalmente, os objetivos e a questão da tese puderam ser aprofundados por meio da análise de casos múltiplos. Ao confluir os resultados em nível de cidade com a particularidade dos casos investigados foi possível acessar características e propor um quadro analítico fundante para se pensar uma economia criativa de base territorial.

Isso porque a presente tese advoga que a economia criativa deve ser compreendida a partir de especificidades e elementos singulares de cada nação, os quais somente podem ser adequadamente visualizados na categoria de território. Trata-se de uma economia imersa nas relações histórico-sociais e do cotidiano, portanto, no e com o território. Especificamente o trabalho propôs-se, à guisa de contribuição teórico-metodológica, dimensões analíticas que dão o mote interpretativo e relacional da economia criativa, notadamente: a dimensão simbólico-cultural, a dimensão político-institucional e a dimensão econômica. Com efeito, os fluxos e as múltiplas relações entre essas dimensões são reverberados no contexto territorial, à luz dos movimentos e contramovimentos da sociedade e também de mediadores materiais e imateriais.

Ancilarmente, constatou-se como resultante das transformações sociais das últimas décadas o advento de novas pluriatividades e urbanidades efetivadas no plano político, econômico e teórico. “A rigor, a cidade polariza e arraiga um contínuo de redes sociais e objetos geográficos de modo a assegurar a subordinação real e virtual do campo” (MARTINS; SOUZA, 2010, p. 38).

Ou seja, ao pensar de que forma o processo imaginativo move a cidade de Campo Grande, tem-se que: os contornos da relação local-regional permanecem indefinidos com o prevalecimento de trocas simbólicas entre si; as atividades da EC operam no mesmo plano dos arranjos técnico-espaciais do próprio capitalismo, portanto, sem promover ruptura; ao mesmo tempo tais iniciativas demonstram sinergias com imperativos mais orgânicos e solidários à vista de uma agenda de desenvolvimento inclusiva e sustentável.

E ainda, os referenciais da produção criativa são calcados em realidades histórico-regionais, portanto, igualmente territoriais; as articulações de solidariedades e reciprocidades ainda encontram resistências face às interações e dinâmicas sociais do contexto institucional; e o advento de iniciativas inscritas nos setores da EC potencializam formas produtivas alternativas no território.

Forçoso considerar, entretanto, que o avanço do modo de produção capitalista em sua fase financeirizada e neoliberal também colocou em marcha lógicas distintas de apropriação simbólica e a produção do/no território em um mesmo plano. Ao passo que terra, recursos naturais e respectivos mediadores materiais e imateriais são essenciais à vida humana; de outro lado vê-se contingências territoriais distintas e contraditórias que também produziram quebras de solidariedade e reciprocidade entre os próprios indivíduos. Um desafio a ser superado pelas propostas que se pretendem libertárias, emancipadoras e socialmente justas.

Com efeito, qualquer política que se pretenda ao incentivo de economias alternativas ao modo de produção capitalista deve considerar que o aspecto econômico deve fluir a partir da dimensão simbólico-substantiva e não o contrário, como bem apresentado no processo de *embeddedness*, de Polanyi.

Obviamente, a utilização de casos múltiplos para objetivos tão amplos pode, em alguma medida, representar uma limitação da pesquisa, assim como a pluralidade jurídico-organizacional de cada uma das iniciativas particularizadas, notadamente quanto à extrapolação dos resultados. De todo modo, buscou-se a superação desta limitação partindo-se de uma etapa com maior abrangência (etapa 1) e aprofundando em casos específicos (2ª etapa) com o amparo de múltiplos métodos para acesso e tratamento dos dados.

Para pesquisa futuras, sugere-se o enfretamento da questão ocupacional da economia criativa com vistas à compreensão dos processos de trabalho que envolvem as classes e os profissionais criativos no contexto de território, bem como suas contradições frente aos imperativos do empreendedorismo e da precarização das relações de trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, T. W. **The culture industry: selected essays on mass culture**. Londres: Routledge, 1991.

ANDRADE, D. P. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 109-135, abr/2019.

BALBIM, R. N. Região, território, espaço: funcionalização e interfaces. *In*: CARLOS, A. F. A. (org.) **Ensaio de geografia contemporânea: Milton Santos obra revisitada**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 160-169.

BANDUCCI JR., A. Turismo cultural e patrimônio: a memória pantaneira no curso do rio Paraguai. **Horizontes Antropológicos**, v. 9, n. 20, 2003p. 117-140.

BANDUCCI JR., A. **A natureza do pantaneiro: relações sociais e representação de mundo no Pantanal da Nhecolândia**. Campo Grande: UFMS, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de L. Antero Reto e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rouseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 2, maio-ago, 2017.

BECKERT, J. “The Great Transformation of Embeddedness – Karl Polanyi and the New Economic Sociology”. **MPIfG Discussion Paper**, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.mpifg.de/pu/mpifg_dp/dp07-1.pdf>. Acesso em 20.02.2021.

BENDASSOLLI, P. F.; BORGES-ANDRADE, J. E.; GONDIM, S. M. G. Self-control, Self-management and Entrepreneurship in Brazilian Creative Industries. **Paidéia** (USP. Online), v. 26, p. 25-33, 2016.

BLOCK, F. “**Introduction to The Great Transformation**”. 2000. Disponível em: <http://www2.dse.unibo.it/ardeni/papers_development/FredBlock_Introduction-to-Polanyi.pdf>. Acesso em 18.09.2019.

BLOCK, F. “Karl Polanyi and the Writing of The Great Transformation”. **Theory and Society**, v. 32, n. 3, p. 275-306, 2003.

BORÉN, T.; YOUNG, C. Getting Creative with the ‘Creative City’? Towards New Perspectives on Creativity in Urban Policy. **International Journal and Regional Research**, v. 37, n. 5, p. 1799-1815, 2013.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm>. Acesso 20.05.2021.

BRASIL. **Lei n. 14.017, de 29 de junho de 2020a**. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>>. Acesso em 20 abril de 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm>. Acesso em 12.04.2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações**. 2011. Disponível em: <<https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>>. Acesso em 03.05.2021.

BRASIL. SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL). 68º sessão. Em 26.05.2020. **Relatório Dep. Jandira Feghali**. Disponível em: <<https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/59642>>. Acesso em 12.04.2021.

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

BRESSER-PEREIRA. L. C. Método e Paixão em Celso Furtado. L. C. BRESSER-PEREIRA e J. M. R. (orgs.). **A Grande Esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34: p.19-43, 2001.

CAMPOS, C.; PITOMBO, M. Lugares da Cultura na Contemporaneidade: a Pólis. *In*: **Percepções: cinco questões sobre políticas culturais**. São Paulo: Itaú Cultural, 2010
CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª ed. São Paulo: editora da USP, 2011.

CANCLINI, N. G. Reconstruir políticas de inclusão na América Latina. *In*: **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

CARVALHO, G. D. G. *et al.* Competências dos agentes locais de inovação: Análise de conteúdo utilizando Atlas TI. **Revista Espacios**, v. 37, n 18, p. 7, 2016.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 34-45, jan./mar. 2005.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª Edição, 1999.

CAVES, R. E. **Creative industries – Contracts between art and commerce**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

CLOSS, L. Q. *et al.* Das Cidades aos Territórios Criativos: um Debate a Partir das Contribuições de Milton Santos. **ENANPAD**, Rio de Janeiro, set/2014.

CLOSS, L.; OLIVEIRA, S. R. Economia criativa e territórios usados: um debate baseado nas contribuições de Milton Santos. **Cad. EBAPE.BR** [online], v. 15, n. 2, p. 349-363, 2017.

COELHO NETO, P. R. **Mato Grosso do Sul**. Campo Grande-MS: [s.d.], 2002.

COMUNIAN, R. Rethinking the Creative City: The Role of Complexity, Networks and Interactions in the Urban Creative Economy. **Urban Studies**, v. 48, n. 6, p. 1157-1179, 2011.

COSTA, E. J. M.; MACHADO, L. A. S. A. Reflexões sobre cultura e desenvolvimento: Celso Furtado, Douglass North e Amartya Sen. **Cadernos CEPEC**, v. 9, n. 1, 2020.

DA SILVA, B. **Cartilha, memória e análise da Lei Aldir Blanc**. Mar/jun, 2020. Disponível em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2020/06/memoria_analise_leialdirblanc_bs.pdf>. Acesso em 10.04.2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DURAN, C. V.; BORGES, C. Enfrentando a crise financeira: como constrangimentos jurídicos causaram a fragmentação institucional do poder monetário brasileiro no pós-2008. **Revista Direito GV**, v.14, n. 2, p. 450-491, mai-ago, 2018.

EISENHARDT, K. M. “Building Theories from Case Study Research.” **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, 1989, p. 532–550. Disponível em: <<https://JSTOR, www.jstor.org/stable/258557>>. Acesso em 26.04.2021.

EMBRAPA. **Dinâmica de Crescimento de Angico (Anadenanthera colubrina var. cebil) no Pantanal Mato-Grossense**. Circular Técnica. Colombo: PR, dez/2005. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPF-2009-09/41784/1/circ-tec102.pdf>>. Acesso em 17.05.2021.

ESCHER, F. Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento Rural: uma análise institucional comparativa de Brasil e China. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS: Porto Alegre, 2016.

FATTORELLI, M. L. O que provocou a crise econômica atual? **Auditoria Cidadã da Dívida**. Disponível em: < <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/o-que-provocou-crise-economica-atual/>>. Acesso em 10.01.2021.

FILHO, J. A. Cultura, criatividade e desenvolvimento. *In*: D'AGUIAR, R. F. (org.). **Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

FIORI, J. L. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. *In*: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, Rio de Janeiro: Boitempo, Flacso Brasil, 2010, p. 31-510.

FIORI, J. L. **O voo da coruja: para reler o desenvolvimento brasileiro**. 1ª ed, Record: Rio de Janeiro, 2003.

FLORIDA, R. **A Ascensão da classe criativa**. Tradução de Ana Luiza Lopes. Porto Alegre - RS: L&MP, 2011.

FORTES, A; FRENCH, J. A. "Era Lula", as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 201-228, 2012.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos EBAPE**, v. 2, n. 1, mar/2004.

FRIEDMANN, H. Food regime analysis and agrarian questions: widening the conversation. *In*: **International Colloquium on Global Governance/Politics, Climate Justice & Agrarian/Social Justice: Linkages and Challenges**, The Hague, February 4, 2016. (Paper 57).

FURTADO, C. **Dialética do Desenvolvimento**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. **A nova dependência: dívida externa e monetarismo**. 5ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, C. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GODOY, A. S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GORZ. A. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2007.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness”, **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GREFFE, X. **Arte e mercado**. 1ªed. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2013.

GRILO, M. *et al.* Robustness in semantic networks based on cliques. **Physical A**, v. 472, p. 94–102, 2017.

GRODACH, C. Urban cultural policy and creative city making. **Cities**, v. 68, 2017, p. 82-91.

GUILHERME, L. L. **Cidades Criativas**. 1. ed. Salvador: UFBA, Escola de Administração; Superintendência de Educação à Distância, v. 1, p. 63, 2020.

GUILHERME, L. L. Economia Criativa, desenvolvimento e Estado-rede: uma proposição de políticas públicas para o fortalecimento de sistemas produtivos e redes econômicas de setores criativos na cidade do Rio de Janeiro. **Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento – PPED)**. Instituto de Economia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

HAESBAERT, R. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão**. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES; P. C. C.; CORRÊA, R., L. Geografia: conceito e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, p. 165-206.

HAESBAERT, R. Apresentação à edição brasileira. *In*: MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2008.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.), **Território e territorialidades. Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Consequência, 2015.

HAESBAERT, R. Muros, “campos” e reservas: os processos de reclusão e “exclusão” territorial. *In*: SILVA, J. *et al.* (org.). **Panorama da Geografia Brasileira 1**. São Paulo: Annablume, 2006.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

HAESBAERT, R. O território e a nova des-territorialização do Estado. *In*: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. 2. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2013.

HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgrafia**. n. 17, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

Multiterritorialidade **Territórios alternativos**. 3. ed. São Paulo: Contexto. 2017.

Multiterritorialidade **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

Multiterritorialidade **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. Porto Alegre: s. ed., 2004b.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Bem-estar Comum**. Record, 1ªed. 2016.

HARTLEY, J. (Ed.). **Creative Industries**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

HARVEY, D. A arte de lucrar: globalização, monopólio e exploração da cultura. *In*: MORAES, D. (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.139-171.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**, São Paulo: Martins Fontes, 2014

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. Edições Loyola: São Paulo, 2008.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HESS, C.; OSTROM, E. (orgs.). **Understanding Knowledge as a Commons**. London: The MIT Press, 2007, p. 8.

HODGSON, G. M. Institutions and individuals: interaction and evolution. **Organization Studies**, Tilburg, v. 28, n. 1, p.95-116, 2007.

HOLZMANN, G. **Como a Escola de Chicago transformou o Chile em laboratório do neoliberalismo**. 23.03.2019. Disponível em: <
<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2019/03/23/bolsonaro-no-chile-como-a-escola-de-chicago-transformou-pais-latino-americano-em-laboratorio-do-neoliberalismo.htm>>. Acesso em 31.05.2020.

HOWKINS, J. **Economia Criativa – como ganhar dinheiro com ideias criativas**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2001.

KARNAL, L. **Entrevista ao Programa Roda-Viva**. 04.07.2016. Disponível em: <
<https://www.youtube.com/watch?v=JmMDX42jOoE&t=1015s>>. Acesso em 15.10.2019.

KIRSCHBAUM, C.; PINA.; CUNHA, M.; WOOD Jr. Indústrias Criativas e sua relevância para a Ciência da Administração. *In*: WOOD JR., T. *et al.* (Coord). **Indústrias criativas no Brasil**. São Paulo: Atlas, FGV-EAESP, 2009.

KLEIN, N. Reclaiming the Commons. **New Left Review**, nº 9, mai/jun 2001.

KUPSKI, L; DA SILVA, R. C. O campo das políticas culturais em Rio Grande - RS diante das mudanças propostas no Governo Lula. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, p. 656-671, jul/2016.

LABREA, V. V.; CHALUB, L. M. Pequenos mundos de sentido: as redes e a gestão compartilhada no Cultura Viva. **Políticas Culturais em Revista**, n. 2, v. 7, p. 153-177, 2014.

LAMAS, F. G; OLIVEIRA, E. A. Democracia e luta de classes na atual ordem sociometabólica do capital. **Revista Katálysis**. v. 20, n. 1, jan-abr. 2017.

LANDRY, C. The Creativity City Index. **City, Culture and Society**, v. 2, p. 173-179, 2011.

LANDRY, C.; BIANCHINI, F. **The creative city**. London: Demos, 1995.

LAWRENCE, T. B.; PHILLIPS, N. Compreendendo as indústrias culturais. *In: Indústrias Criativas no Brasil*. Kirshbaum, C. *et al.*, (org.). São Paulo: Atlas, 2009, p.3-23.

LEITÃO, C. S. Devaneios Esperançosos acerca do Desenvolvimento a partir de Celso Furtado. **POLITIKA**, v. 7, p. 42-51, 2021.

LEITÃO, C. S. Indústrias criativas x economia criativa: compreendendo a disputa entre modelos de desenvolvimento com base em Celso Furtado. *In: Brasil, Sociedade em Movimento*. Souza, P. de (org.). 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015a.

LEITÃO, C. S. Economia criativa e desenvolvimento. 2015b. Recife: **Revista Será**. Disponível em: <<http://revistasera.info/economia-criativa-e-desenvolvimento-claudia-leitao/>>. Acesso 12.05.2021.

LEITÃO, C. S Por um Brasil Criativo. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n 18. São Paulo: Itaú Cultural, 2015c.

LEITÃO, C. S O Destino das Cidades ou as Cidades como Destino: Uma Reflexão sobre Cidades Criativas a Partir de Políticas Públicas Culturais. **RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 5, p. 91, 2016.

LEITÃO, C. S Políticas Públicas para a Valorização e a Proteção Integradas do Patrimônio Cultural e Natural Brasileiro: Governança e Institucionalidade para o Desenvolvimento Sustentável. **Cadernos do Observatório da Governança Municipal de Fortaleza**, v. 7, p. 8-13, 2019.

LEITÃO, C. S Sobre cultura, desenvolvimento e salvação (Fortaleza, 19.06.2020), p.44-47. *IN: DA SILVA et al. Cartilha, memória e análise da Lei Aldir Blanc*, 2020. Disponível em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2020/06/memoria_analise_leialdirblanc_bs.pdf>. Acesso em 12.05.2021.

LEITÃO, C. S.; GUILHERME, L. L. Patrimônio cultural, turismo e economia criativa: uma oportunidade para as cidades brasileiras. Patrimônio cultural e economia criativa nas cidades brasileiras. **Revista do IPHAN**, v. 40, p. 05-394, 2019.

LEMAÎTRE, A.; HELMSING, A. H. J. Solidarity economy in Brazil: movement, discourse and practice analysis through a Polanyian understanding of the economy. **Journal of International Development**, v. 24, n. 6, p.745-762, 2012.

LEME, A. A. Neoliberalismo, globalização e reformas do estado: reflexões acerca da temática. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 32, p. 114-138, jun/2010.

LIMA, C. M.; SANTINI, R. M. Copyleft e Licenças criativas de uso de informação na sociedade da informação. **Revista Ciência da Informação**, v. 37, n. 1, 2008.

- LIMA, S. M. S. Polos Criativos: lugares de desenvolvimento. *In: OLIVEIRA et al., (org.). Arranjos produtivos Locais e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.
- MACHADO, N. M. C. “Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica: Notas sobre o conceito de (dis)embeddedness”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 90, p. 71-94, 2010.
- MACHADO, R. M. Da indústria cultural à economia criativa. *Revista Alceu*, v. 9, n. 18, p. 83-95, 2009.
- MADEIRA, M. G. **Economia Criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira**. FUNAG: Brasília, 2014.
- MAREQUE, M.; PRADA C. E.; ÁLVAREZ-DÍAZ, M. Exploring Creative Tourism Based on the Cultural and Creative Cities (C3) Index and Using Bootstrap Confidence Intervals. *Sustainability*, v. 13, n. 9, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/su13095145>>. Acesso em 20.05.2021.
- MARTINS, G. I. Da região natural à biorregião: a natureza como fundamento para divisão do espaço geográfico. *Revista da ANPEGE*, v. 13, n. 21, p. 42-72, 2017.
- MARTINS, G. I.; CAMPOS, N.L. do fato ao artefato: A região e o regional nas análises geográficas do mundo contemporâneo. *Revista da ANPEGE*. v. 16. n. 29, p. 133 - 154, 2020.
- MARTINS, G. I.; JUNIOR, J. C. AS TRAMAS DA DES(RE)TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA: a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 7, n. 13, p. 134-168, 2012.
- MARTINS, G.I.; SOUZA, A.F. G. de. A relação campo e cidade: novas urbanidades e ruralidades, definições e (re)definições. *Caminhos de geografia*, v.11, n. 36, p. 37-51, 2010.
- MASSIMO, L. Como se explica o neoliberalismo no Brasil? Uma análise crítica dos artigos publicados na Revista Dados. *Revista de Sociologia e Política*. v. 21, n. 47, Curitiba, set/2013.
- MATO GROSSO DO SUL. PORTARIA Nº. 044, DE 19 DE AGOSTO DE 2013. **Homologa para a III Conferência Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul o seu Regimento Interno**. 2013. Disponível em: <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO8500_22_08_2013>. Acesso em 02.04.2021.
- MATO GROSSO DO SUL. **Superintendência de Economia Criativa**. Disponível em: <<https://www.secc.ms.gov.br/superintendencia-de-economia-criativa/>>. Acesso em 16.05.2021.
- MEDEIROS, C. **Manual das Oficinas do Projeto Sapicuá Pantaneiro**. Campo Grande-MS: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2006.
- MIGUEZ, P. Os estudos entre economia da cultura e economia criativa. *In: KIRSCHBAUM, C. et al (coord). Indústrias Criativas no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2009.

MORAES, A. C. R. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

MORAES, J. L. A ; SCHNEIDER, S. Perspectiva territorial e abordagem dos sistemas produtivos localizados rurais: novas referências para o estudo do desenvolvimento rural. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 6, n. 2, p. 287-320, maio/2010. Taubaté-SP.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NEGRI, A.; COCCO, G.O. **O monstro e o poeta**. Folha de São Paulo, São Paulo, 03.03.2006. Caderno Tendências/Debates.

NOGUEIRA, A. X. **Pantanal: homem e cultura**. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2002.
NYKO, D.; ZENDRON, P. Economia Criativa. In: **Visão 2035: Brasil, país desenvolvido: agendas setoriais para alcance da meta** / Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (org) PUGA, F.; CASTRO, L. B.. 1. ed. – Rio de Janeiro: BNDES, 2018, p.259-288.

OLIVEIRA, F. L.. Triangulação metodológica e abordagem multimétodo na pesquisa sociológica: vantagens e desafios. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, n 1, p. 133-143, 2015.

OLIVEIRA, F. J. G. Estado, administração pública e território: da autonomia administrativa à autarquia. **Espaço e Economia**, v.9, n. 9, 2016.

OLIVEIRA, J. M.; ARAUJO, B. C.; SILVA, L. V. (2013) Panorama da Economia Criativa no Brasil. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

PACHECO, A. P. C. O Programa Cultura Viva e a economia criativa: análise do Moinho Cultural Sul-Americano. **Bahia Análise & Dados**, v. 22, p. 653-664, 2012.

PACHECO, A. P. C. A economia criativa e os pontos de cultura: uma agenda de cooperação para o desenvolvimento local. Campo Grande: Escola de Administração e Negócios, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, **Dissertação de Mestrado** (Programa de Pós-Graduação em Administração), ESAN/UFMS, 2016.

PACHECO, A. P. C. Multicentric Approach Mechanisms as a Strategy for the Implementation of Public Policies - Reflections in the context of the Creative Economy. **GLOBAL JOURNAL OF HUMAN SOCIAL SCIENCES**, v. 19, p. 1-6, 2019.

PACHECO, A. P. C. Redes Híbridas de cultura: cartografia relacional da economia criativa e solidária em Campo Grande. Campo Grande/MS: abr/2021, p. 92. Disponível em: <http://www.portalecriativo.com.br/uploads/105/Relatorio_redes_versao_site.pdf>. Acesso em 30.04.2021.

PACHECO, A. P. C.; BENINI, E. G.; MARIANI, M. A. P. O discurso global da economia criativa - frameworks para o desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, p. 134-147, 2018.

PACHECO, A. P. C.; BENINI, E. G. A Economia Criativa em época de crise: o desenvolvimento endógeno brasileiro na obra de Celso Furtado. **Revista de Economia Política** (ONLINE), v. 38, p. 324-337, 2018a.

PACHECO, A. P. C.; BENINI, E. G.; MARIANI, M. A. P. LA ECONOMÍA CREATIVA EN BRASIL - El desarrollo del turismo local en el pantanal sur de Mato Grosso. **Estudios y Perspectivas em Turismo**, v. 26, p. 678-697, 2017.

PACHECO, A. P. C.; SATTI, E. D. C.; DELAI, J.; MEDEIROS, C. Debates e Desafios sobre a Economia Criativa no Mato Grosso do Sul. In: Simone de Oliveira Rocha Cavalcante; Fabrício Anonio Deffacci; Paulo Roberto da Silva. (org.). **Mato Grosso do Sul - temáticas transversais para o desenvolvimento**. 1ª ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016, v. 01, p. 107-130.

PACHECO, A. P. C.; BENINI, E. G. A Economia Criativa em organizações intensivas em símbolos - uma análise da Rede MS de Pontos de Cultura. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural** (Online), v. 16, p. 353-366, 2018b.

PACHECO, A. P. C.; BENINI, E. G. Desenvolvimento da indústria criativa brasileira a partir dos pontos de cultura. **Políticas Culturais em Revista**, v. 8, p. 106-106, 2015.

PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J.C.F., and NEVES, L.M.W., org. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 67-107.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Campus: Rio de Janeiro, 2000.

POTTS, J.; CUNNINGHAM, S.; HARTLEY, J.; ORMEROD, P. Social network markets: a new definition of the creative industries. **Journal of Cultural Economy**, v. 3, n. 32, p. 167-185, 2008.

QUEIROZ, T. L. de A. As contribuições do software Atlas TI para a análise de relatos de experiências escritas. **X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. Curitiba: PUCPR, 2011, p.11775-11787. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5664_4029.pdf>. Acesso em 12.04.2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília. França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, A. C. F (org.). **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. Itaú Cultural: Garimpo de Soluções. São Paulo, 2008.

REIS, A.C.F. **Cidades criativas: perspectivas**. Ana Carla Fonseca Reis, Peter Kageyama, (orgs.). - São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

RIBEIRO, M. A. **Entre cheia e vazantes: a produção de geografias no pantanal**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2015.

ROUSTANG, G. *et al.* **Para um novo contrato social**. Instituto Piaget: Lisboa, 1996.

SAMPIERI, R. H. *et al.* **Metodologia de pesquisa**. Tradução de Daisy Vaz de Moraes; Revisão técnica de Ana Gracinda Queluz Garcia, Dirceu da Silva, Marcos Júlio. - 5. ed. - Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, B. S. Globalizations. **Theory Culture Society**, n. 23, p. 393, 2006.

SANTOS, B. S. Globalization, Emerging Powers, and the Future of capitalism. **Latin American Perspectives**, ed. 177, v. 38, n. 2, p. 45-57, mar. 2011.

SANTOS, M. **Técnica Espaço Tempo: Globalização e meio-técnico científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

SANTOS, M. **O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. Publifolha: São Paulo, 2002.

SANTOS, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 2002. *In*: SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.; *et al.* (orgs.): **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, p. 15-20, 1994.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos ippur**. Rio de Janeiro, ano xiii, n. 2, p. 15-26. 2000.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000a.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e método. *In*: SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, p. 21-42, 2005.

SANTOS, M. **Território e Sociedade**, 2 ed. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2000b.

SANTOS, R. S. *et al.* A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1011-1034, dez/2016.

SAQUET, M. A renovação da geografia: a construção de uma teoria de território e de territorialidade na obra de Jean Gottmann, **Revista da ANPEGE**, v. 5, 173-187, 2009.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAQUET, M. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SAQUET, M. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. *In*: SAQUET, M. A. **Estudos territoriais na ciência geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, M. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 20, p. 479-505, 2018.

SAQUET, M. Por uma abordagem territorial, *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.), **Território e territorialidades. Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Consequência, 2015.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.30, n.3, p.511-531, 2010.

SCHUMPETER J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica de Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SERAFIM, M. P.; DIAS, R. B. Conceitos e ferramentas para análise de política pública. *In*: BENINI, E. *et al* (orgs.). **Gestão Pública e Trabalho Associado: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVA, F. A. G. Os princípios de economia substantiva de Karl Polanyi em relações de economia solidária: o caso do povoado Cruz (Currais Novos/RN). **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 10, n. 2, p. 93-106, 2011.

SILVA, G. M.; EMMENDOERFER, M. L.; NEVES, J. A. B. Artesanato: comércio e inovação na indústria de base artesanal. *In*: Kirschbaum, C., *et al.*, (org.). **Indústrias Criativas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009, p.169-178.

SILVA, K. P. DA; GUEDES, A. L. Buen Vivir Andino: Resistência e/ou alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 3, p. 682-693, 19 set. 2017.

SILVA, V. P. T.. A economia criativa no estado do Mato Grosso do Sul: uma análise de sua institucionalização como política pública a partir de campo grande. **Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública)**. Escola de Administração e Negócios (ESAN). Campo Grande: UFMS, 2019.

SILVA, V. P. T.; BENINI, E. G. **Plano de Turismo Criativo de Campo Grande (2020-2025) – passos para sua criação e implementação**. Jun/2019. Disponível em: <<https://ppgprofiap.ufms.br/files/2021/02/2019-PTT-ProfiapUFMS-PLANO-DE-TURISMO-CRIATIVO-DE-CAMPO-GRANDE-2020-2025-PTT.pdf>>. Acesso em 18.05.2021.

SILVEIRA, D. T.; CÓDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009. P. 31-42.

SOUZA, R. L. C.; LIMA, C. L. C. Aglomerações produtivas: proposta de um método de pesquisa. In: KIRSCHBAUM, C. *et al.* (coord). **Indústrias Criativas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009, p.181-194.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org). **Cidade e campo: Relações e contradições entre o campo e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TEIXEIRA, V. P.; TEIXEIRA, W.; BENINI, E. G. A institucionalização da Economia Criativa no estado de Mato Grosso do Sul. **Revista INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 4, p. 1235-1248, out./dez. 2019.

THOMÉ, P. A mulher e o Pantanal: uma relação de trabalho e de identidade. 2008. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Aquidauana, 2008.

TRIVINUS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais - a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

TURINO, C. Lei Aldir Blanc: modos de usar. **P2P e INOVAÇÃO**, v. 7, n. 1, p. 184-191, 26 set. 2020.

UNCTAD. **Relatório de Economia Criativa. Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável**. UNCTAD. Nações Unidas, 2010.

UNESCO. **Relatório Mundial da UNESCO: Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural**. UNESCO, 2009.

UNESCO. **The 2009 UNESCO framework for cultural statistics**. Quebec: UNESCO, 2009.

UNESCO. **Understanding creative industries: Cultural statistics for public-policy making**. 2006. Disponível em: <http://portal.unesco.org/culture/en/files/30297/11942616973cultural_stat_EN.pdf/cultural_stat_EN.pdf>. Acesso em 21.03.2015.

UNESCO/UNDP. **Creative Economy Report: widening local development pathways**. United Nations Development Programme (UNDP) and United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). Paris, 2013.

VARGAS, I. A. Território, identidade, paisagem e governança no Pantanal mato-grossense: um caleidoscópio da sustentabilidade complexa. 2006. **Tese. (Doutorado Meio Ambiente e Desenvolvimento)**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

VERCELLONE, C. From Formal Subsumption to General Intellect: Elements for a Marxist Reading of the Thesis of Cognitive Capitalism. **Historical Materialism**, v. 15, n. 1, p. 13–36, 2007.

VINHA, V. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma Aplicação Contemporânea do Conceito do Enraizamento Social. **Revista Econômica**, v. 3, n. 2, 2001.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social Network analysis: methods and applications**. New York: Cambridge University Press, 2007.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora UNB, 1997.

XIFARAS, M. “Copyleft and the theory of property”. **Multidões**, v. 41, n. 10, p. 2, Paris, 16.09.2010. Disponível em: < <https://www.eurozine.com/copyleft-and-the-theory-of-property/>>. Acesso em 22.11.2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5 ed – Porto Alegre: Bookman, 2015.

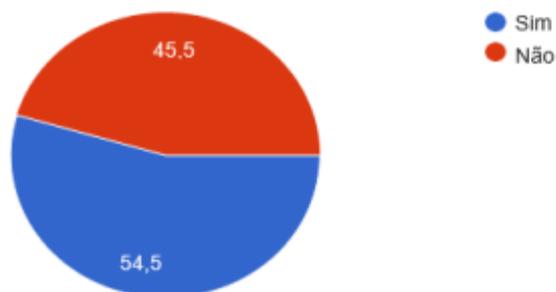
YUDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

ZANELA, A. B. A dimensão de embeddedness como fenômeno precursor da produção de maça em São Joaquim – SC. **Revista FAE**, v. 22, n. 1, p. 51-66, 2019.

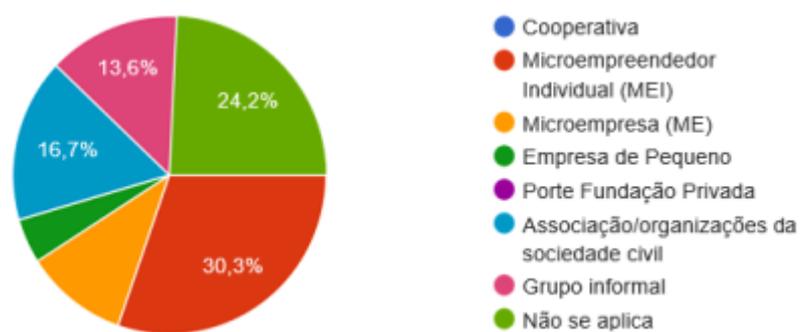
APÊNDICE A – RESULTADOS DA 1ª ETAPA DA PESQUISA – PROJETO REDES HÍBRIDAS DE CULTURA

Caracterização da iniciativa

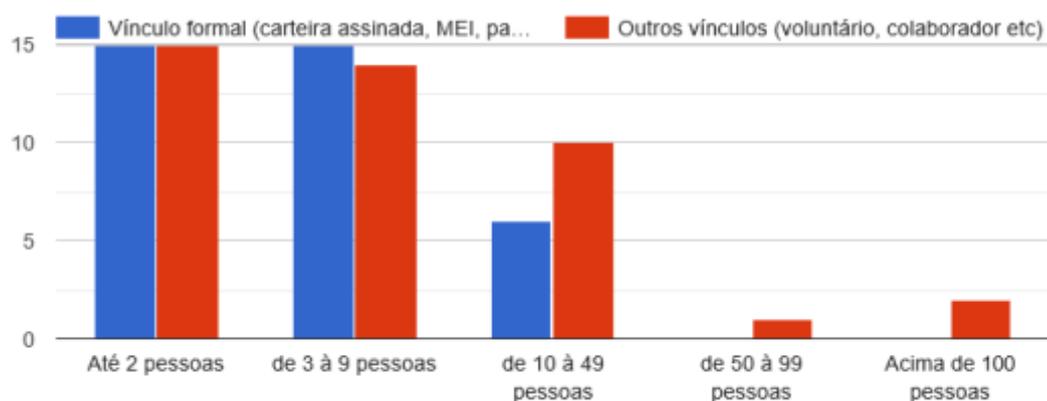
Sua iniciativa é formalmente constituída?



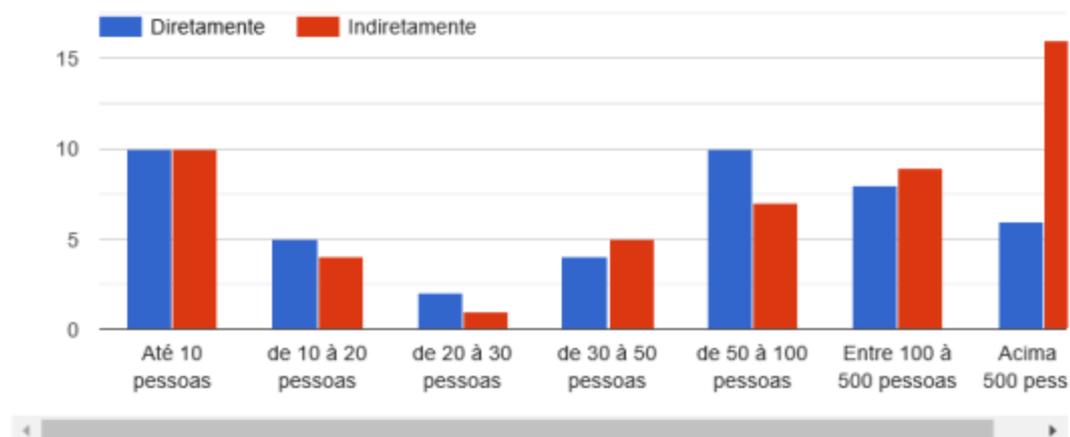
Qual a natureza jurídica da sua iniciativa



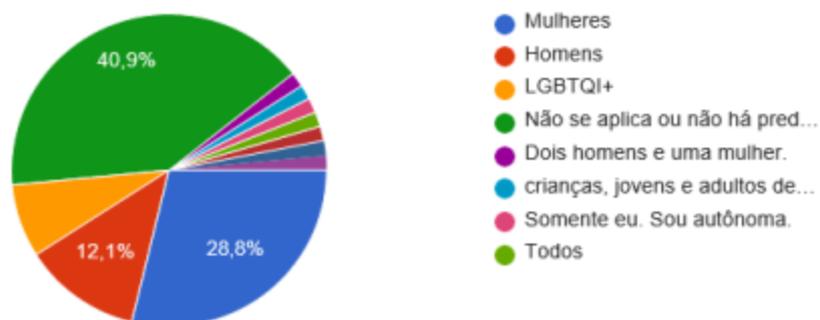
Quantas pessoas estão DIRETAMENTE envolvidas na iniciativa?



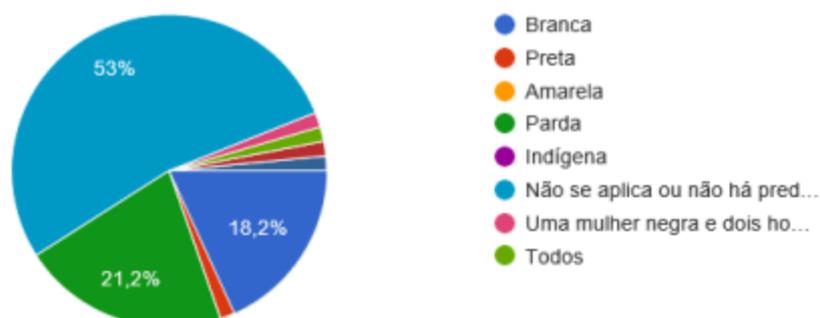
Qual o total de pessoas beneficiadas/impactadas pela iniciativa?



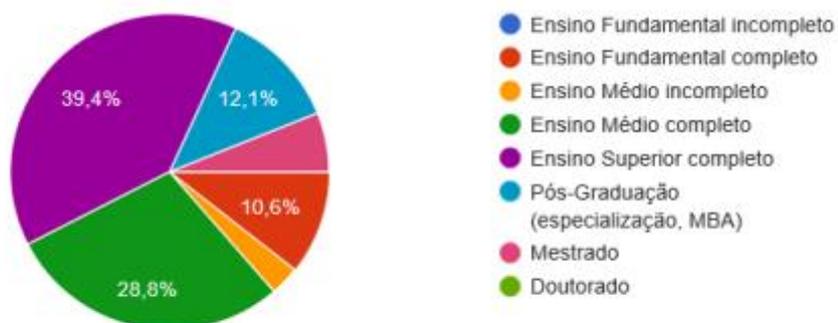
A iniciativa é composta em sua maioria por:



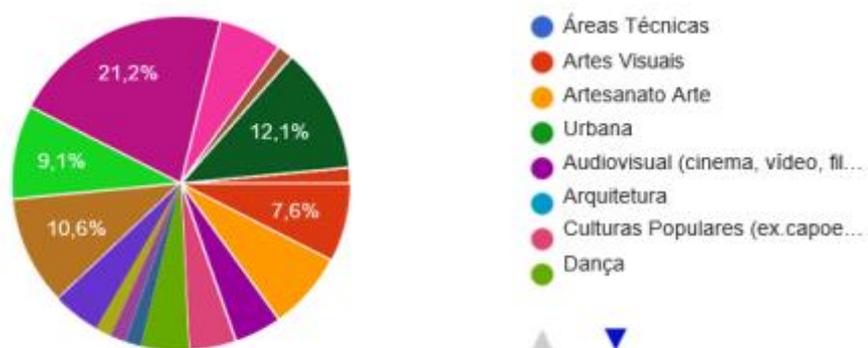
A composição racial da equipe da iniciativa é de maioria:



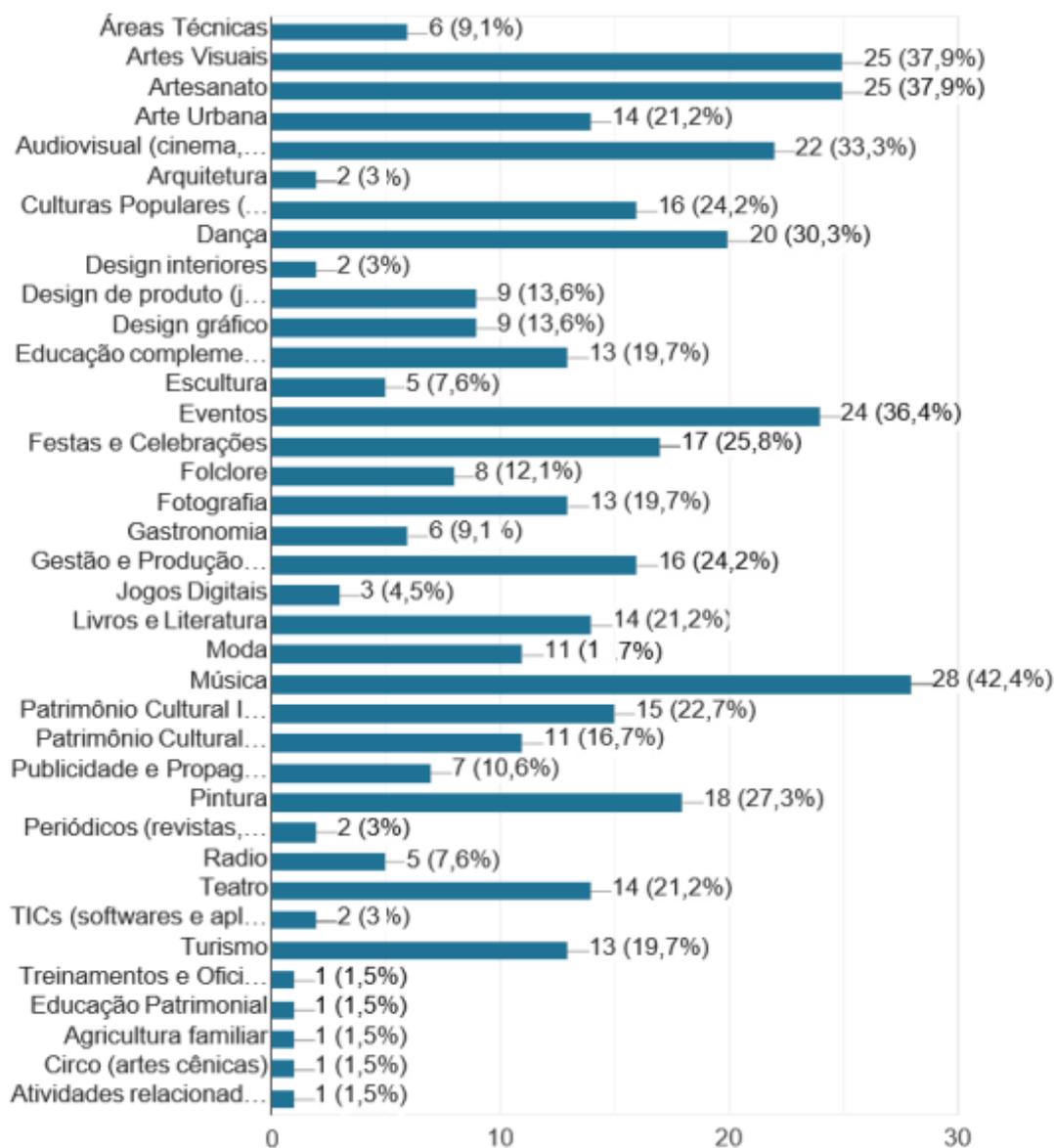
Os profissionais envolvidos na iniciativa (proponente, artistas, equipe técnica etc) possuem qual grau de escolaridade, em sua maioria:



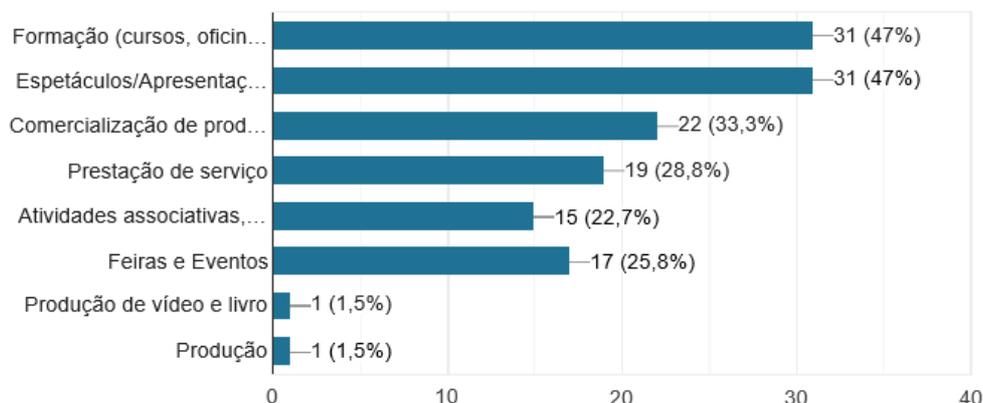
Qual o PRINCIPAL setor de atuação da sua iniciativa?



Com quais OUTROS setores sua iniciativa atua ou relaciona-se?



Qual(s) a principal(s) atividade(s) desenvolvida por sua iniciativa?



Poderia destacar algumas dessas atividades? (quais as principais atividades, como ocorrem, principais envolvidos, consumidores, público-alvo etc)

66 respostas

Trabalhamos com costura criativa, sob medida e alfaiataria utilizando o sistema produtivo Slow Fashion, para consumidores individuais, criadores de moda autoral, produtores de moda e afins. Nosso público alvo é o consumidor de costura especializada (individual ou micro empreendedor) para festas, figurinos, fantasias, peças conceito para passarela, etc.

Nossas músicas tem como público-alvo as periferias de Campo Grande trazendo uma mensagem positiva mas ao mesmo tempo narrando e denunciando fatos que acontece no nosso dia a dia.

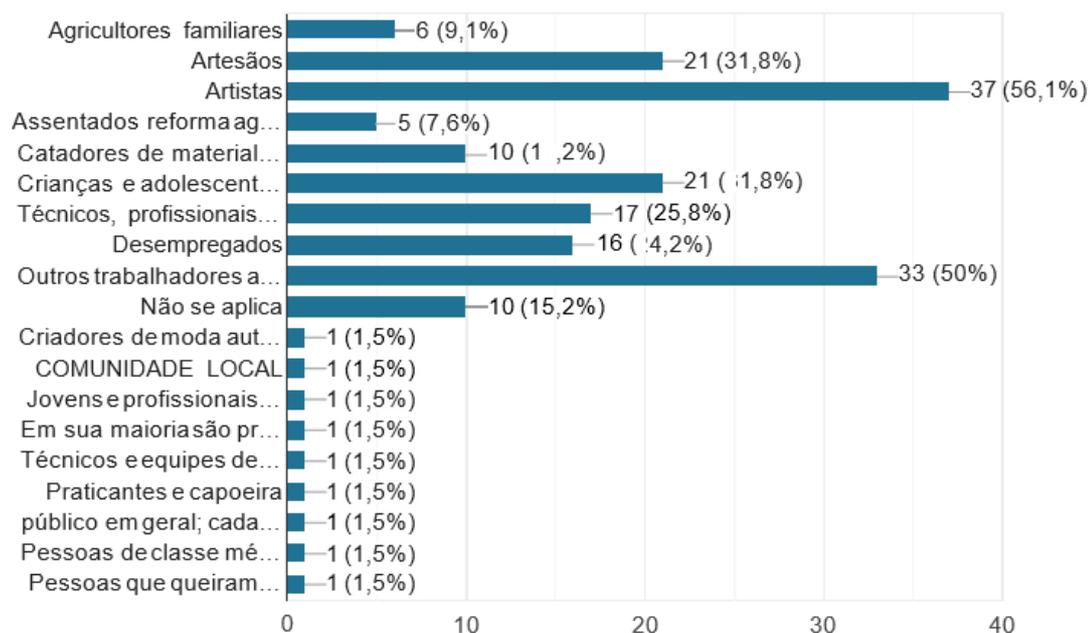
CAPOEIRA

Através de desenvolvimento de serviços, treinamentos, oficinas de aprendizagem e qualificação.

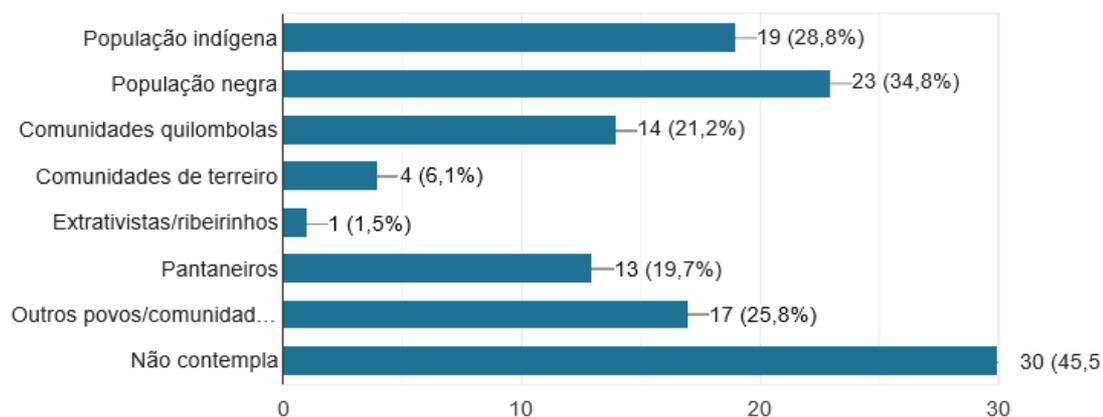
Produzimos e customizamos roupas de partir de resíduo têxtil e roupas em desuso Turismo

[...]

A iniciativa contempla alguma das categorias abaixo? Qual(is)

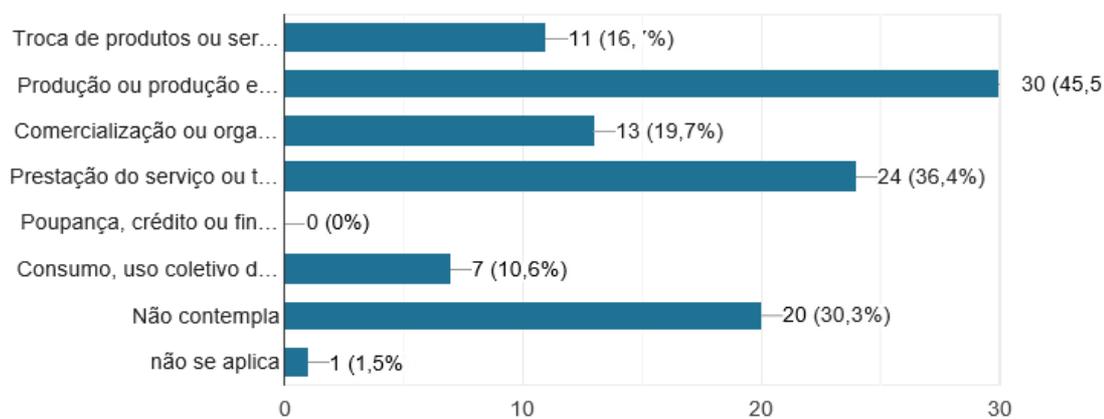


A iniciativa contempla comunidades tradicionais? Se sim, qual(s)

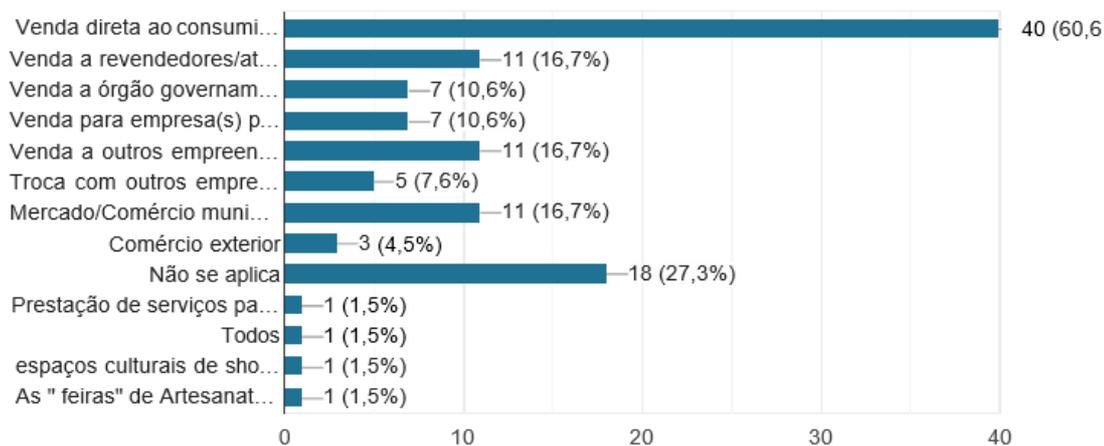


A iniciativa contempla alguma das características econômicas abaixo?

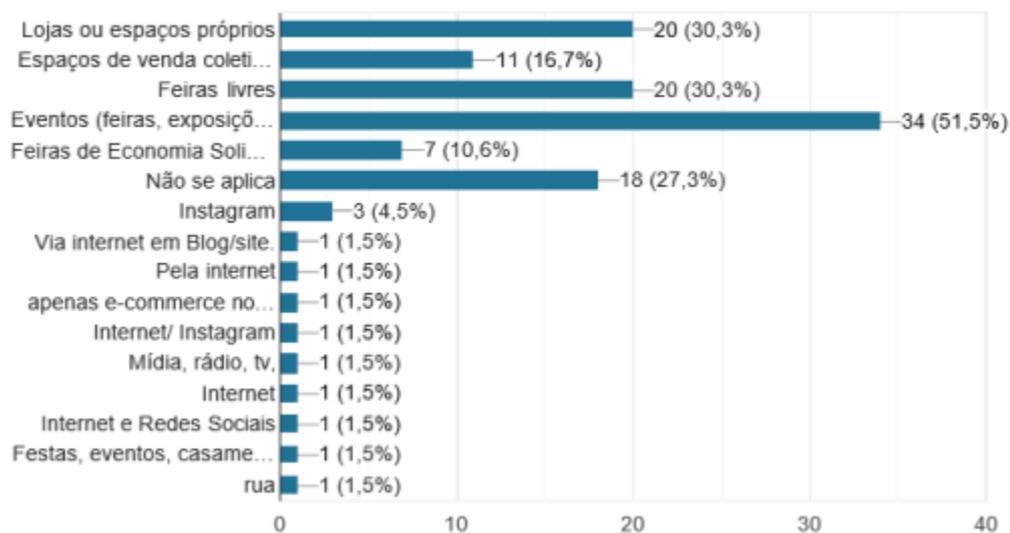
Qual(s)



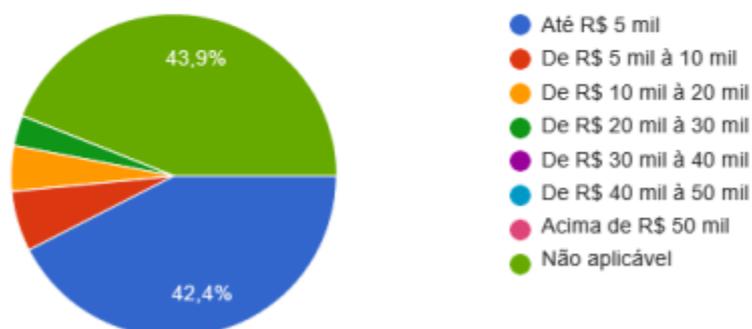
Para quem é feita a comercialização de produtos da iniciativa?



Quais os principais espaços de comercialização? (se aplicável)



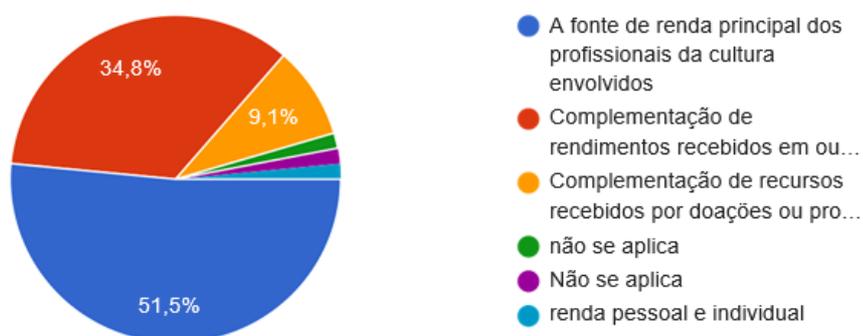
Qual o faturamento médio MENSAL da iniciativa (se aplicável)



A renda média dos profissionais diretamente envolvidos na iniciativa é (aproximadamente):



Os rendimentos obtidos com a atividade econômica da iniciativa, representam predominantemente:



Processos criativos, redes de Políticas Públicas, Dinâmica Espacial e Articulação territorial

Qual(s) a principal (s) inspiração (identidades, tradições, costumes etc) das atividades realizadas na iniciativa? (ex: pantanal, cultura terena, culturas populares, movimento urbanos etc.)

Culturas populares

culturas populares

Pantanal

Movimentos urbanos

Cultura de rua.

Rap nacional.

cultura afro-brasileira

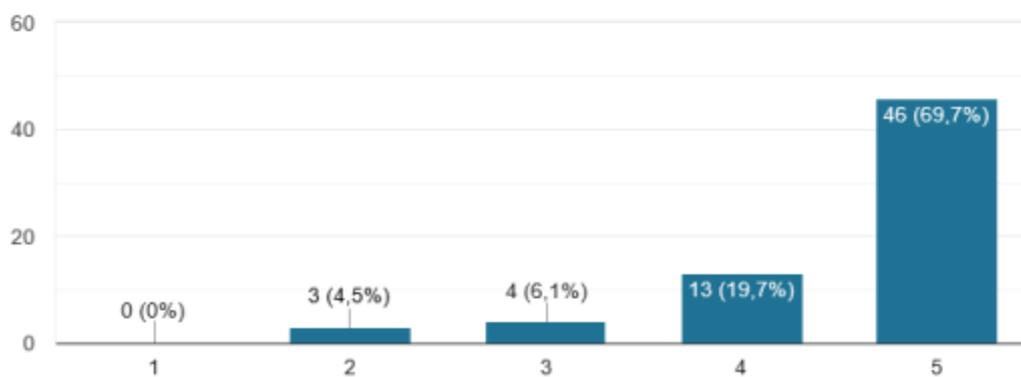
A natureza local e regional.

moda sustentável e cultura da periférica

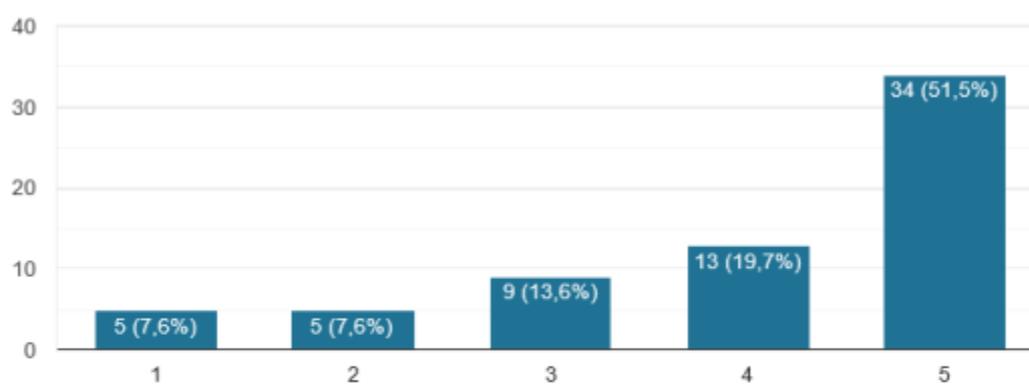
Culturas populares

[...]

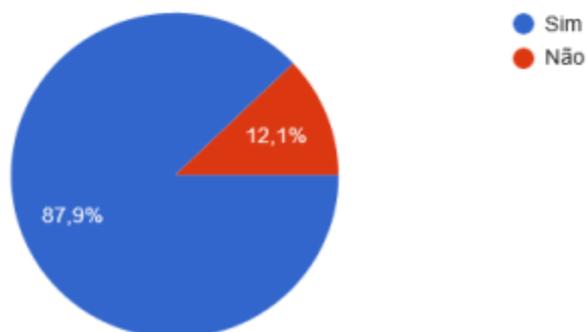
Qual o grau de importância do Valor Cultural do seu produto/iniciativa para a cidade?



Qual o grau de importância do Valor Econômico do seu produto/iniciativa para a cidade?



Os produtos de sua atividade cultural/criativa possuem relação com seu cotidiano, sua história de vida, de família ou comunidade?



Se sim, qual a relação?

A costura sempre fez parte da vida das mulheres da minha família, porém eu sou a única que vivo e me sustento deste ofício.

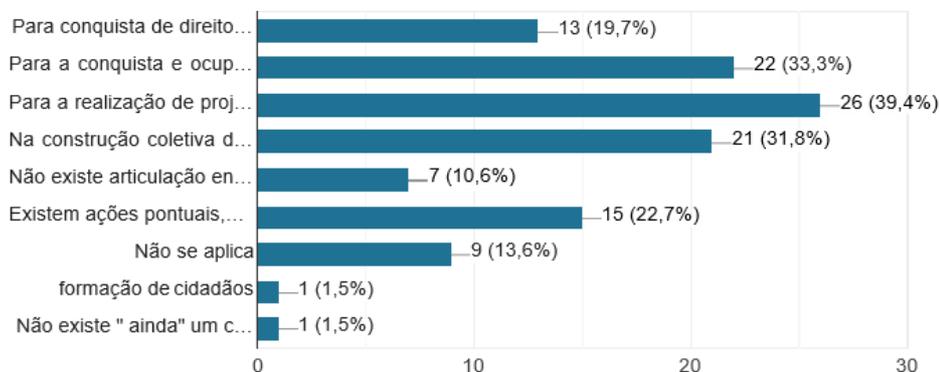
Todas as músicas que componho relata o cotidiano da minha quebrada (bairro onde morro) muitas das vezes fala um pouco de mim da minha família claro de uma forma onde muitos se identifica.

Sim. A comunicação pela imagem, foto e design traz na mesma para as pessoas em geral a possibilidade de estimular o pensamento, raciocínio crítico, além da estética também em gerar rendimentos econômicos a comunidade no todo.

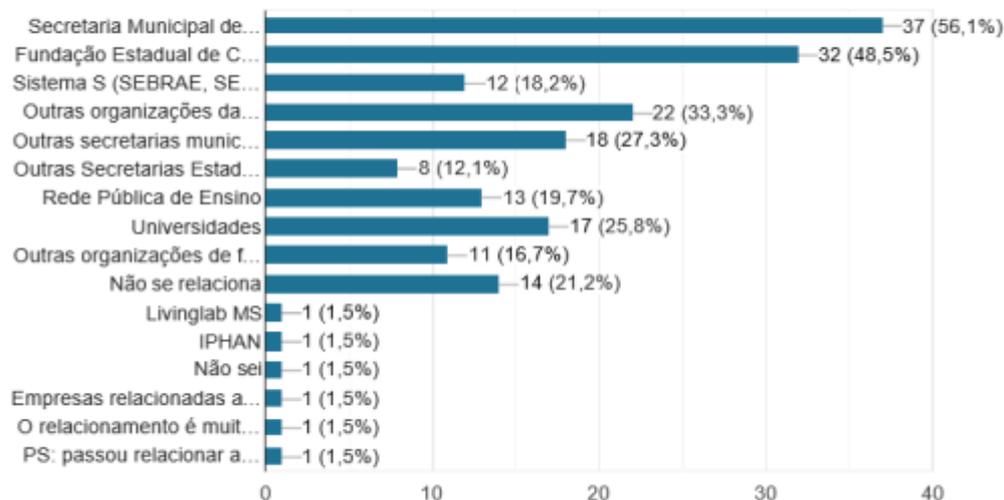
Nossas produções são práticas comuns entre pessoas pobres da periferia.

[...]

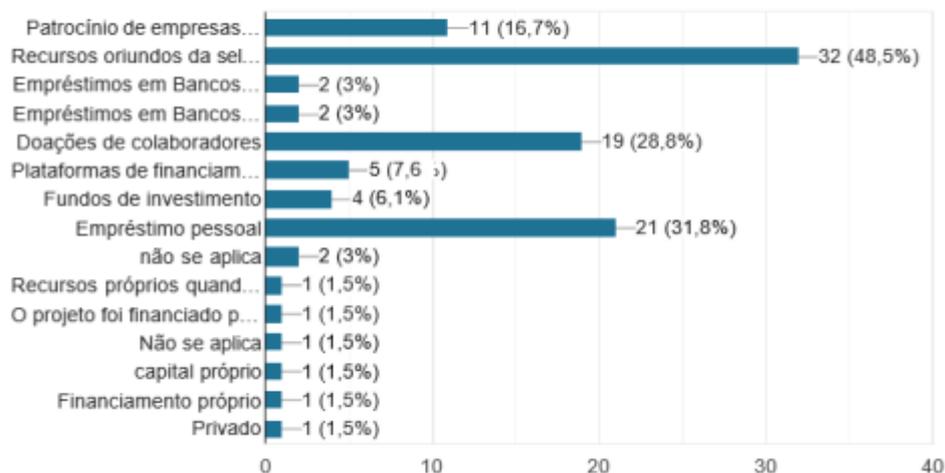
Existe articulação entre os profissionais (artistas, empreendedores criativos, trabalhadores da cultura etc) do seu setor de atuação visando alcançar interesses comuns? Se sim, quais são os tipos de articulação existentes no seu setor?



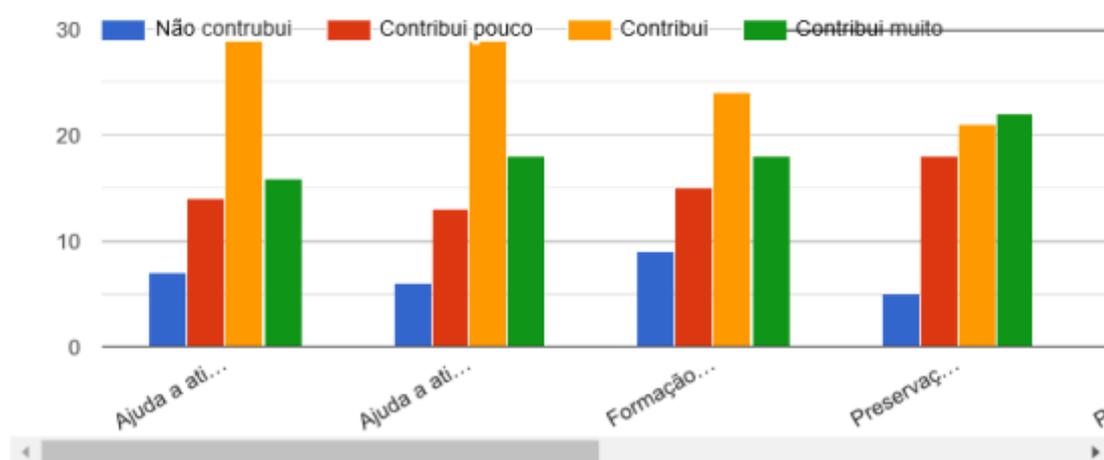
A iniciativa se relaciona com algumas das instituições abaixo? Qual(s)



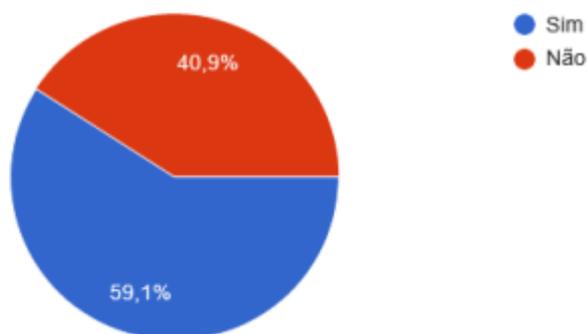
Das fontes de financiamento/fomento relacionadas a seguir, indique aquelas predominantes na iniciativa:



Como você avalia a contribuição da sua iniciativa para a cidade de Campo Grande?

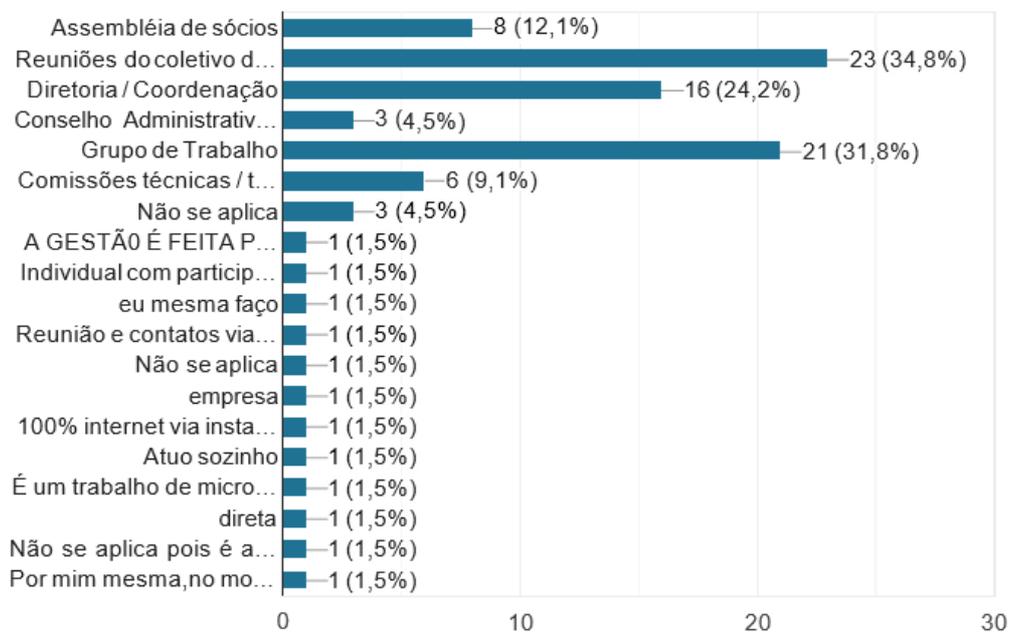


A iniciativa atua também por meio de atividades colaborativas (formais ou informais), com outras iniciativas? (projetos, organizações, coletivos etc)?

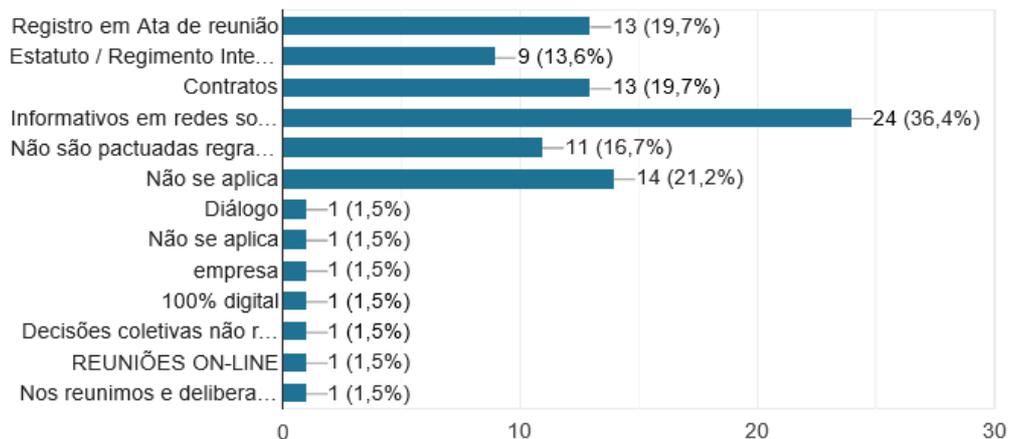


Gestão da iniciativa

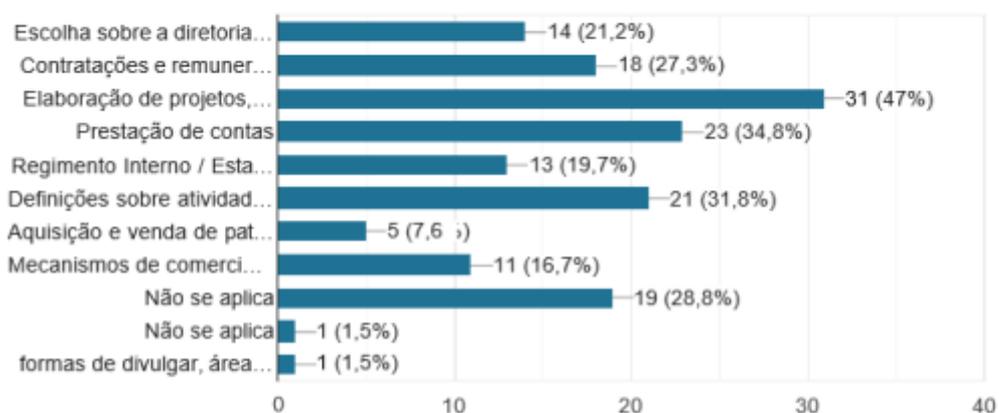
Como é realizada a gestão (direção, coordenação etc) da iniciativa:



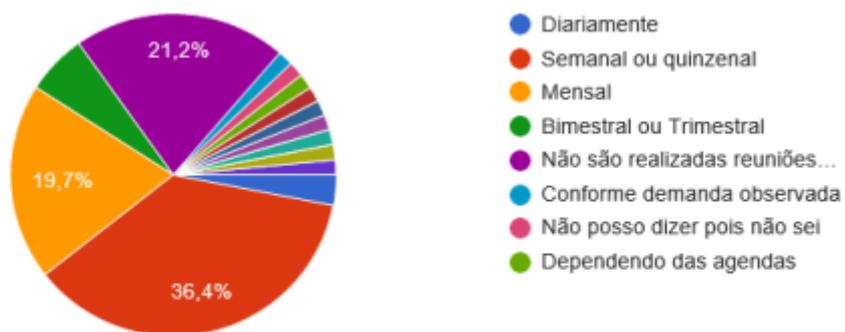
De que forma as regras e decisões da iniciativa são pactuadas e comunicadas:



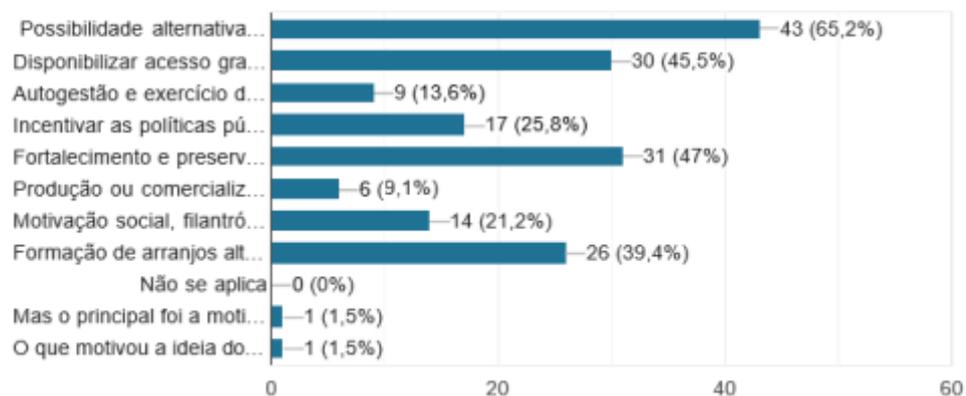
Qual o teor das decisões tomadas coletivamente na iniciativa?



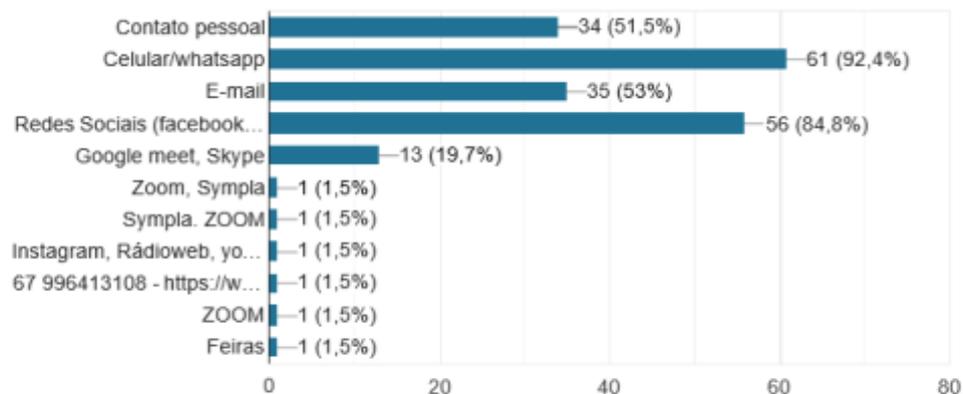
As reuniões para a tomada de decisão ocorrem com qual frequência?



O que motivou a existência da iniciativa?



Quais os canais de comunicação mais utilizados pela iniciativa



APÊNDICE B – RELAÇÃO DE INICIATIVAS PARTICIPANTES DA 1ª ETAPA (QUESTIONÁRIO)

INICIATIVAS
Faixa Pantaneira: Tecendo a nossa história
Permeando a Capoeira Angola no Centro Oeste
Arco-íris no cerrado
Corrida das Drag
Produção de design arte
MODARTE: MODA & ARTESANATO
Paulo Barbosa o Violão que canta
Musica
Escola de Teatro
DIUAIUAI ATELIÊ
Bazar do Coletivo de Brechós
João Júnior sertanejo
Uma nova modalidade em esculturas de madeira
Casa de Ensaio
Editora de Livros
Rockers Sound System ou Sistema de Som
Associação Lar do Pequeno Assis
Educar pelo Olhar - Formação em Educação Patrimonial
Mostra Curumim - pra ver e brincar
Grupo de Rap Posse Sul Rappers
Festival Batalha de Bandas
Abrindo brechas no cotidiano: deixar o poema fruir
Projeto Amigos da Cinderela Tradição
Projeto Dharma Beats
Anderson Bosh Casa de Criações
Ponto de Cultura Afrodite se - Teatral Grupo de Risco
Fulano di Tal - Grupo de Teatro
Mini oficinas online para formação de contadores de histórias
Cantinho da Josi Ateliê
Meu Guiné
Capoeira e Arte: Formando Cidadãos
Nagarjuny de Castro
Escritora de literatura infanto-juvenil paradidática
Tropicana
Grupo Teatral Falta Um
Brasil 50 anos de música
Simão Gandhy
Pintura artística em quadros e murais
Angí Chocolates do Pantanal
Palavra Escrita. Palavra Falada. Palavra. Cantada.

Marcus Peretto
Alvaro Herculano Produções
Contação de história
Estúdio de produção musical
AACCGMS- Associação dos Artesãos e De Comida Cultural, Típica, Regional e Familiar Campo Grande-MS-
Feira Mãos que Criam Sinart sindicato dos Artesão
Worthshop de composições musicais
Vander produções artísticas
transcine cinema em trânsito
Casa de Ensaio
Broona, sou pintora, muralista, aquarelista.
Izabel Souza - Cantora e Compisitora sertaneja
Eco Linhas
Mondes - Curso de Design e Arte Brasil
ART's Nativa
Consultoria em gestão de direitos autorais
Recorre
República das Arteiras
Guará Uniformes
Circo do Mato - Grupo de Artes Cênicas
Viola Brasileira
Redes Híbridas de Cultura
Vitrine do Mato
Incubadora de Tecnológica de Cooperativas Populares UFMS
Lojas Colaborativas
STUDIO FGM Dança

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS DAS INICIATIVAS E GESTORES

1. Quais são os produtos/serviços do projeto? Qual a sua iniciativa? Me fale sobre seu projeto
 - Foi aprovado pela Aldir Blanc? É a continuidade de um trabalho já existente?
 - Você se enquadraria em algum setor específico? Ou em múltiplos setores?
 - Mapear o ciclo econômico (criação, produção, distribuição, comercialização/consumo)
 - Quem são os principais compradores/consumidores
 - Receitas/despesas
2. Qual a base da inspiração/ideias do projeto (e seus produtos)
 - Identificar a dimensão substantiva que vincula o processo produtivo à sua dimensão simbólica (cultural e criativa), à exemplo do pantanal, da fronteira, dos territórios indígenas/quilombolas etc.
 - Identificar tradições, conhecimentos, valores, costumes, contextos etc.
3. Principais investidores/fontes de recurso da iniciativa?
 - Identificar a relação com o poder público (quais órgãos e qual a contribuição, financeira, institucional etc)
4. Possui parcerias com outras organizações? Quais?
 - Identificar a existência de redes híbridas (Sistema S, Instituições de Ensino e Pesquisa etc)
5. Teria algum material para disponibilizar? (folders, releases, fotos, etc) e redes sociais?

GESTORES

- Como vê o papel do Estado nas políticas públicas culturais?
- Quando esteve a frente da SECTEI, quais foram os pontos fortes para realizar o planejamento da equipe?
- E quais foram os desafios, impecilhos para a condução da política pública de Economia Criativa
- Para você, o que é Economia Criativa?
- Gostaria de falar um pouco da sua passagem pela Fundação de Cultura de MS? Desafios e oportunidades que enxergou
- A política partidária suplanta e importância da política pública?
- Sobre as iniciativas, poderia destacar algumas?
- Entende que essas políticas públicas são importantes para a iniciativa?

Frise-se, contudo, que por se tratar de entrevistas em profundidade, o pesquisador se valeu do próprio do contexto das respostas para abordar outras questões pertinentes à pesquisa.

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO APLICADO (1ª ETAPA)

Mapeamento do projeto Redes Híbridas de Cultura: cartografia relacional da Economia Criativa e Solidária em Campo Grande

Este breve questionário ajudará a compor a fase de levantamento de dados do projeto, buscando entender como estão constituídas as redes de Economia Criativa e Solidária em Campo Grande, bem como suas características, relacionamentos, dinâmicas e processos produtivos e criativos. Ao fazê-lo, esperamos poder contribuir com a formulação de políticas públicas mais adequadas ao contexto de cada setor pesquisado e também na construção de conhecimentos sobre o tema, sua preservação e memória.

Podem participar os trabalhadores da cultura, artistas de todos os setores, empreendedores criativos, empresas de produção cultural e entretenimento, coletivos, associações, fundações e quaisquer outras pessoas físicas ou organizações com atuação no contexto cultural de Campo Grande.

Obrigado por participar.

Adriano Castro

*Obrigatório

1. Nome do(a) respondente: *

2. Qual o nome da sua iniciativa*? *

*Entende-se por “iniciativa” todo e qualquer projeto, ação individual ou coletiva, empreendimento, organização, associação etc., realizados no contexto cultural de Campo Grande

3. Email: *

4. Telefone para contato: *

5. Qual o bairro(s)/região(s) da iniciativa? *

Inserir o bairro onde a iniciativa é realizada. Caso atinja várias regiões ou outras cidades, também informar.

-
6. A iniciativa foi beneficiada em algum dos editais da Lei Aldir Blanc? *
Marcar apenas uma oval.

Sim
 Não

7. Se sim, qual(s) edital(s)? *

Escrever "não se aplica", caso não tenha sido contemplado.

Caracterização da iniciativa

8. Sua iniciativa é formalmente constituída? *

Entende-se por "formalmente constituída" a iniciativa que possui registro jurídico (CNPJ), tais como empresas, associações, fundações, cooperativas etc.

Marcar apenas uma oval.

Sim
 Não

9. Qual a natureza jurídica da sua iniciativa *

Marcar apenas uma oval.

Cooperativa
 Microempreendedor Individual (MEI)
 Microempresa (ME)
 Empresa de Pequeno Porte
 Fundação Privada
 Associação/organizações da sociedade civil
 Grupo informal
 Não se aplica

10. Quantas pessoas estão DIRETAMENTE envolvidas na iniciativa?

Selecionar a quantidade de pessoas envolvidas na iniciativa, sejam contratadas ou voluntárias.

Marque todas que se aplicam.

	Vínculo formal (carteira assinada, MEI, pagamento autônomo etc)	Outros vínculos (voluntário, colaborador etc)
Até 2 pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
de 3 à 9 pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
de 10 à 49 pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
de 50 à 99 pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acima de 100 pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11. Qual o total de pessoas beneficiadas/impactadas pela iniciativa?

Informar o total de pessoas atendidas pela iniciativa, ou seja, o público-alvo direto e indireto

Marque todas que se aplicam.

	Diretamente	Indiretamente
Até 10 pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
de 10 à 20 pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
de 20 à 30 pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
de 30 à 50 pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
de 50 à 100 pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Entre 100 à 500 pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acima de 500 pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

12. A iniciativa é composta em sua maioria por: *

Marcar apenas uma oval.

- Mulheres
- Homens
- LGBTQI+
- Não se aplica ou não há predominância
- Outro:

13. A composição racial da equipe da iniciativa é de maioria: *

Marcar apenas uma oval.

- Branca
- Preta
- Amarela
- Parda
- Indígena
- Não se aplica ou não há predominância
- Outro:

14. Os profissionais envolvidos na iniciativa (proponente, artistas, equipe técnica etc) possuem qual grau de escolaridade, em sua maioria: * *Marcar apenas uma oval.*

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Ensino Superior completo
- Pós-Graduação (especialização, MBA)
- Mestrado
-

Doutorado

15. Qual o PRINCIPAL setor de atuação da sua iniciativa? *

Marcar apenas o setor principal

Marcar apenas uma oval.

- Áreas Técnicas
- Artes Visuais
- Artesanato
- Arte Urbana
- Audiovisual (cinema, vídeo, filme etc)
- Arquitetura
- Culturas Populares (ex.capoeira)
- Dança
- Design interiores
- Design de produto (joias etc)
- Design gráfico
- Educação complementar
- Escultura
- Eventos
- Festas e Celebrações
- Folclore
- Fotografia
- Gastronomia
- Gestão e Produção Cultural
- Jogos Digitais
- Livros e Literatura
- Moda
- Música
- Patrimônio Cultural Imaterial
- Patrimônio Cultural Material
- Publicidade e Propaganda
- Pintura
- Periódicos (revistas, quadrinhos, jornais)
- Radio
- Teatro
- TICs (softwares e aplicativos)
- Turismo
- Outros

16. Com quais OUTROS setores sua iniciativa atua ou relaciona-se? *

Marque o(s) setor(s) que se relaciona transversalmente com sua iniciativa

Marque todas que se aplicam.

- Áreas Técnicas
- Artes Visuais
- Artesanato
- Arte Urbana
- Audiovisual (cinema, vídeo, filme etc)
- Arquitetura
- Culturas Populares (ex.capoeira)
- Dança
- Design interiores
- Design de produto (joias etc)
- Design gráfico
- Educação complementar
- Escultura
- Eventos
- Festas e Celebrações
- Folclore
- Fotografia
- Gastronomia
- Gestão e Produção Cultural
- Jogos Digitais
- Livros e Literatura
- Moda
- Música
- Patrimônio Cultural Imaterial
- Patrimônio Cultural Material
- Publicidade e Propaganda
- Pintura
- Periódicos (revistas, quadrinhos, jornais)
- Radio
- Teatro
- TICs (softwares e aplicativos)
- Turismo

Outro: _____

17. 9. Qual(s) a principal(s) atividade(s) desenvolvida por sua iniciativa? *

Marque todas que se aplicam.

- Formação (cursos, oficinas etc)
- Espetáculos/Apresentações
- Comercialização de produto
- Prestação de serviço
- Atividades associativas, colaborativas, solidárias
- Feiras e Eventos

Outro: _____

18. Poderia destacar algumas dessas atividades? (quais as principais atividades, como ocorrem, principais envolvidos, consumidores, público-alvo etc) *

Caracterização socioeconômica da iniciativa, redes criativas e solidárias

19. A iniciativa contempla alguma das categorias abaixo? Qual(is) *

Selecionar caso o público-alvo da iniciativa contemple alguma das categorias a seguir.

Marque todas que se aplicam.

- Agricultores familiares
- Artesãos
- Artistas
- Assentados reforma agrária
- Catadores de material reciclável
- Crianças e adolescentes da rede pública de ensino
- Técnicos, profissionais de nível superior
- Desempregados
- Outros trabalhadores autônomos/por conta própria
- Não se aplica

Outro: _____

20. A iniciativa contempla comunidades tradicionais? Se sim, qual(s) *

Marque todas que se aplicam.

- População indígena
- População negra
- Comunidades quilombolas
- Comunidades de terreiro
- Extrativistas/ribeirinhos
- Pantaneiros

Outros povos/comunidades tradicionais

Não contempla

21. Há quanto tempo a iniciativa existe? *

Marcar apenas uma oval.

- Até 1 ano
- Entre 1 e 3 anos
- Entre 3 e 5 anos

Acima de 5 anos

22. Sua iniciativa participa de alguma rede de produção, comercialização, consumo, crédito, de cultura, de direitos etc.? * *Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

Se a resposta for SIM, especifique qual(s) tipo(s) de rede(s) a iniciativa participa:

*

Marque todas que se aplicam.

- Rede de produção
- Rede de comercialização
- Central de comercialização
- Rede produtiva solidária
- Rede cooperativa/Cooperativa Central
- Rede de consumo
- Rede de crédito/finanças solidárias
- Rede de Pontos de Cultura
- Rede de Direitos
- Não se aplica

Outro: _____

23. Das Redes acima, poderia detalhar com quais a iniciativa se relaciona? (nome da rede, tipo de relação, ou seja, se a parceria é na

produção/consumo/distribuição, financeira, institucional etc). *

Exemplo: "Participação junto à Rede de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul, cuja parceria é na divulgação e comercialização dos produtos, por meio da Central de Comercialização de Economia Solidária do MS". Ou "Participação na Rede de Pontos de Cultura de MS, cuja parceria é institucional." Escrever "não se aplica", caso não participe.

11

24. A iniciativa contempla alguma das características econômicas abaixo? Qual(s) *

Marque todas que se aplicam.

- Troca de produtos ou serviços
- Produção ou produção e comercialização
- Comercialização ou organização da comercialização
- Prestação do serviço ou trabalho a terceiros
- Poupança, crédito ou finanças solidárias
- Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos

participantes Não contempla Outro: _____

25. Para quem é feita a comercialização de produtos da iniciativa? *

Marque todas que se aplicam.

- Venda direta ao consumidor final
- Venda a revendedores/atacadistas
- Venda a órgão governamental
- Venda para empresa(s) privada(s) de produção
- Venda a outros empreendimentos/iniciativas
- Troca com outros empreendimentos/iniciativas
- Mercado/Comércio municipal, estadual, nacional
- Comércio exterior

Não se aplica
Outro: _____

27. Quais os principais espaços de comercialização? (se aplicável) *

Marque todas que se aplicam.

- Lojas ou espaços próprios
- Espaços de venda coletivos (centrais de comercialização etc)
- Feiras livres
- Eventos (feiras, exposições, mostra etc.)
- Feiras de Economia Solidária e/ou agroecologia
- Não se aplica

Outro: _____

28. Qual o faturamento médio MENSAL da iniciativa (se aplicável) *

*Considerar o cenário anterior à pandemia de 2020.

Marcar apenas uma oval.

- Até R\$ 5 mil
- De R\$ 5 mil à 10 mil
- De R\$ 10 mil à 20 mil
- De R\$ 20 mil à 30 mil
- De R\$ 30 mil à 40 mil
- De R\$ 40 mil à 50 mil
- Acima de R\$ 50 mil
- Não aplicável

29. A renda média dos profissionais diretamente envolvidos na iniciativa é (aproximadamente): *

Informar qual o nível de renda (média) da maioria das pessoas que integram a equipe do projeto.

Marcar apenas uma oval.

-
- De até 1 salário mínimo
- De 1 à 3 salários mínimos
- De 3 à 5 salários mínimos
- De 5 à 10 salários mínimos
- Acima de 10 salários mínimos

Outro:

30. Os rendimentos obtidos com a atividade econômica da iniciativa, representam predominantemente: *

Marcar apenas uma oval.

- A fonte de renda principal dos profissionais da cultura envolvidos
- Complementação de rendimentos recebidos em outras atividades econômicas
- Complementação de recursos recebidos por doações ou programas governamentais
- Outro:

Processos criativos, redes
de Políticas Públicas,
Dinâmica Espacial e
Articulação territorial

Nesta parte da pesquisa, queremos conhecer as identidades culturais do trabalho criativo produzido em nossa cidade e também as múltiplas relações que o circunscreve.

31. Qual(s) a principal (s) inspiração (identidades, tradições, costumes etc) das atividades realizadas na iniciativa? (ex: pantanal, cultura terena, culturas populares, movimento urbanos etc.) *

32. Qual o grau de importância do Valor Cultural do seu produto/iniciativa para a cidade? *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Não é importante Muito importante

33. Qual o grau de importância do Valor Econômico do seu produto/iniciativa para a cidade? *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Não é importante Muito importante

34. Os produtos de sua atividade cultural/criativa possuem relação com seu cotidiano, sua história de vida, de família ou comunidade? * *Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

35. Se sim, qual a relação? *

Escrever "não se aplica", caso não haja relação

36. Existe articulação entre os profissionais (artistas, empreendedores criativos, trabalhadores da cultura etc) do seu setor de atuação visando alcançar interesses comuns? Se sim, quais são os tipos de articulação existentes no seu setor? *

Marque todas que se aplicam.

Para conquista de direitos (p. ex.: regulamentação da atividade profissional, desonerações de tributos, etc.) relacionados ao desempenho pleno da sua atividade empreendedora e produtiva.

Para a conquista e ocupação de lugares, promovendo a aproximação entre a oferta e a demanda dos bens e serviços do setor.

Para a realização de projetos individuais ou coletivos representativos da produção de determinada comunidade ou território

Na construção coletiva de políticas públicas para o setor

Não existe articulação entre as iniciativas do setor

Existem ações pontuais, que não articulam ou contemplam a totalidade de iniciativas do setor

Não se _____

aplica Outro:

37. A iniciativa se relaciona com algumas das instituições abaixo? Qual(s) *

Marque todas que se aplicam.

- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo-SECTUR
- Fundação Estadual de Cultura
- Sistema S (SEBRAE, SENAI etc)
- Outras organizações da sociedade civil
- Outras secretarias municipais
- Outras Secretarias Estaduais
- Rede Pública de Ensino
- Universidades
- Outras organizações de fomento
- Não se relaciona

Outro: _____

38. Das fontes de financiamento/fomento relacionadas a seguir, indique aquelas predominantes na iniciativa: *

Marque todas que se aplicam.

- Patrocínio de empresas via Lei de Incentivo Fiscal Federal, estadual ou Municipal
- Recursos oriundos da seleção de projetos via Editais lançados por órgãos públicos federais, estaduais ou municipais
- Empréstimos em Bancos públicos
- Empréstimos em Bancos privados
- Doações de colaboradores
- Plataformas de financiamento coletivo
- Fundos de investimento

Empréstimo _____
pessoal Outro:

39. Como você avalia a contribuição da sua iniciativa para a cidade de Campo Grande? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não contribui	Contribui pouco	Contribui	Contribui muito
Ajuda a atingir objetivos comuns da política pública cultural	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ajuda a atingir objetivos comuns de outras políticas públicas (turismo, educação, desenvolvimento etc)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Formação e capacitação para os setores de trabalho cultural e criativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preservação da memória, das tradições e do patrimônio cultural material e imaterial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promoção de ações colaborativas, associativas, solidárias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promoção de ações dirigidas à capacitação tecnológica e/ou articuladas à Tecnologia da Informação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Composição da agenda de eventos (feiras, festivais, circuitos etc) no município	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

40. A iniciativa atua também por meio de atividades colaborativas (formais ou informais), com outras iniciativas? (projetos, organizações, coletivos etc)? * *Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

41. Se sim, poderia fornecer alguns exemplos dessa colaboração? *

Escrever "não se aplica", caso não tenha nenhuma ação em colaboração.

Gestão da iniciativa

42. Como é realizada a gestão (direção, coordenação etc) da iniciativa: *

Marque todas que se aplicam.

- Assembléia de sócios
- Reuniões do coletivo de profissionais que fazem parte da iniciativa
- Diretoria / Coordenação
- Conselho Administrativo ou Fiscal
- Grupo de Trabalho
- Comissões técnicas / temáticas / setoriais

Outro: _____

43. De que forma as regras e decisões da iniciativa são pactuadas e comunicadas: *

Marque todas que se aplicam.

- Registro em Ata de reunião
- Estatuto / Regimento Interno
- Contratos
- Informativos em redes sociais e emails
- Não são pactuadas regras e/ou decisões
- Não se aplica

Outro: _____

44. Qual o teor das decisões tomadas coletivamente na iniciativa? *

Marque todas que se aplicam.

- Escolha sobre a diretoria da iniciativa (projeto/associação/coletivo etc.)
 - Contratações e remunerações dos profissionais da iniciativa
 - Elaboração de projetos, programas, ações, planos de trabalho
 - Prestação de contas
 - Regimento Interno / Estatuto
 - Definições sobre atividades do cotidiano da iniciativa
 - Aquisição e venda de patrimônio
 - Mecanismos de comercialização e prestação de serviços da iniciativa
- Não se aplica Outro: _____

45. As reuniões para a tomada de decisão ocorrem com qual frequência? *
Marcar apenas uma oval.

- Diariamente
- Semanal ou quinzenal
- Mensal
- Bimestral ou Trimestral
- Não são realizadas reuniões na iniciativa
- Outro: _____

46. O que motivou a existência da iniciativa? *

Marque todas que se aplicam.

- Possibilidade alternativa de geração e autonomia de renda
 - Disponibilizar acesso gratuito à cultura (formação, fruição, consumo)
 - Autogestão e exercício da democracia
 - Incentivar as políticas públicas do setor
 - Fortalecimento e preservação da identidade, memória e tradições culturais
 - Produção ou comercialização de produtos orgânicos e sustentáveis
 - Motivação social, filantrópica ou religiosa
 - Formação de arranjos alternativos de produção cultural
- Não se aplica Outro: _____

47. Gostaria de acrescentar alguma informação adicional sobre a iniciativa ou sobre o mapeamento?

48. Quais os canais de comunicação mais utilizados pela iniciativa *

Marque todas que se aplicam.

- Contato pessoal
 Celular/whatsapp
 E-mail
 Redes Sociais (facebook, instagram etc)
 Google meet, Skype

Outro: _____

49. Autorizo a utilização das respostas do presente questionário para fins de pesquisa acadêmica e publicação. *

Marque todas que se aplicam.

Autorizado

APÊNDICE E – RESPOSTAS DAS QUESTÕES ABERTAS DO QUESTIONÁRIO

- Relação com o bairro, cidade, região, cotidiano etc.

Além de proponente sou professor de capoeira
Falamos muito também das questões políticas lgbt
Sempre participei de atividades artísticas e culturais, relacionadas a moda, cultura, artesanato, eventos feiras, e nos últimos anos tem sido minha fonte de renda, o que me inspira a colocar a disposição meu conhecimento através de oficinas, para que também outras pessoas possam ter na moda e no artesanato sua atividade profissional reconhecida, transformando a cidade de Campo Grande, é mesmo o estado de Mato Grosso do Sul num polo de moda genuíno da arte brasileira
Sou Mestre de capoeira. Hoje lesionado não posso exercer mais as atividades. Então me dedico em música pois fazia parte do que fazia. E meu falecido pai era primo muito próximo do finado Ze Corrêa. Acordeonista e chamamezeiro muito conhecido. Então vem daí minha inspiração.
É a minha principal renda e sempre vivi de música
Produzo materiais personalizados e restauração de artefatos
Fui criado na zona rural ouvindo e vivenciando muito do que tento expressar na minha arte
Com o patrimônio cultural
Arte-transformação social
Nossa atividade impacta na melhora do ser humano, com base nos direitos iguais e justiça pra todos.
Os processos de educação não-formal são muito válidos e necessários para a formação da sociedade na qual os indivíduos estão inseridos. Tratar sobre a política cultural e a salvaguarda da Patrimônio Cultural do local em que vivemos é muito importante.
Todas as músicas que componho relata o cotidiano da minha quebrada (bairro onde morro) muitas das vezes fala um pouco de mim da minha família claro de uma forma onde muitos se identifica.
Nossas criações, elaboradas em estado de calamidade pública, são feitas coletivamente, reverberada pelo cotidiano de cada um.
Meu tio "Gregorio Corrêa *Goinha" foi o 1º fundador de uma Escola de Samba na nossa Capital e meu pai "Gilbertão" deixou a Gres Cinderela enraizada em meu coração, por isso tento manter essa herança para as próximas gerações.
Sou músico, tenho um histórico bem longo, toquei em bandas de rock sempre com músicas autorais e hoje Dj produzo música eletrônica. Uma estrada desde 1996.
A produção teatral está no sentido de provocar a reflexão da realidade social ao qual vivemos, nesta perspectiva, atua diretamente com nosso cotidiano na relação da reflexão do ser e estar no mundo.
Contar as histórias do nosso quintal.
É uma arte passada de geração pra geração e eu fui a única quem encarou o formalizar da atividade.
Sou nascido no pantanal. Pantaneiro que adora pescar
Incentivo à leitura e formação cidadã.
Desde os 10 anos de idade eu crio eventos na cidade. Criei um matinê chamada HOUSE TEEN numa famosa balada da cidade nos anos 2005. Além de matinês em clubes como Estoril, bandas de rock como a Snow. Essa efervescência em querer impactar pessoas, misturar tribos e gerar conhecimento, só aflorou e fez com que hoje aos 28 anos, eu viva disso o tempo inteiro.
Todo produto artístico que parte de nossos grupo se baseia em vivências de seus integrantes
Busco inspiração na natureza brasileira e na mulher.
Sou interprete musical, roteirista, escritora
As canções são baseadas em experiências vividas pelo compositor, e nelas ele tenta passar algum ensinamento ou valor intelectual.
Algumas histórias foram contadas pela família a gerações o figurino são roupas bordadas pela família
A minha infância, as lavadeiras de Corumba e os Quilombolas pela sua história.
Sou nascido e criado no interior das culturas tradicionais de matrizes europeia e africanas. Trabalho com Ensino e Pesquisa de Danças Populares Brasileiras de Matrizes Africanas.
Assim como a vida imita a arte, contamos história exibindo e fazendo cinema.

A cultura é capaz de alterar a percepção que temos do mundo, a fonte de nosso comportamento e uma ferramenta valiosa para gerir a vida em nossa comunidade. Através do conhecimento e da arte, a cultura serve para nos sensibilizar, para sermos mais compreensivos e inclusivos.
Eu pinto meu país, minha cultura. O que vejo e o que vivo.
Letras autorais escritas no cotidiano de vida, direcionado a pessoas, mulheres que também vivenciam suas questões internas e externas.
Artesanato é a minha raiz familiar.
Sim. A comunicação pela imagem, foto e design traz na mesma para as pessoas em geral a possibilidade de estimular o pensamento, raciocínio crítico, além da estética também em gerar rendimentos econômicos a comunidade no todo.
Sou pantaneiro.
Nossas produções são práticas comuns entre pessoas pobres da periferia. Customizamos nossas próprias roupas por não ter dinheiro pra comprar roupas novas.
A costura sempre fez parte da vida das mulheres da minha família, porém eu sou a única que vivo e me sustento deste ofício.
Vivências
Livros, métodos e registros fonográficos
A iniciativa resgata influências do cotidiano, da história e identidades do pantanal sul-mato-grossense; relações de troca de produtos como artefatos em couro e lã etc.
Para alguns expositores do projeto, a produção está relacionada com algum saber transmitido na família e com identidades individuais
O trabalho com a agricultura familiar contempla diretamente o cotidiano, tradições, práticas e experiências ligadas à terra, às comunidades e cultura dos agricultores, porquanto sejam populações rurais e portanto cheias de simbolismos e identidades regionais, do pantanal, indígenas e quilombolas.
Cultura local
Formação

Motivações, ideias e inspirações da iniciativa

Reflexões sobre o pantanal sul-mato-grossense
Cultura afro-brasileira
Pantanal
Sempre trabalhamos com a valorização da cultura do estado e nacional, mas as inspirações de identidade são sempre diversas a cada edição.
Tramas artesanais
Moda alternativa, criativa e de sustentabilidade
Movimento urbano
Culturas populares
Culturas populares
Cultura Regional Sul-Mato-grossense, artistas locais e nacionais
Sustentabilidade e reuso das peças é a nossa bandeira
Música Sertaneja Raiz e atual
Pantanal
teatro comunitário
Abrangemos a todas atividades
Culturas populares
Movimentos Urbanos
Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial, formação identitária sul-mato-grossense, salvaguarda
Cultura da Infância, ressaltando os artistas locais

Cultura de rua. Rap nacional.
Música autoral
Literatura marginal. Poesia viada.
Cultura Popular
A principal influência é a arte em geral, dança, música, festivais e etc.
Cultura popular cênica
Relação com a histórica de Mato Grosso do Sul; Períodos e povos que fizeram parte desse contexto e formação de nossa cultura.
Cultura em Geral
Livro e leitura . Contação de histórias como canal para valorização, disseminação de culturas, tradições
Modéstia e naturalista
Fé, pantanal, cultura indígena, cultura afro, cultura de terreiro, natureza
cultura afro-brasileira
Dançar e artesanato
Regional, meio ambiente, ética, filosofia, educação, trânsito, diversidade racial, cultura indígena, Pantanal, MS, dentre outros temas transversais e sociais.
A Tropicana é um festival multicultural que reúne num grande evento, expressões artísticas regionais, brasileiras e tendências globais do mundo da educação, tecnologia, entretenimento e cultura. Desde o início do projeto, o evento sempre misturou culturas do Estado com outros lugares do Brasil e do Mundo. Cada edição tem um olhar diferente do outro, passando mensagens e transformando em diferentes pontos da vida.
Dramas psicosocial
Música popular brasileira
movimentos urbanos, são aulas de guitarra e violão para os mais diferentes estilos musicais
Movimento feminista. Natureza brasileira. Arte abstrata e contemporâneas
Roupas da moda
PANTANAL, CULTURA POPULAR
MPB, Rock'n Roll, Música Erudita
cultura indígena, pantanal, destinos turísticos, musica, cultura popular, arte de rua
As culturas terenas, cultura popular ,causos
Pantanal
Cultura Populares
Culturas populares
culturas populares
Culturas Populares
Cinema Independente Mundial
Arte e cultura popular brasileira
A natureza local, pantanal e amazônica, botânica e animais silvestres e mulheres brasileiras, indígenas.. etc
Pantanal, cultura regional, movimentos urbanos culturais no geral
pantanal
A natureza local e regional.
Culturas populares
Movimento em prol dos compositores
moda sustentável e cultura da periférica

Movimentos urbanos
Pantanal e música.
Teatro circo, quase todos os trabalhos do grupo são a mescla do Teatro e Circo.
Cultura populares e pantaneiras
Cultura Pantaneira
Não há predominância em termos de identidade. Entretanto, alguns expositores focalizam temáticas regionais envolvendo a fauna e a flora do pantanal e também a cultura indígena
População rural, indígena, quilombola e pantaneira.
Acondicionamento Físico em dança - Ballet para crianças e adolescentes

APÊNDICE F – RELATÓRIO DE CÓDIGOS (ATLAS TI)

Projeto: Iniciativas (tese)

Relatório criado por Adriano Castro em 04/05/2021

Relatório de Códigos

○ Ciclo criativo

26 Citações:

1:2 ¶ 4 in Case 1

A alimentação é muito impactante não só como alimento, no interior das pessoas, como impactante para o meio ambiente, seja com o tipo de agricultura, seja com um tipo de embalagem, com um tipo de cadeia produtiva

3:1 ¶ 2 in Case 1

Certa vez eu trabalhei com uma marca de cosméticos que tem essa pegada sustentável. Foi aí que conheci várias comunidades tradicionais do estado, porque a empresa comprava barbatimão das comunidades daqui

6:1 ¶ 2 in Case 1

Angí é um negócio social. Sempre me imaginei nessa área

7:1 ¶ 2 in Case 1

Não apenas comprar um produto. É comprar uma ideia. Um mundo onde ela quer viver

9:1 ¶ 2 in Case 3

No ateliê eu apenas crio. Mas as parceiras (mulheres) que confeccionam nos espaços parceiros.

10:1 ¶ 2 in Case 3

O Ypê pra mim lembra a minha infância. Meu pai tinha um sitiozinho no Sul. E lá tinha um ypê. E aquele ypê nunca me abandonou, entendeu. Era no final do potreiro, aquele ypê amarelo. Então daí vem minha ligação com o ypê

13:2 ¶ 4 in Case 4

“Em fevereiro de 2018 nasceu a República. Foi o ano em que ingressei no mestrado. Foram vivências intensas em áreas diferentes, porém interligadas, pois minha pesquisa estava relacionada à minha área profissional”

15:1 ¶ 2 in Case 4

A ideia era mostra essa moda regional que enaltece Mato Grosso do Sul, por meio de desfiles e eventos

16:1 ¶ 2 in Case 4

O meu cliente não sabia qual tecido comprar, onde comprar. Ele tinha apenas a ideia. Daí comecei a acionar outros parceiros de forma colaborativa, sem terceirizar. O mercado de facção, por exemplo, trabalha terceirizando tudo. Nesse mercado, a costureira – que é quem realmente produz – acaba ganhando menos. É o elo mais frágil dessa cadeia

17:1 ¶ 2 in Case 4

Temos mais relacionamento com o pessoal da moda, dança e demais setores da arte e cultura por ser um trabalho muito específico

18:1 ¶ 2 in Case 4

Na indústria, a mão-de-obra da costureira vale centavos por peça. Na moda autoral, a costureira ganharia R\$ 20 pela mesma peça

19:1 ¶ 2 in Case 4

Esta produção [de moda autoral] acaba sendo cara. Mas é um preço justo. Mas sabemos que a economia criativa é o segundo PIB mundial. Ela está movimentando a economia da cidade, do estado. O que acontece é que as pessoas não estão olhando, coletando dados deste mercado, desse setor

20:1 ¶ 2 in Case 4

O criador de moda autoral não produz em grande escala. Está ligado ao slow fashion, que é outro modo de produção. Está ligado à sustentabilidade. Está ligado ao consumo consciente. Com a mão-de-obra explorada

21:2 ¶ 4 in Case 5

idealizada com objetivo de valorizar e divulgar o patrimônio cultural do estado de Mato Grosso do Sul

22:1 ¶ 2 in Case 5

criamos o pastel de pequi e o tropeiro pantaneiro

23:1 ¶ 2 in Case 5

Nossas ações são de economia criativa por meio da gastronomia regional e da cultura por meio de alimentos e da agricultura familiar

25:1 ¶ 2 in Case 5

Feiras de economia criativa e solidária

29:1 ¶ 2 in Case 6

Plataforma colaborativa de vendas online

30:2 ¶ 4 in Case 2

Isso aqui é trilho de mesa feito com a faixa

31:1 ¶ 2 in Case 2

Tem uma fazenda perto que compra a produção das faixeiras.

32:1 ¶ 2 in Case 2

A cida [artesã] vende bem Aquidauana

34:1 ¶ 2 in Case 2

O peão compra da faixeira. A faixeira vende para as pousadas. Isso foi muito natural. É uma necessidade

36:1 ¶ 2 in Case 2

Minha iniciativa é fundamentalmente endereçada à formação e à educação. Nosso trabalho é formativo

37:1 ¶ 2 in Case 2

A geração de renda é toda dos artesãos

39:1 ¶ 2 in Case 2

Nessa época estava surgindo muitas políticas para o Pantanal. Nas escolas seria dada uma disciplina sobre cultura regional, foi quando visualizei uma oportunidade na área. Eu posso treinar os professores para a cultura regional

41:1 ¶ 2 in Case 2

Oficinas de formação de faixeiras/artesãs

○ **Cooperação/colaboração**

12 Citações:

1:2 ¶ 4 in Case 1

A alimentação é muito impactante não só como alimento, no interior das pessoas, como impactante para o meio ambiente, seja com o tipo de agricultura, seja com um tipo de embalagem, com um tipo de cadeia produtiva

9:1 ¶ 2 in Case 3

No ateliê eu apenas crio. Mas as parceiras (mulheres) que confeccionam nos espaços parceiros.

14:1 ¶ 2 in Case 4

“A SEDESC tem uma estrutura administrativa para a economia criativa, que trata das feiras, dos eventos. Nos eventos do Reviva [Campo Grande], tem o espaço dos negócios incubados atendidos pela SEDESC. Ou seja, eu tinha esse acesso, porém, não tinha produto. Porque eu vendo serviço. O meu cliente é criador de moda autoral, ele não tem espaço de venda na capital”

16:1 ¶ 2 in Case 4

O meu cliente não sabia qual tecido comprar, onde comprar. Ele tinha apenas a ideia. Daí comecei a acionar outros parceiros de forma colaborativa, sem terceirizar. O mercado de facção, por exemplo, trabalha terceirizando tudo. Nesse mercado, a costureira – que é quem realmente produz – acaba ganhando menos. É o elo mais frágil dessa cadeia

17:1 ¶ 2 in Case 4

Temos mais relacionamento com o pessoal da moda, dança e demais setores da arte e cultura por ser um trabalho muito específico

23:1 ¶ 2 in Case 5

Nossas ações são de economia criativa por meio da gastronomia regional e da cultura por meio de alimentos e da agricultura familiar

25:1 ¶ 2 in Case 5

Feiras de economia criativa e solidária

26:2 ¶ 4 in Case 6

Coletivo Bocaiuva

27:1 ¶ 2 in Case 6

Empreendedores criativos

28:1 ¶ 2 in Case 6

Economia Solidária

29:1 ¶ 2 in Case 6

Plataforma colaborativa de vendas online

34:1 ¶ 2 in Case 2

O peão compra da faixeira. A faixeira vende para as pousadas. Isso foi muito natural. É uma necessidade

○ **Ideais/Inspirações/Sentidos/Representações**

15 Citações:

1:2 ¶ 4 in Case 1

A alimentação é muito impactante não só como alimento, no interior das pessoas, como impactante para o meio ambiente, seja com o tipo de agricultura, seja com um tipo de embalagem, com um tipo de cadeia produtiva

2:1 ¶ 2 in Case 1

Eu sempre trabalhei criando marcas para as pessoas. Até que certa vez encontrei um designer que eu admirava muito e ele me disse que eu precisava me buscar na minha essência, na minha raiz, na minha história, de onde eu vim. Então eu disse que vim do Pantanal. Ele disse: é aí que você deve se encontrar, pois as coisas farão sentido pra você. Tem que buscar as ideias de onde você pertence

3:1 ¶ 2 in Case 1

Certa vez eu trabalhei com uma marca de cosméticos que tem essa pegada sustentável. Foi aí que conheci várias comunidades tradicionais do estado, porque a empresa comprava barbatimão das comunidades daqui

4:1 ¶ 2 in Case 1

Com as visitas a essas comunidades do Pantanal eu me lembrava da minha infância, que no intervalo do colégio a gente catava bocaiúva e comia. Isso resgatou muito da minha história, da minha vida

7:1 ¶ 2 in Case 1

Não apenas comprar um produto. É comprar uma ideia. Um mundo onde ela quer viver

10:1 ¶ 2 in Case 3

O Ypê pra mim lembra a minha infância. Meu pai tinha um sitiozinho no Sul. E lá tinha um ypê. E aquele ypê nunca me abandonou, entendeu. Era no final do potreiro, aquele ypê amarelo. Então daí vem minha ligação com o ypê

12:1 ¶ 2 in Case 3

“A cultura de mato grosso do sul é muito rica. É exuberante. Dá pra fazer muita coisa”.

13:2 ¶ 4 in Case 4

“Em fevereiro de 2018 nasceu a República. Foi o ano em que ingressei no mestrado. Foram vivências intensas em áreas diferentes, porém interligadas, pois minha pesquisa estava relacionada à minha área profissional”

15:1 ¶ 2 in Case 4

A ideia era mostra essa moda regional que enaltece Mato Grosso do Sul, por meio de desfiles e eventos

22:1 ¶ 2 in Case 5

criamos o pastel de pequi e o tropeiro pantaneiro

23:1 ¶ 2 in Case 5

Nossas ações são de economia criativa por meio da gastronomia regional e da cultura por meio de alimentos e da agricultura familiar

29:1 ¶ 2 in Case 6

Plataforma colaborativa de vendas online

30:2 ¶ 4 in Case 2

Isso aqui é trilho de mesa feito com a faixa

38:1 ¶ 2 in Case 2

Foi uma demanda da própria comunidade

39:1 ¶ 2 in Case 2

Nessa época estava surgindo muitas políticas para o Pantanal. Nas escolas seria dada uma disciplina sobre cultura regional, foi quando visualizei uma oportunidade na área. Eu posso treinar os professores para a cultura regional

○ **Identidade/Memória/Patrimônio**

10 Citações:

1:2 ¶ 4 in Case 1

A alimentação é muito impactante não só como alimento, no interior das pessoas, como impactante para o meio ambiente, seja com o tipo de agricultura, seja com um tipo de embalagem, com um tipo de cadeia produtiva

2:1 ¶ 2 in Case 1

Eu sempre trabalhei criando marcas para as pessoas. Até que certa vez encontrei um designer que eu admirava muito e ele me disse que eu precisava me buscar na minha essência, na minha raiz, na minha história, de onde eu vim. Então eu disse que vim do Pantanal. Ele disse: é aí que você deve se encontrar, pois as coisas farão sentido pra você. Tem que buscar as ideias de onde você pertence

4:1 ¶ 2 in Case 1

Com as visitas a essas comunidades do Pantanal eu me lembrava da minha infância, que no intervalo do colégio a gente catava bocaiúva e comia. Isso resgatou muito da minha história, da minha vida

10:1 ¶ 2 in Case 3

O Ypê pra mim lembra a minha infância. Meu pai tinha um sitiozinho no Sul. E lá tinha um ypê. E aquele ypê nunca me abandonou, entendeu. Era no final do potreiro, aquele ypê amarelo. Então daí vem minha ligação com o ypê

12:1 ¶ 2 in Case 3

“A cultura de mato grosso do sul é muito rica. É exuberante. Dá pra fazer muita coisa”.

21:2 ¶ 4 in Case 5

idealizada com objetivo de valorizar e divulgar o patrimônio cultural do estado de Mato Grosso do Sul

30:2 ¶ 4 in Case 2

Isso aqui é trilho de mesa feito com a faixa

33:1 ¶ 2 in Case 2

As artesãs. Tem coisas que elas aprenderam em 2003 e está vivo até hoje.

A gente produziu algo que eles usam no cotidiano deles

36:1 ¶ 2 in Case 2

Minha iniciativa é fundamentalmente endereçada à formação e à educação. Nosso trabalho é formativo

39:1 ¶ 2 in Case 2

Nessa época estava surgindo muitas políticas para o Pantanal. Nas escolas seria dada uma disciplina sobre cultura regional, foi quando visualizei uma oportunidade na área. Eu posso treinar os professores para a cultura regional

○ **Inclusão social**

20 Citações:**1:2 ¶ 4 in Case 1**

A alimentação é muito impactante não só como alimento, no interior das pessoas, como impactante para o meio ambiente, seja com o tipo de agricultura, seja com um tipo de embalagem, com um tipo de cadeia produtiva

5:1 ¶ 2 in Case 1

O trabalho com comunidades tradicionais é muita responsabilidade. Quando a gente fala de sustentabilidade a gente é muito visado. Quando a gente fala de comércio justo, a gente é mais visado ainda

8:2 ¶ 4 in Case 3

Antes da pandemia, iniciei um projeto piloto no presídio semi-aberto, com as mulheres. Até consegui duas máquinas industriais como doação. Só que daí veio a pandemia, daí tivemos que parar. Mas ainda estamos em diálogo com a AGEPEM

9:1 ¶ 2 in Case 3

No ateliê eu apenas crio. Mas as parceiras (mulheres) que confeccionam nos espaços parceiros.

11:1 ¶ 2 in Case 3

Jardim Noroeste

16:1 ¶ 2 in Case 4

O meu cliente não sabia qual tecido comprar, onde comprar. Ele tinha apenas a ideia. Daí comecei a acionar outros parceiros de forma colaborativa, sem terceirizar. O mercado de facção, por exemplo, trabalha terceirizando tudo. Nesse mercado, a costureira – que é quem realmente produz – acaba ganhando menos. É o elo mais frágil dessa cadeia

18:1 ¶ 2 in Case 4

Na indústria, a mão-de-obra da costureira vale centavos por peça. Na moda autoral, a costureira ganharia R\$ 20 pela mesma peça

19:1 ¶ 2 in Case 4

Esta produção [de moda autoral] acaba sendo cara. Mas é um preço justo. Mas sabemos que a economia criativa é o segundo PIB mundial. Ela está movimentando a economia da cidade, do estado. O que acontece é que as pessoas não estão olhando, coletando dados deste mercado, desse setor

20:1 ¶ 2 in Case 4

O criador de moda autoral não produz em grande escala. Está ligado ao slow fashion, que é outro modo de produção. Está ligado à sustentabilidade. Está ligado ao consumo consciente. Com a mão-de-obra explorada

23:1 ¶ 2 in Case 5

Nossas ações são de economia criativa por meio da gastronomia regional e da cultura por meio de alimentos e da agricultura familiar

24:1 ¶ 2 in Case 5

Cidade Jardim

28:1 ¶ 2 in Case 6

Economia Solidária

31:1 ¶ 2 in Case 2

Tem uma fazenda perto que compra a produção das faixeiras.

32:1 ¶ 2 in Case 2

A cida [artesã] vende bem Aquidauana

34:1 ¶ 2 in Case 2

O peão compra da faixeira. A faixeira vende para as pousadas. Isso foi muito natural. É uma necessidade

35:1 ¶ 2 in Case 2

A renda pode ser, também, o fato de ela não precisar comprar, uma vez que pode confeccionar pra ela, pra família

37:1 ¶ 2 in Case 2

A geração de renda é toda dos artesãos

38:1 ¶ 2 in Case 2

Foi uma demanda da própria comunidade

40:1 ¶ 2 in Case 2

Isso ajuda na criação de uma agenda de eventos (feiras etc.) no bairro [Jd. Noroeste]

41:1 ¶ 2 in Case 2

Oficinas de formação de faixeiros/artesãos

○ **Inovação social**

14 Citações:

1:2 ¶ 4 in Case 1

A alimentação é muito impactante não só como alimento, no interior das pessoas, como impactante para o meio ambiente, seja com o tipo de agricultura, seja com um tipo de embalagem, com um tipo de cadeia produtiva

6:1 ¶ 2 in Case 1

Angí é um negócio social. Sempre me imaginei nessa área

7:1 ¶ 2 in Case 1

Não é apenas comprar um produto. É comprar uma ideia. Um mundo onde ela quer viver

8:2 ¶ 4 in Case 3

Antes da pandemia, iniciei um projeto piloto no presídio semi-aberto, com as mulheres. Até consegui duas máquinas industriais como doação. Só que daí veio a pandemia, daí tivemos que parar. Mas ainda estamos em diálogo com a AGEPEN

9:1 ¶ 2 in Case 3

No ateliê eu apenas crio. Mas as parceiras (mulheres) que confeccionam nos espaços parceiros.

13:2 ¶ 4 in Case 4

“Em fevereiro de 2018 nasceu a República. Foi o ano em que ingressei no mestrado. Foram vivências intensas em áreas diferentes, porém interligadas, pois minha pesquisa estava relacionada à minha área profissional”

18:1 ¶ 2 in Case 4

Na indústria, a mão-de-obra da costureira vale centavos por peça. Na moda autoral, a costureira ganharia R\$ 20 pela mesma peça

20:1 ¶ 2 in Case 4

O criador de moda autoral não produz em grande escala. Está ligado ao slow fashion, que é outro modo de produção. Está ligado à sustentabilidade. Está ligado ao consumo consciente. Com a mão-de-obra explorada

27:1 ¶ 2 in Case 6

Empreendedores criativos

29:1 ¶ 2 in Case 6

Plataforma colaborativa de vendas online

30:2 ¶ 4 in Case 2

Isso aqui é trilho de mesa feito com a faixa

34:1 ¶ 2 in Case 2

O peão compra da faixeira. A faixeira vende para as pousadas. Isso foi muito natural. É uma necessidade

39:1 ¶ 2 in Case 2

Nessa época estava surgindo muitas políticas para o Pantanal. Nas escolas seria dada uma disciplina sobre cultura regional, foi quando visualizei uma oportunidade na área. Eu posso treinar os professores para a cultura regional

41:1 ¶ 2 in Case 2

Oficinas de formação de faixeiros/artesãos

○ **Instituições**

7 Citações:

1:2 ¶ 4 in Case 1

A alimentação é muito impactante não só como alimento, no interior das pessoas, como impactante para o meio ambiente, seja com o tipo de agricultura, seja com um tipo de embalagem, com um tipo de cadeia produtiva

8:2 ¶ 4 in Case 3

Antes da pandemia, iniciei um projeto piloto no presídio semi-aberto, com as mulheres. Até consegui duas máquinas industriais como doação. Só que daí veio a pandemia, daí tivemos que parar. Mas ainda estamos em diálogo com a AGEPEN

14:1 ¶ 2 in Case 4

“A SEDESC tem uma estrutura administrativa para a economia criativa, que trata das feiras, dos eventos. Nos eventos do Reviva [Campo Grande], tem o espaço dos negócios incubados atendidos pela SEDESC. Ou seja, eu tinha esse acesso, porém, não tinha produto. Porque eu vendo serviço. O meu cliente é criador de moda autoral, ele não tem espaço de venda na capital”

17:1 ¶ 2 in Case 4

Temos mais relacionamento com o pessoal da moda, dança e demais setores da arte e cultura por ser um trabalho muito específico

19:1 ¶ 2 in Case 4

Esta produção [de moda autoral] acaba sendo cara. Mas é um preço justo. Mas sabemos que a economia criativa é o segundo PIB mundial. Ela está movimentando a economia da cidade, do estado. O que acontece é que as pessoas não estão olhando, coletando dados deste mercado, desse setor

21:2 ¶ 4 in Case 5

idealizada com objetivo de valorizar e divulgar o patrimônio cultural do estado de Mato Grosso do Sul

26:2 ¶ 4 in Case 6

Coletivo Bocaiuva

○ **Relações no território**

2 Citações:

1:2 ¶ 4 in Case 1

A alimentação é muito impactante não só como alimento, no interior das pessoas, como impactante para o meio ambiente, seja com o tipo de agricultura, seja com um tipo de embalagem, com um tipo de cadeia produtiva

21:2 ¶ 4 in Case 5

idealizada com objetivo de valorizar e divulgar o patrimônio cultural do estado de Mato Grosso do Sul

○ **Relações no/com território**

23 Citações:

2:1 ¶ 2 in Case 1

Eu sempre trabalhei criando marcas para as pessoas. Até que certa vez encontrei um designer que eu admirava muito e ele me disse que eu precisava me buscar na minha essência, na minha raiz, na minha história, de onde eu vim. Então eu disse que vim do Pantanal. Ele disse: é aí que você deve se encontrar, pois as coisas farão sentido pra você. Tem que buscar as ideias de onde você pertence

4:1 ¶ 2 in Case 1

Com as visitas a essas comunidades do Pantanal eu me lembrava da minha infância, que no intervalo do colégio a gente catava bocaiúva e comia. Isso resgatou muito da minha história, da minha vida

8:2 ¶ 4 in Case 3

Antes da pandemia, iniciei um projeto piloto no presídio semi-aberto, com as mulheres. Até consegui duas máquinas industriais como doação. Só que daí veio a pandemia, daí tivemos que parar. Mas ainda estamos em diálogo com a AGEPEN

9:1 ¶ 2 in Case 3

No ateliê eu apenas crio. Mas as parceiras (mulheres) que confeccionam nos espaços parceiros.

10:1 ¶ 2 in Case 3

O Ypê pra mim lembra a minha infância. Meu pai tinha um sitiozinho no Sul. E lá tinha um ypê. E aquele ypê nunca me abandonou, entendeu. Era no final do potreiro, aquele ypê amarelo. Então daí vem minha ligação com o ypê

11:1 ¶ 2 in Case 3

Jardim Noroeste

12:1 ¶ 2 in Case 3

“A cultura de mato grosso do sul é muito rica. É exuberante. Dá pra fazer muita coisa”.

14:1 ¶ 2 in Case 4

“A SEDESC tem uma estrutura administrativa para a economia criativa, que trata das feiras, dos eventos. Nos eventos do Reviva [Campo Grande], tem o espaço dos negócios incubados atendidos pela SEDESC. Ou seja, eu tinha esse acesso, porém, não tinha produto. Porque eu vendo serviço. O meu cliente é criador de moda autoral, ele não tem espaço de venda na capital”

17:1 ¶ 2 in Case 4

Temos mais relacionamento com o pessoal da moda, dança e demais setores da arte e cultura por ser um trabalho muito específico

20:1 ¶ 2 in Case 4

O criador de moda autoral não produz em grande escala. Está ligado ao slow fashion, que é outro modo de produção. Está ligado à sustentabilidade. Está ligado ao consumo consciente. Com a mão-de-obra explorada

22:1 ¶ 2 in Case 5

criamos o pastel de pequi e o tropeiro pantaneiro

23:1 ¶ 2 in Case 5

Nossas ações são de economia criativa por meio da gastronomia regional e da cultura por meio de alimentos e da agricultura familiar

24:1 ¶ 2 in Case 5

Cidade Jardim

25:1 ¶ 2 in Case 5

Feiras de economia criativa e solidária

26:2 ¶ 4 in Case 6

Coletivo Bocaiuva

31:1 ¶ 2 in Case 2

Tem uma fazenda perto que compra a produção das faixeiras.

32:1 ¶ 2 in Case 2

A cida [artesã] vende bem Aquidauana

33:1 ¶ 2 in Case 2

As artesãs. Tem coisas que elas aprenderam em 2003 e está vivo até hoje.

A gente produziu algo que eles usam no cotidiano deles

34:1 ¶ 2 in Case 1

O peão compra da faixeira. A faixeira vende para as pousadas. Isso foi muito natural. É uma necessidade

36:1 ¶ 2 in Case 2

Minha iniciativa é fundamentalmente endereçada à formação e à educação. Nosso trabalho é formativo

38:1 ¶ 2 in Case 2

Foi uma demanda da própria comunidade

40:1 ¶ 2 in Case 2

Isso ajuda na criação de uma agenda de eventos (feiras etc.) no bairro [Jd. Noroeste]

41:1 ¶ 2 in Case 2

Oficinas de formação de faixeiras/artesãs

9 Citações:

1:2 ¶ 4 in Case 1

A alimentação é muito impactante não só como alimento, no interior das pessoas, como impactante para o meio ambiente, seja com o tipo de agricultura, seja com um tipo de embalagem, com um tipo de cadeia produtiva

9:1 ¶ 2 in Case 3

No ateliê eu apenas crio. Mas as parceiras (mulheres) que confeccionam nos espaços parceiros.

16:1 ¶ 2 in Case 4

O meu cliente não sabia qual tecido comprar, onde comprar. Ele tinha apenas a ideia. Daí comecei a acionar outros parceiros de forma colaborativa, sem terceirizar. O mercado de facção, por exemplo, trabalha terceirizando tudo. Nesse mercado, a costureira – que é quem realmente produz – acaba ganhando menos. É o elo mais frágil dessa cadeia

24:1 ¶ 2 in Case 5

Cidade Jardim

27:1 ¶ 2 in Case 6

Empreendedores criativos

28:1 ¶ 2 in Case 6

Economia Solidária

35:1 ¶ 2 in Case 2

A renda pode ser, também, o fato de ela não precisar comprar, uma vez que pode confeccionar pra ela, pra família

38:1 ¶ 2 in Case 2

Foi uma demanda da própria comunidade

40:1 ¶ 2 in Case 2

Isso ajuda na criação de uma agenda de eventos (feiras etc.) no bairro [Jd. Noroeste]

○ Sustentabilidade

12 Citações:

1:2 ¶ 4 in Case 1

A alimentação é muito impactante não só como alimento, no interior das pessoas, como impactante para o meio ambiente, seja com o tipo de agricultura, seja com um tipo de embalagem, com um tipo de cadeia produtiva

3:1 ¶ 2 in Case 1

Certa vez eu trabalhei com uma marca de cosméticos que tem essa pegada sustentável. Foi aí que conheci várias comunidades tradicionais do estado, porque a empresa comprava barbatimão das comunidades daqui

5:1 ¶ 2 in Case 1

O trabalho com comunidades tradicionais é muita responsabilidade. Quando a gente fala de sustentabilidade a gente é muito visado. Quando a gente fala de comércio justo, a gente é mais visado ainda

6:1 ¶ 2 in Case 1

Angí é um negócio social. Sempre me imaginei nessa área

7:1 ¶ 2 in Case 1

Não apenas comprar um produto. É comprar uma ideia. Um mundo onde ela quer viver

18:1 ¶ 2 in Case 4

Na indústria, a mão-de-obra da costureira vale centavos por peça. Na moda autoral, a costureira ganharia R\$ 20 pela mesma peça

20:1 ¶ 2 in Case 4

O criador de moda autoral não produz em grande escala. Está ligado ao slow fashion, que é outro modo de produção. Está ligado à sustentabilidade. Está ligado ao consumo consciente. Com a mão-de-obra explorada

32:1 ¶ 2 in Case 2

A cida [artesã] vende bem Aquidauana

33:1 ¶ 2 in Case 2

As artesãs. Tem coisas que elas aprenderam em 2003 e está vivo até hoje.

A gente produziu algo que eles usam no cotidiano deles

34:1 ¶ 2 in Case 2

O peão compra da faixeira. A faixeira vende para as pousadas. Isso foi muito natural. É uma necessidade

38:1 ¶ 2 in Case 2

Foi uma demanda da própria comunidade

41:1 ¶ 2 in Case 2

Oficinas de formação de faixeiras/artesãs

APÊNDICE G – EXCERTOS DO RELATÓRIO “REDES HÍBRIDAS DE CULTURA: CARTOGRAFIA RELACIONAL DA ECONOMIA CRIATIVA E SOLIDÁRIA EM CAMPO GRANDE” (PACHECO, 2021)

INTRODUÇÃO

O ano de 2021 foi declarado pela 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas como o Ano Internacional da Economia Criativa para o Desenvolvimento Sustentável.

A Economia Criativa (EC) desponta no cenário das conhecidas economias de transição por ser intensiva em um recurso intangível e abundante: a criatividade. Entender, assim, o desenvolvimento desta economia a partir das indústrias e setores que a compõem tornou-se uma agenda global inevitável, sobretudo na última década.

Esse esforço de compreensão tem sido compartilhado, em especial, no interior dos cinco organismos do sistema ONU: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), além de UNESCO e UNCTAD –, que orbitam conjuntamente no arcabouço teórico transdisciplinar para implementação de políticas em EC.

a criatividade é um recurso renovável, sustentável e ilimitado, fundamental à sobrevivência humana.

Nesse sentido, num campo dominado pela informalidade, por micro e pequenos empreendimentos e diferentes manifestações situadas na sociedade civil, a economia criativa demanda um olhar sistêmico na leitura de suas configurações, identificando fragilidades e oportunidades de crescimento e modificação. Com efeito, propôs-se neste trabalho uma reflexão de análise a partir da lógica informal de redes em perspectiva relacional.

Assim, a proposta visa, dentre outros, a identificação das configurações dos sistemas produtivos e das redes econômicas nucleares dos setores criativos investigados na cidade, considerando-se aspectos relacionados à sua distribuição geográfica; às suas relações intra e intersetoriais; às dinâmicas econômicas, de colaboração e cooperação e de geração de conhecimento; aspectos da estrutura e do desenvolvimento organizacional dos empreendimentos e às identidades culturais constituídas a partir das vocações culturais e do sentimento de pertencimento nos territórios.



ALGUMAS INICIATIVAS INSERIDAS NA ECONOMIA CRIATIVA E SOLIDÁRIA DE CAMPO GRANDE

A seguir, apresenta-se os resultados da etapa mais aprofundada desta pesquisa. Esta etapa envolve além da pesquisa documental, uma série de entrevistas realizadas com os coordenadores/responsáveis por cada iniciativa que aceitou o convite para participar.

Infelizmente, pelo tempo disponível para realização deste relatório, seria impossível investigar e abordar a totalidade das iniciativas que enriquecem a cidade, com seus múltiplos arranjos, relacionamentos, fazeres e sentidos.

De todo modo, buscou-se contemplar a diversidade de setores criativos e solidários de Campo Grande, beneficiados direta ou indiretamente pelos recursos da Lei Aldir Blanc.

Além das iniciativas culturais e de suas respectivas contribuições simbólica e econômica, contemplou-se, também, as instituições de ensino e pesquisa que atuam como parcerias estratégicas no contexto institucional, particularmente, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O objetivo desta seção é justamente apresentar algumas iniciativas que enriquecem Campo Grande no contexto social, cultural e econômico, iluminando os caminhos para se pensar a "capital morena" como uma Cidade Criativa.

Foram entrevistadas as iniciativas:

- Faixa Paraguai: tecendo a nossa história;
- Eco linhas;
- República das Arteiras;
- Vitrini do Mato;
- Cinema: memória e patrimônio cultural;
- Evoé: história do teatro em Campo Grande;
- Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFMS





- economia criativa
- identidade e memória
- Pantanal e territorialidades

A iniciativa "Faixa Paraguaia: tecendo a nossa história" é uma das ações concebidas no âmbito do projeto "Sapicua Pantaneiro", realizado desde o ano de 2003 inspirado no pantanal sul-mato-grossense, idealizado por Claudia Medeiros.

O Sapicua Pantaneiro é nasceu em 2003 com o objetivo de resgatar, desenvolver e incentivar o artesanato da região do Pantanal de Mato Grosso do Sul, preservando a natureza, a cultura e suas tradições. O projeto foi selecionado em 2011 como Ponto de Cultura, pela Fundação de Cultura de MS, no âmbito do Programa Cultura Viva, vinculado ao extinto Ministério da Cultura. Além da faixa paraguaia, o Sapicua concebeu oficinas pedagógicas utilizando o couro e a lã de carneiro para produção de laços, chicotes, alforjes e cobertores, entre outros.



A produtora cultural, Claudia Medeiros atua há mais de 18 anos na temática da cultura pantaneira. Além da vasta experiência como produtora, Claudia também é consultora e palestrante em cultura e economia criativa.



Faixa Paraguaia - Arquivo do projeto

A faixa paraguaia ainda não é formalmente reconhecida como patrimônio cultural de MS e do Pantanal. Esse é o meu objetivo. Campo Grande tem uma das maiores colônias paraguaias do Estado, o que contribui para a importância do projeto



Oficinas de formação do projeto

Entre março e abril a oficina Faixa Paraguaia – tecendo nossa história formará, presencialmente, 10 faixeiras em Campo Grande. “Resolvemos criar a videoaula porque acreditamos que tal saber tradicional deva ser difundido ao máximo devido sua potência como símbolo cultural e, também, oportunidade de complementação de renda com a produção e comercialização das faixas paraguaias para as artesãs”, explica Claudia.

A videoaula completa tem 120 minutos de duração ou também pode ser feita em 10 módulos separadamente. Nelas, Claudia Medeiros ensina como preparar o tear, como tecer, material utilizado, além de dar dicas de como construir seu próprio tear, entre outros segredos fundamentais da arte da faixa paraguaia.

Este projeto também tem o apoio da Lei Aldir Blanc, por meio da SECTUR/FMIC/PMCG.

FAIXA PARAGUAIA: TECENDO A NOSSA HISTÓRIA

As videoaulas do projeto estão disponíveis para acesso no canal da Faixa Paraguaia, no youtube.

”

Na segunda metade do século XIX, a Guerra do Paraguai, a exploração da erva-mate por meio da Companhia Matte Larangeira e a pecuária foram os fatos históricos que contribuíram para a presença e a permanência de paraguaios no sul do, então, Mato Grosso. Após o ciclo da erva mate e da charqueada, a mão de obra paraguaia foi absorvida para o trabalho nas fazendas. E, como herança cultural deste período, hoje, a faixa paraguaia além do caráter utilitário, passou a ser artesanato de referência cultural e, também, sinônimo de um peão bem paramentado. O uso da faixa enrolada na cintura tem o objetivo de dar sustentação à coluna do peão nas longas cavalgadas, uma vez que o seu trabalho implica em extensas jornadas no campo pantanal adentro.



Arquivo do projeto

“
Nossas parceiras são mulheres (costureiras e artesãs) de bairros periféricos que trabalham em suas casas complementando renda familiar com as peças confeccionadas para a Eco Linhas”

Por ser um negócio social, a Eco Linhas atua em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Atende especificamente aos objetivos:



Na imagem abaixo, uma Nécessaire feita de calça jeans reutilizada, com estampa artesanal na lona de caminhão. Detalhe com flor de crochê no fio da embalagem de batata e laranja



Arquivo do projeto

ECO LINHAS

@ecolinhas

- reaproveitamento
- sustentabilidade
- geração de renda
- inovação social

Eco Linhas é um negócio social, criado no ano de 2019 por Isabel D. Muxfeldt (design e artesã). A iniciativa é acompanhada pelo programa de aceleração de negócios de impacto socioambiental do Living Lab - Sebrae MS.

A eco linhas trabalha com materiais reutilizados que seriam descartados, como: calças jeans, camisetas, sacos de cebola, batata, laranja, big bags de açúcar, lona de caminhão, cinto de segurança, dentre outros.

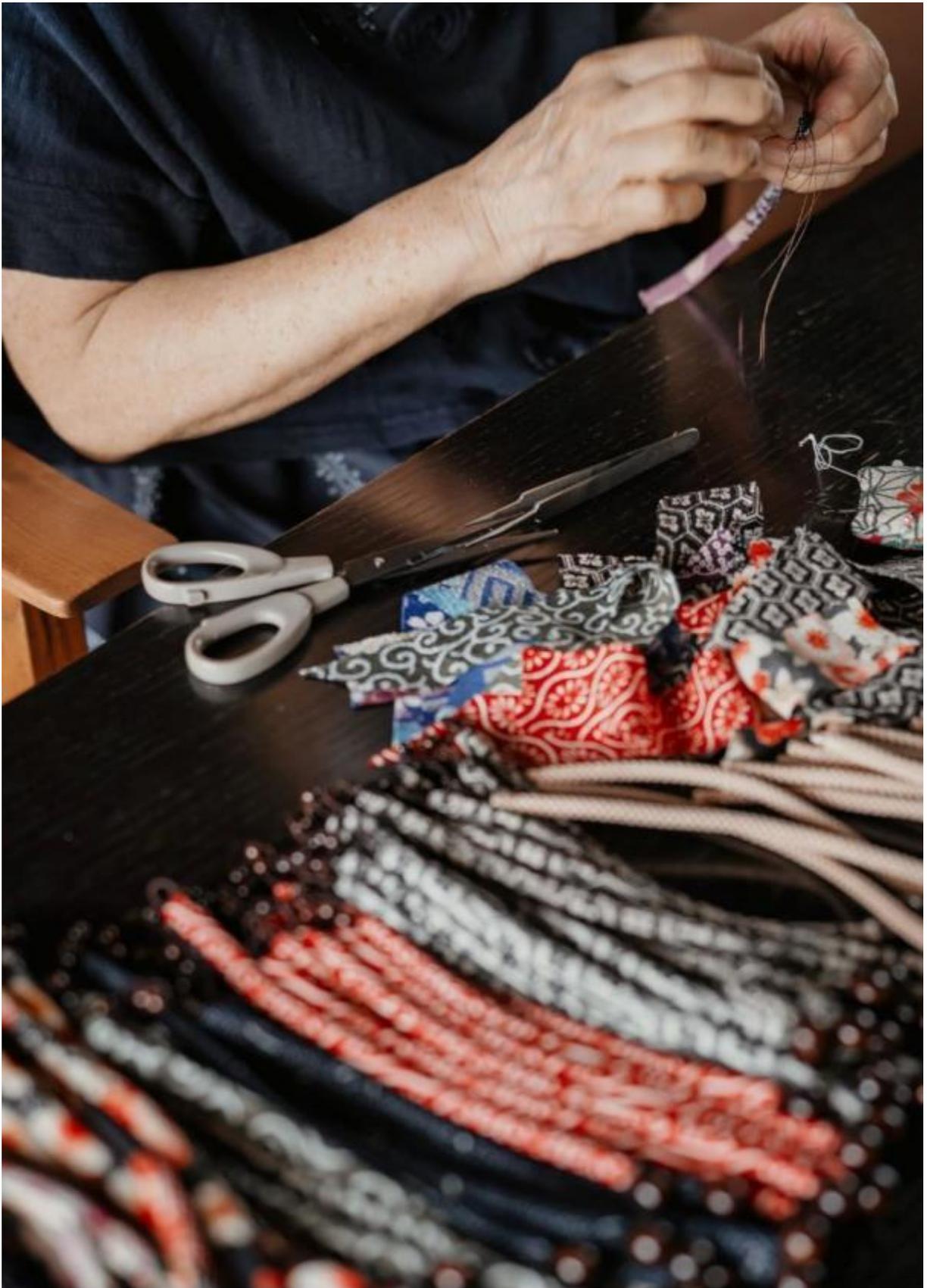
Através do artesanato sustentável, transforma-se estes descartes em produtos de moda e brindes corporativos. Além disso, Isabel atua na prestação de assessoria e na realização de oficina em comunidades com ênfase na geração de renda.

"Transformar um produto que iria para o lixo em um produto sustentável e desejável" (Isabel Muxfeldt)



Ecobag de Embalagem de cebola reutilizada, com Estamparia artesanal em lona de caminhão





REPÚBLICA DAS ARTEIRAS

@republicadasarteirascg
@ivanigrance

- economia criativa
- economia solidária e colaborativa
- trabalho em redes



O coletivo "República das Arteiras" foi idealizado por três costureiras da periferia de Campo Grande com o apoio da ONG Instituto de Desenvolvimento Evangélico - IDE, a partir de um projeto que agregava costureiras de variadas especialidades, dando-lhes visibilidade. O coletivo funcionou de 2018-2020 em um espaço empresarial na Incubadora municipal Mário Covas, atendendo prioritariamente criadores de moda autoral dentro do conceito de produção Slow Fashion, antagônico ao sistema de produção Fast Fashion. Neste período foi possível desenvolver uma rede colaborativa entre diversos profissionais, desde prestadores de serviços da confecção, estamparia e bordados a produtores de moda, estilistas, designers, fotógrafos, modelos entre outros ligados ao universo da cultura e moda de Campo Grande MS.

Esta rede colaborativa contribuiu com o lançamento de diversas marcas de moda autoral campo-grandense, proporcionando aos seus criadores e empreendedores o atendimento necessário e especializado para a confecção de coleções exclusivas e personalizado.

"
Detectei em minha pesquisa [de mestrado] que o forte de Campo Grande é a costura por facção, de escala. Sob medidas e trabalhos pequenos não tinha gente aparecendo. Tem gente que faz, mas não estão visíveis (Ivani)

No ano de 2019 o coletivo participou de um período de oito meses de mentoria para negócios sociais, promovido pelo Livinglab MS, onde foi idealizado um projeto de uma plataforma virtual de prestação de serviços para o setor de confecções e moda, a Plataforma TECER. Este projeto visa conectar consumidores das mais diversas modalidades de costura à costureiras e demais profissionais deste setor, contribuindo com a redução da invisibilidade das costureiras frente a este mercado consumidor e consequentemente o acesso ao trabalho e renda.



Ivani Marques da Costa Grance - Fundadora e coordenadora da Plataforma TECER

"Ao final do ano de 2019 o projeto da Plataforma Tecer concorreu a uma vaga no Programa Centelha, onde os contemplados receberiam um fomento de R\$60.000,00 para o desenvolvimento de um "MVP" (Produto Mínimo Viável) de um projeto inovador. A Plataforma TECER ficou em 31º lugar sendo a terceira suplente caso houvesse desistências de algum outro projeto contemplado. Com o início da crise sanitária provocada pela covid19, houve desistência de alguns projetos e fomos incluídas no Programa Centelha – MS. Em agosto de 2020 fomos inseridas no programa, com a empresa Plataforma TECER formalizada como ME, tendo o início do período de doze meses de desenvolvimento do MVP em fevereiro de 2021", comenta Ivani.

**"Vendemos serviço.
O nosso cliente é
criador de moda
autoral, que vende
em espaços
colaborativos. O meu
serviço é o produto
deles."**

Matéria exibida no programa "Como Será" da Rede Globo, em 2018





Materia exibida no programa "Como Será" da Rede Globo, em 2018

Atualmente desenvolvemos a Plataforma TECER com uma equipe formada pela coordenadora do projeto, um profissional em TI e desenvolvimento de projetos, uma UI/UX designer JR e Visual designer, uma gestora de projetos e um assistente administrativo. O atendimento às encomendas de costura pela República das Arteiras permanece sendo feito por duas das costureiras fundadoras, sendo uma das quais a coordenadora da Plataforma TECER. Cabe ressaltar que manter o funcionamento da República permite o contato e interlocução com o público alvo da Plataforma TECER, que de outra forma seria mais dispendioso.

“ Não participamos diretamente dos editais públicos. Mas meus clientes que aprovaram projetos, na Aldir Blanc por exemplo, me trazem o serviço. Desse forma, também acabamos acessando esses recursos ”

Participação na Primeira Maratona de Negócios Sociais do Livinglab MS em dez/2018



Fundadoras da República das Arteiras:
 Ivani Marques da Costa
 Grance
 Priscila Manoela Rodrigues (deixou o coletivo no início da pandemia)
 Maria de Fátima Pereira

VITRINI DO MATO

@vitrinedomato

- economia criativa
- economia solidária e colaborativa
- Plataforma on-line que reúne produtos de empreendedores locais

Nos últimos anos vem crescendo o movimento "compre do pequeno/compre de quem faz", que incentiva o consumo de produtos de empreendedores locais. Inspirado por essa tendência, e também buscando uma alternativa para ajudar artistas e artesãos atingidos pela pandemia da Covid-19, o empresário Fábio Castro de Brito criou a Vitrine do Mato, uma plataforma colaborativa para empreendedores locais.

Financiada com recursos da Lei Aldir Blanc, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Sectur) e da Prefeitura Municipal de Campo Grande, a Vitrine do Mato tem cerca de 100 produtos, como roupas, acessórios, artesanato, decoração, papelaria e produtos de beleza, feitos por designers, produtores de moda e artesãos, tudo com muito bom gosto e criatividade. Participam do site 17 marcas, todas de Mato Grosso do Sul, mas com muita diversidade de estilos e técnicas. "Não é porque o produto é feito em MS que são só coisas com bichos, natureza, aqui também tem moda urbana, design, trabalhos de qualidade em várias artes", comenta Fábio.

"

"A pandemia afetou muito o nosso setor, que dependia de feiras, eventos, nosso forte era estar na rua, por isso a ideia de um site que reunisse esses pequenos comerciantes para vender e continuar fazendo o que a gente gosta", explica o idealizador.

Na chamada economia criativa, a união e a colaboração são fundamentais para fazer, de pouquinho em pouquinho, resistência aos grandes conglomerados.

"Muitas vezes pagando barato em uma roupa, por exemplo, você financia práticas erradas, como trabalho escravo. Eu acho importante essa valorização porque quando os produtos são feitos manualmente você sabe de quem está comprando, como é o processo, é um produto mais exclusivo e o design agrega um valor diferente do que comprar uma peça no shopping", defende o criador do site.

Bem-vindo, identifique-se para fazer pedidos Meus Pedidos Minha Conta
 Digite o que você procura Carinho vazio

Artigo 5° Ateliê Lili Terra Ayele Tissu Black Drink Bordado Livre CG Burtiguá Saboaria Capivaral Chroma
 Coreatro Dead Angel Deunô Maria Chiang Moncaju Nair Gavilan Polca Poppy Art Raíque Moura
 Sandra Padilha Touché Varekaí

ESTE PROJETO FOI FINANCIADO COM RECURSOS DA LEI ALDIR BLANCK
 FINEC
 FMIC
 SECTUB
 FUNDO AMIGO BRASIL

A loja colaborativa Vitrine do Mato está disponível pelo link <https://www.vitrinedomato.com.br/>
 A loja colaborativa tem roupas, acessórios, objetos decorativos e muito mais, tudo feito por artistas e artesãos de MS

Além do site, o projeto também contempla realização de lives nas redes sociais com diversos temas relevantes e atuais, dentre eles com a designer e consultora de moda Vanda Sol falando sobre "Tipos de Tecidos e suas Variações", e também o "Slow Fashion na criação e produção de moda autoral de Campo Grande/MS", com Ivani Grance e Matheus Arcanjo.

A plataforma abriu também espaço para empreendedores negros, que colocam em seus produtos muita cultura e representatividade.

CINEMA: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

@marinettipinheiro

- cinema & memória
- patrimônio cultural



"Somos seres audiovisuais; as imagens e os sons nos rodeiam, movem nossas vidas, dinamizam nossas atividades e nos levam a tempos de outrora, pois o audiovisual está em nossas mãos, a um clique, por isso, é essencial e urgente tornar o nosso patrimônio audiovisual cada vez mais visível.

É vital que possamos experimentar, compartilhar, (re)descobrir as obras cinematográfica e a arquitetura dos espaços de cinema, como a Professora Maria da Glória falava, os espaços de sonho, a janela para o mundo.

Neste processo a formação sobre a memória, a educação patrimonial se faz necessário para o reconhecimento, entendimento e constante preservação", comenta a cineasta idealizadora do projeto, Marinete Pinheiro.

Em Campo Grande o Patrimônio Audiovisual precisa urgentemente ser criado, experienciado, emergido, pois quando nos confrontamos com as imagens e sons que rementem a nossa memória, ele se torna vivo, podendo ser visto, discutido, refletido, compartilhado, apropriado, e em suma passa a ser incontornável e imprescindíveis em nossas vidas, retomando sua dimensão e sua necessidade.

Autocine UFMS



Arquivo Ovo Filmes

CINEMA: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

"O projeto faz uma transição entre o passado sobre os espaços de exibição de cinema, com base em arquivos pessoais, e faz uma transição para o presente, mostrando como esses espaços estão hoje."

Diante da trajetória de pesquisa bibliográfica já trilhado, considero que em Campo Grande fazer a história do cinema é trazer a memória dos filmes invisíveis, e hoje, nos dias atuais da matéria invisível, digital que se perde no formatar de um aparelho eletrônico, com isso a preocupação dos agentes da memória é emergente, e a responsabilidade sobre cada pessoas que constrói a história da cidade é extremamente necessária, comenta a atual coordenadora do Museu da Imagem e do Som da Fundação de Cultura de MS, Marinete Pinheiro.



Cine Center - Arquivo jornal Correio do Estado

Autocine - Arquivo Central UFMS



Em suma o objetivo desta proposta é dinamizar o patrimônio cinematográfico de Campo Grande com a geração de atividade e produtos concretos, necessários, para entendimento e preservação da memória e história, com respeito e utilização de acervos, alcançando e expandido, e confluindo a população em especial, os interessados em cinema e preservação, com a perspectiva de expansão visto que o curta metragem proposto pode circular em diferentes espaço de festivais e mostra, que tenha um direcionamento ao patrimônio histórico e cultural.

Especificamente o projeto consiste em rememorar os espaços de cinema de Campo grande com fotografias dos lugares onde estava essas salas, trazendo o passado numa transição com o presente, em vídeo e um catálogo. Outro produto é um curta metragem com a história do primeiro filme produzido em Campo Grande "Paralelos Trágicos" de 1965 com fotografias e entrevista com Diretor Abooud Lahdo.

Santa Helena - Arquivo Histórico de Campo Grande



EVOÉ: HISTÓRIA DO TEATRO EM CAMPO GRANDE

@marrua.arte.cultura
@andreaefreire

- teatro e memória
- economia do teatro
- teatro e patrimônio

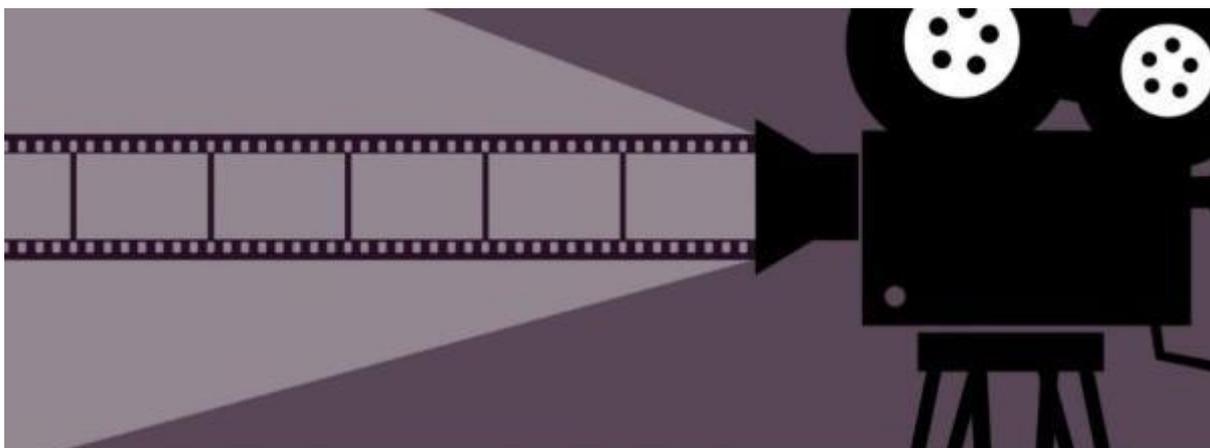
Trata-se de uma série com 4 episódios, veiculados no canal da produtora Marruá Arte e Cultura no YouTube, que apresenta um recorte da arte teatral na capital do Mato Grosso do Sul. A proposta é multidisciplinar e faz interagir as áreas do teatro, do patrimônio imaterial e da tecnologia audiovisual, envolve pesquisa e curadoria sobre do tema, buscando evidenciar nomes e acontecimentos históricos relevantes, destacando aspectos singulares da atividade teatral em Campo Grande.

Cada episódio apresenta um foco central com outros assuntos complementares, abordando no contexto histórico quem fez e faz teatro, o que faz, como, onde e para quem faz. Sua narrativa irá percorrer o despertar da sociedade local para a arte de representar, os cineteatros, os grupos amadores universitários, a censura, os festivais estudantis, a busca por uma dramaturgia própria, histórias da região encenadas, o teatro estudantil, os filhos da terra que se tornaram expressões valorosas do teatro brasileiro, os edifícios teatrais, o surgimento do teatro de grupo, os atores, os diretores, os técnicos, as organizações de classe, os festivais históricos, as dificuldades, a resistência, as leis de incentivo, o teatro infantil, o teatro na escola, o teatro empresa, o teatro de rua, o movimento teatral, os colegiados setoriais e as relações com o poder público e com a sociedade em geral, as escolas informais, os festivais locais, nacionais e internacionais que passaram por aqui, a estética dos espetáculos, a crítica, as universidades, a profissionalização, o mercado de trabalho, o público de teatro, os pontos fortes e frágeis de uma arte que teima em existir em terras fronteiriças, indígenas e pantaneiras no amor, sonho, suor e valentia de suas gentes. A estreia está prevista para o mês de maio de 2021.



Andréa Freire atua há mais de 30 anos no campo cultural. É atriz, diretora de teatro, professora e produtora cultural. Andréa já foi secretária-adjunta da Secretaria de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação (Secteil) e também Diretora-Presidente da Fundação de Cultura de MS.

a resistência, as leis de incentivo, o teatro infantil, o teatro na escola, o teatro empresa, o teatro de rua, o movimento teatral, os colegiados setoriais e as relações com o poder público e com a sociedade em geral, as escolas informais, os festivais locais, nacionais e internacionais que passaram por aqui, a estética dos espetáculos, a crítica, as universidades, a profissionalização, o mercado de trabalho, o público de teatro, os pontos fortes e frágeis de uma arte que teima em existir em terras fronteiriças, indígenas e pantaneiras no amor, sonho, suor e valentia de suas gentes. A estreia está prevista para o fim do mês de abril de 2021.



Motivada pelos estudos e textos da professora Maria da Glória Sá Rosa, carinhosamente conhecida como professora Glorinha, a série é dedicada a ela, que foi grande incentivadora do fazer teatral e formou um dos primeiros grupos de teatro da cidade, o TUC (Teatro Universitário de Campo Grande), no fim da década de 1960.

O projeto tem o benefício da Lei Aldir Blanc e da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e Prefeitura de Campo Grande, é uma realização da Marruá Arte e Cultura e tem roteiro, curadoria e direção geral de Andréa Freire, a direção artística é de Adrian Okumoto, direção de arte de Rafael Mareco, direção de fotografia e edição/finalização de Helton Perez, da produtora Vaca Azul, trilha original de Marina Peralta e assessoria de imprensa e gestão de Redes de Lucas Arruda e Aline Lira.

"O fomento público é muito importante, pois é o Estado exercendo seu papel, ou seja, dar ao cidadão o acesso à cultura e quem ganha é a sociedade ao consumir toda essa produção cultural. Esses recursos movimentam a cidade. Movimenta-se toda uma cadeia econômica. A cidade ganha muito com isso"

"
Nós falaremos de toda a singularidade que envolve o fazer teatral em Campo Grande. O projeto tem finalidade de preservação da memória do teatro na cidade, mas também com finalidade pedagógica, tendo em vista que o material produzido em vídeo serverá de apoio à professores, educadores, pesquisadores. É um material pensado para a sociedade, em uma linguagem acessível, comenta a idealizadora.

